

# **RELATÓRIO DE GESTÃO**

do Exercício de 2011

**Companhia Nacional de Abastecimento – Conab**  
**Superintendência Regional do Piauí**



Teresina, 2012



Ministério da  
Agricultura, Pecuária  
e Abastecimento



**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO**

**José Alberto Portanova Mendes Ribeiro Filho**

**Ministro**

**COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB**

**Rubens Rodrigues dos Santos**

**Presidente**

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**José Carlos Vaz**

Presidente

**Rubens Rodrigues dos Santos**

**José Gerardo Fontelles**

**Edilson Guimarães**

**Carlos Carboni**

Membros

**CONSELHO FISCAL**

**Francisco Wayne Moreira**

Presidente

**Renata Lima de Carvalho**

**Gustavo Pereira da Silva Filho**

Membros

**DIRETORIA COLEGIADA**

**Rubens Rodrigues dos Santos**

Presidente/CONAB/PRESI

**Sílvio Isopo Porto**

Diretor de Política Agrícola e Informações/CONAB/DIPAI

**Marcelo de Araújo Melo**

Diretor de Operações e Abastecimento- CONAB/DIRAB

**João Carlos Bona Garcia**

Diretor Financeiro- CONAB/DIFIN

**Rogério Luiz Zeraik Abdalla**

Diretor Administrativo- CONAB/DIRAD

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO PIAUÍ**

**Alysson Silva Pêgo**

**Superintendente**

**GERÊNCIA DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO – GEFAD**

**Francisco Ferreira Pontes**

Gerente Financeiro e Administrativo

**GERÊNCIA DE OPERAÇÕES E SUPORTE ESTRATÉGICO – GEOSE**

**José Francisco Araújo Mendes**

Gerente de Operações

## **RELATÓRIO DE GESTÃO CUSTOMIZADO DA CONAB NO PIAUÍ EXERCÍCIO DE 2011**

Coordenado e elaborado por:

Regina Márcia da Silva Franco Tavares – Analista/Procurador

Flávio Henrique Linhares Magalhães – Analista/Engenheiro

Cícero Bezerra da Silva – Assistente Técnico Operacional – ATO/Assistente

Elaine de Andrade Borges – Analista/Analista de Contabilidade

Contribuição: Alysson Silva Pêgo – Superintendente

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
Companhia Nacional de Abastecimento  
Superintendência Regional do Piauí

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011**

Relatório de Gestão do Exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual a que esta unidade jurisdicional está obrigada, nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU 63/2010, Decisão Normativa TCU 108/2010 e da Portaria TCU 123/2011 e das orientações do órgão de controle interno – Portaria CGU N° 2.546, de 27 de dezembro de 2010, que aprovou a Norma de Execução n° 03, da mesma data.

Unidade Responsável – Elaboração do Relatório de Gestão:  
Companhia Nacional de Abastecimento no Estado do Piauí -  
Superintendência Regional

Teresina, maio/2012.



## Sumário

1 – INFORMAÇÕES BÁSICAS.....	14
1.1. - INFORMAÇÕES GERAIS DA UJ.....	14
1.1.1. Identificação da Unidade Jurisdicionada.....	14
1.1.2 – Estrutura Organizacional.....	15
1.1.3– Rol de Responsáveis.....	22
1.2 – Análise do Planejamento Estratégico e dos Macroprocessos .....	27
1.2.1 – Planejamento Estratégico.....	27
1.2.2 – Breve Análise dos Principais Macroprocessos .....	30
1.2.2.1 – Macroprocesso de Sustentação da Renda .....	31
1.2.2.2 – Macroprocesso de Promoção do Abastecimento .....	32
1.2.2.3 – Macroprocesso de Articulação e Organização do Abastecimento .....	33
1.2.2.4 – Macroprocesso de Atendimento a Parceiros .....	34
1.2.2.5 – Macroprocesso de Prestação de Serviços.....	35
1.2.2.6 – Macroprocesso de Administração de Estoques Públicos.....	36
1.2.2.7 – Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos.....	37
2 – Análise Geral do Ambiente de Gestão e de Negócios.....	38
2.1 – Análise sobre o Ambiente de Gestão.....	38
2.2 – Análise sobre o Ambiente de Negócios.....	41
3 – Sustentação de Renda.....	42
3.1 – Instrumentos para Sustentação de Renda.....	42
3.2 – Intervenções Governamentais.....	43
3.2.1 – Formação de Estoques Públicos.....	44
3.2.1.1 – Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.....	44
3.2.1.2 – Aquisição do Governo Federal - AGF.....	49
3.2.2 - Subvenções do Governo Federal.....	49
a) Subvenção Econômica aos Produtores de Cana-de-Açúcar.....	49
b) Subvenção Econômica aos Produtores Extrativistas.....	49
3.2.2.1 – Concessão de Prêmios para Escoamento da Produção.....	52
3.3 – Principais indicadores de desempenho.....	52
4 – Promoção do Abastecimento.....	52
4.1 Atuação da Companhia.....	52
4.2 Vendas dos Estoques Públicos.....	53
4.2.1 Alienação dos Estoques da PGPM.....	53
4.2.2 Doação de Produtos Alimentícios.....	59
4.3 – Principais Indicadores de Desempenho .....	62
5 – Articulação e Organização do Abastecimento.....	62
5.1 - Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos - REFAP.....	62
5.2 – Principais Indicadores de Desempenho .....	65
6 – Prestação de Serviços.....	65
6.1 – Estoques de Terceiros.....	65
6.1.1 – Receita de Armazenagem de Produto de Terceiros.....	66
6.1.2 – Demonstrativo do Resultado da Armazenagem.....	67
6.2 – Leilões Públicos de Produtos de Terceiros.....	69
6.3 – Serviços de Classificação de Produtos para Terceiros.....	69
6.4 – Principais Indicadores de Desempenho.....	70
7 – Administração de Estoques Públicos – Armazenagem, Fiscalização e Movimentação.....	70
7.1- Rede Armazenadora.....	70

7.1.1 – Rede Armazenadora Própria.....	70
7.1.2- Investimento na Rede Armazenadora Própria da UJ.....	72
7.1.3- Posição dos Estoques.....	73
7.1.3.1- Estoques Depositados nas Unidades Próprias.....	73
7.1.4 – Capacitação da Mão de Obra do Setor Armazenador.....	74
7.2 Atividade de Fiscalização.....	75
7.2.1 Fiscalização dos Estoques Públicos.....	76
7.2.2– Fiscalização das Operações de Garantia e Sustentação de Renda da UJ.....	77
7.2.3 – Avaliação Física e Geral dos Armazéns.....	77
7.3 Atividade de Movimentação de Estoques.....	78
7.4- Indicadores de Desempenho.....	81
8 – Geração e Difusão de Informações.....	81
8.1 – Levantamento de Safras .....	81
8.1.1 – Levantamento de Custos de Produção e de Custos de Insumos.....	86
9 – Gestão de Pessoas.....	88
9.1 – Distribuição de Empregados.....	88
9.2 – Sistema de Comunicação.....	90
9.3 – Melhoria do Clima Organizacional.....	91
9.4 – Capacitação de Pessoal.....	92
9.5 - Composição e Custos de Pessoal Ativo.....	96
9.5.1 – Admissões, Demissões e Transferências.....	99
9.5.2 – Perspectivas de Aposentadoria.....	99
9.5.3 – Recomposição do Quadro de Pessoal.....	100
9.5.4– Quadro de Estagiários.....	101
9.5.5 – Custos de Pessoal.....	101
9.5.6 – Mão de Obra Terceirizada.....	102
9.5.7 – Principais Indicadores Gerenciais.....	103
10 – Planejamento, Execução e Controle Orçamentário, Patrimonial, Financeiro e Contábil.....	104
10.1- Análise da execução orçamentária.....	104
10.1.1- Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação.....	104
10.1.2 - Execução Física e Orçamentária das Ações realizadas na UJ.....	108
10.1.2.1- Análise dos Programas e Ações .....	109
Principais Ações dos Programas.....	110
a) (2004) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes .....	110
b) (20CW) Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos... ..	114
c) (2012) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados.....	116
d) ( 2011) Ação Auxílio - Transporte aos Servidores e Empregados.....	120
e) (4702) Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras.....	123
f) (2137) Ação Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários.....	127
g) (2130) Ação Formação de Estoques Públicos.....	133
h) (2272) Ação Gestão e Administração do Programa.....	136
i) (8579) Ação Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e Abastecimento Agroalimentar.....	138
j) (2829) Ação Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns.....	141
k) (4710) Ação Organização dos Micro e Pequenos Varejistas.....	143

l) (4572) Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação.....	145
m) (4711) Ação Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras.....	149
n) (0022) Ação Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitada em Julgado.....	150
10.2 – Análise das Inscrições em Restos a Pagar.....	152
10.2.1 – Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores.....	152
10.2.2– Análise Crítica.....	153
10.3 – Demonstrações Contábeis Previstas na Lei n.º 6.404/76 .....	155
BALANÇO PATRIMONIAL.....	155
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	157
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	158
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO.....	159
Composição Acionária do Capital Social Em 31/12/2011.....	160
Composição do Capital Social.....	161
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	162
10.4 – Composição dos Investimentos da Empresa .....	174
10.5 – Informações sobre a Gestão do Patrimônio Imobiliário.....	175
10.6 - Parecer da Auditoria Independente .....	178
11 – Governança e Controles.....	181
11.1 – Informações sobre o Controle Interno.....	181
11.2 – Providência Adotadas para Atendimento das Deliberações dos Órgãos de Controle Interno e Externo.....	181
11.2.1 – CGU.....	182
11.3 – Tratamento das Recomendações da Auditoria Interna.....	182
ANEXO.....	184

### **Lista de Abreviações e Siglas**

AGF	Aquisição do Governo Federal
AUDIN	Auditoria Interna
CANs	Coordenadores de Ação Nacional no PPA
CAMEX	Câmara de Comércio Exterior
CIBRIUS	Instituto CONAB de Seguridade Social
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNPB	Cadastro Nacional de Planos de Benefícios das Entidades Fechadas de Previdência
CMN	Conselho Monetário Nacional
CDAF	Compra Direta da Agricultura Familiar
CFP	Companhia de Financiamento da Produção
CGPLAN	Coordenação Geral de Planejamento
CGU	Controladoria Geral da União
CNAE	Classificação Nacional de Atividade Econômica
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONSECANA	Conselho dos Produtores de Cana de Açúcar
CPR	Cédula de Produto Rural
CONAD	Conselho de Administração da CONAB
COPRI	Coordenação de Comunicação e Promoção Institucional
DEST	Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais
DIAFI	Atual DIFIN
DIFIN	Diretoria Financeira
DIPAI	Diretoria de Política Agrícola
DIRAB	Diretoria de Operações e Abastecimento
DIRAD	Diretoria Administrativa
EFPC	Entidade Fechada de Previdência Complementar
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
GEARE	Gerência de Avaliação de Resultado
GEASA	Gerência de Levantamento e Avaliação de Safras
GEBEM	Gerência de Benefícios, Segurança e Medicina do Trabalho
GECAD	Gerência de Cadastro e Credenciamento de Armazéns
GECAF	Gerência de Acompanhamento e Controle das Ações da Agricultura Familiar
GECAP	Gerência de Capacitação
GEIMP	Gerência de Imprensa
GEPIN	Gerência de Eventos e Promoção Institucional
GEFIS	Gerência de Fiscalização dos Estoques Públicos
GEFOC	Gerência de Formação e Controle de Estoques
GESAS	Gerência de Serviço de Assistência à Saúde
GESOF	Gerência de Engenharia do Software
GEPOR	Gerência de Programação e Elaboração Orçamentária
GEPRI	Gerência de Parcerias Institucionais
IAPAR	Instituto Agrônômico do Paraná
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INMET	Instituto Nacional de Meteorologia
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LAS	Levantamento de Acompanhamento de Safra
LFT	Letras Financeiras do Tesouro

LIP	Levantamento de Intenção de Plantio
LOA	Lei Orçamentária Anual
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MI	Ministério da Integração
NTN	Notas do Tesouro Nacional
NOC	Normas de Organização da CONAB
NR	Norma Regulamentadora
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PEP	Prêmio de Escoamento de Produto
PEPRO	Prêmio Equalizados Pago ao Produtor Rural
PESOJA	Prêmio Equalizador da Soja
PGPM	Política de Garantia de Preços Mínimos
PGPAF	Preço de Referência para a Agricultura Familiar
PROGE	Procuradoria Geral
PROHORT	Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro
PRONAF	Programa Agricultura Familiar
PROP	Prêmio de Risco de Opção Privada
REFAP	Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos
SAS	Serviço de Assistência à Saúde
SCA	Sistema de Cadastro de Armazenagem
SEDEC	Secretaria Nacional de Defesa Civil
SEPPIR	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SESAN	Secretaria Nacional de Segurança Alimentar
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIASG	Sistema de Administração de Serviços Gerais
SICONV	Sistema de Convênios e Contratos
SICAF	Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores
SICARM	Sistema de Cadastro de Armazéns
SIORG	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SISAC	Sistema de Apreciação de atos de Admissão e Concessões
SOF	Secretaria de Orçamento e Finanças
SPA	Secretaria de Política Agrícola
SPC	Secretaria de Previdência Complementar
SUARM	Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques
SUFIS	Superintendência de Fiscalização
SUFIN	Superintendência de Finanças
SUGOF	Superintendência de Gestão da Oferta
SUMAJ	Subprocuradoria de Matéria Judicial
SUMOC	Superintendência de Modernização e Capacitação
SUOPE	Superintendência de Operações Comerciais
SUPAB	Superintendência de Abastecimento Social –
SUPOR	Superintendência de Orçamento e Avaliação
SUCON	Superintendência de Contabilidade
SUINF	Superintendência de Informações do Agronegócio
SUREG	Superintendência Regional
SUREH	Superintendência de Recursos Humanos

SUTIN	Superintendência de Gestão da Tecnologia da Informação
TCU	Tribunal de Contas da União
TNS	Técnico de Nível Superior
TVN	Termo de Vistoria e Notificação
VEP	Valor de Escoamento de Produto
UA	Unidade Armazenadora
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UG	Unidade Gestora
UJ	Unidade Jurisdicionada

## Lista de Quadros

Quadro I - Identificação da Unidade Jurisdicionada.....	14
Quadro II - Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada.....	14
Quadro III - Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada.....	15
Quadro IV – Rol de Responsáveis Superintendência.....	22
Quadro V – Rol de Responsáveis Gerência de Finanças e Administração.....	23
Quadro VI – Rol de Responsáveis Gerência de Operações e Suporte Estratégico.....	24
Quadro VII – Rol de Responsáveis Procuradoria Regional - PRORE.....	24
Quadro VIII – Rol de Responsáveis Unidade Armazenadora Teresina.....	25
Quadro IX – Rol de Responsáveis Unidade Armazenadora Picos.....	25
Quadro X – Rol de Responsáveis Unidade Armazenadora Floriano.....	26
Quadro XI – Rol de Responsáveis Unidade Armazenadora Parnaíba.....	26
Quadro XII - CPR- Estoque.....	48
Quadro XIII – Aquisições por meio da CPR-Doação.....	48
Quadro XIV - Relação de Entidades Produtoras/Beneficiárias no Piauí – CPR-Doação.....	48
Quadro XV - Demonstrativo das Aquisições de Sacaria.....	49
Quadro XVI – Demonstrativo de Pagamento de Subvenções.....	49
Quadro XVII – Demonstrativo de Pagamento de Subvenção da PGPMBio.....	50
Quadro XVIII – Relação de Extrativistas da UJ.....	51
Quadro XIX – Demonstrativo de Comercialização pelo VEP.....	54
Quadro XX – Demonstrativo de Vendas pela REFAP.....	57
Quadro XXI - Produtos Comercializados por meio do REFAP.....	58
Quadro XXII– Produtos Comercializados por meio da REFAP.....	64
Quadro XXIII - Estoque de Terceiros Armazenados nas Unidades Próprias da UJ.....	65
Quadro XXIV – Detalhamento dos Estoques de Terceiros na UJ.....	66
Quadro XXV – Demonstrativo do Resultado do Exercício na UJ.....	68
Quadro XXVI – Capacidade Estática da Rede Própria de Armazéns da UJ.....	70
Quadro XXVII - Investimentos Realizados na Rede Armazenadora Própria da UJ.....	72
Quadro XXVIII - Certificação da Unidade Armazenadora de Teresina.....	72
Quadro XXIX - Certificação da Unidade Armazenadora de Floriano/Parnaíba/Picos.....	73
Quadro XXX – Demonstrativo da Posição dos Estoques Públicos Armazenados em Unidades Próprias.....	74
Quadro XXXI – Estoques Públicos Depositados em Unidades Próprias da UJ Produtos Agropecuários.....	74
Quadro XXXII – Estoques Públicos Depositados em Unidades Próprias da UJ Outros Produtos....	74
Quadro XXXIII – Relação de Empregados que Auxiliam na Fiscalização da UJ.....	75
Quadro XXXIV – Demonstrativo de Fiscalização dos Estoques.....	76
Quadro XXXV – Relação de Termo de Vistoria e Notificação elaborado na UJ.....	77
Quadro XXXVI – Fiscalização das Operações de Garantia e Sustentação de Renda da UJ.....	77
Quadro XXXVII – Demonstrativo de Ocorrência de Irregularidades nas Unidades Armazenadoras.....	78
Quadro XXXVIII - Demonstrativo das Remoções Contratadas .....	79
Quadro XXXIX – Demonstrativo de Contratação de Remoção de Produtos do MDS .....	80
Quadro XL – Demonstrativo de Contratação de Remoção de Produtos do MDA.....	81
Quadro XLI - Demonstrativo da Área Plantada e da Produção Agrícola Safra 2009/2010 e 2010/2011 (Grãos).....	83
Quadro XLII – Demonstrativo da Área Plantada e da Produção Agrícola Safra 2010/2011 e 2011/2012 (Grãos).....	84
Quadro XLIII– Distribuição de Empregados da UJ.....	88



Quadro XLIV – Cargos de empregados da UJ.....	89
Quadro XLV – Quantitativo de Capacitações realizadas na UJ.....	93
Quadro XLVI – Indicadores de Capacitação.....	94
Quadro XLVII – Relação de Empregados Capacitados.....	95
Quadro XLVIII– Composição do Quadro de Pessoal, por Situação Funcional.....	96
Quadro XLIX - Demonstrativo da Variação do Efetivo, por Situação Contratual Situação Apurada em 31/12/2011.....	97
Quadro L – Demonstrativo Por Nível de Escolaridade.....	98
Quadro LI – Situações que reduzem a Força de Trabalho da UJ.....	98
Quadro LII- Quantitativo de Admitidos, Demitidos e Transferidos.....	99
Quadro LIII – Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária.....	100
Quadro LIV - Demonstrativo do Quadro de Estagiários da UJ – 2011.....	101
Quadro LV – Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2009, 2010 e 2011.....	101
Quadro LVI – Contratos de Prestação de Serviços de Vigilância Ostensiva.....	102
Quadro LVII - Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de obra.....	103
Quadro LVIII - Movimentação Orçamentária Por Grupo de Despesa .....	104
Quadro LIX – Despesas por Modalidade de Contratação.....	104
Quadro LX - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação.....	106
Quadro LXI - Execução Física e Orçamentária das Ações realizadas na UJ.....	108
Quadro LXII – Programas e Ações.....	109
Quadro LXIII - Execução Orçamentária da Ação Assistência Médica e Odontológica.....	110
Quadro LXIV - Percentual de Atendimento no Serviço de Assistência à Saúde (SAS).....	112
Quadro LXV - Percentual de Execução Financeira do Serviço de Assistência à Saúde (SAS).....	113
Quadro LXVI - Custo por Atendimento do Serviço de Assistência à Saúde (SAS).....	113
Quadro LXVII - Execução Orçamentária da Ação Assistência Médica– Exames Periódicos.....	114
Quadro LXVIII - Percentual de Atendimento no Serviço de Assistência à Saúde (SAS).....	115
Quadro LXIX - Percentual de Execução Financeira do Serviço de Assistência à Saúde (SAS).....	116
Quadro LXX - Execução Orçamentária da Ação Auxílio-Alimentação.....	116
Quadro LXXI - Percentual de Atendimento do Auxílio-Alimentação.....	118
Quadro LXXII - Percentual de Execução Financeira do Auxílio-Alimentação.....	119
Quadro LXXIII - Custo por Atendimento do Auxílio-Alimentação.....	119
Quadro LXXIV - Execução Orçamentária da Ação Auxílio – Transporte.....	120
Quadro LXXV - Percentual de Atendimento do Auxílio-Transporte.....	121
Quadro LXXVI - Percentual de Execução Financeira do Auxílio-Transporte.....	122
Quadro LXXVII - Custo por Atendimento do Auxílio-Transporte.....	122
Quadro LXXVIII - Execução Orçamentária da Ação Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras.....	123
Quadro LXXIX - Percentual de Armazéns Cadastrados.....	126
Quadro LXXX – Percentual de Execução Financeira das Operações de Cadastro de Armazéns....	126
Quadro LXXXI - Custo por Unidade Cadastrada.....	127
Quadro LXXXII - Execução Orçamentária da Ação Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação .....	127
Quadro LXXXIII - Elemento de Despesa – Exercício 2007 a 2011.....	128
Quadro LXXXIV - Quantitativo de Estoques Públicos Fiscalizados – 2010/2011.....	128
Quadro LXXXV - Instrumentos de Apoio à Comercialização/Quantitativo 2008 a 2011.....	129
Quadro LXXXVI - Percentual de Fiscalizações Realizadas.....	129
Quadro LXXXVII - Percentual de Execução Financeira da Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários.	130



Quadro LXXXVIII - Índice de Perdas em Armazenagem.....	130
Quadro LXXXIX - Índice de Desvio de Produtos Armazenados.....	131
Quadro XC - Índice de ocorrência de produtos desclassificados.....	131
Quadro XCI - Índice de Ocorrência de Produtos Abaixo do Padrão.....	132
Quadro XCII - Custo por Fiscalização Realizada.....	132
Quadro XCIII - Percentual de Fiscalização dos Estoques Públicos.....	133
Quadro XCIV - Execução da Ação Formação dos Estoques Públicos.....	133
Quadro XCV - Despesa Detalhada.....	134
Quadro XCVI - Quantitativo de Aquisições na Ação Formação de Estoques Públicos.....	134
Quadro XCVII - Percentual de produtos adquiridos para a Formação de Estoques Públicos.....	135
Quadro XCVIII - Percentual de Execução Financeira na Formação de Estoques Públicos.....	136
Quadro XCIX – Execução Orçamentária da Ação Gestão e Administração do Programa.....	136
Quadro C – Demonstrativo da Execução de Despesas.....	137
Quadro CI – Indicadores da Ação Gestão e Administração do Programa.....	138
Quadro CII - Execução Orçamentária da Ação Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar.....	138
Quadro CIII - Demonstrativo da Execução da Despesa.....	139
Quadro CIV - Percentual de Informações Agropecuárias disponibilizadas.....	140
Quadro CV - Percentual de Execução Financeira na Geração e Difusão da Informações Agropecuárias.....	140
Quadro CVI - Número de Séries Estatísticas Disponíveis.....	141
Quadro CVII - Execução Orçamentária da Ação Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns.....	141
Quadro CVIII - Relação de Serviços realizados nas Unidades.....	142
Quadro CIX - Percentual de Unidades Armazenadoras da Rede Própria Recuperadas/Modernizadas.....	142
Quadro CX - Percentual de Gastos com a Recuperação/Modernização da Rede Armazenadora Própria.....	143
Quadro CXI - Execução Orçamentária da Ação Organização dos Micro e Pequenos Varejistas.....	143
Quadro CXII - Elemento de Despesa/Exercício 2007 a 2011.....	144
Quadro CXIII - Percentual de Unidades Varejistas Organizadas.....	144
Quadro CXIV - Percentual de Execução Financeira destinado à Organização dos Micro e Pequenos Varejistas.....	145
Quadro CXV - Execução Orçamentária da Ação Capacitação de Servidores Públicos Federais.....	145
Quadro CXVI - Elemento de Despesa – 2007 a 2011.....	146
Quadro CXVII - Atendimento da Demanda de Capacitação.....	147
Quadro CXVIII - Percentual da Execução Financeira com Capacitação.....	148
Quadro CXIX - Custo por Empregado Capacitado.....	148
Quadro CXX - Execução Orçamentária da Ação Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras.....	149
Quadro CXXI - Percentual de Pesquisa de Safras.....	149
Quadro CXXII - Percentual de Execução Financeira destinada à Pesquisa de Safras.....	150
Quadro CXXIII - Execução Orçamentária da Ação Cumprimento de Sentença Judicial.....	150
Quadro CXXIV - Elemento de Despesa – Exercício 2007 a 2011.....	151
Quadro CXXV - Indicadores da Ação Cumprimento de Sentenças Judiciais.....	152
Quadro CXXVI - Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores.....	152
Quadro CXXVII - Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores.....	153
Quadro CXXVIII - Composição Acionária da UJ como investidora.....	174
Quadro CXXIX - Provisão Para Perdas Prováveis.....	175

Quadro CXXX - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ.....	175
Quadro CXXXI - Bens Imóveis Utilizados pela UJ.....	176
Quadro CXXXII – Estrutura de Controles Internos da UJ.....	181
Quadro CXXXIII - Recomendação da CGU.....	182
Quadro CXXXIV - Recomendações da Auditoria Interna Atendidas pela UJ .....	183
Quadro CXXXV - Recomendações da Auditoria Interna Pendentes .....	183

### Lista de Figuras

Figura I - Organograma da Sureg/PI.....	16
Figura II - Mapa Estratégico Corporativo da Conab.....	29
Figura III - Macroprocesso de Sustentação da Renda.....	31
Figura IV - Macroprocesso de Promoção do Abastecimento .....	32
Figura V - Macroprocesso de Promoção do Abastecimento .....	33
Figura VI - Macroprocesso de Atendimento a Parceiros.....	34
Figura VII - Macroprocesso de Prestação de Serviços.....	35
Figura VIII - Macroprocesso de Administração de Estoques Públicos.....	36
Figura IX - Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos.....	37
Figura X – Área de Atuação do PAA em 2011.....	46
Figura XI – Evolução dos Recursos Aplicados pela Sureg-PI.....	47
Figura XII – Evolução do Programa Vendas em Balcão da UJ.....	57
Figura XIII – Evolução da Comercialização de Estoques Públicos pela Refap.....	59
Figura XIV – Evolução da quantidade de alimentos entregues pela UJ-MDS.....	60
Figura XV – Atendimento às Famílias em Situação de Insegurança Alimentar e Nutricional na UJ MDS – 2011.....	60
Figura XVI - Evolução da quantidade de produtos alimentícios doados da UJ-MI.....	61
Figura XVII – Demonstrativo da Distribuição de Produtos Alimentícios.....	62
Figura XVIII - Estoque Médio de Terceiros Armazenado na UJ.....	66
Figura XIX – Evolução da Receita de Armazenagem de Produtos de Terceiros.....	67
Figura XX – Índice de Ocupação na UJ.....	69
Figura XXI – Área x produção agrícola do Estado do Piauí safras 1976/1977 – 2010/2011.....	83
Figura XXII – Área x produção x produtividade de cana-de-açúcar safras 2009/2010 e 2010/2011 - Piauí.....	85
Figura XXIII – Destinação da produção de cana-de-açúcar safra 2010/2011 - Piauí.....	85
Figura XXIV – Produção de etanol e açúcar safra 2010/2011 - Piauí.....	86
Figura XXV – Polos e municípios polos de pesquisa de safras no Estado do Piauí.....	87
Figura XXVI – Evolução do Quadro de Pessoal da UJ.....	97
Figura XXVII - Metas e Resultados do Serviço de Assistência à Saúde (SAS) – Exercícios 07/11.....	111
Figura XXVIII - Evolução do Auxílio Alimentação – Exercícios 07/11.....	117
Figura XXIX - Metas e Resultados do Auxílio-Transporte – 2007 a 2011.....	120
Figura XXX - Armazéns Cadastrados – 2007 a 2011.....	124
Figura XXXI – Armazéns cadastrados no Estado do Piauí.....	125

## APRESENTAÇÃO

O presente Relatório de Gestão, exercício fiscal 2011, é peça integrante do Processo de Prestação de Contas da Superintendência Regional da Companhia Nacional de Abastecimento do Piauí – SUREG/PI/CONAB. Elaborado em conformidade com a Instrução Normativa n.º 63, de 1.º de setembro de 2010, Decisão Normativa n.º 108, de 24 de novembro de 2010, Portaria TCU n.º 123, de 12 de maio de 2011 e demais legislação pertinente.

Para o exercício de 2011, a Conab, com base no anexo II – Parte D da Decisão Normativa TCU n.º 108, de 24 de novembro de 2010, apresenta o Relatório de Gestão Customizado e Descentralizado por Unidade Jurídica (Superintendência Regional).

Tomando-se por base a Parte D - Conteúdo do Relatório de Gestão, do Anexo II, da DN/TCU N.º 108, não foram atendidas parte das informações customizadas ali dispostas, haja vista não se adequarem às competências e atribuições da Superintendência. Explicamos: **Item 1**, especificamente os **Subitens Auditoria Independente** - A Conab possui, em sua estrutura, um órgão consultivo e assessoramento denominado Auditoria Interna – AUDIN, subordinada ao Conselho de Administração e vinculada administrativamente à Presidência, com sede em Brasília/DF e **Estrutura de Governança Corporativa**, de competência da Matriz; **Item 05** – Análise dos principais resultados do Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro – PROHORT . No Estado do Piauí, no exercício de 2011, não houve ação do Prohort , tendo em vista que a sua implantação é centralizada na Matriz; **Item 08** – Gestão Tecnológica, por abranger atividades afetas à Matriz/DF; **Item 09** - Gestão Estratégica, por meio da Reunião de Diretoria da Conab - REDIR N.º 1.030, realizada na data de 10/01/2012, foi aprovada, em atendimentos às decisões do Tribunal de Contas da União, a retomada do Planejamento Estratégico da Conab. A retomada dessa atividade caberá a um Grupo de Trabalho que terá como atribuição validar os objetivos estratégicos, os indicadores de avaliação, as metas e iniciativas ou projetos que irão permitir o alinhamento da gestão estratégica ao cumprimento da missão institucional da Companhia; **Subitem 11.6** – CIBRIUS, por suas atividades serem centralizadas na Matriz/DF; **Subitem 12.3** - Transferências Recebidas e Realizadas no Período, a Conab recebe de outros órgãos e repassa para as Regionais. A Matriz centraliza essa ação, descentralizando os recursos para as Regionais; **Subitem 12.4** – Transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de 2011, por a UJ não deter competência para firmar instrumentos de transferências voluntárias, restringindo-se à fiscalização da execução dos convênios/termos de parceria/contratos de repasse firmados pela CONAB/Matriz e **Subitem 13.2.1**- Providências Adotadas para Atendimento das Deliberações dos Órgãos de Controle Interno e Externo – TCU, por não ter havido determinações/recomendações expedidas em Acórdãos do Tribunal de Contas da União – no exercício sob exame.

**Não foram informados os indicadores gerenciais** dos Itens **03** - Sustentação de Renda; **04** – Promoção do Abastecimento; **05**- Articulação e Organização do Abastecimento; **06** – Prestação de Serviços; **07** – Administração de Estoques Públicos – Armazenagem, Fiscalização e Movimentação e **11** – Gestão de Pessoas. Técnicos de diversas áreas da Matriz da Conab no Distrito Federal iniciaram um trabalho de criação de indicadores de desempenho. Atualmente, estão em fase de análise a fim de verificar se atendem aos requisitos de qualidade dos indicadores, tais como: Validade, Comparabilidade, Estabilidade, Homogeneidade, Praticidade, Independência, Confiabilidade, Seletividade, Compreensão, Completude, Economicidade, Acessibilidade, Tempestividade e Objetividade. Se aprovados, deverão entrar em fase de teste de aplicabilidade e se julgados necessários e suficientes serão estendidos para as regionais.

A Superintendência Regional da Conab no Piauí acompanha a trajetória da produção agrícola no Estado, desde o planejamento do plantio até o seu escoamento. Para essas ações, a Regional realiza estudos e estatística dos preços, assim como os levantamentos de custos de produção da agropecuária, a expectativa de plantio e de colheita de grãos e da produção sucroalcooleira, além do volume e localização de estoques públicos. Ainda, contribui com a garantia dos preços mínimos oferecidos pelo governo, que é traduzida em abundância no abastecimento e estímulo à produção.

No que diz respeito à definição das políticas públicas para o abastecimento alimentar no Piauí, no âmbito da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), a Conab é responsável por sua execução. A atuação se faz por meio da Aquisição do Governo Federal (AGF), quando necessário, onde este instrumento é capaz de equilibrar a renda do produtor rural, do agricultor familiar e de suas cooperativas, frente a oscilação do preço no mercado.

O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), no qual o governo compra a produção familiar a preços adequados, de forma descomplicada e sem intermediários, também tem presença efetiva da Companhia na sua execução, em parcerias com outros órgãos governamentais. O PAA objetiva superar o maior desafio para os agricultores familiares, que é vender a produção a preços remuneradores e compatíveis com o mercado.

No Piauí, em 2011, o PAA executado pela Conab, por meio da instrumentalização da Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea (CPR – Doação) e Formação de Estoque fez aquisições de 2.421 toneladas de produtos agropecuários, com a aplicação de R\$ 4.853.526,25 (Quatro Milhões Oitocentos e Cinquenta Três Mil, Quinhentos e Vinte Seis Reais e Vinte Cinco Centavos), tendo como finalidade o atendimento às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional por meio de doação de alimentos adquiridos de Agricultores Familiares.

O Piauí foi contemplado, no mesmo ano, com a oferta e venda de 12.073 toneladas do produto milho em grãos, com 7.600 atendimentos a Pequenos Criadores, através de suas Unidades Armazenadoras da Conab no Estado, definindo as quantidades do produto, por meio do instrumento de apoio do Programa de Vendas em Balcão, operacionalizado pela Conab.

A Conab atua como parceira na Distribuição de Cestas de Alimentos. Trata-se de uma ação governamental integrada que visa garantir, de forma regular, um composto alimentar a grupos populacionais específicos em situação de vulnerabilidade social. São beneficiários as famílias acampadas que aguardam a sua inclusão no Programa Nacional de Reforma Agrária, as comunidades quilombolas e pescadores artesanais. No Piauí, foram distribuídas 653 toneladas de alimentos, perfazendo um atendimento contínuo e sistematizado durante todo o exercício de 2011 a 5.139 famílias.

A Superintendência Regional da Conab no Piauí, graças a experiência em logística e abastecimento, vem executando com excelência todos os programas de governo acima descritos e propõe melhorar e otimizar mais ainda a ampliação dos mesmos para o ano de 2012, visando cumprir sua missão institucional que é ***contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento.***

Alysson Silva Pêgo  
Superintendência Regional do Piauí  
Superintendente

## 1 – INFORMAÇÕES BÁSICAS

### 1.1. - INFORMAÇÕES GERAIS DA UJ

#### 1.1.1. Identificação da Unidade Jurisdicionada

**Quadro I - Identificação da Unidade Jurisdicionada**

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Poder Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA			Código SIORG: 14
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Superintendência Regional da Conab no Estado do Piauí			
Denominação abreviada: CONAB - Sureg/PI			
Código SIORG: 087189	Código LOA: Não se aplica		Código SIAFI: 135345
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Empresa pública		CNPJ:26.461.699/0386-68	
Principal Atividade: Administração Pública em geral			Código CNAE: 84.11-6-00
Telefones/Fax de contato:	86-3194-5400	86- 3194-5405	86-3221-9087
Endereço Eletrônico: pi.sureg@Conab.gov.br		Página da Internet: www.conab.gov.br	
Endereco Postal: Rua Honório de Paiva, nº 475, Bairro Picarra, CEP: 64017-112, Teresina/Piauí			

Fonte:Siafi

**Quadro II - Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada**

Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada
<p><b>A Superintendência Regional da Conab no Estado do Piauí</b>, parte integrante da estrutura organizacional da Conab, foi criada por meio da Octogésima Sexta Reunião Extraordinária da Diretoria Colegiada, datada de 18 de janeiro de 2000. A <b>Resolução CONAD Nº 002, de 29/11/2001</b>, do Conselho de Administração da CONAB, que de acordo com a deliberação da 105ª Reunião Ordinária aprova as alterações do Regimento Interno, especificamente no art.108, incluiu a Sureg/PI na classificação Tipo II (Atualmente, com as diversas alterações ocorridas no Regimento Interno da CONAB – NOC Nº 10.104, a Sureg/PI encontra-se incluída na classificação Tipo II, no art. 143).</p>
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada
<p>a) Lei n.º 8.029, de 12 de abril de 1990, em seu art.19, II – constituição da Conab;</p> <p>b) Decreto nº 99.994, de 26 de dezembro de 1990 – Estatuto Social. As suas atividades tiveram início em 1º de janeiro de 1991.</p> <p>As competências da CONAB estão definidas no Estatuto Social, em sua 9ª versão, alterada pelo Decreto <b>6.407, de 24/03/2008</b>.</p>
Manuais e publicações relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada
Manual de Operações da Conab, Regimento Interno, Regulamentos de Pessoal ( PCCS/91 e PCCS/2009)

Fonte:Siafi

**Quadro III - Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada**

<b>Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>	
<b>Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>	
<b>Código SIAFI</b>	<b>Nome</b>
135178	Unidade Armazenadora de Teresina
135179	Unidade Armazenadora de Picos
135180	Unidade Estoque Estratégico/PI
135181	Núcleo Estoque Regulador – PGPM-/PI
135217	Unidade Armazenadora de Floriano
135462	Unidade Armazenadora de Parnaíba
135463	Unidade de Mercado de Opção/PI
135541	Unidade Conab PAA Piauí
<b>Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>	
<b>Código SIAFI</b>	<b>Nome</b>
22211	Companhia Nacional de Abastecimento
<b>Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões</b>	
<b>Código SIAFI da Unidade Gestora</b>	<b>Código SIAFI da Gestão</b>
135178	22211
135179	22211
135180	22211
135181	22211
135217	22211
135462	22211
135463	22211
135541	22211

Fonte: SIAfi

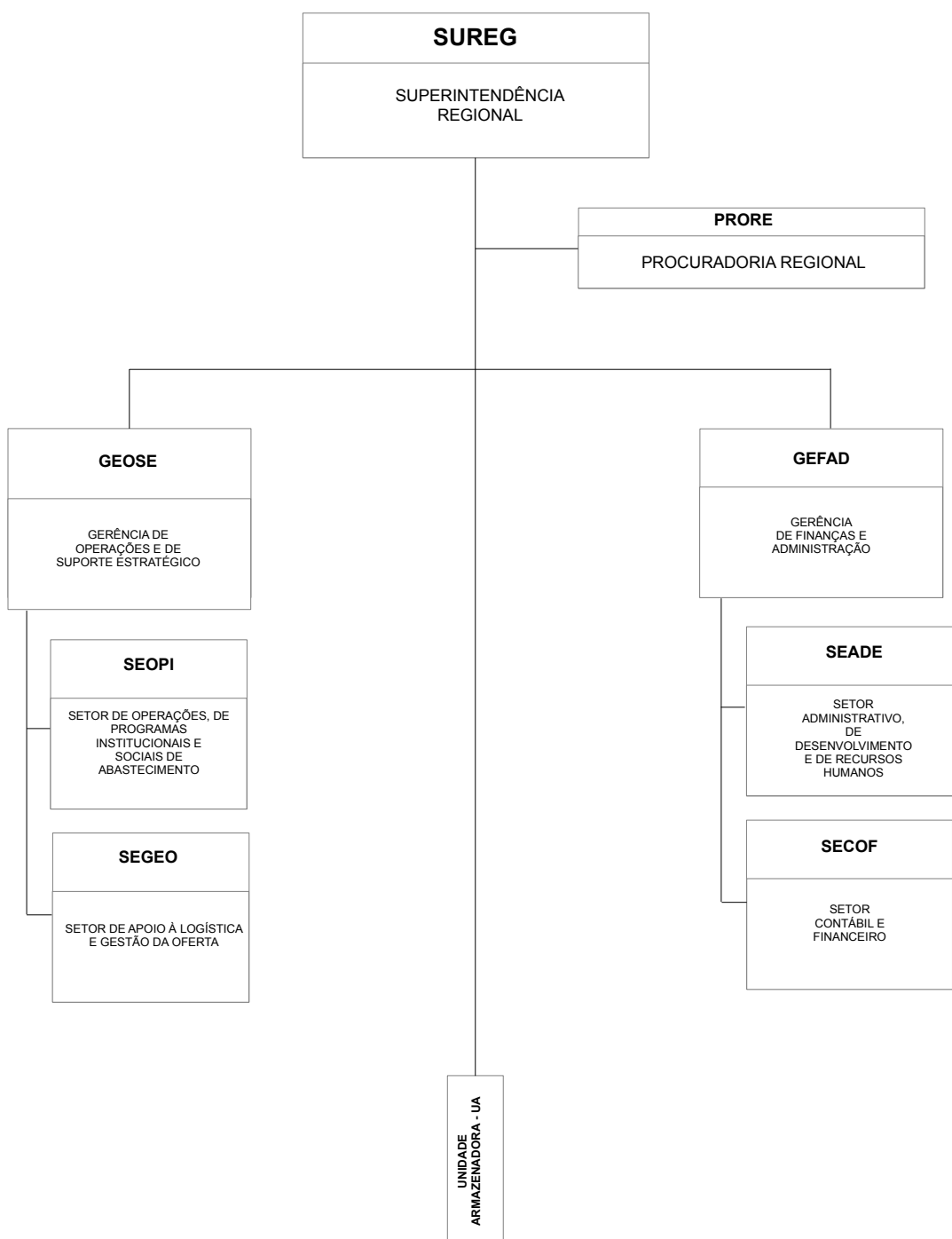
**1.1.2 – Estrutura Organizacional**

As Superintendências Regionais da Conab são classificadas por tipo, conforme prescreve o art.142 do NOC 10.104- Regimento Interno. A Sureg/PI encontra-se enquadrada no TIPO II, possuindo uma menor quantidade de gerências e setores em relação às Sureg's Tipo I, muito embora as competências de suas unidades orgânicas sejam idênticas.

Em face do aumento de demandas, há a necessidade de alteração na classificação da Regional do Piauí do TIPO II para TIPO I. O acréscimo de divisões em sua estrutura interna tende a otimizar os trabalhos e evitar o surgimento de segregação de funções.

A seguir, apresentamos o Organograma da Superintendência Regional do Piauí:

**Figura I - Organograma da Sureg/PI**



Fonte: Regimento Interno da Conab

Sua estrutura orgânica, composta por unidades administrativas e operacionais, está disciplinada no Estatuto Social e regulamentada no Regimento Interno – Normas da Organização – NOC 10.105, aprovado pelo Conselho de Administração, com as seguintes competências:



➤ **À Superintendência Regional – Sureg, subordinada hierarquicamente à Presidência, e funcionalmente às respectivas Diretorias, na sua jurisdição, compete:**

- I. Representar a Companhia perante os órgãos federais, estaduais e municipais;
- II. Manter estreita e ativa interação com entidades públicas e privadas ligadas ao agronegócio, objetivando antever soluções para questões regionais, divulgar as ações da Companhia e buscar novos negócios;
- III. Divulgar, cumprir e fazer cumprir as diretrizes governamentais estratégicas da Companhia, as disposições legais e os atos normativos em vigor;
- IV. Coordenar e supervisionar as atividades desenvolvidas pelas áreas subordinadas;
- V. Constituir grupos de trabalho, comissões de licitação, de sindicância, de inventário de mercadorias e outros similares de interesse da Companhia;

➤ **À Procuradoria Regional – Prore, subordinada hierarquicamente à Superintendência Regional e tecnicamente à Procuradoria-Geral, compete:**

- I - Prestar assistência jurídica nos assuntos de interesse da Conab;
- II- Elaborar procurações e escrituras; examinar, aprovar e cancelar as minutas de contratos, distratos, convênios, ajustes, acordos e editais, em que a Conab seja parte ou interveniente e promover a permanente atualização dos respectivos registros;
- III - Representar a Conab, em juízo ou fora dele, nos assuntos de sua competência;
- IV - Propor e ajuizar as ações de cobrança e outras de interesse da Conab;
- V- Zelar pela uniformidade de entendimentos e observância aos critérios e normas adotados pela Conab e à legislação pertinente;
- VI - Analisar e emitir pareceres sobre os processos administrativos, operacionais, licitatórios de aquisição, alienação de bens patrimoniais e contratação de serviços;

➤ **À Gerência de Operações e de Suporte Estratégico - Geose, subordinada à Superintendência Regional, compete:**

- I - Promover, por intermédio de seus setores, as atividades relacionadas ao:
  - a) desenvolvimento empresarial;
  - b) apoio à logística e gestão da oferta;
  - c) operações de estoques e comerciais;
  - d) Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento.

**a) Ao Setor de Operações de Programas Institucionais de Abastecimento – SEOPI, subordinado à Gerência de Operações e de Suporte Estratégico, compete:**

- I - Participar da definição de metas e indicadores de desempenho da Superintendência e da avaliação de suas atividades;
- II - Subsidiar a área de Logística e Gestão Empresarial com informações que possibilitem estudos de viabilidade econômico-financeira e social, com vistas à abertura, reforma, modernização ou ao encerramento de Unidades Armazenadoras;
- III - Controlar, vistoriar e fiscalizar os produtos pertencentes aos estoques próprios, governamentais e privados;
- IV - analisar e emitir pareceres nos processos de baixa contábil de perdas de mercadorias integrantes dos estoques governamentais, próprios e de terceiros;



- V - Executar as operações de controle e movimentação dos estoques, conforme diretrizes estabelecidas;
- VI - Executar a vistoria das Unidades Armazenadoras, com vistas à avaliação das condições de guarda e conservação dos produtos, promovendo o seu cadastramento;
- VII - Controlar e acompanhar as aplicações das tarifas de armazenagem e planilhas de custos relativas aos fretes contratados;
- VIII - Fiscalizar obras e serviços de construção e manutenção dos imóveis próprios ou sob sua administração;
- IX - Subsidiar a Matriz nas tarefas de elaborar projetos, levantar, quantificar, especificar e orçar os serviços necessários à recuperação, adequação e modernização das bases físicas;
- X - Promover a contratação das Unidades Armazenadoras de terceiros, consoante os normativos específicos;
- XI - Orientar, acompanhar e supervisionar as atividades das Unidades Armazenadoras próprias;
- XII - Acompanhar e supervisionar o controle quantitativo e qualitativo dos estoques;
- XIII - Conferir a documentação operacional, fiscal e contábil emitida pelas Unidades Armazenadoras próprias.
- XIV - Executar as operações de aquisição dos pequenos produtores;
- XV - Acompanhar as operações comerciais efetuadas pela Companhia, adotando as medidas que lhe forem pertinentes;
- XVI - Proceder à aquisição e venda dos produtos relativos aos estoques governamentais e aos destinados aos Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento, de acordo com as demandas da Matriz e da área de Apoio à Logística e Gestão da Oferta, emitindo os respectivos documentos fiscais;
- XVII - Manter atualizado o cadastro de clientes institucionais;
- XVIII - Acompanhar e controlar, sob orientação da Matriz, as operações de Prêmio para Escoamento de Produto - PEP, Valor para Escoamento de Produto – VEP, Prêmio para Escoamento da Produção – PEB e outros instrumentos de incentivo à comercialização que forem criados pela Companhia;
- XIX - Participar de estudos relativos à composição e decomposição de preços, aos preços mínimos e à fixação de margens de comercialização, com a participação da área de Apoio à Logística e Gestão da Oferta;
- XX - Controlar e supervisionar as operações de entrega de produtos comercializados em Bolsas de Mercadorias;
- XXI - efetuar o levantamento das necessidades e executar as vendas programadas relativas aos Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento;
- XXII - orientar, acompanhar e supervisionar as atividades das unidades de comercialização;
- XXIII - acompanhar os níveis de preços no atacado e varejo dos produtos básicos, destinados aos Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento;
- XXIV - controlar os estoques de produtos destinados aos Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento;
- XXV - manter atualizado o cadastro de fornecedores.

**b) Ao Setor de Apoio à Logística e Gestão da Oferta – Segeo, subordinado à Gerência de Desenvolvimento e Suporte Estratégico, compete:**

- I - coletar os preços dos produtos agrícolas regionais, dos insumos e dos fretes, repassando-os sistematicamente à área de Logística e Gestão Empresarial da Matriz;
- II - acompanhar e analisar sistematicamente os níveis de estoques de produtos agrícolas, para subsidiar as possíveis intervenções no mercado pela Companhia;
- III - acompanhar os mercados dos complexos agropecuários, fornecendo informações gerenciais, para subsidiar os estudos desenvolvidos pela Matriz;
- IV - prestar informações, ao público externo, sobre as normas específicas de produtos agrícolas e outros assuntos do Manual de Operações da Conab– MOC;
- V - proceder a levantamentos de safras agrícolas e de informações acerca de estoques privados, conforme orientação da Matriz;
- VI - participar de estudos relativos à composição e decomposição de preços, aos preços mínimos e à fixação de margens de comercialização, com a participação da área de Operações Comerciais;
- VII - manter banco de dados com informações de preços, produção, produtividade e outros indicadores da agropecuária, com vistas a subsidiar a área de Logística e de Gestão Empresarial da Matriz.

➤ **À Gerência de Finanças e Administração – Gefad, subordinada à Superintendência Regional, compete:**

- I - promover, por intermédio de seus setores, as atividades relacionadas a:
  - a) administração de recursos humanos, material, patrimônio, seguro, desenvolvimento e capacitação de pessoal e modernização administrativa;
  - b) telecomunicações, documentação e serviços gerais;
  - c) execução contábil, tributária, fiscal, orçamentária e financeira.

**a) Ao Setor Administrativo de Desenvolvimento e de Recursos Humanos - Seade, subordinado à Gerência de Finanças e Administração – Gefad, compete:**

- I - executar as atividades referentes à tecnologia da informação, observando o princípio de integração corporativa de *softwares*, sistemas e equipamentos;
- II - elaborar, com as demais áreas, a proposta orçamentária da Superintendência, de acordo com os procedimentos definidos pela área de Logística e Gestão Empresarial;
- III - analisar e emitir pareceres sobre a aquisição e recuperação de equipamentos e instalações, considerando a disponibilidade orçamentária e financeira;
- IV - preparar os dados necessários à elaboração da folha de pagamento, guias de recolhimento de encargos legais, extinção e rescisão contratual outros de natureza similar;
- V - analisar e emitir parecer sobre pedidos de transferência de empregados, observando os normativos vigentes;
- VI - executar e controlar as atividades de recrutamento, seleção, admissão, demissão e avaliação de pessoal;
- VII - controlar e manter atualizados os dados cadastrais e os registros funcionais dos empregados das áreas vinculadas, zelando pela sua guarda;
- VIII - manter o controle do registro de frequência, escala de férias e licenças de qualquer natureza e cessão dos empregados;

- IX- executar o controle das atividades de estágios supervisionados;
- X - executar e controlar as atividades relativas aos benefícios concedidos pela Companhia;
- XI - promover o acompanhamento e a fiscalização dos convênios relacionados à assistência à saúde;
- XII - acompanhar a realização de exames admissionais, periódicos e demissionais;
- XIII - executar e controlar as atividades referentes à Segurança e Medicina do Trabalho;
- XIV - subsidiar a área Jurídica nas ações trabalhistas e atuar como preposto, quando necessário;
- XV - executar as ações de capacitação, desenvolvimento de pessoas e modernização administrativa, em consonância com as diretrizes emanadas da Matriz;
- XVI - proceder à aquisição, ao recebimento, à conferência, guarda e distribuição de materiais permanentes e de consumo;
- XVII - examinar e preparar a documentação para formação de processos de pagamento das aquisições de serviços, materiais permanentes e de consumo;
- XVIII - executar e controlar as atividades relacionadas à administração de bens patrimoniais, realizando os respectivos inventários físicos, providenciando regularização e propondo destinação;
- XIX -executar, controlar e acompanhar as atividades de apoio administrativo relacionadas à reprografia, ao protocolo, ao arquivo, às telecomunicações e a outros de natureza análoga;
- XX - adotar as providências necessárias à publicação de extratos de contratos, convênios e outros instrumentos legais;
- XXI - executar, controlar e acompanhar as atividades de segurança, limpeza, conservação e jardinagem;
- XXII - controlar a utilização, manutenção, o licenciamento e os custos operacionais dos veículos próprios. Propondo aquisição e alienação, quando for o caso;
- XXIII - promover a execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos e instalações das áreas da Sede;
- XXIV -executar e acompanhar as atividades relacionadas a deslocamentos a serviço;
- XV -elaborar os contratos advindos da Comissão de Licitação;
- XVI - executar e acompanhar os contratos de prestação de serviços relativos às áreas de atuação, emitindo a documentação pertinente. Avaliar sistematicamente as bases contratuais, sobretudo nos aspectos de preço, qualidade e prazo, propondo, quando necessário, a renegociação ou o cancelamento dos instrumentos;
- XVII - executar e controlar as atividades relativas aos seguros contratados, acompanhando os casos de sinistros e instruindo os processos decorrentes.

**b) Ao Setor Contábil e Financeiro – Secof, subordinado à Gerência de Finanças e Administração, compete:**

- I - preparar e encaminhar as solicitações de créditos orçamentários e providenciar a descentralização para as demais áreas gestoras da Sureg;
- II - emitir pré-empenhos e notas de empenho para despesas, aquisições, contratos operações realizadas pela Sureg, de acordo com as respectivas classificações orçamentárias;
- III - acompanhar a execução orçamentária, verificando a liquidação dos empenhos, procedendo ao cancelamento e/ou reforço dos empenhos, de acordo com as necessidades e justificativas apresentadas;

- IV - conferir, controlar e registrar toda a documentação relativa a contratos e convênios e aos programas governamentais executados pela Sureg, encaminhando-a para pagamento e/ou demais providências cabíveis;
- V - apropriar as ações contábeis do recebimento de recursos financeiros na Sureg. Executar o controle financeiro de operações, preparar e acompanhar o orçamento de caixa;
- VI - elaborar a programação financeira e preparar ordens bancárias para pagamentos diversos. Conferir, lançar e controlar, diariamente, o movimento financeiro e os saldos bancários;
- VII - conferir e controlar os adiantamentos de viagens e as respectivas prestações de contas;
- VIII - proceder à guarda de valores, representados por moeda corrente ou sob a forma de títulos e efetuar o seu controle;
- IX - controlar e efetuar a cobrança dos créditos representados por duplicatas, títulos e outros documentos;
- X - manter atualizadas as contas a pagar, controlar o nível de endividamento da Sureg e propor medidas corretivas cabíveis;
- XI - elaborar e manter atualizados os cadastros das empresas que transacionam com a Companhia;
- XII - conciliar e analisar os saldos das contas de ativo e passivo de suas unidades gestoras;
- XIII - executar os registros contábeis relativos aos documentos que representam os atos e fatos da Sureg, efetuando a conformidade contábil diária relativa às suas unidades gestoras;
- XIV - controlar a emissão de senhas para acesso ao Sistema Integrado de Administração Financeira – Siafi e manter atualizado o Rol de Responsáveis das unidades gestoras da Suregs;
- XV - conferir e registrar os demonstrativos de resultados de inventários de mercadorias relativos às Unidades Armazenadoras;
- XVI - acompanhar e orientar a aplicação das legislações fiscal e tributária;
- XVII - executar, acompanhar e controlar a escrituração dos livros fiscais, relativa a todas as transações comerciais efetuadas;
- XVIII - providenciar a apuração e o recolhimento dos impostos e tributos devidos, e efetuar as conciliações mensais, observando a legislação pertinente;
- XIX - acompanhar e subsidiar a defesa da Companhia, em casos de autuações fiscais e protestos;
- XX - manter atualizados o registro da Companhia no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, a Inscrição Estadual, os alvarás e outros documentos reguladores de seu funcionamento.

➤ **Á Unidade Armazenadora – UA, subordinada hierarquicamente à Superintendência Regional, e funcionalmente às Gerências de área, compete:**

- I - receber, classificar, conferir, processar, conservar e expedir produtos armazenados pela Companhia;
- II - executar o controle físico, qualitativo e quantitativo dos produtos armazenados sob sua responsabilidade;
- III - zelar pela segurança física dos produtos e das instalações sob sua responsabilidade;
- IV - realizar o cadastramento de clientes e fornecedores, segundo os critérios estabelecidos;

V - manter contatos sistemáticos, conforme orientação da Sureg, com entidades públicas e privadas, ligadas ao segmento agropecuário para identificar antecipadamente soluções de problemas relacionados com o setor, na localidade de atuação da Unidade;

VI - proceder à coleta de preços de produtos agrícolas, insumos e frete, conforme orientação da Sureg;

VII - emitir e controlar a documentação pertinente às suas atividades, de acordo com os dispositivos legais e as normas internas;

VIII - cumprir e fazer cumprir as metas operacionais e financeiras fixadas pela Matriz.

### 1.1.3– Rol de Responsáveis

**Quadro IV – Rol de Responsáveis Superintendência**

<b>Nome</b>	<b>Alysson Silva Pêgo</b>
CPF/MF	836.683.813-72
Natureza/Responsabilidade	001 - Dirigente Máximo - Titular
<b>Cargo Função</b>	<b>Superintendente</b>
Data Nomeação	23/09/2009 - Portaria 257/2009
Endereço	Rua Prof. Odílio Ramos, 1540 – Morada Do Sol – Teresina/PI, Cep: 64.056-489
Endereço Eletrônico	alysson.peggo@conab.gov.br
<b>Nome</b>	<b>José Francisco Araújo Mendes</b>
CPF/MF	096.723.973-72
Natureza/Responsabilidade	001- Dirigente Máximo – Substituto
<b>Cargo Função</b>	<b>Superintendente Substituto</b>
Data Nomeação	29/01/2010 – Ato Direção 048
Endereço	Conjunto Velho Monge Q-B Casa 342 – Sacy – Teresina/PI, CEP: 64020-180.
Endereço Eletrônico	francisco.mendes@conab.gov.br

Fonte: Siafi

**Quadro V – Rol de Responsáveis Gerência de Finanças e Administração**

<b>Nome</b>	<b>José Nilson Gomes de Sousa</b>
CPF/MF	105.189.243-00
Natureza/Responsabilidade	137 e 138 – Responsável pelos atos de gestão orçamentária e financeira
<b>Função</b>	<b>Gerente de Finanças e Administração – GEFAD- Titular</b>
Período	01/01/2011 A 31/05/2011
Data Nomeação	01/10/2009 – Portaria 271
Data Exoneração	18/05/2011 - Portaria 506
Endereço	Rua Agripino Maranhão, 231 Bairro Noivos, Teresina/PI, CEP: 64046-230.
Endereço Eletrônico	jose.nilson@conab.gov.br
<b>Nome</b>	<b>Regina Márcia da Silva Franco Tavares</b>
CPF/MF	727.872.363-91
Natureza/Responsabilidade	137 e 138 – Responsável pelos atos de gestão orçamentária e financeira
<b>Cargo Função</b>	<b>Gerente de Finanças e Administração – GEFAD - Titular</b>
Período	31/05/2011 A 01/11/2011
Data Nomeação	18/10/2011 – Portaria 507
Data Exoneração	31/10/2011 – Portaria 1181
Endereço	Rua Padre Cirilo Chaves, 1877 Apt. 501, CEP: 64045-318
Endereço Eletrônico	regina.franco@conab.gov.br
<b>Nome</b>	<b>Francisco Ferreira Pontes</b>
CPF/MF	131.036.793-00
Natureza/Responsabilidade	137 e 138 – Responsável pelos atos de gestão orçamentária e financeira
<b>Cargo Função</b>	<b>Gerente de Finanças e Administração – GEFAD - Titular</b>
Data Nomeação	31/10/2011 Portaria 1180
Endereço	Rua Thomaz Edson, 2037 Apto 701 - Horto Florestal – Teresina/PI, CEP: 64052-770
Endereço Eletrônico	francisco.pontes@conab.gov.br
<b>Nome</b>	<b>Paulo Afonso Ribeiro Brito</b>
CPF/MF	133.936.343/72
Natureza/Responsabilidade	137 e 138 – Responsável pelos atos de gestão orçamentária e financeira
<b>Cargo Função</b>	<b>Gerente de Finanças e Administração – GEFAD Substituto</b>
Data Nomeação	01/12/2004 Ato de Direção 366
Data da Exoneração	19/04/2011 Portaria 362
Endereço	Rua Desembargador Freitas, 2078, Apt. 302, Centro – Teresina/PI, CEP: 64.000-240.
Endereço Eletrônico	paulo.brito@conab.gov.br
<b>Nome</b>	<b>Elaine de Andrade Borges</b>
CPF/MF	837.050.823/53
Natureza/Responsabilidade	137 e 138 – Responsável pelos atos de gestão orçamentária e financeira
<b>Cargo Função</b>	<b>Gerente de Finanças e Administração – GEFAD Substituto</b>
Data Nomeação	19/04/2011 Portaria 363
Endereço	Rua Coronel Costa Araújo, 3215, Horto Florestal – Teresina/PI – CEP: 64.049-460.
Endereço Eletrônico	elaine.andrade@conab.gov.br

Fonte: Siafi

### Quadro VI – Rol de Responsáveis Gerência de Operações e Suporte Estratégico

<b>Nome</b>	<b>José Francisco Araújo Mendes</b>
CPF/MF	096.723.973-72
Natureza/Responsabilidade	103 – Ordenador de Despesa por delegação de competência - Titular
<b>Cargo Função</b>	<b>Gerente de Operações e Suporte Estratégico - Titular</b>
Data Nomeação	01/04/2003 – Portaria 166/03
Endereço	Conj. Velho Monge Q-B Casa 342 – Scy – Teresina/PI, CEP: 64020-180
Endereço Eletrônico	francisco.mendes@conab.gov.br
<b>Nome</b>	<b>Cicero Bezerra da Silva</b>
CPF/MF	150.478.223-20
Natureza/Responsabilidade	103 – Ordenador de Despesa por delegação de competência - Substituto
<b>Cargo Função</b>	<b>Gerente Substituto</b>
Data Nomeação	27/07/2011 Portaria 835
Endereço	Q – 57 – C – 20 Sacy – Teresina/PI, CEP:64020-350
Endereço Eletrônico	cicero.silva@conab.gov.br

Fonte:Siafi

### Quadro VII – Rol de Responsáveis Procuradoria Regional - PRORE

<b>Nome</b>	<b>William Shekespeare Ribeiro Figueiredo</b>
CPF/MF	837.412.083/53
Natureza/Responsabilidade	001 - Dirigente Máximo - Titular
<b>Cargo Função</b>	<b>Procurador Regional</b>
Data Nomeação	05/12/2007 - Portaria 294/2007
Endereço	Avenida Noronha Almeida, nº 2290, Noivos.
Endereço Eletrônico	william.figueiredo@conab.gov.br
<b>Nome</b>	<b>Regina Márcia da Silva Franco Tavares</b>
CPF/MF	727.872.363/91
Natureza/Responsabilidade	001- Dirigente Máximo – Substituto
<b>Cargo Função</b>	<b>Procuradora Regional Substituta</b>
Data Nomeação	12/06/2008 – Ato Direção 182
Endereço	Rua Padre Cirilo Chaves, 1877, Apt.501, Bairro: Noivos, CEP: 64.035-410.
Endereço Eletrônico	regina.franco@conab.gov.br

Fonte:Siafi

**Quadro VIII – Rol de Responsáveis Unidade Armazenadora Teresina**

<b>Nome</b>	<b>Manuel Lopes da Paz</b>
CPF/MF	066.798.383-04
Natureza/Responsabilidade	001 – Dirigente Máximo – Titular
<b>Cargo Função</b>	<b>Gerente da Unidade Armazenadora – Teresina</b>
Período	01/01/2011 A 31/12/2011
Data Nomeação	15/02/1996 – Portaria 475
Endereço	Rua Nilo Correia Lima, 557 – Acarape – Teresina/PI, CEP:64003-810
Endereço Eletrônico	manoel.paz@conab.gov.br
<b>Nome</b>	<b>Pedro Vagner Dias Rodrigues</b>
CPF/MF	131.045.273/34
Natureza/Responsabilidade	001 – Dirigente Máximo UA Substituto
<b>Cargo Função</b>	<b>Gerente Substituto da Unidade Armazenadora – Teresina</b>
Data Nomeação	19/05/2003 Ato Direção 011
Endereço	Rua Chico Doca, 269, Acarape, Teresina/PI, CEP: 64.003-830.
Endereço Eletrônico	pedro.rodrigues@conab.gov.br

Fonte:Siafi

**Quadro IX – Rol de Responsáveis Unidade Armazenadora Picos**

<b>Nome</b>	<b>Luiz Varanda de Araújo</b>
CPF/MF	065.852.563-87
Natureza/Responsabilidade	001 – Dirigente Máximo – Interino
<b>Cargo Função</b>	<b>Gerente da Unidade Armazenadora de Picos - Interino</b>
Data Nomeação	27/12/2010 Portaria 741
Data Exoneração	20/04/2011 Portaria 398
Endereço	Conj.Paraibinha Q 06 Casa 16 – Picos/PI, CEP: 64.600-000
Endereço Eletrônico	luiz.varanda@conab.gov.br
<b>Nome</b>	<b>Francisco Honorato de Sousa</b>
CPF/MF	078.609.273-49
Natureza/Responsabilidade	001 – Dirigente Máximo
<b>Cargo Função</b>	<b>Gerente da Unidade Armazenadora de Picos - Titular</b>
Data Nomeação	20/04/2011 - Portaria 399
Endereço	Rua da Independência, 334, Bairro: Junco, Picos/PI, CEP:64.600-000
Endereço Eletrônico	francisco.sousa@conab.gov.br
<b>Nome</b>	<b>Luiz Varanda de Araújo</b>
CPF/MF	065.852.563-87
Natureza/Responsabilidade	001 – Dirigente Máximo – Substituto
<b>Cargo Função</b>	<b>Gerente da Unidade Armazenadora de Picos - Substituto</b>
Data Nomeação	20.04.2011 Portaria 398
Endereço	Conjunto Paraibinha Q 06 Casa 16 – Picos/PI, CEP: 64.600-000
Endereço Eletrônico	luiz.varanda@conab.gov.br

Fonte:Siafi



### Quadro X – Rol de Responsáveis Unidade Armazenadora Floriano

<b>Nome</b>	<b>André Silva Nascimento</b>
CPF/MF	895.403.603-15
Natureza/Responsabilidade	001 – Dirigente Máximo
<b>Cargo Função</b>	<b>Gerente da Unidade Armazenadora de Floriano</b>
Data Nomeação	01/02/2010 – Ato 050/2010
Endereço	Rua Alberto Drumond, 1077 – Floriano/PI, CEP: 64800-000
Endereço Eletrônico	andre.nascimento@conab.gov.br
<b>Nome</b>	<b>Jose Reinaldo de Castro Jansen</b>
CPF/MF	184.108.473-53
Natureza/Responsabilidade	001 – Dirigente Máximo
<b>Cargo Função</b>	<b>Gerente da Unidade Armazenadora de Floriano - Substituto</b>
Data Nomeação	02/03/2010 – Portaria 116
Endereço	Rua Roland Jacob, 1468 - Poty Velho – Teresina/PI, CEP: 64005-760
Endereço Eletrônico	jose.jansen@conab.gov.br

Fonte: Siafi

### Quadro XI – Rol de Responsáveis Unidade Armazenadora Parnaíba

<b>Nome</b>	<b>Fabio Barbosa Ferraz</b>
CPF/MF	032.255.114-55
Natureza/Responsabilidade	001 – Dirigente Máximo da UA
<b>Cargo Função</b>	<b>Gerente da Unidade Armazenadora de Parnaíba</b>
Data Nomeação	01/01/2007 – Ato 162/2007
Data Exoneração	04/04/2011 - Portaria 287
Endereço	Av. Jerônimo Câmara 1814 - Lagoa Nova - Natal/RN , CEP: 59.060-300 .
Endereço Eletrônico	fabio.ferraz@conab.gov.br
<b>Nome</b>	<b>Luiz Glairton Aguiar Oliveira</b>
CPF/MF	226.850.573-15
Natureza/Responsabilidade	001 – Dirigente Máximo da UA
Cargo Função	Gerente da Unidade Armazenadora de Parnaíba - <b>Interino</b>
Data Nomeação	04/04/2011 – Portaria 288
Endereço	Rua Caramuru 1030 Apto 06
Cep	64215-415
Endereço Eletrônico	luis.oliveira@conab.gov.br
<b>Nome</b>	<b>Sebastiana Rabelo Ribeiro</b>
CPF/MF	112.325.013/87
Natureza/Responsabilidade	001 – Dirigente Máximo da UA - Substituta
<b>Cargo Função</b>	<b>Gerente da Unidade Armazenadora de Parnaíba - Substituta</b>
Data Nomeação	04/04/2011 Portaria 289
Endereço	Rua Argentina, Quadra 19, Casa 06, Ceará, Parnaíba/PI, CEP: 64.215-620.
Endereço Eletrônico	luis.oliveira@conab.gov.br

Fonte: Siafi

## 1.2 – Análise do Planejamento Estratégico e dos Macroprocessos

### 1.2.1 – Planejamento Estratégico

O projeto do Planejamento Estratégico da Conab foi desenvolvido utilizando-se da metodologia de Balanced Scorecard– BSC, de forma compartilhada, pelas equipes: Líderes da Matriz (Diretoria Colegiada, Superintendentes de Área e Chefes da Presidência), Líderes Ampliada (10 Sureg's e alguns Gerentes, Assessores e Técnicos da Matriz) e Equipe de Desenvolvimento e de Multiplicadores.

Entre os produtos gerados, destacam-se o Mapa Estratégico Corporativo, composto de 5 perspectivas, 21 objetivos estratégicos, 43 indicadores, 17 iniciativas estratégicas e as metas definidas, além da nova declaração da Missão, Visão e Proposta de valor aos diferentes públicos alvos da Companhia.

**Missão:** Contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formação e execução das políticas agrícolas de abastecimento.

**Visão:**

a) Ser reconhecida pela excelência no exercício de seu papel institucional e na execução dos serviços prestados;

b) Ser referência como provedora de informações e conhecimento do setor agrícola e de abastecimento;

c) Ser reconhecida como centro de excelência na formulação, execução e difusão de segurança alimentar.

**Proposta de Valor:** O cumprimento da missão implica gerar valor aos diferentes públicos-alvos da Companhia:

**Produtor Rural:** Preço e renda, regulação do abastecimento, política agrícola de curto, médio e longo prazos e apoio no fortalecimento e organização do setor.

**Consumidor Final:** Acesso aos alimentos básicos no comércio varejista e preços acessíveis.

**Usuários de Informações:** Confiabilidade, tempestividade, regularidade, acesso democrático, gratuidade, consistência, abrangência e atualidade.

**Consumidores Carentes:** Atendimento de suas necessidades alimentares imediatas como prontidão no atendimento e qualidade dos produtos.

**Parceiro:** Cumprimento de seu papel institucional, execução, cumprimento do objetivo dos convênios firmados, capacidade técnica e operacional, efetividade nas ações e velocidade de resposta.

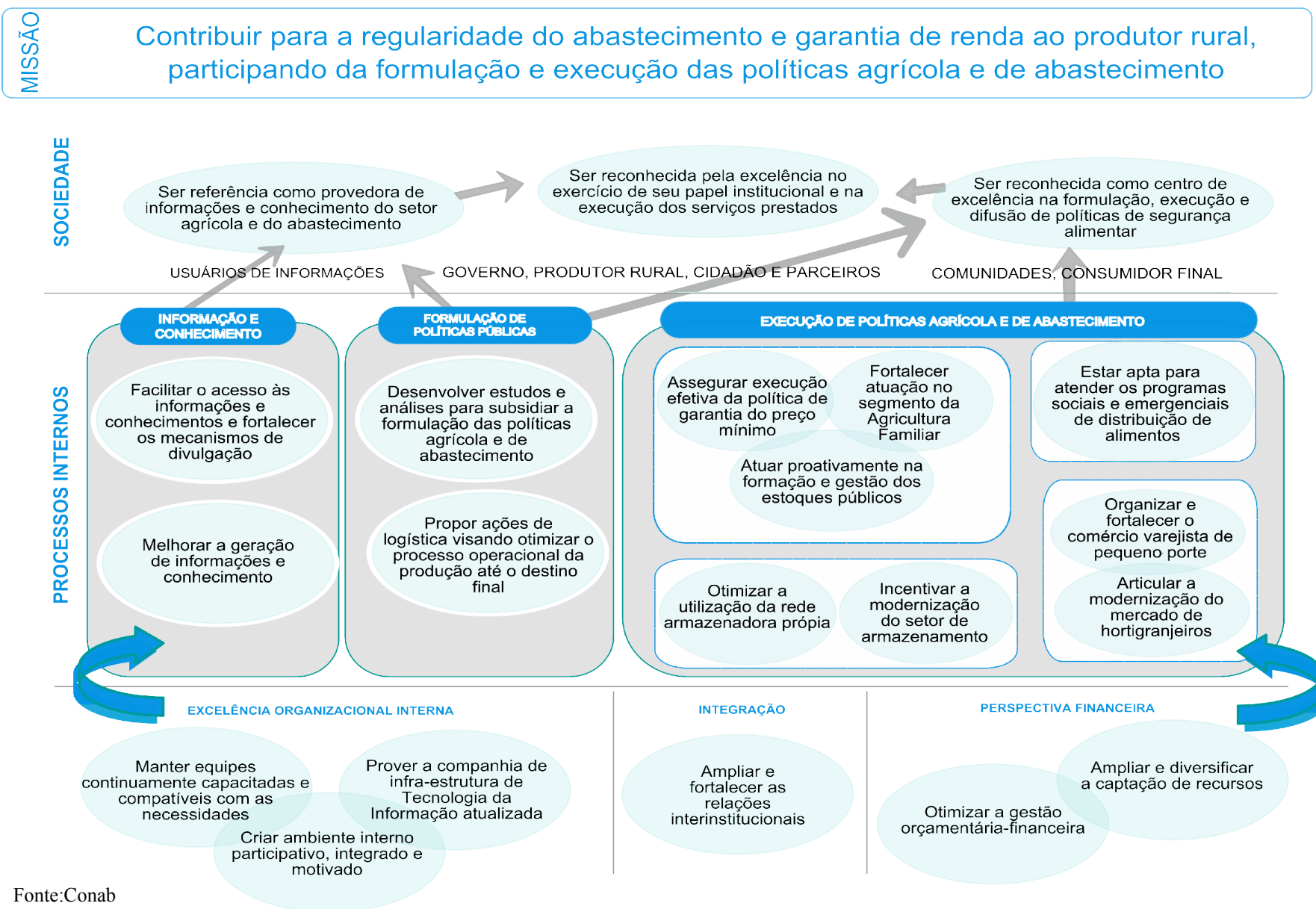
**Governo e Cidadão:** Cumprimento do papel institucional com transparência, ética, responsabilidade, fidelidade no cumprimento da legislação, racionalidade na aplicação dos recursos e agregação de valor à imagem do Governo.

**Mapa Estratégico** – Traduz a missão, a visão e a estratégia da organização em um conjunto abrangente de objetivos que direcionam o cumprimento e o desempenho institucionais. Os propósitos do mapa são definir e comunicar, de modo claro e transparente a todos os níveis gerenciais e servidores, o foco e a estratégia de atuação escolhida pela Conab, a forma como suas ações impactam no alcance dos resultados desejados, subsidiar a alocação de esforços e evitar a dispersão de ações e de recursos.

O mapa estratégico da Conab está estruturado com cinco perspectiva: excelência organizacional interna, integração, financeira, processos internos e sociedade. Essas perspectivas representam um encadeamento lógico da estratégia de atuação da Companhia. Cada uma engloba um conjunto de objetivos estratégicos que retratam os principais desafios a serem enfrentados pela Conab no alcance de sua visão de futuro e no cumprimento de sua missão institucional.

A tradução da estratégia, por meio do mapa, cria referencial comum e de fácil compreensão para unidades e empregados da organização.

**Figura II - Mapa Estratégico Corporativo da Conab**



Fonte: Conab

A Conab, ao elaborar seu Mapa Estratégico Corporativo, buscou alinhar as práticas gerenciais modernas ao Planejamento Estratégico, como pode-se observar nos seus principais macroprocessos: Sustentação de Renda; Promoção do Abastecimento; Articulação e Organização do Abastecimento; Atendimento a Parceiros; Prestação de Serviços; Administração de Estoques Público; Geração e Disseminação de Informações e Conhecimento.

Devido à descontinuidade do Planejamento Estratégico e por força do Acórdão da 2.<sup>a</sup> Câmara do TCU nº 835/2011, publicado no Diário Oficial em 24 de fevereiro de 2011, alertando a Companhia sobre a necessidade de retomada do planejamento estratégico em virtude dos riscos de gestão advindos da falta de utilização desse instrumento, foi criado, por meio das Portarias PRESI n.ºs 268 e 291, de 28 de março e 5 de abril de 2011, respectivamente, um Grupo de Trabalho -GT com a finalidade de retomar o Planejamento Estratégico. Após, o GT recomendou:

- a) criar uma unidade orgânica específica para elaboração e execução do Planejamento Estratégico, vinculada administrativamente à Presidência e hierarquicamente ao Conad, sendo o coordenador um empregado do quadro permanente de pessoal;
- b) inserir no regimento interno as ações pertinentes à nova unidade orgânica, fazendo as devidas supressões das competências em outras áreas;
- c) manter a atual ferramenta utilizada para o planejamento estratégico, sem desprezar os trabalhos executados, tempo despendido e o investimento financeiro realizado;
- d) avaliar a necessidade do uso de outras metodologias complementares ao BSC; e
- e) contratar consultoria para auxiliar a Conab na retomada e sistematização de processos internos ao planejamento estratégico.

Portaria PRESI n.º 278, de 07 de março de 2012, foi constituído novo grupo de trabalho, objetivando a retomada do Plano Estratégico da Conab. Este grupo, conforme CI PRESI nº097, de 06/03/12, foi encarregado de validar os objetivos estratégicos, os indicadores de avaliação, as metas e as iniciativas ou projetos que irão permitir o alinhamento da gestão estratégica ao cumprimento da missão institucional da Companhia.

Adiante, discorreremos sobre cada macroprocesso, individualmente.

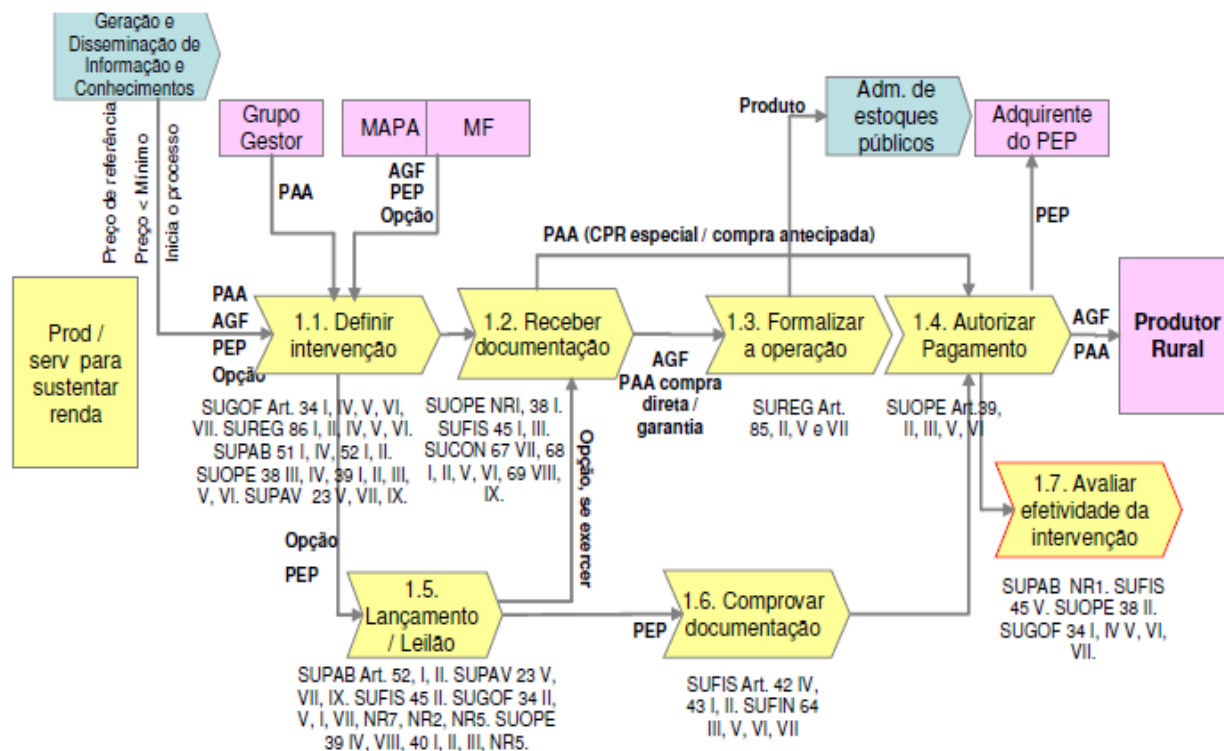
### **1.2.2 – Breve Análise dos Principais Macroprocessos**

O mapeamento dos macroprocessos da Conab permite uma visão lógica e estruturada do funcionamento interno da organização, com definição das entradas e saídas de cada macroprocesso, dos relacionamentos existentes entre eles e entre os principais públicos-alvo dos produtos e serviços da Companhia, estabelecidos sob a ótica das competências regimentais e dos resultados esperados segundo as necessidades do Estado e da sociedade.

Trata-se de elemento inovador para subsidiar os principais requisitos estratégicos para que os macroprocessos mapeados venha a suportar a estratégia estabelecida no Planejamento Estratégico, com a classificação dos graus de suficiência destes, em seu estado atual, quanto ao atendimento completo, parcial ou nulo dos requisitos estratégicos definidos.

### 1.2.2.1 – Macroprocesso de Sustentação da Renda

Figura III - Macroprocesso de Sustentação da Renda



Fonte: Conab

Este macroprocesso retrata o atendimento aos produtores e tem seu início demarcado pela identificação da necessidade de intervenção no mercado com o objetivo de manutenção da renda do setor. Para tanto, podem ser utilizados os instrumentos definidos no âmbito da Política de Garantia de Preços Mínimos- PGPM ou do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA. Sua execução exige **constante monitoramento das condições existentes no mercado agrícola, remetendo à necessidade de alinhamento entre as diferentes instâncias de decisão, tanto internas quanto externas, envolvendo o planejamento e a decisão da intervenção.**

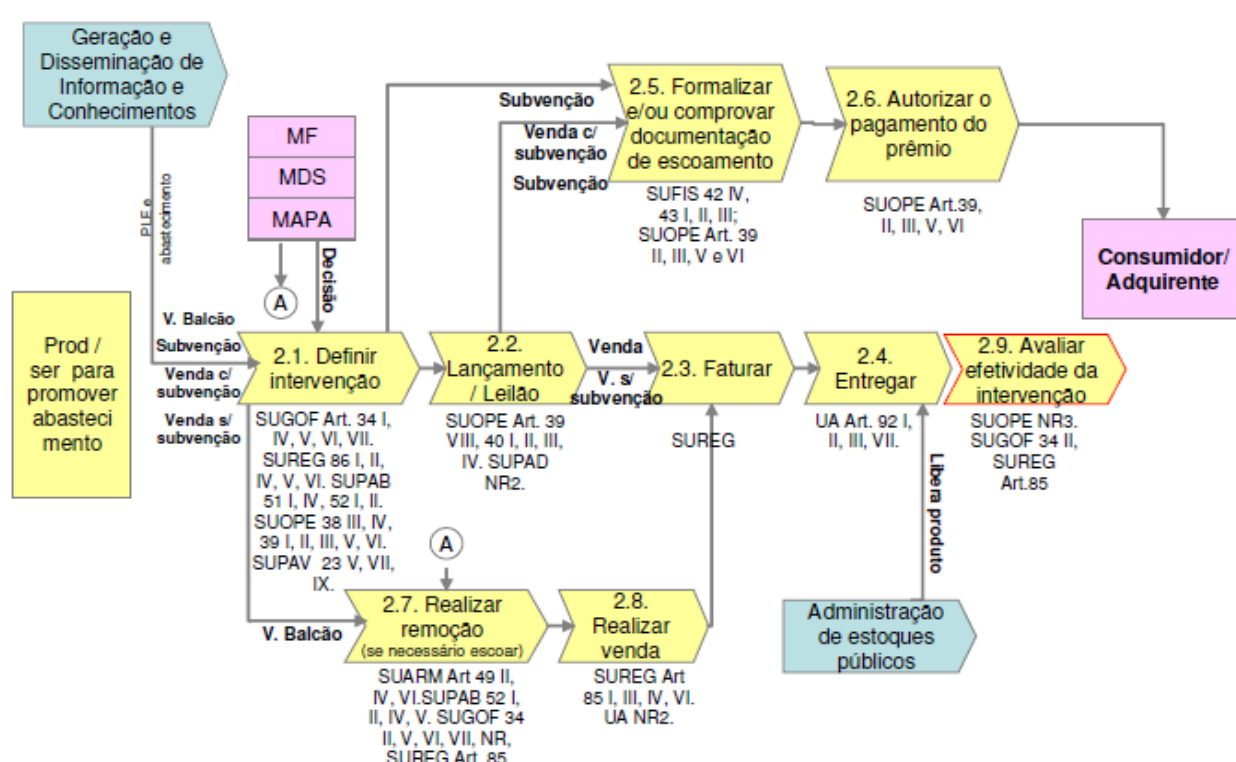
**Público-alvo:** representado pela palavra-chave “ Produtor Rural”

**Família de Produtos e Serviços:** Produtos para a sustentação de renda

**Descrição:** contempla instrumentos ligados à compra e a subvenção, tais como AGF, Compra Direta da Agricultura Familiar, CPR Alimento, PEP e Contrato de Opção.

#### 1.2.2.2 – Macroprocesso de Promoção do Abastecimento

**Figura IV - Macroprocesso de Promoção do Abastecimento**



Fonte: Conab

Este macroprocesso caracteriza-se pelo atendimento aos consumidores, desde comerciantes, agroindústrias ou pequenos criadores. Assim como no macroprocesso anterior seu início também é demarcado pela identificação da necessidade de uma intervenção por meio de vendas ou pela concessão de subvenção econômica, objetivando o escoamento de produtos das zonas de produção para áreas desabastecidas. Possui forte interface com o macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimento, buscando identificar o momento e a intensidade das intervenções.

**Público-alvo:** representado pela palavra-chave “ Consumidor/Adquirente”

**Descrição:** Consumidor/adquirente, diretamente ou indiretamente por meio de atacadista, agroindústria de transformação, pequenos criadores e agroindústria de pequeno porte, cooperativa de consumo, exportadores, varejista.

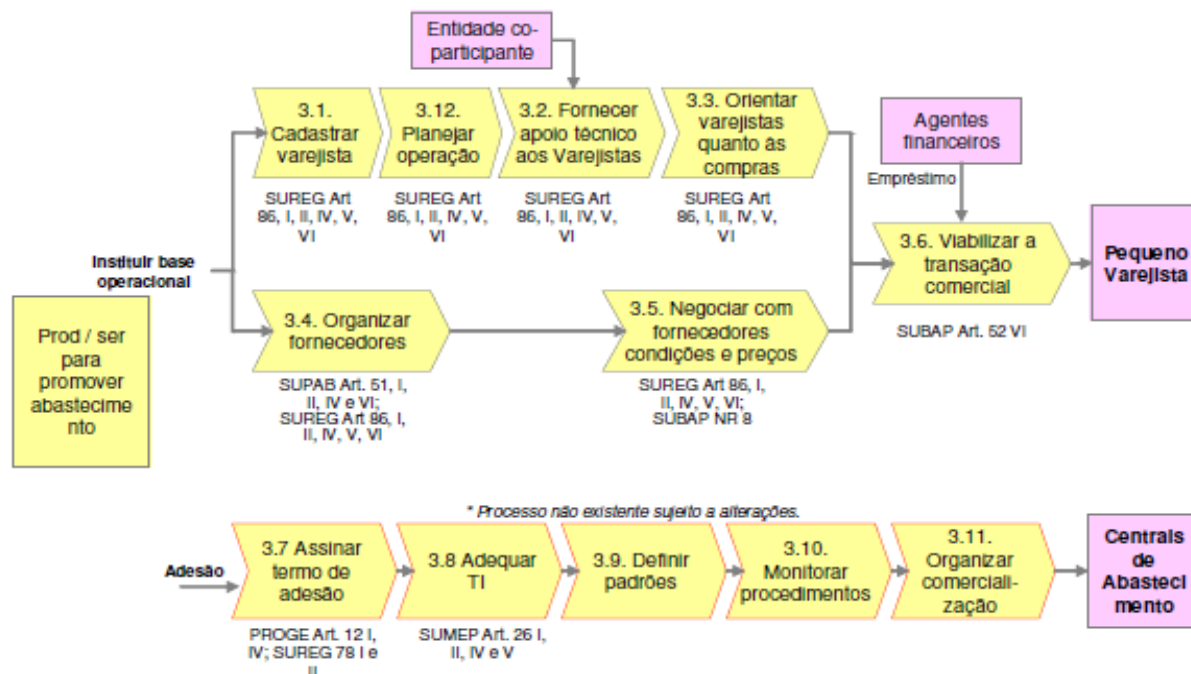
**Família de Produtos e Serviços:** Produtos para promover o abastecimento

**Observação:** A Sureg/PI executou apenas o Programa Venda em Balcão.



### 1.2.2.3 – Macroprocesso de Articulação e Organização do Abastecimento

**Figura V - Macroprocesso de Promoção do Abastecimento**



Fonte: Conab

Este macroprocesso envolve duas atividades atualmente desenvolvidas pela Conab no sentido de favorecer a organização do abastecimento interno: O Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro-Prohort e a Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos- REFAP. O Prohort foi criado com o intuito de preencher o espaço criado pela desarticulação do Sistema Nacional de Comercialização-Sinac que mantinha uma rede de informações técnicas entre todas as unidades atacadistas regionais, e a Refap foi concebida com o propósito de gerar ações que promovam a formação de Centrais de Negócios, com a perspectiva de fortalecer o comércio de pequeno porte.

**Público-alvo:** representado pela palavra-chave “ Centrais de Abastecimento” e “ Pequenos Varejistas”.

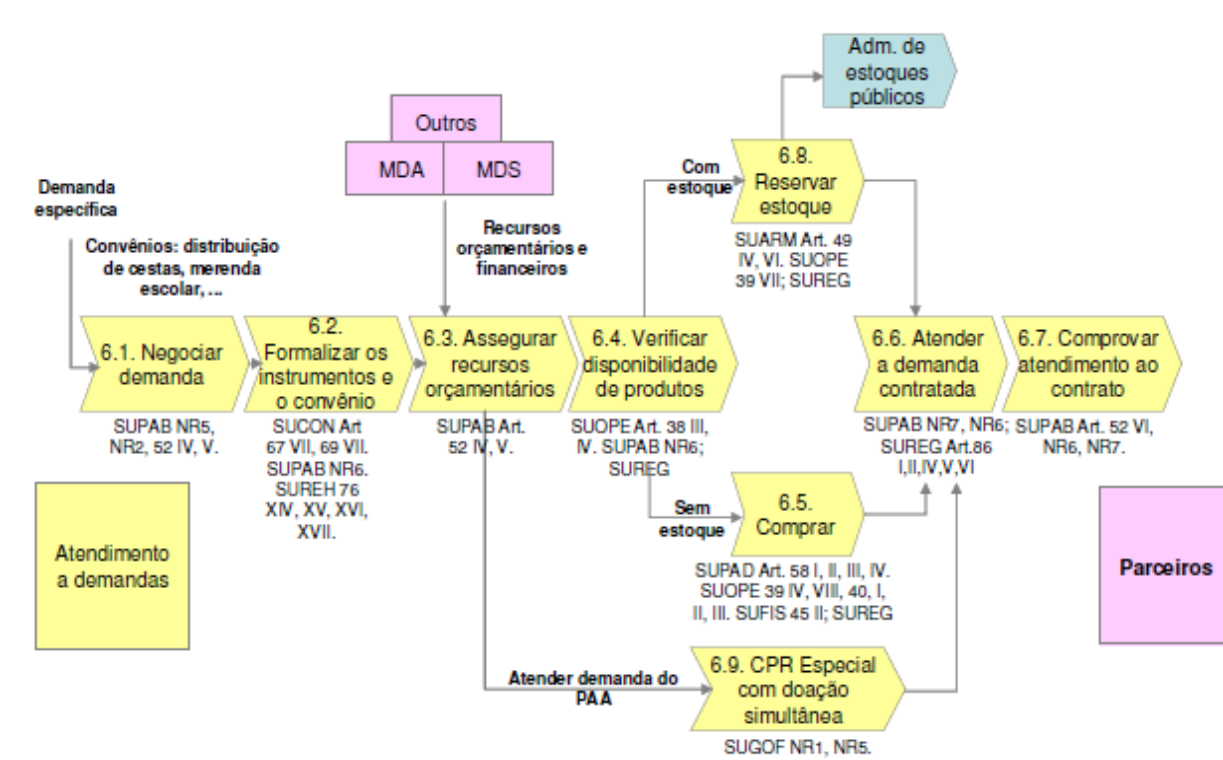
**Descrição:** Centrais de Abastecimento e similares, alvo do “Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro”- PROHORT e Varejista de Pequeno Porte, conforme definições do programa REFAP ( Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos).

**Observação:** A Sureg/PI executou apenas o Programa REFAP.



#### 1.2.2.4 – Macroprocesso de Atendimento a Parceiros

**Figura VI - Macroprocesso de Atendimento a Parceiros**



Fonte: Conab

É um macroprocesso de atendimento às parcerias celebradas com outros órgãos públicos. Tem seu início demarcado pela demanda externa específica e que envolve principalmente ações de complementação alimentar e nutricional, incluindo a Ajuda Humanitária Internacional. Sua execução envolve a celebração de acordos com parceiros devido à necessidade de dotação orçamentária/financeira.

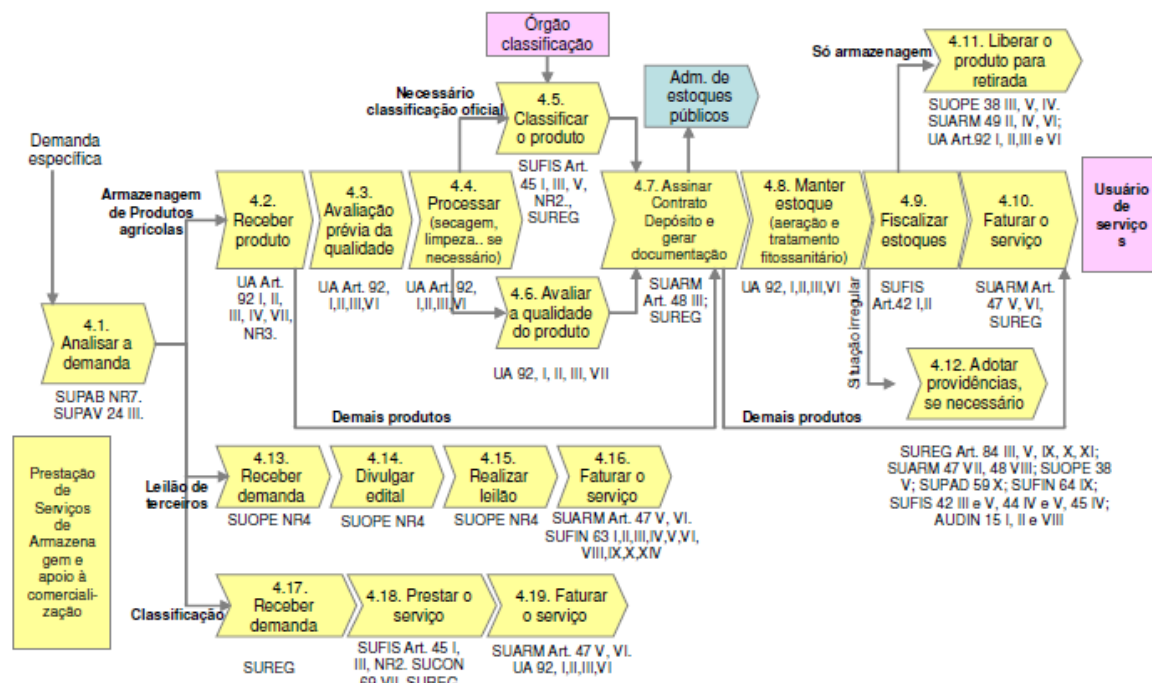
**Público-alvo:** representado pela palavra-chave “Parceiros”.

**Descrição:** Estas parcerias se caracterizam por ser do Governo, por contratar os serviços da Conab e alocar recursos orçamentários e financeiros para a execução dos serviços contratados. Envolvem órgãos Federais, especialmente MAPA, MDS e MDA, Estaduais e Municipais.

**Família de Produtos e Serviços:** Atendimento às demandas específicas.

## 1.2.2.5 – Macroprocesso de Prestação de Serviços

Figura VII - Macroprocesso de Prestação de Serviços



Fonte: Conab

Envolve os serviços de armazenagem de produtos de terceiros, realização de leilões privados ou a classificação de produtos. Tem seu início demarcado a partir de demandas externas.

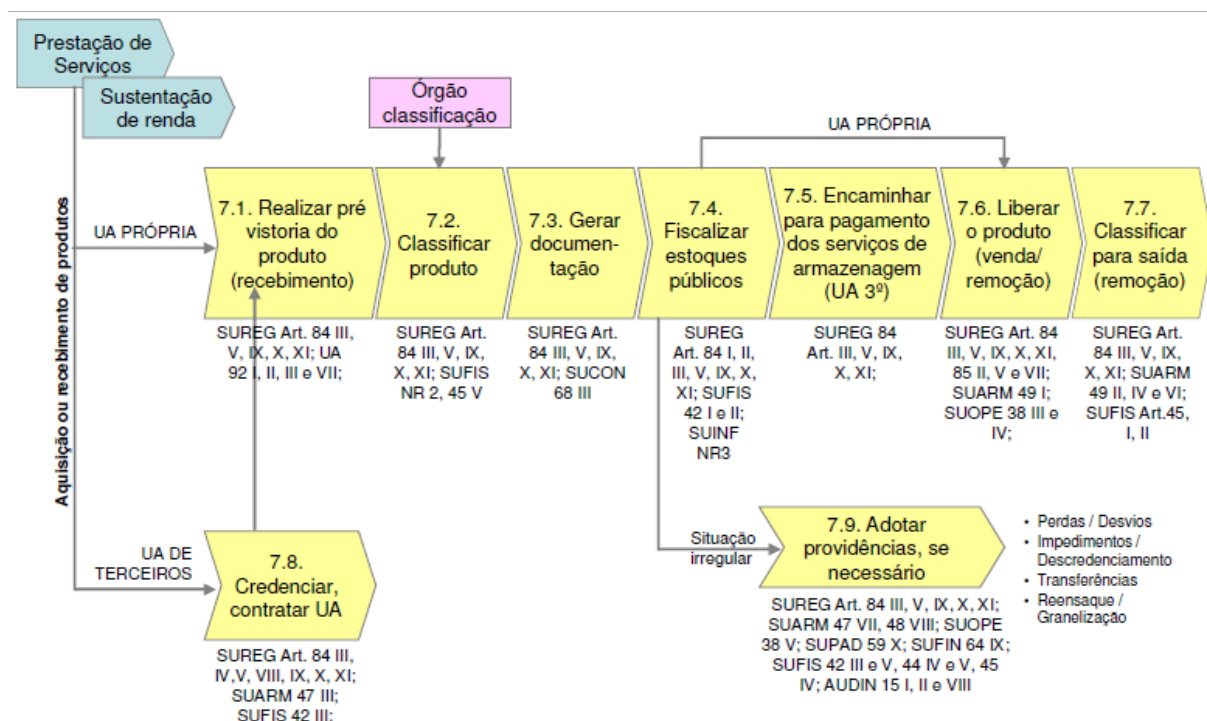
**Público-alvo:** representado pela palavra-chave “Usuários e Serviços”

**Descrição:** União, sociedade, setor privado.

**Família de Produtos e Serviços:** Prestação de serviços de armazenagem e apoio à comercialização.

### 1.2.2.6 – Macroprocesso de Administração de Estoques Públicos

**Figura VIII - Macroprocesso de Administração de Estoques Públicos**

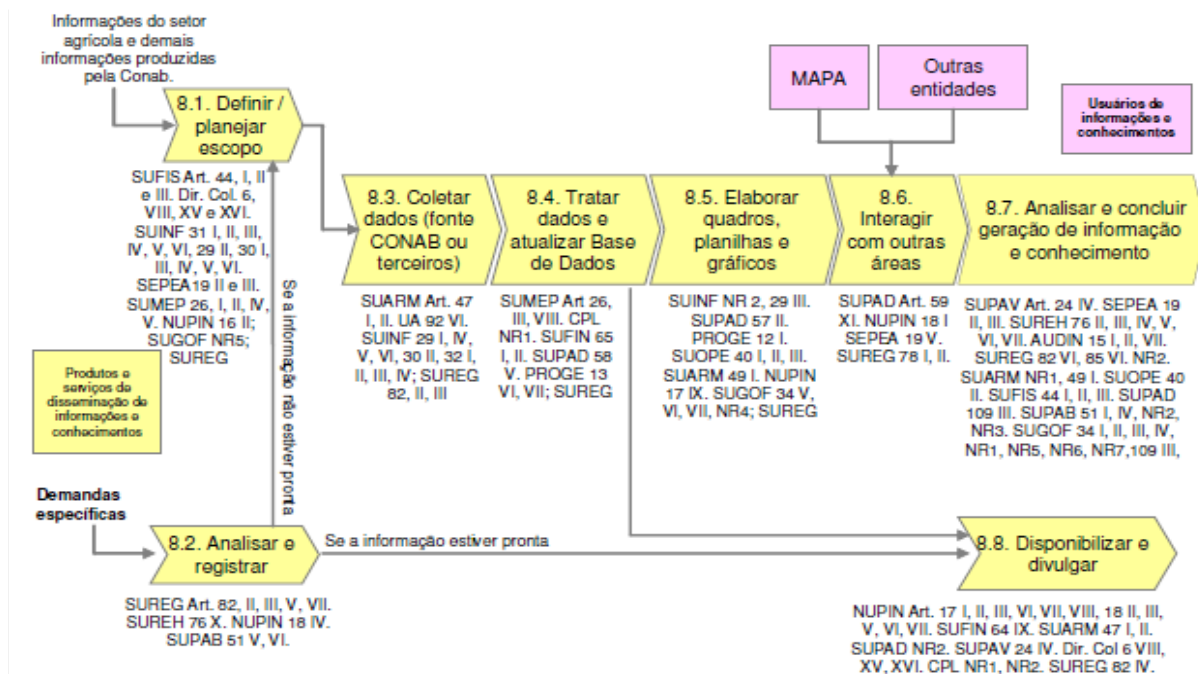


Fonte Conab

É um macroprocesso de suporte à atividade de armazenagem dos estoques públicos ou de terceiros e que tem seu início demarcado pelo recebimento de produtos nas unidades operacionais da Conab. Para a operacionalização dos instrumentos da PGPM, a Conab disponibiliza a relação dos armazéns cadastrados e credenciados, necessitando, ainda, para a formalização das AGFs e a execução dos Contratos de Opção de Venda a celebração de contrato de prestação de serviços. Esta atividade recebeu várias melhorias materializadas pela criação de sistemas de controle, geração eletrônica de notas fiscais e emissão de relatórios gerenciais, necessitando porém de contínuo acompanhamento e revisão face às alterações nas legislações que atuam sobre esta atividade.

## 1.2.2.7 – Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos

Figura IX - Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos



Fonte: Conab

É o principal macro-processo de sustentação da estratégia de tornar a Conab uma empresa de conhecimento, retratando a atuação conjunta de toda a Companhia. É um macro-processo que tem interfaces com todas as atividades desenvolvidas e que impacta fortemente na estratégia e no alcance da visão de futuro da Companhia, necessitando, portanto de contínua análise no sentido de identificar possíveis mudanças no ambiente de atuação da Companhia.

É caracterizado como um macroprocesso de atendimento ao público-alvo, que tem seu início demarcado tanto pela necessidade de geração de informações e conhecimentos já tradicionalmente definidos pela Companhia ou por demandas específicas de novas informações e/ou conhecimentos.

**Público-alvo:** representado pela palavra-chave “Usuários de Informações e Conhecimentos”

**Descrição:** Governo, Setor Agrícola, Agentes Financeiros, Imprensa especializada, Instituições de ensino e pesquisa, Entidades de Classe, ONG, Armazenadoras.

**Família de Produtos e Serviços:** Produtos e serviços de disseminação de informações e conhecimento.

## **2 – Análise Geral do Ambiente de Gestão e de Negócios**

### **2.1 – Análise sobre o Ambiente de Gestão**

Considerando a missão institucional da Conab que é “Contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento” e os objetivos do Programa Abastecimento Agroalimentar, inscritos no Plano Plurianual-2008/11, que buscam contribuir para a sustentabilidade da atividade agropecuária, mediante a implementação de políticas públicas e de mecanismos de apoio à produção, à comercialização e ao armazenamento, bem como a manutenção de estoques de produtos agropecuários para a regularidade do abastecimento interno visando o equilíbrio de preços ao consumidor e a segurança alimentar da população brasileira, a Companhia centrou esforços e direcionou suas ações no atendimento das necessidades dos segmentos produtivos das cadeias do agronegócio, agricultores familiares, famílias em situação de risco nutricional e pequenos varejistas.

Para tanto, o foco das principais ações finalísticas esteve centrado nos objetivos vinculados à execução dessas políticas, delineados no Mapa Estratégico Corporativo, quais sejam:

#### **a) Assegurar a execução efetiva da Política de Garantia de Preços Mínimos e Atuar proativamente na formação e gestão dos estoques públicos**

Nesse sentido, atenção especial foi dada à operacionalização da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM e do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA. Ambos, objetivam a redução das flutuações dos preços recebidos pelos produtores, de maneira a incrementar e garantir a oferta de alimentos e matérias-primas e a manutenção da renda do setor rural, pela intervenção do Governo Federal, via aquisição de produtos ou utilização de instrumentos que incentivem a comercialização. Além disso, o PAA objetiva, ainda, promover a inclusão social de grande número de pequenos agricultores familiares que, em virtude da pequena escala de produção, não conseguem facilidades e preços remuneradores na comercialização de seus produtos.

Especificamente na área de atuação da Conab, a Ação Formação de Estoques contou, em 2011, com recursos orçamentários da ordem de R\$ 2,16 bilhões, suficientes, caso fosse necessário, para a aquisição de 4 mil de toneladas de produtos agrícolas. Devido a situações regionais, geradas por questões de logística, por aspectos mercadológicos e econômicos, tanto nacionais quanto internacionais, os preços recebidos pelos produtores de alguns produtos, tais como do milho e do sisal, demandaram grandes intervenções do Governo Federal, que ocorreram por meio de leilões previstos nos instrumentos de subvenção (PEP, PEPRO e Contrato de Opção) e por aquisições diretas – AGF.

O Governo Federal, por meio da Conab, manteve permanente atenção às flutuações de preços, atualizando mensalmente os dados sobre o desempenho da safra agrícola, pronto para agir nos momentos, na intensidade e nos locais necessários.

Outro fator que também contribuiu para a normalização do mercado e reduziu a necessidade de formação de estoques foi a utilização dos instrumentos de comercialização, que concedem subvenções econômicas como incentivo ao escoamento de produtos para as regiões consumidoras ou para a exportação.

A utilização desses instrumentos garantiu a estabilidade da renda do setor rural e a redução dos efeitos causados pela valorização do real e, ao Governo Federal, menores despesas com a formação e o carregamento no tempo de grande volume de estoques públicos. Se por um lado a utilização desses instrumentos propicia a manutenção da renda no setor rural, reduz as flutuações de preços no mercado interno e garante o abastecimento, por outro a sua operacionalização exige grande esforço administrativo, operacional e financeiro por parte da Conab, em decorrência da comprovação da operação, quando os agentes entregam nas Superintendências Regionais toda a

documentação exigida nos diversos editais dos leilões públicos, para conferência, análise e pagamento da subvenção.

### **b) Fortalecer a atuação no segmento da Agricultura Familiar**

O Programa de Aquisição de Alimentos-PAA visa apoiar a agricultura familiar, por meio da compra da produção de pequenos agricultores, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos. Na operacionalização deste Programa, a Conab tem aumentado a cada ano o número de agricultores familiares atendidos e o volume de recursos aplicados. Em um primeiro momento a Conab promove, por meio de palestras e reuniões, a apresentação do Programa, dos instrumentos de aquisição e das condições para participação. Após a divulgação, as associações e cooperativas de agricultores têm à disposição o PAANet, via Internet, pelo qual as propostas de participação são encaminhadas à Conab para aprovação.

Os recursos para a operacionalização do PAA são repassados à Companhia por meio de termos de cooperação celebrados com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS e do Desenvolvimento Agrário-MDA. A operacionalização se materializa por meio dos instrumentos de Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF, Formação de Estoque pela Agricultura Familiar-CPR-Estoque e Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea (CPR-Doação). Os produtos adquiridos com recursos do MDS são destinados à doação às famílias ou grupos sociais em situação de insegurança alimentar e nutricional, podendo, em caso de risco de perdas, serem comercializados.

Por sua vez, aqueles adquiridos com recursos do MDA são direcionados para a venda, como forma de manutenção dos recursos para atendimento a novos produtores. A operacionalização deste Programa exige grande esforço da Conab, seja na fase de divulgação dos instrumentos, seja nas aquisições e na remoção dos produtos. A promoção do Programa exige o deslocamento de empregados para regiões interioranas visando a participação em reuniões com produtores familiares, que para maior disseminação das informações são, geralmente, realizadas nos finais de semana. Exige também a criação de postos de compra em locais distantes, com a disponibilização de empregados no local e a rápida remoção dos produtos, tendo em vista que grande parte desses locais não contam com estruturas armazenadoras adequadas à guarda e conservação dos produtos.

### **c) Estar apta para atender os programas sociais e emergenciais de distribuição de alimentos**

Outra estratégia de atuação da Conab é a formação e manutenção de um estoque estratégico de produtos alimentícios, armazenado em unidades próprias, em locais de fácil acesso, objetivando rapidez no atendimento a situações emergenciais, com a distribuição de alimentos às famílias em situação de carência alimentar e nutricional. Esse estoque é formado com recursos orçamentários/financeiros transferidos pelos Ministérios da Integração Nacional e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e comprados por meio de leilões públicos ou com a utilização de produtos adquiridos pelo PAA. Para celebração dos Termos de Cooperação, a Conab mantém permanente contato com os órgãos detentores das Ações Orçamentárias destinadas ao combate à fome e à miséria e realiza diversos leilões de compra, providenciando a montagem das cestas e a remoção para as áreas de distribuição ou para unidades armazenadoras mais próximas.

Tais ações exigem grande esforço operacional, administrativo e de logística, pois concorre com a realização das demais atividades relacionadas tais como: formação e manutenção de estoques, fiscalização dos estoques públicos, cadastro de armazéns, atendimento a produtores familiares, operacionalização dos instrumentos de comercialização etc.



São contempladas com as doações famílias de trabalhadores rurais que se encontram acampadas, no aguardo de sua inclusão no Programa Nacional de Reforma Agrária, comunidades indígenas, de terreiros, remanescentes de quilombos, famílias desalojadas de áreas ocupadas por barragens, marisqueiros e caranguejeiros.

No exercício de 2011, o mercado agrícola no Piauí se comportou de maneira satisfatória, sendo um dos Estados da Federação que mais cresceu em percentuais com relação à área plantada e a produção de grãos. Isso se deve a chegada de novos investidores na região sudoeste do Estado, denominado cerrado.

A Superintendência Regional da Conab no Piauí trabalha em conjunto com a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Piauí – FAEPI, com vista a aproximar os programas governamentais dos produtores rurais, com a finalidade de dar segurança aos mesmos, conforme descrito pela Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM (Decreto-Lei nº 79/1966).

Por outro lado o apoio da Conab, com recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, através Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, aos agricultores familiares foi bastante decisivo para o sucesso dos arranjos produtivos, vinculados as suas entidades representativas como associações e cooperativas, garantindo a geração de renda e outras ações articuladas, elevando-se o padrão de vida do agricultor e de sua família e promovendo o desenvolvimento sustentável nas áreas mais desassistidas do meio rural e finalizando com o fortalecimento do sistema segurança alimentar e nutricional no Estado, através da doação de gêneros alimentícios a entidades que atendem a pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza.

A Pecuária é uma atividade onde no Piauí possui duas vertentes: A primeira, dos grandes produtores no sul do Estado, que produzem em larga escala e possuem a sua disposição muitos créditos financeiros, chegando a buscar insumos em bolsas de mercadorias, através de leilões públicos de estoques governamentais - uma ação consequente do seu poderio econômico e financeiro e a segunda vertente, é que o Governo Federal, através da Conab, operacionaliza o Programa de Vendas em Balcão que permite de forma efetiva que os criadores agropecuários de pequeno porte tenham acesso a estoques oficiais, com igualdade de condições obtidas pelos médios e grandes agropecuaristas.

Os riscos na gestão dos programas e atividades desenvolvidas pela Companhia, no âmbito do Estado do Piauí, são muitos, uma pelo esforço que temos que dispendar ao atendimento das demandas feitas à Conab por todos os nossos clientes, assim como o planejamento que temos que realizar para não faltar insumos às famílias rurais de baixo poder aquisitivo, que necessitam do governo para continuar suas atividades econômicas e permanecerem na zona rural dos seus municípios.

A Conab também tem como atribuição realizar o levantamento das safras e acompanhar de perto a desenvoltura dos mercados, com vistas a estar assegurando aos grandes produtores informações decisivas sobre o que plantar e o custo da produção para se chegar a um preço mínimo que garanta e deem segurança para os mesmos produzirem sem maiores problemas – referida ação confere à Conab a possibilidade de intervir no mercado e garantir a renda e o abastecimento social.

As atividades acima descritas estão sendo estudadas pela Regional do Piauí com vistas a ampliação, uma vez que os alimentos em um futuro próximo serão considerados moedas de flutuações do mercado. É preciso fortalecer a Companhia, com vistas a distribuir e interiorizar suas unidades de negócios/unidades armazenadoras para um maior atendimento ao seu público.

Atualmente, operamos com apenas 04 (quatro) Unidades Armazenadoras, localizadas em Teresina, Parnaíba, Picos e Floriano. Face a necessidade de ampliação de oferta de grãos/insumos aos Pequenos Criadores e do acompanhamento da logística de produção e armazenagem estamos num processo de discussão e análise de projeto visando a ampliação/abertura de novas unidades armazenadoras que aguardamos sua implementação para os próximos anos.

## **2.2 – Análise sobre o Ambiente de Negócios**

A Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, no Estado do Piauí, possui atualmente 04 (quatro) Unidades Armazenadoras, com a capacidade estática de 23.890 toneladas, para armazenamento em ambiente natural, de produtos acondicionados. No ano de 2011, não tivemos nenhuma demanda de armazenagem de terceiros e/ou privados, isso se reflete pelo fato dos nossos armazéns estarem voltados ao desenvolvimento e a disposição dos programas sociais de abastecimento, como o Programa de Vendas em Balcão, que visa a comercialização de estoques oficiais, viabilizando o acesso dos criadores e das agroindústrias de pequeno porte aos estoques públicos de produtos agrícolas, por meio de venda direta.

Apesar da safra de 2010/2011 ter obtido bons números, ou seja, obtendo a produção de 2.262.300 toneladas, para o Estado do Piauí, se colocando como o 3º (Terceiro) maior produtor de grãos entre os estados do Norte e Nordeste, não houve a necessidade de se fazer intervenção, isso se deve ao comportamento dos preços praticados pelo mercado, que se mantiveram acima dos preços mínimos estipulados pelo governo federal para as principais culturas. Isso se deve também ao aumento do poder aquisitivo das classes D e E, com o programa de descentralização de renda como o Bolsa Família, que passaram a acessar mais alimentos.

No Estado do Piauí não existe empresa que preste serviço análogo ao da Conab na área de armazenagem de produtos agrícolas, nem tampouco na atividade de comercialização de grãos aos pequenos criadores .

Não há empresa de classificação de grãos com sede no estado. Quando da necessidade de realização de classificação de produtos, a Conab possui um contrato de prestação de serviços com empresa credenciada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA: **Empresa Nacional de Classificação e Análise Ltda – ENCAL**, CNPJ 37.997.194/0001-51, com endereço na Avenida Areal. Quadra 05, Lote 9-B, em Taguatinga/DF.

No ano de 2011, houve apenas uma demanda para a empresa de classificação contratada: Análise Físico-químico e Microbiológica de 20.000 latas de sardinha, representando uma despesa de R\$275,00 ( duzentos e setenta e cinco reais).

Dentre os serviços contratados pela Regional, podemos destacar a Contratação dos Serviços de Braçagem e Outros Serviços Correlatos realizados nas Unidades Armazenadoras da Sureg/PI – Contrato N°23/2010, avençado em 01/10/2010, com vigência de 12 (doze) meses e possibilidade de prorrogações, fundamentada na Lei n°8.666/93 – Procedimento Licitatório, sob a modalidade Pregão Eletrônico n°001/2010.



### **3 – Sustentação de Renda**

#### **3.1 – Instrumentos para Sustentação de Renda**

A Conab responde pela formulação e execução da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM, que exerce papel relevante nas decisões de plantio do produtor, permitindo a redução das oscilações de preços, típicas do mercado agrícola.

Tal política foi criada para dar suporte ao produtor nas situações em que os preços de mercado caem a níveis que tragam prejuízos para o setor, sem que a sua execução venha monopolizar a comercialização agrícola, ou seja, é necessário dar espaço para que a livre iniciativa continue operando na compra, venda e beneficiamento dos produtos agrícolas, devendo o governo intervir em momentos de reais dificuldades e sair do mercado assim que as condições estiverem recuperadas.

Para a elaboração da proposta de preços mínimos dos produtos que compõem a pauta da PGPM, a Conab leva em conta todos os fatores previstos em legislação específica (Decreto-Lei n.º 79/1966), utilizando como parâmetros os preços observados, os estudos de mercado, as necessidades de consumo e de importação e exportação, os custos de produção e as características sócio-econômicas que envolvem cada produto.

A PGPM atua por meio de instrumentos de comercialização como:

➤ **Aquisições do Governo Federal (AGF):** consiste na venda da produção ao governo, mediante aquisição direta, ou seja, compra com pagamento à vista, objetivando garantir preço mínimo ao produtor rural, agricultor familiar e/ou sua cooperativa, a fim de manter o nível de renda dos produtores.

Quando o preço de mercado apresenta-se abaixo do Preço Mínimo fixado para a safra vigente, a operação se realiza, desde que haja repasse de recursos pelo Tesouro Nacional. Os beneficiários interessados em vender sua produção deverão atender aos requisitos de qualidade estabelecidos para os produtos, depositando-os em armazéns credenciados e apresentando a documentação exigida para o cadastramento.

Em 2011, no Estado do Piauí, não houve a realização de AGF tendo em vista o crescimento de áreas de cultivo e o aumento consequente da produção de grãos. A oferta das principais culturas como: a soja, o milho, o feijão, o arroz e o algodão conservaram seus preços acima do valor do preço mínimo fixado pelo governo federal, para a safra 2010/2011.

➤ **Contrato de Opção:** permite que o Governo Federal faça aquisições de produtos de modo seletivo, ou seja, escolhendo a região e o tipo de produto que deseja comprar, beneficiando produtores rurais e cooperativas de produtores cadastrados em uma Bolsa credenciada, e que não estejam inadimplentes com a Companhia. Contempla todos os produtos definidos pela PGPM, sendo os contratos lançados por decisão das autoridades governamentais, em função das condições de comercialização de cada produto. Seu objetivo é proteger o produtor/cooperativa contra os riscos de queda nos preços de seu produto, já que o contrato é lançado preferencialmente no período de sua colheita e seu vencimento ocorre na respectiva entressafra.

Ocorrendo na modalidade de venda, dá ao beneficiário o direito de vender seu produto para o Governo, numa data futura, a um preço previamente fixado. O acesso ao contrato se dá por meio de Leilões, onde todas as Bolsas credenciadas (de Cereais, de Mercadorias e/ou de Futuros) ficam simultaneamente interligadas.

Em 2011, no Estado do Piauí, não houve a necessidade de ofertar Contrato de Opções. Por ser um instrumento que visa a proteger o produtor/cooperativa contra os riscos de queda nos preços de seu produto, não foi necessário a Conab intervir no mercado (adquirir produtos), haja vista a baixa concorrência nas regiões produtoras, bem como o destaque aos estados do Nordeste enquanto potenciais compradores. Ademais, a distância dos grandes centros produtores tradicionais do país

(Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Paraná, etc.) também é um fator que vem a favorecer os produtores rurais piauienses.

➤ **Prêmio de Escoamento de Produto (PEP):** é uma subvenção econômica concedida por meio de leilões àqueles que se disponham adquirir o produto indicado pelo Governo Federal, diretamente do produtor rural e/ou sua cooperativa, pelo valor de referência fixado (preço mínimo), promovendo seu escoamento para uma região de consumo previamente estabelecida e seguidas as condições previstas no regulamento.

Esse instrumento pode ser utilizado para complementar o abastecimento em regiões deficitárias a partir de estoques privados.

Em 2011, no Estado do Piauí, não houve a intervenção/ajuda com subsídios de Prêmio de Escoamento de Produto – PEP pelo governo federal, confirmada após reuniões com as entidades representativas dos produtores que decidiram que não haveria necessidade da implementação de um PEP para esta safra.

➤ **Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO):** subvenção econômica concedida ao produtor rural e/ou sua cooperativa que se disponha a vender seu produto pela diferença entre o Valor de Referência estabelecido pelo Governo Federal e o valor do Prêmio Equalizador arrematado em leilão, obedecida a legislação do ICMS vigente em cada estado da Federação.

Com operação semelhante ao PEP, garante um patamar de preço ao produtor, que tanto pode ser o mínimo quanto um outro definido (preço de referência), sendo que a principal diferença é o pagamento do prêmio diretamente ao produtor rural. Esse instrumento, lançado quando o preço de mercado estiver abaixo do preço mínimo, é operacionalizado por intermédio das Bolsas credenciadas e, similarmente ao PEP, desonera o Governo de adquirir o produto, viabilizando o seu escoamento para as regiões consumidoras, de modo a complementar o abastecimento.

Em 2011, no Estado do Piauí, não houve a necessidade de apoio do Prêmio Equalizador Pago ao Produtor – PEPRO devido ao preço pago direto aos nossos produtores estarem acima do preço mínimo praticado pelo governo federal. Esta decisão foi referendada após várias reuniões e avaliações pelas entidades representativas dos produtores com essa Companhia.

### **3.2 – Intervenções Governamentais**

A pauta de produtos amparados pela PGPM é composta por 05 (cinco) itens para o Estado do Piauí. Destes, tradicionalmente, a Conab realiza intervenções, sejam por aquisições, seja por concessão de subsídios para escoamento nos mercados de arroz, feijão, milho, farinha de mandioca e castanha de caju e, esporadicamente, somente através de subsídios, o algodão e a soja.

Em 2011, em função dos preços recebidos pelos produtores terem atingido níveis superiores aos dos preços mínimos fixados pelo Governo, a Conab não interviu nos mercados. Porém, em decorrência da baixa produção agrícola do Estado do Piauí não houve espaço para intervenção com foco na manutenção da renda do agricultor pela utilização dos instrumentos acima descritos.

Destacam-se na agricultura piauiense a produção de soja, cultivada na região sul do Estado com forte incremento a partir da safra de 1999/00, o milho, o arroz e o feijão, mas em volume inferior à demanda interna, caracterizando, ainda, o Estado como importador de grandes volumes de produtos, principalmente dos estados da Região Centro-Oeste.

### 3.2.1 – Formação de Estoques Públicos

#### 3.2.1.1 – Programa de Aquisição de Alimentos – PAA

Integrando um conjunto mais abrangente de políticas desenvolvidas pelo Governo Federal, a operacionalização pela Conab do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA se apresenta de grande relevância, contando com a parceria de organizações públicas e da sociedade civil, voltadas ao fortalecimento da segurança alimentar e nutricional do país.

O Programa é interministerial, coordenado pelo Grupo Gestor do PAA, e os recursos oriundos dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA), sendo executado pelos governos estaduais e municipais e, em âmbito federal, pela Conab, por meio dos seguintes instrumentos: Compra Direta da Agricultura Familiar- CDAF; Formação de Estoque pela Agricultura Familiar denominado CPR- Estoque e Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea – CPR- Doação.

Passemos a definir cada um dos instrumentos:

- **Compra Direta da Agricultura Familiar- CDAF:** tem como finalidade garantir, com base nos preços de referência, a compra de produtos agropecuários, em todo o território nacional, de agricultores enquadrados no Pronaf, inclusive Povos e Comunidades Tradicionais qualificados de acordo com o Decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 – extrativistas, quilombolas, famílias atingidas por barragens, trabalhadores rurais sem terra, acampados (definidos de acordo com a Portaria MDA n.º 111, de 20 de novembro de 2003), comunidades indígenas e agricultores familiares em condições especiais (autorizados pela Conab). Os participantes devem estar organizados preferencialmente em grupos formais (cooperativas ou associações) ou informais. Os produtos amparados são: arroz, castanha de caju, castanha do brasil, farinha de mandioca, feijão, milho, sorgo, trigo, leite em pó integral e farinha de trigo. A Conab a seu critério, poderá adquirir outros produtos processados/beneficiados, próprios para o consumo humano.

- **Formação de Estoque pela Agricultura Familiar denominado CPR- Estoque:** tem por finalidade a formação de estoques pelas organizações de agricultores familiares, por meio da aquisição dos produtos alimentícios oriundos de agricultores enquadrados nos grupos A ao E do Pronaf, visando a sustentação de preços e agregação de valor. Atende o mesmo público alvo do instrumento anterior, devendo os agricultores estarem organizados em cooperativas, associações, agroindústrias familiares, condomínios ou consórcios. São amparados os produtos alimentícios da safra vigente, próprios para o consumo humano, cujo prazo de entrega é de 12 meses, a contar da data de assinatura da Cédula do Produtor Rural, podendo ser prorrogado, a critério da Conab, após análise de pedido formal da organização dos participantes, justificando o pleito.

- **Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea – CPR- Doação:** objetiva o atendimento às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional por meio da doação de alimentos adquiridos de agricultores familiares, em todo o território nacional, voltado para o mesmo público alvo dos instrumentos anteriores, que também devem estar organizados em grupos formais (cooperativas ou associações). São amparados produtos alimentícios próprios para o consumo humano, observando-se: a) produtos *in natura* da safra vigente; b) produtos industrializados/beneficiados cujo prazo de validade não seja inferior ao da execução do projeto; c) produtos orgânicos, que observem a regulamentação contida no Decreto n.º 6.323, de 27 de dezembro de 2007 e d) a substituição do produto *in natura* por industrializados/processados/

beneficiados poderá ser aceita, desde que sejam próprios para o consumo humano, de acordo com a conversão estabelecida pela Conab.

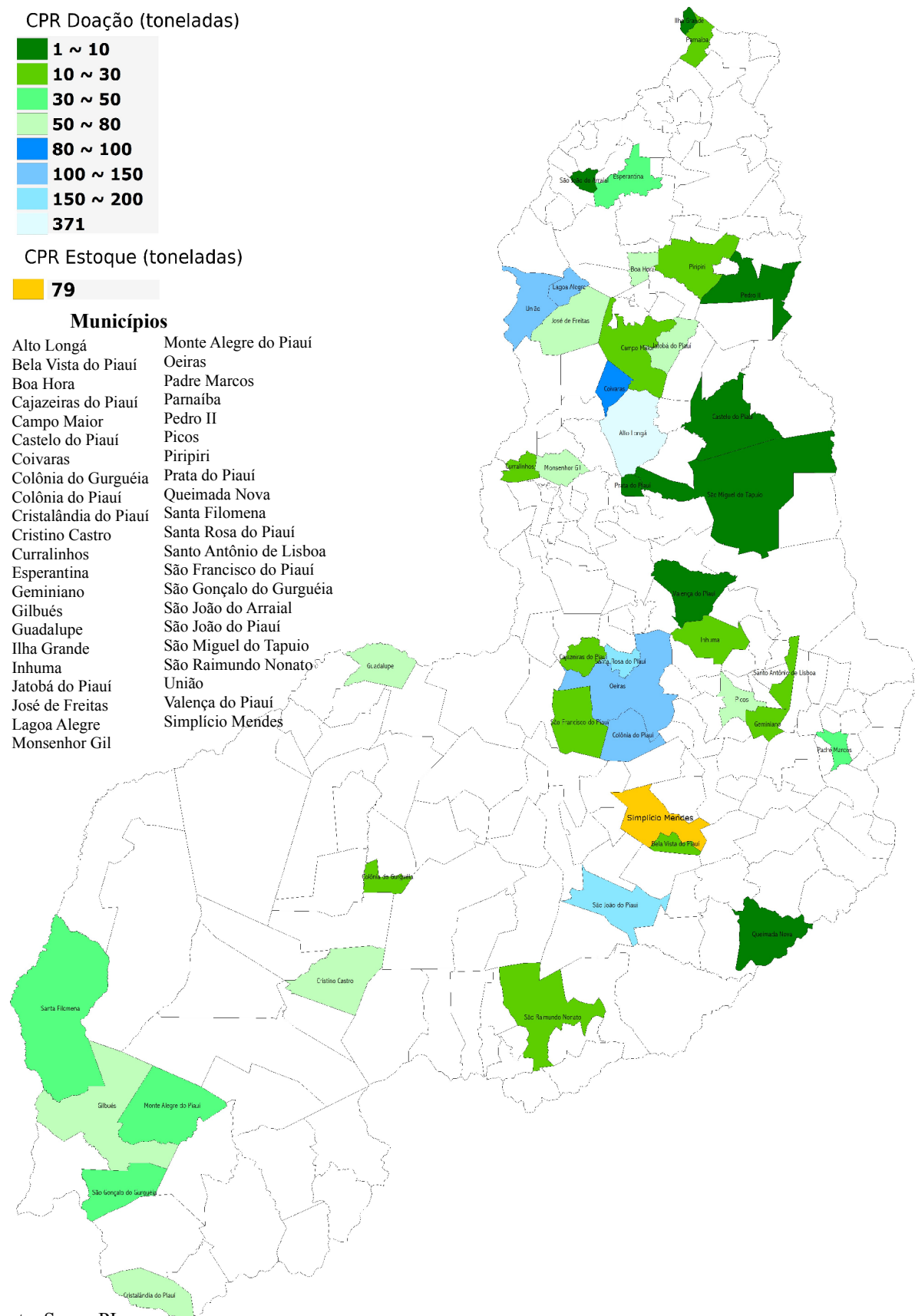
Nas operações de CDAF, os preços de referência são elaborados pela Conab, de acordo com os critérios propostos pelo Grupo Gestor do PAA, constantes da Resolução n.º 29, de 23 de maio de 2008, sendo que após a aprovação pelo Grupo Gestor são incluídos no Manual de Operações da Conab. Quanto aos preços praticados na CPR-Doação e CPR-Estoque, estes são estabelecidos de acordo com a Resolução n.º 39, de 26 de janeiro de 2010.

#### **a) Abrangência de Atuação do PAA**

O PAA entrou em operação em 2003, quando a Conab adquiriu, pelos instrumentos existentes naquele ano, 56 tipos de produtos de 41.065 produtores familiares, em 112 municípios. Em 2010 evoluiu para 316 produtos, 94.512 produtores familiares e 1.070 municípios contemplados.

Especificamente no Estado do Piauí, no ano de 2010, foram atendidos 1.006 produtores familiares em 27 municípios. Em 2011, o Programa passou a atuar em 43 municípios, com aquisição de 2.421 toneladas de diversos produtos alimentícios, conforme apresentado na figura a seguir.

**Figura X – Área de Atuação do PAA em 2011**



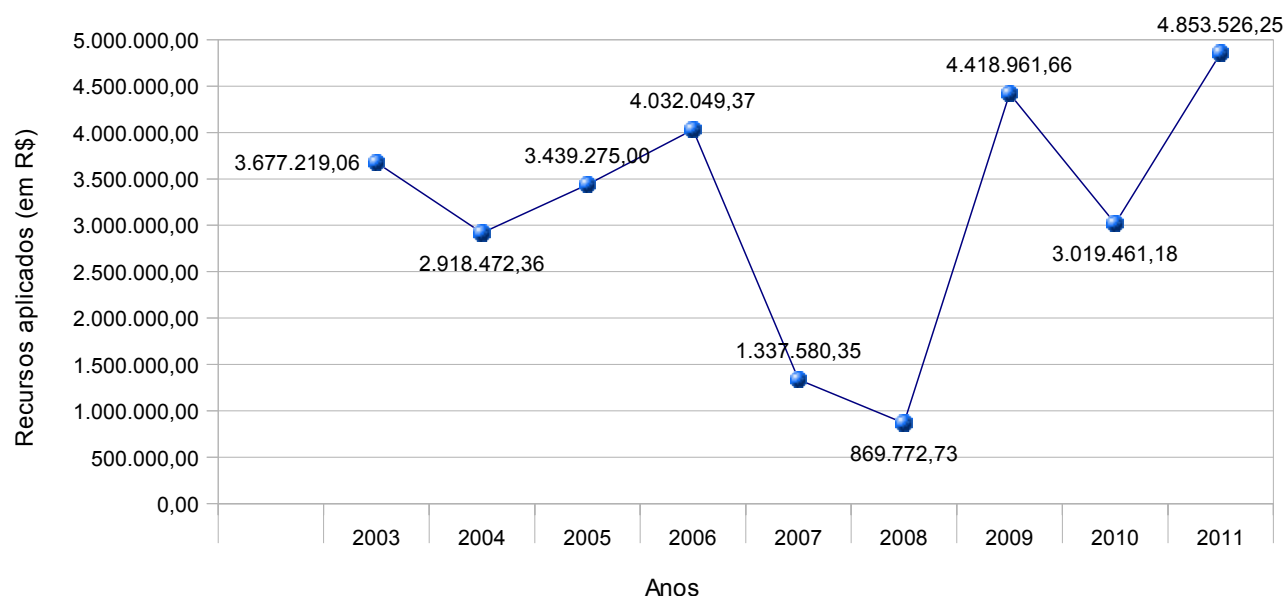
Fonte: Sureg-PI

## b) Recursos Aplicados

Para a operacionalização do PAA, a Conab celebra Termos de Cooperação com o MDA e o MDS, com descentralizações de recursos orçamentários/financeiros consignados nos Programas 0351-Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Ações: Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar e Operacionalização da Aquisição, da Armazenagem e da Revenda de Produtos da Agricultura Familiar) e 1049- Acesso à Alimentação (Ações: Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar e Ação e Operacionalização de Estoques Estratégicos de Segurança Alimentar).

Apesar da redução no número de famílias atendidas verifica-se evolução dos recursos aplicados na aquisição de produtos, conforme detalhado na figura a seguir.

**Figura XI – Evolução dos Recursos Aplicados pela Sureg-PI**



Fonte: Supaf/Gecaf

## c) Aquisição de Produtos

Os produtos adquiridos dos agricultores familiares são destinados à formação de estoques públicos e são utilizados, preferencialmente, na distribuição gratuita às populações em situação de insegurança alimentar - geralmente residentes na própria região onde os alimentos foram produzidos, a exemplo dos acampados da reforma agrária, quilombolas, indígenas, atingidos por barragens e outros segmentos. São também distribuídos para programas sociais públicos, abastecendo creches, escolas, cozinhas comunitárias, restaurantes populares e entidades assistenciais e/ou beneficentes.

### c.1- Formação de Estoque pela Agricultura Familiar - CPR- Estoque

Devido ao fato da operacionalização da **CPR Estoque** exigir melhor estruturação e maior planejamento da organização, sua procura tem sido estável. A grande concentração desse instrumento está na região Sul onde as Cooperativas e Associações apresentam maior experiência no acesso aos instrumentos de comercialização mais complexos. No Piauí, por existir poucas

entidades organizadas de agricultores familiares é que houve uma diminuição de demandas para essa modalidade.

No entanto, citamos o apoio aos apicultores que vem valorizando a produção de mel no Piauí, gerando renda, através da garantia de um capital de giro pela CPR – Estoque, sendo fortalecidos no momento da negociação do produto pela oferta.

Destaca-se no Piauí, para essa modalidade de CPR-Estoque, apenas uma entidade: **Cooperativa Mista dos Apicultores da Microrregião de Simpício Mendes – COMAPI**, CNPJ N° 08.950.548/0001-04, avençando com a Conab 03 (três) Cédulas do Produtor Rural – CPR's N°s PI/2011/01/0014 (R\$96.300,00); PI/2011/01/0015 (R\$96.300,00) e PI/2011/01/0013 (R\$94.500,00). Abaixo, Quadro detalhando a referida operação:

**Quadro XII - CPR- Estoque**

N° Municípios	Produto	N.º de Produtores	Quantidade(t)	Valor (R\$)
01	Mel de Abelha	76	79	287.100,00

Fonte: Geose/Sureg-PI

### c.2- Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea – CPR- Doação

Dos instrumentos operacionalizados pela Conab, a CPR-Doação é o que apresenta a maior demanda pois possibilita a comercialização de produtos característicos da Agricultura Familiar, tais como: hortaliças, frutas, doces e outros produtos caseiros. No Piauí, foram doadas 2.342 toneladas de diversos produtos alimentícios a 219 instituições sociais, beneficiando 226.922 pessoas, conforme detalhado no quadro a seguir.

**Quadro XIII – Aquisições por meio da CPR-Doação**

UF	N.º Municípios	Produto	N.º de Produtores	Quantidade (t)	Valor (R\$)	N.º de Participantes Consumidores	N.º de Pessoas Atendidas
PI	42	Diversos	1.199	2.342	4.566.426,25	219	226.922

Fonte: Supaf/Gecaf

Destaca-se, dentre as maiores operações nessa modalidade de CPR- Doação, as seguintes entidades:

### **Quadro XIV - Relação de Entidades Produtoras/Beneficiárias no Piauí – CPR-Doação (ver em ANEXO)**

Na operacionalização da CDAF, a Conab monta os polos de compra em regiões produtoras, comunica as organizações dos dias e locais para a aquisição e o pagamento é realizado em até 10 dias, enquanto a CPR-Estoque e CPR-Doação exigem que as entidades proponentes enviem à Conab, por meio do PAANet, projetos detalhados, com a quantidade de produtores fornecedores, produtos e quantidades oferecidas e, especificamente, para a CPR-Doação as entidades que serão beneficiadas e a quantidade de pessoas assistidas.



### 3.2.1.2 – Aquisição do Governo Federal - AGF

No Estado do Piauí, no ano de 2011, esse instrumento de comercialização efetivou-se apenas com a aquisição de 290.000 unidades de sacaria objetivando o atendimento ao Programa Vendas em Balcão.

**Quadro XV - Demonstrativo das Aquisições de Sacaria**

UF	Produto	AGF		Contrato de Opção		Total	
		Quant.(unidade)	Valor (R\$)	Quant.(kg)	Valor (R\$)	Quant.(unidade)	Valor (R\$)
PI	Sacaria	290.000	322.944,00	0	0,00	290.000	322.944,00

Fonte: Supaf/Gecaf

### 3.2.2 - Subvenções do Governo Federal

#### a) Subvenção Econômica aos Produtores de Cana-de-Açúcar

Subvenção econômica concedida de acordo com a Lei n.º 12.249/10, alterada em setembro de 2011, pela Lei n.º 12.490, aos produtores independentes de cana de açúcar, pessoas físicas ou jurídicas ou suas cooperativas, para repasse aos seus cooperados, cuja produção tenha sido cultivada e beneficiada em terras e em unidades industriais da Região Nordeste, que tenham como atividade principal ou secundária a produção de açúcar e/ou etanol e que possuam cadastro junto à Secretaria de Produção e Agroenergia- SPAE/MAPA.

A alteração na redação da Lei se deu para inclusão de um novo público como beneficiário da subvenção. A partir desta, os canavieiros que venderem sua produção às destilarias, e não somente às usinas, passaram a ter direito ao recebimento da subvenção.

No Estado do Piauí **houve um único beneficiado nessa operação**, com subvenção no valor de R\$25.796,05 (vinte e cinco mil, setecentos e noventa e seis reais e cinco centavos): **Produtor João Antônio Guedes Barbosa**, do município de União, com uma produção de 5.159,210 toneladas de cana-de-açúcar. Abaixo, Quadro Demonstrativo de Pagamento de Subvenção:

**Quadro XVI – Demonstrativo de Pagamento de Subvenções**

UF	N.º de Beneficiários	Valor Pago (R\$)
PI	1	25.796,05
<b>Total Região Nordeste</b>	<b>2.819</b>	<b>8.973.306,53</b>

Fonte: Sugof

#### b) Subvenção Econômica aos Produtores Extrativistas

Subvenção econômica concedida diretamente aos extrativistas portadores da Declaração de Aptidão ao Pronaf, ou, ainda, a associações ou cooperativas com DAP jurídica, que tenham efetuado a venda de seu produto por preço de mercado e este tenha sido inferior ao preço mínimo fixado pelo governo federal.



Em meados de 2011 houve entrave na assinatura da Portaria Interministerial que libera os recursos, sendo assinada somente em 23 de dezembro. Tal situação impossibilitou a operacionalização do Programa no segundo semestre, devendo influenciar negativamente os primeiros meses de 2012.

O valor total das subvenções pagas pela Conab totalizou R\$1.895.090,76, sendo pago no Estado do Piauí subvenção a 12 extrativistas de amêndoa de babaçu, no valor de R\$1.000,26 (Um mil e vinte e seis reais),

**Quadro XVII – Demonstrativo de Pagamento de Subvenção da PGPMBio**

Produto Amêndoa de Babaçu			
UF	N.º Extrativistas	Quant. (kg)	Valor (R\$)
PI	12	2.779	1.000,26

Fonte: Sugof

**Quadro XVIII – Relação de Extrativistas da UJ**

Nº	BENEFICIÁRIO EXTRATIVISTA	CPF	PREÇO DE MERCADO (R\$ por kg)	CÁLCULO DA SUBVENÇÃO (P. mínimo - p. mercado)	QUANT. COMPROVADA (KG)	VALOR PRÊMIO (R\$)
1	MARIA DE LOURDES MENESES	001.721.903-55	1,10	0,36	163,0	58,68
2	MARIA LINDALVA DOS SANTOS	029.232.713-78	1,10	0,36	252,0	90,72
3	ANTONIA MARIA DA CONCEIÇÃO	944.606.803-78	1,10	0,36	213,0	76,68
4	MARIA ONEIDE BARROS CARVALHO	937.696.013-00	1,10	0,36	303,0	109,08
5	ANTONIA RODRIGUES DOS SANTOS	928.559-033-00	1,10	0,36	198,0	71,28
6	MARIA DOS REMEDIOS F DA SILVA	971.360.853-49	1,10	0,36	239,0	86,04
7	ZILDA FILOMENA DA SILVA	610.130.991-68	1,10	0,36	228,0	82,08
8	ZILMARA DAS NEVES DA SILVA	047.412.063-51	1,10	0,36	230,0	82,80
9	MARIA DO CARMO M OLIVEIRA	000.504.643-29	1,10	0,36	227,0	81,72
10	TEREZA FILOMENA DA SILVA	023.076.893-89	1,10	0,36	272,0	97,92
11	LUZIA DA SILVA SOUSA	021.898.053-17	1,10	0,36	189,5	68,22
12	MANOEL ALVES PONTES	226.783.283-68	1,10	0,36	264,0	95,04
<b>TOTAL</b>					<b>2.779</b>	<b>1.000,26</b>

Fonte: Geose/Sureg-PI

### **3.2.2.1 – Concessão de Prêmios para Escoamento da Produção**

No Âmbito da Superintendência Regional do Piauí apenas foram efetivadas operações de Valor de Escoamento do Produto- VEP , não havendo, no exercício de 2011, os prêmios PEP e PEPRO que também são instrumentos de auxílio na sustentação de Renda.

O VEP encontra-se melhor detalhado no Subitem 4.2.1, “a”, deste Relatório.

### **3.3 – Principais indicadores de desempenho**

Estamos em processo de análise e demais providências quanto a elaboração de indicadores capazes de medir a eficiência e avaliação da prestação na implementação dos programas e prêmios de intervenção. As ações referenciadas neste item dependem da evolução do mercado e suas oscilações de preços, bem como da provocação dos agricultores familiares, produtores rurais e suas entidades representativas (associações e cooperativas), sendo a Conab apenas demandada.

Técnicos de diversas áreas da Matriz da Conab no Distrito Federal iniciaram um trabalho de criação de indicadores de desempenho. Atualmente, estão em fase de análise a fim de verificar se atendem aos requisitos de qualidade dos indicadores, tais como: Validade, Comparabilidade, Estabilidade, Homogeneidade, Praticidade, Independência, Confiabilidade, Seletividade, Compreensão, Completude, Economicidade, Acessibilidade, Tempestividade e Objetividade. Se aprovados, deverão entrar em fase de teste de aplicabilidade e se julgados necessários e suficientes serão estendidos para as regionais.

## **4 – Promoção do Abastecimento**

### **4.1 Atuação da Companhia**

As ações desenvolvidas pela Conab visando a regularização do abastecimento interno incluem a venda de estoques governamentais, por meio de leilões públicos ou em balcão, a compradores de pequeno porte e a concessão de subvenção, como estímulo ao escoamento de produtos de zonas produtoras para áreas desabastecidas, assim como a doação de produtos alimentícios a grupos ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional.

As vendas em leilões públicos, com ou sem subvenção, são realizadas a partir de análises de mercado desenvolvidas pela Superintendência de Gestão da Oferta- Sugof, quando são identificadas as áreas desabastecidas, as variações danosas nos níveis de preços e os produtos que necessitam de intervenções. As vendas também podem ser realizadas para a redução de custos de manutenção de pontas de estoques, obedecidas as quantidades especificadas no Manual de Operações da Conab-MOC (embalagens até 10.000 unidades; arroz e milho até 100 toneladas; farinha e fécula de mandioca, feijão, juta/malva, mamona, rami, raspa de mandioca, sisal, soja, trigo e sorgo até 60 toneladas; algodão, cera e pó cerífero de carnaúba até 2 toneladas), e pela necessidade de retirada de produtos de unidades armazenadoras onde ocorreram perdas e/ou desvios de produtos.

A concessão de subvenção econômica, na forma de equalização de preços, é feita por meio de leilões públicos e por intermédio dos instrumentos de apoio à comercialização, quais sejam: o Prêmio de Escoamento de Produto -PEP e o Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa- PEPRO, operacionalizados pela Conab em cumprimento às determinações contidas em portarias interministeriais assinadas pelo Ministério da Fazenda, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento- MAPA e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão- MPOG.

Em 2011 foram divulgadas as seguintes portarias:

- Portaria Interministerial n.º 67, de 21 de fevereiro de 2011 – PEP e PEPRO de arroz e feijão das safras 2010/2011 e 2011, até R\$200,0 milhões para o primeiro e até R\$50,0 milhões para o segundo;
- Portaria Interministerial n.º 408, de 12 de agosto de 2011 – PEP para o sisal bruto, da safra 2011/2012, produzido nos estados da Bahia, Paraíba e Rio Grande do Norte, até o valor de R\$20,0 milhões.
- Portaria Interministerial n.º 453, de 14 de setembro de 2011 – PEP e PEPRO para o trigo em grãos safra 2011, até o limite de R\$150,0 milhões.

Os recursos são oriundos das Operações Oficiais de Crédito-OOC, e constantes da Ação Orçamentária Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários, sob a coordenação da Coordenadoria Geral de Programação Financeira - Cofin, da Secretaria de Tesouro Nacional-STN, do Ministério da Fazenda.

Nestas operações cabe à Conab a divulgação dos editais, a realização dos leilões, o recebimento e conferência dos documentos que comprovam a efetivação do escoamento dos produtos, de acordo com as normas constantes dos editais, e o pagamento das subvenções, posteriormente ao recebimento dos recursos financeiros do Ministério da Fazenda.

Por último, a doação de produtos alimentícios a grupos ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional atende aos objetivos das seguintes ações orçamentárias:

- Ação Orçamentária “**Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos**”, do Programa Acesso à Alimentação, sob a coordenação do **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome -MDS**, que visa a distribuição de cestas de alimentos como atendimento emergencial voltado à redução da insegurança alimentar em grupos vulneráveis, tais como famílias acampadas que aguardam o programa da reforma agrária, remanescentes de quilombos, indígenas, atingidos por barragens, que se caracterizam pelo estado de risco e situação de insegurança alimentar e nutricional, e,
- Ação “**Socorro e Assistência às Pessoas Atingidas por Desastres**”, do Programa Resposta aos Desastres, do **Ministério da Integração Nacional**, que objetiva prestar assistência às pessoas atingidas por desastres, de grande e muito grande porte, quando comprometida a capacidade local para a pronta resposta, especialmente quando reconhecidos como em situação de emergência ou em estado de calamidade pública pelo Governo Federal.

Para a distribuição das cestas a Conab celebra Termos de Cooperação Técnica com os ministérios acima citados, recebendo descentralizações orçamentárias/financeiras objetivando a aquisição de produtos por meio de leilões públicos, incluindo a montagem das cestas, a remoção para as áreas necessitadas e a disponibilização às entidades para a efetiva distribuição, de acordo com as orientações do MDS ou da Defesa Civil.

No Âmbito da Superintendência Regional do Piauí apenas foram efetivadas operações de vendas em balcão e distribuição de alimentos a Grupos Populacionais Específicos e a Pessoas Atingidas por Desastres (enchente) no Estado do Maranhão.

## 4.2 Vendas dos Estoques Públicos

### 4.2.1 Alienação dos Estoques da PGPM

#### a) Vendas em Leilão Público, com Subvenção

Esta modalidade de venda é realizada por meio do instrumento denominado Valor de Escoamento do Produto- VEP em que é paga uma subvenção econômica a um segmento consumidor definido (avicultores, bovinocultores, caprinocultores, indústrias de ração e suinocultores), o qual adquire estoque governamental e se dispõe a escoá-lo para a região de consumo estabelecida no edital de venda. O adquirente arremata o produto em leilão público, efetua o pagamento integral de seu valor e posteriormente, após a comprovação obrigatória do escoamento, é ressarcido do valor da subvenção definida em leilão.

Em 2011, , a Conab ofertou 221.112 toneladas de milho armazenados nos estados de Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, com escoamento para estados da Região Nordeste. Em relação ao exercício anterior verificou-se incremento de 230,56% nas quantidades vendidas.

No Piauí, UF de destino, foram escoados devidamente comprovados, um quantitativo de 2.666 toneladas de produto, com pagamento de prêmio no valor de R\$ 294.544,95 (duzentos e noventa e quatro mil, quinhentos e quarenta e quatro reais e noventa e cinco centavos), conforme quadro abaixo:

**Quadro XIX – Demonstrativo de Comercialização pelo VEP**

UF de Origem	Quantidade (t)		Valor do Prêmio (R\$)	
	Vendida	Comprovada	Previsto	Pago
GO	38	37	3.393,75	3.393,75
MS	2.215	2.215	269.920,80	269.920,80
MT	414	414	21.230,40	21.230,40
<b>Total Geral</b>	<b>2.667</b>	<b>2.666</b>	<b>294.544,95</b>	<b>294.544,95</b>

Fonte: Suope/Gecom

## **b) Vendas em Balcão**

No início da década de 1990, com a promulgação da Lei Agrícola Nacional (Lei n.º 8.171, de 17/01/91), o Governo Federal apresentou de forma clara sua preocupação com o desenvolvimento do setor agrícola, notadamente quanto ao abastecimento alimentar, visando garantir a tranquilidade social, a ordem pública e o processo de desenvolvimento econômico.

Como objetivos principais para alcançar tais pressupostos, o Art. 3.º daquela Lei destaca, dentre outros, os seguintes: “III – eliminar as distorções que afetam o desempenho das funções econômica e social da agricultura”; e, “X – prestar apoio institucional ao produtor rural, com prioridade de atendimento ao pequeno produtor e sua família”.

Uma das principais ações que foram adotadas para possibilitar o alcance de tais objetivos, e que estão ligadas diretamente ao Programa Vendas em Balcão, foi a “especial, exclusiva e excepcional” permissão para a comercialização de forma direta dos estoques públicos e que estão sob a gestão administrativa do Governo Federal, a um público específico e com um perfil pré-definido. Tal permissão pode ser vislumbrada no Art. 19 do instrumento regulador da mencionada Lei Agrícola, que é a Portaria Interministerial n.º 182, de 25/08/1994, que assim descreve: “Excepcionalmente, quando as condições de mercado estiverem inviabilizando o acesso do comprador de pequeno porte a produto que esteja disponível nos estoques públicos, poderão ser feitas vendas diretas “de balcão (...), respeitados os princípios desta portaria”.

É reconhecida a dificuldade dos pequenos criadores em suprir suas demandas de produtos para a composição da ração necessária à alimentação dos seus rebanhos, agravada pela falta de acesso, em vista da sua escala operacional e/ou localização, aos estoques governamentais ofertados por meio dos tradicionais leilões públicos, realizados em Bolsas de Mercadorias.

Para contrapor essa situação, foram formuladas as operações de vendas em balcão, com o propósito de permitir o escoamento pulverizado de parcela dos estoques públicos, favorecendo o acesso direto dos pequenos criadores rurais, agroindústrias de menor porte, entidades de classe e instituições de ensino e pesquisa aos produtos ofertados pela Conab, em igualdade de condições às obtidas pelos médios e grandes clientes, tradicionalmente usuários de compras por meio de pregões públicos.

Tal permissiva, em síntese, traduz o reconhecimento de que as condições financeiras e estruturais dos pequenos compradores impõem-lhes permanentes limitações quanto a um suprimento regular de insumos, necessários à manutenção de seus negócios. A falta de capital de giro, incluindo o acesso ao crédito, não permite que os pequenos criadores rurais tenham condições de manter estoques de insumos, tornando-os vítimas das flutuações e oportunismo do mercado. Com a sistematização de ofertas regulares de insumos às propriedades rurais de pequeno porte, assegura-se um contínuo processo de alavancagem de um dos mais representativos segmentos da economia nacional. Propicia-se, assim, a geração de renda e empregos, sobretudo nas áreas rurais mais necessitadas, inibindo, em consequência, o êxodo populacional para os grandes centros urbanos. Também se beneficiam deste Programa as entidades de pesquisa que contribuem para o desenvolvimento do setor.

Para que os produtos ofertados sejam acessados por um número maior de clientes, as quantidades máximas para compra mensal estão limitadas por produto e região, sendo para o Estado do Piauí:

- milho em grãos – 14 toneladas ;
- arroz em casca – 100 toneladas;
- trigo em grãos – 50 toneladas;
- castanha de caju – 10 toneladas (embalagem 1.000 unidades);

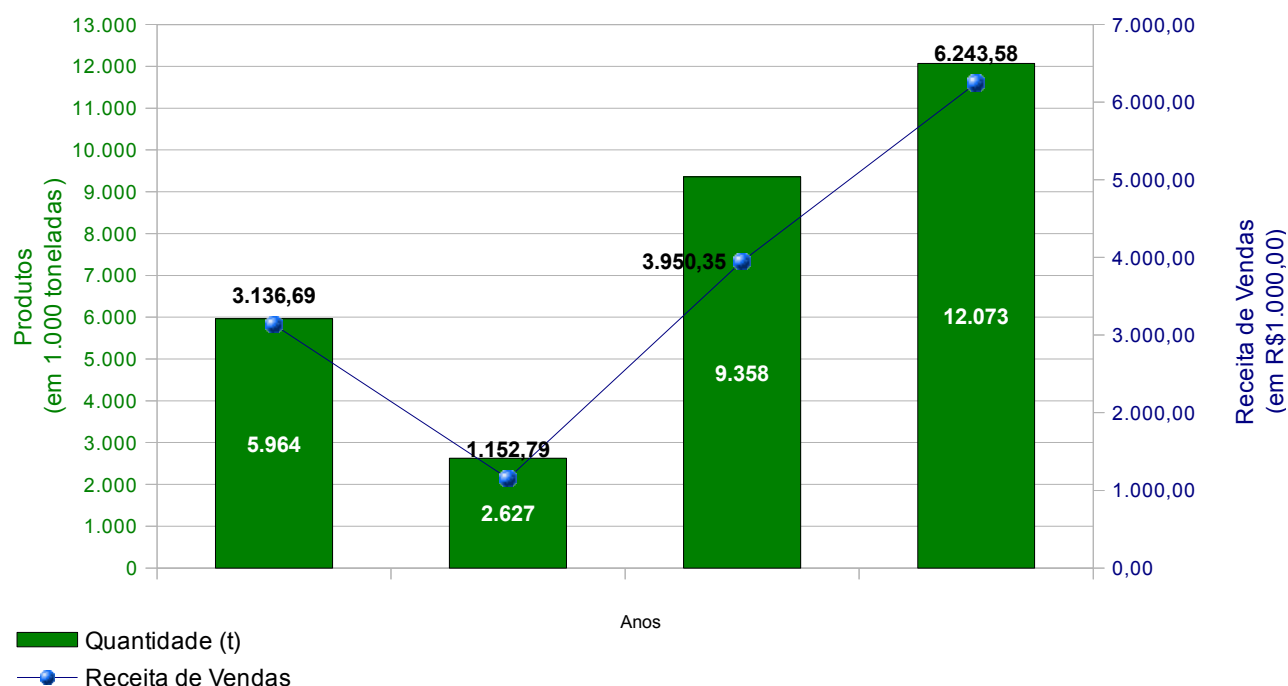
Os preços de venda dos produtos são compatíveis com o mercado, em níveis que não tenham comportamento concorrencial ao segmento vendedor tradicionalmente constituído, sendo observado:

- não pode ser inferior ao preço médio ponderado de fechamento do último leilão público do produto realizado pela Conab no estado onde for realizada a venda em balcão;
- o preço é mantido até a ocorrência de novo leilão e, no máximo, por 30 dias corridos;
- no caso de não ter ocorrido leilão nos últimos 30 dias corridos, o preço praticado não pode ser inferior ao preço constante na publicação “Acompanhamento Semanal de Preços”, editada pela Conab e de circulação pública;
- no cálculo do preço de venda, podem ser considerados ágios e deságios por tipo, safra, localização e embalagem, em relação às especificações do produto leiloado;
- não ocorrendo leilão, nem havendo divulgação de preços na “Tabela de Acompanhamento Semanal”, são adotados os valores constantes na “Tabela Referencial dos Preços VEP/PEP/PEPRO”;
- quando nenhuma das condições anteriores forem aplicáveis neste tipo de operação, é adotada a “Tabela Referencial de Composição do Preço do Milho Importado”;
- o produto é entregue ao comprador no armazém onde está depositado, correndo por conta do mesmo as despesas com o transporte. Nos armazéns próprios, as despesas adicionais, inclusive serviços de braçagem, são de responsabilidade da Conab.

Os preços de venda, a área de abrangência, a clientela e demais procedimentos operacionais e financeiros do Programa estão definidos no Título 22 – Programa de Abastecimento Social/Venda em Balcão do Manual de Operações da Conab-MOC.

**As vendas em balcão** de produtos dos estoques públicos (incluindo os originários de aquisições da Agricultura Familiar), cujo desempenho está vinculado à disponibilidade do produto e à atratividade do seu preço de venda, **foram realizadas no Estado do Piauí, nas 04 (quatro) Unidades Armazenadoras:** Teresina, Parnaíba, Picos e Floriano, totalizando 12.073 toneladas de produtos, sendo: 12 toneladas de castanha de caju e 12.061 toneladas de milho em grãos, um benefício direto que compreendeu a 7.600 atendimentos.

Em função do aumento dos preços de milho em grãos ocorrido durante o ano de 2007, as vendas superaram as do ano anterior em 99,6%, reduzindo de forma substancial os estoques públicos e, em consequência, gerando menor comercialização em 2008. Em 2009, devido à queda dos preços nos mercados nacional e internacional e ao aumento da produção na Região Centro-Oeste, principalmente no Estado do Mato Grosso, a Conab atuou de forma intensiva absorvendo grande parte do excedente e agregando mais de 4,1 milhões de toneladas de milho aos estoques públicos, permitindo que o Programa Vendas em Balcão ampliasse o atendimento aos compradores de pequeno porte, reduzindo os efeitos do contínuo aumento dos preços e da escassez do produto, principalmente nos estados das regiões Norte e Nordeste.

**Figura XII – Evolução do Programa Vendas em Balcão da UJ**

Fonte: Supab/Gepab

### c) Comercialização por meio da Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos- Refap

Em 2009, a Conab passou a disponibilizar parte dos estoques públicos adquiridos no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos- PAA para comercialização por meio da Refap, beneficiando as populações de baixa renda, clientes dos pequenos mercados nas periferias das grandes cidades e integrantes de Centrais de Negócios. Em 2011, foram comercializadas 2.087 toneladas nas Centrais de Negócios já formadas, desse quantitativo foram comercializados no Estado do Piauí 174,5 toneladas

**Quadro XX – Demonstrativo de Vendas pela REFAP**

N.º Varejistas Atendidos	N.º Famílias Beneficiadas	Quantidade (t)				Total (t)	Valor (Em R\$)
		Açúcar	Arroz Beneficiado	Leite em pó	Pêssego em calda		
706	78.147	49,4	74,9	49,8	0,3	174,5	509.062,32

Fonte: Supab/Gevap

A quantidade de produtos disponibilizada pela Conab para comercialização nas Centrais de Negócios depende do volume de estoques disponíveis. Em relação ao exercício anterior verifica-se redução de 6,3% nas quantidades vendidas.



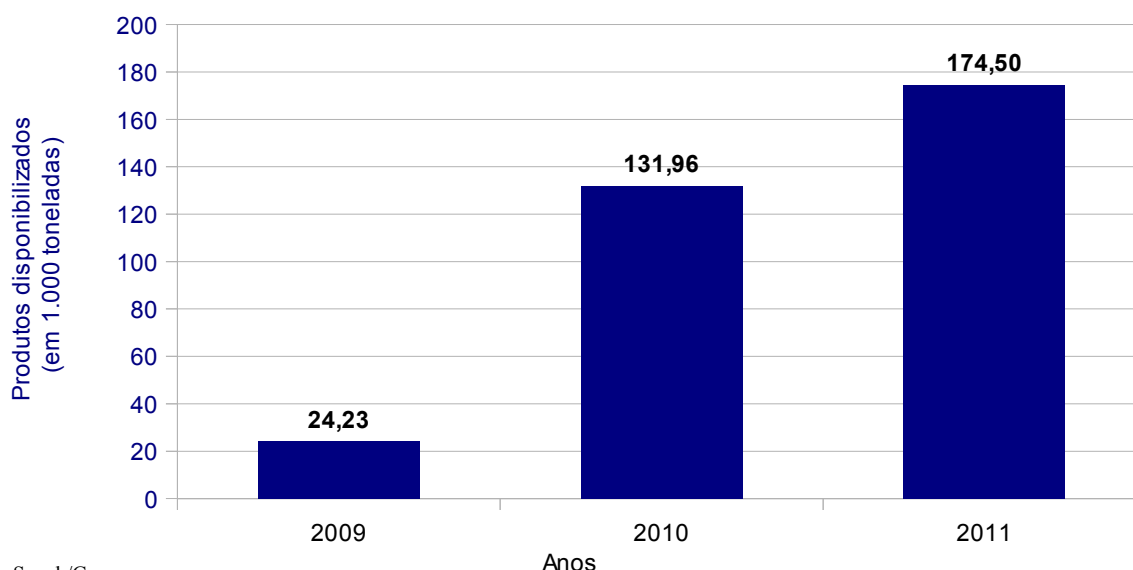
A Superintendência Regional disponibilizou para comercialização com os varejistas, 174,5 toneladas de Produtos: Açúcar, Arroz beneficiado; Leite em pó e Pêssego em Calda, adquirido da Agricultura Familiar, beneficiando aproximadamente 78.147 famílias, conforme resultados dispostos no quadro acima.

**Quadro XXI - Produtos Comercializados por meio do REFAP**

Produto	Ano									
	2009		2010				2011			
	Quant. (t)	Valor (R\$)	Quant. (t)	Valor (R\$)	Varejistas Atendidos	Famílias Beneficiadas	Quant. (t)	Valor (R\$)	Varejistas Atendidos	Famílias Beneficiadas
Açúcar	-	-	-	-	538	121.823	49,4	76.188,50	706	78.147
Arroz beneficiado	-	-	32,8	34.725,60			74,9	76.317,48		
Leite em pó	24,2	133.265,00	98,4	541.332,00			49,8	355.838,74		
Pêssego em calda	-	-	780,0	1.794,00			0,3	717,60		
<b>Total</b>	<b>24,2</b>	<b>133.265,00</b>	<b>911,2</b>	<b>577.851,60</b>	<b>538</b>	<b>121.823</b>	<b>174,5</b>	<b>509.062,32</b>	<b>706</b>	<b>78.147</b>

Fonte: Supab/Gevap

Portanto, observa-se que houve uma oferta maior de alimentos em relação aos exercícios anteriores (2009 e 2010), com inclusão de um item: açúcar, sendo ofertado 49,4 toneladas.

**Figura XIII – Evolução da Comercialização de Estoques Públicos pela Refap**

Fonte: Supab/Gevap

#### 4.2.2 Doação de Produtos Alimentícios

##### a) Doação de produtos alimentícios a grupos ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional- MDS

A experiência iniciada em 2003 tem demonstrado ser necessária a continuidade da ação de atendimento às famílias acampadas, indígenas, quilombolas, comunidades de terreiro, atingidas por barragens (MAB), pescadoras artesanais e/ou outras em situação de insegurança alimentar em todo o território nacional.

Por meio do Termo de Cooperação celebrado em 2010, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome -MDS repassou à Conab recursos orçamentários/financeiros no valor final de R\$61.847.808,64, objetivando a aquisição de gêneros alimentícios e a operacionalização da distribuição de cestas de alimentos.

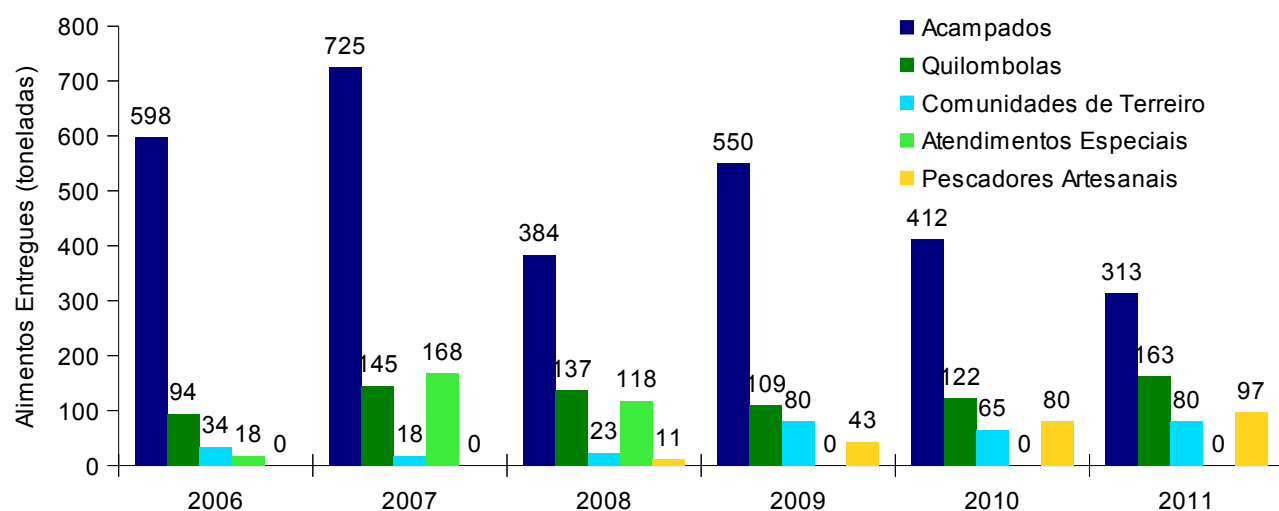
A aquisição dos alimentos é realizada pela Matriz por meio de leilão eletrônico e a entrega é realizada nos locais estabelecidos no Aviso de Leilão. Ainda, na formação dos estoques, de comum acordo com o MDS, a Conab pode utilizar os estoques oriundos do Programa de Aquisição de Alimentos -PAA.

A retirada dos alimentos bem como a sua distribuição às famílias beneficiárias é de responsabilidade dos representantes do INCRA/OAN, Funai/Funasa, Fundação Cultural Palmares, SEP-PIR, MAB e MPA.

Em 2011, no Estado do Piauí, foram realizados 24.565 atendimentos a 5.139 famílias com distribuição de 653 toneladas de alimentos.

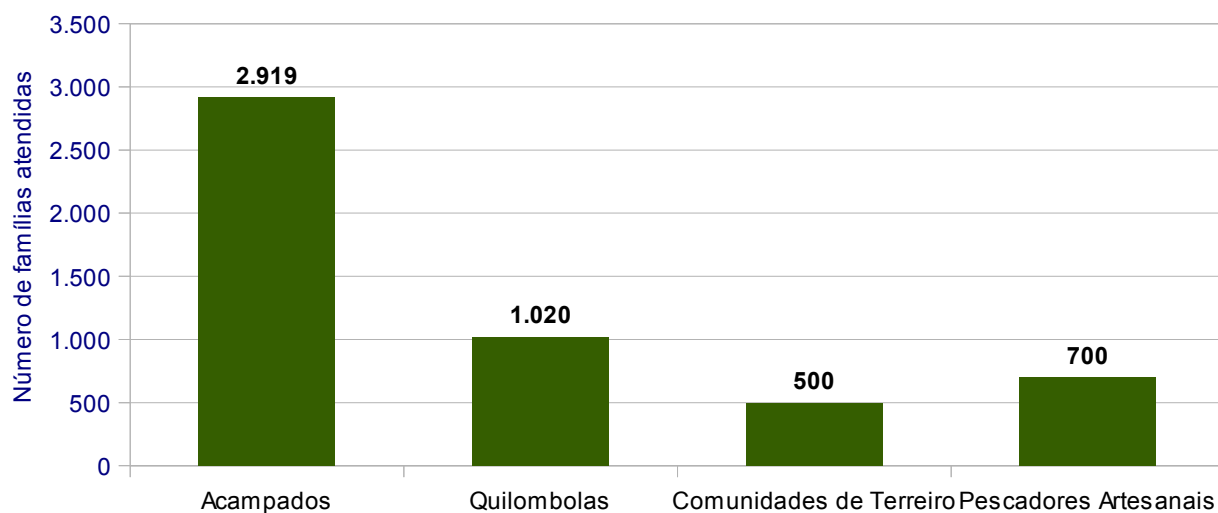
Em relação ao exercício anterior, verifica-se redução de 11,1% no número de famílias atendidas, de 10,7% na quantidade de atendimentos e de 8,4% na quantidade de produtos distribuídos, conforme demonstrado na Figura a seguir:

**Figura XIV – Evolução da quantidade de alimentos entregues pela UJ-MDS**



Fonte: Supab/Gepab

**Figura XV – Atendimento às Famílias em Situação de Insegurança Alimentar e Nutricional na UJ MDS – 2011**



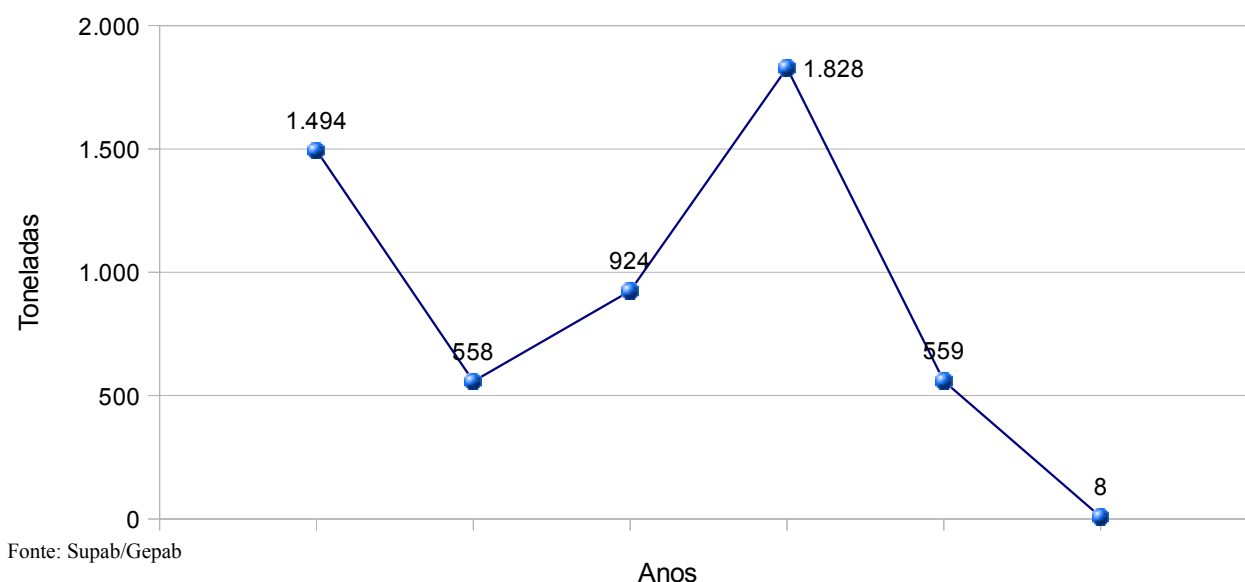
Fonte: Supab/Gepab

### b) Distribuição de alimentos a pessoas atingidas por desastres de qualquer natureza -MI

Em 2011 a Conab, sob a orientação do Ministério da Integração Nacional, distribuiu 119.579 cestas de alimentos a igual número de famílias correspondendo a 2.954 toneladas de alimentos.

No Piauí, foram destinadas 08 toneladas de alimentos a atendimentos especiais, integrando os seguintes itens: arroz, feijão, farinha de mandioca, óleo de soja, açúcar, macarrão, leite em pó, biscoito rosca de coco e sardinha. Os produtos foram encaminhados para três municípios do Maranhão: Pedreiras, Trizidela e Bacabal, visando o auxílio alimentar de famílias vítimas das enchentes ali ocorridas. Ainda, uma parte dos alimentos foi doado ao SESC-MESA BRASIL.

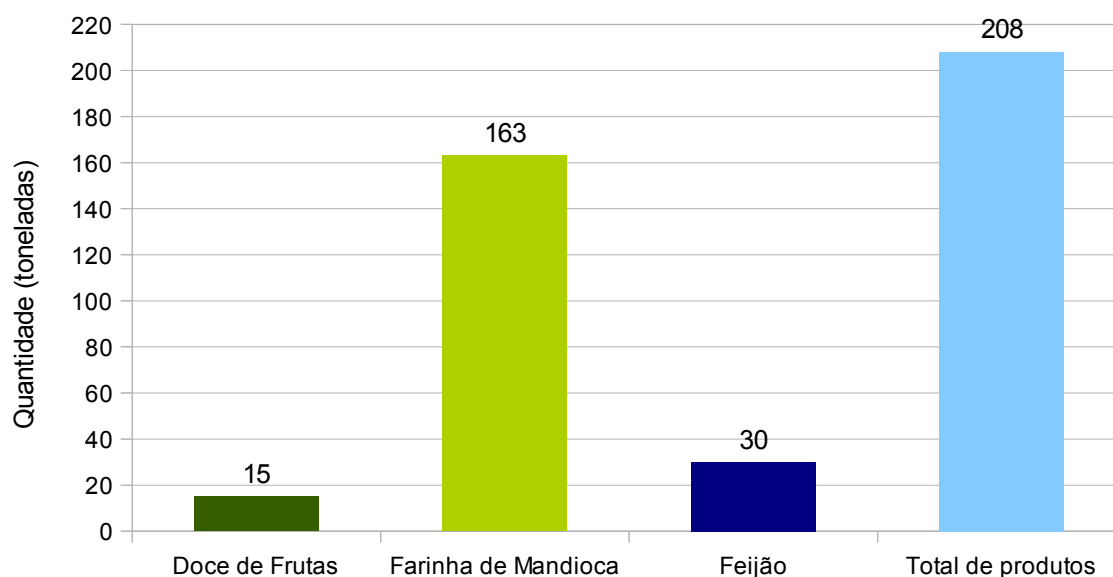
**Figura XVI** - Evolução da quantidade de produtos alimentícios doados da UJ-MI



### c) Suplementação da Oferta de Alimentos Para Entidades Públicas e de Interesse Social

Atendendo demandas apresentadas por entidades governamentais, bancos de alimentos e outras instituições de interesse público, a Conab no Piauí, em 2011, por meio da Superintendência de Abastecimento Social- Supab, fazendo uso de estoques originários de aquisições da Agricultura Familiar doou 208 toneladas de produtos alimentícios para entidades públicas e de interesse social do estado do Piauí.

**Figura XVII – Demonstrativo da Distribuição de Produtos Alimentícios**



Fonte: Supab/Gepri

### 4.3 – Principais Indicadores de Desempenho

Estamos em processo de análise e demais providências quanto a elaboração de indicadores capazes de medir a eficiência e avaliação da prestação na implementação das ações aqui referenciadas.

Técnicos de diversas áreas da Matriz da Conab no Distrito Federal iniciaram um trabalho de criação de indicadores de desempenho. Atualmente, estão em fase de análise a fim de verificar se atendem aos requisitos de qualidade dos indicadores, tais como: Validade, Comparabilidade, Estabilidade, Homogeneidade, Praticidade, Independência, Confiabilidade, Seletividade, Compreensão, Completude, Economicidade, Acessibilidade, Tempestividade e Objetividade. Se aprovados, deverão entrar em fase de teste de aplicabilidade e se julgados necessários e suficientes serão estendidos para as regionais.

## 5 – Articulação e Organização do Abastecimento

### 5.1 - Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos - REFAP

A Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos – REFAP foi concebida com a função básica de ser indutora de ações que promovam, mediante prévia seleção e capacitação de unidades varejistas, a formação de Centrais de Negócios, com a perspectiva de, por meio do associativismo, fortalecer o comércio de pequeno porte e incorporar melhorias ao suprimento da sua clientela.

É uma associação voluntária, sem alinhamentos jurídicos ou fiscais, que fomenta, sob o estímulo e apoio do agente público, ações de modernização e fortalecimento dos empreendimentos comerciais filiados.

Para a formalização das centrais de negócios cabe à Conab:

- definição das áreas de atuação, considerando a necessidade de apoio institucional ao segmento varejista de pequeno porte e a perspectiva de implantação de uma Central de Negócios,
- identificação do interesse das unidades varejistas em integrar os propósitos da rede, com elaboração de um cadastro técnico;
- formalização do termo de adesão da unidade varejista à rede, pactuando compromissos;
- identificação e alinhamento, em termos de prioridade, das deficiências apresentadas pelas unidades varejistas, para que seja articulado o apoio técnico requerido,
- gerenciamento do apoio técnico, diretamente pela Conab e/ou em articulação com entidades parceiras, abrangendo: pontos de venda, legislação, procedimentos comerciais, processos operacionais e gerenciais, fontes de suprimento e linhas de crédito, formação das Centrais de Negócios, contemplando: definição das unidades varejistas parceiras, esclarecimentos e convencimento dos potenciais participantes, integração dos participantes, nivelamento profissional e processo de formalização da entidade,
- articulação institucional entre as Centrais de Negócios constituídas, fomentando a sua expansão, potencializando estratégias empresariais, elevando o associativismo e preservando os compromissos para com as comunidades circunvizinhas.
- Os resultados esperados são:
  - para as comunidades: melhoria do suprimento alimentar, pelo oferecimento de produtos de qualidade a preços acessíveis;
  - para os municípios: maior geração de renda e aumento dos níveis de arrecadação, pela formalização e expansão do comércio local;
  - para os varejistas: qualificação e expansão de seu comércio em função do suporte técnico oferecido, do capital de giro com taxas diferenciadas, e o acesso direto em condições favoráveis às indústrias fornecedoras, e
  - para os fornecedores: expansão qualitativa das vendas, pelo acesso a novos grupos de consumidores, com garantia total quanto ao pagamento dos negócios realizados, proporcionando ocupação de eventuais capacidades ociosas.

A Superintendência Regional no Piauí, atendendo convocação da Conab/Matriz, no exercício de dois mil e nove, implantou nas suas atividades finalísticas a Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos - Refap, com o apoio da Associação dos Merceeiros e Proprietários de Mercadinhos de Teresina- AMPM. Por meio do processo de indução, estimula-se o associativismo entre os varejistas filiados, com o propósito de formação das Centrais de Negócios, com a perspectiva de oferecer às comunidades mais necessitadas produtos de qualidade a preços compatíveis.

No Piauí, há 03 (três) Centrais de Negócios que revendem produtos da Refap quando disponíveis em estoques na Unidade Armazenadora de Teresina/PI:

- a) REDE SUPER DEZ – São 25 (vinte e cinco) varejistas cadastrados;
- b) REDE MAIS – São 19 (dezenove) varejistas cadastrados e
- c) REDE PIAUÍ – São 23 (vinte e três) varejistas cadastrados.

No exercício de 2011, a Superintendência Regional disponibilizou para comercialização com os varejistas, 174,5 toneladas de Produtos: Açúcar, Arroz beneficiado; Leite em Pó e Pêssego em Calda, adquirido da Agricultura Familiar, beneficiando aproximadamente 78.147 famílias, conforme resultados dispostos no quadro abaixo.

**Quadro XXII**– Produtos Comercializados por meio da REFAP

Produto	Ano									
	2009		2010				2011			
	Quant. (t)	Valor (R\$)	Quant. (t)	Valor (R\$)	Varejistas Atendidos	Famílias Beneficiadas	Quant. (t)	Valor (R\$)	Varejistas Atendidos	Famílias Beneficiadas
Açúcar	-	-	-	-	538	121.823	49,4	76.188,50	706	78.147
Arroz beneficiado	-	-	32,8	34.725,60			74,9	76.317,48		
Leite em pó	24,2	133.265,00	98,4	541.332,00			49,8	355.838,74		
Pêssego em calda	-	-	780,0	1.794,00			0,3	717,60		
<b>Total</b>	<b>24,2</b>	<b>133.265,00</b>	<b>911,2</b>	<b>577.851,60</b>	<b>538</b>	<b>121.823</b>	<b>174,5</b>	<b>509.062,32</b>	<b>706</b>	<b>78.147</b>

Fonte: Supab/Gevap

Em 2011, foi realizado o III Encontro Nacional da Refap, com o objetivo de nivelar e capacitar as equipes técnicas da Conab que atuam diretamente com a Rede. Durante o evento foram proferidas palestras com os seguintes temas: O Associativismo e o Pequeno Varejo Alimentar no Brasil, Tendências de Mercado no Associativismo, Desafios e Oportunidades de Centrais de Negócios, Casos de Sucesso em Centrais de Negócios e Superação de Dificuldades na Formação de Centrais de Negócios. Na oportunidade, foram realizadas 'salas de situações' quando foram discutidas, analisadas e apresentadas sugestões objetivando o aprimoramento da metodologia de formação das redes e a necessidade de padronização das informações dos relatórios operacionais/gerenciais.

## 5.2 – Principais Indicadores de Desempenho

Técnicos de diversas áreas da Matriz da Conab no Distrito Federal iniciaram um trabalho de criação de indicadores de desempenho. Atualmente, estão em fase de análise a fim de verificar se atendem aos requisitos de qualidade dos indicadores, tais como: Validade, Comparabilidade, Estabilidade, Homogeneidade, Praticidade, Independência, Confiabilidade, Seletividade, Compreensão, Completude, Economicidade, Acessibilidade, Tempestividade e Objetividade. Se aprovados, deverão entrar em fase de teste de aplicabilidade e se julgados necessários e suficientes serão estendidos para as regionais.

## 6 – Prestação de Serviços

### 6.1 – Estoques de Terceiros

De acordo com os objetivos constantes no Estatuto Social, a atividade de armazenagem desenvolvida pela Conab tem como função principal a guarda e a conservação dos estoques públicos formados a partir da execução da Política de Garantia de Preços Mínimos, além das políticas do Governo Federal, nas áreas de abastecimento e regulação da oferta de produtos agropecuários no mercado interno, podendo atuar, se necessário, como companhia de armazéns gerais.

No fim do exercício estavam estocados nas unidades próprias da UJ 70,42 toneladas de produtos de terceiros, representando 0,03% da quantidade total estocada de terceiros em todos os armazéns da Companhia. Abaixo, quadro especificando o quantitativo de produtos e valor estocados nas Unidades Armazenadoras do Piauí:

**Quadro XXIII - Estoque de Terceiros Armazenados nas Unidades Próprias da UJ**

UF	Quantidade (kg)	Valor (R\$)
PI	70.472	1.575.788,00
%UF em relação ao Total	0,06	0,92
<b>Conab Total</b>	<b>118.788.976</b>	<b>171.885.013,34</b>

Fonte: Suarm/Gearm

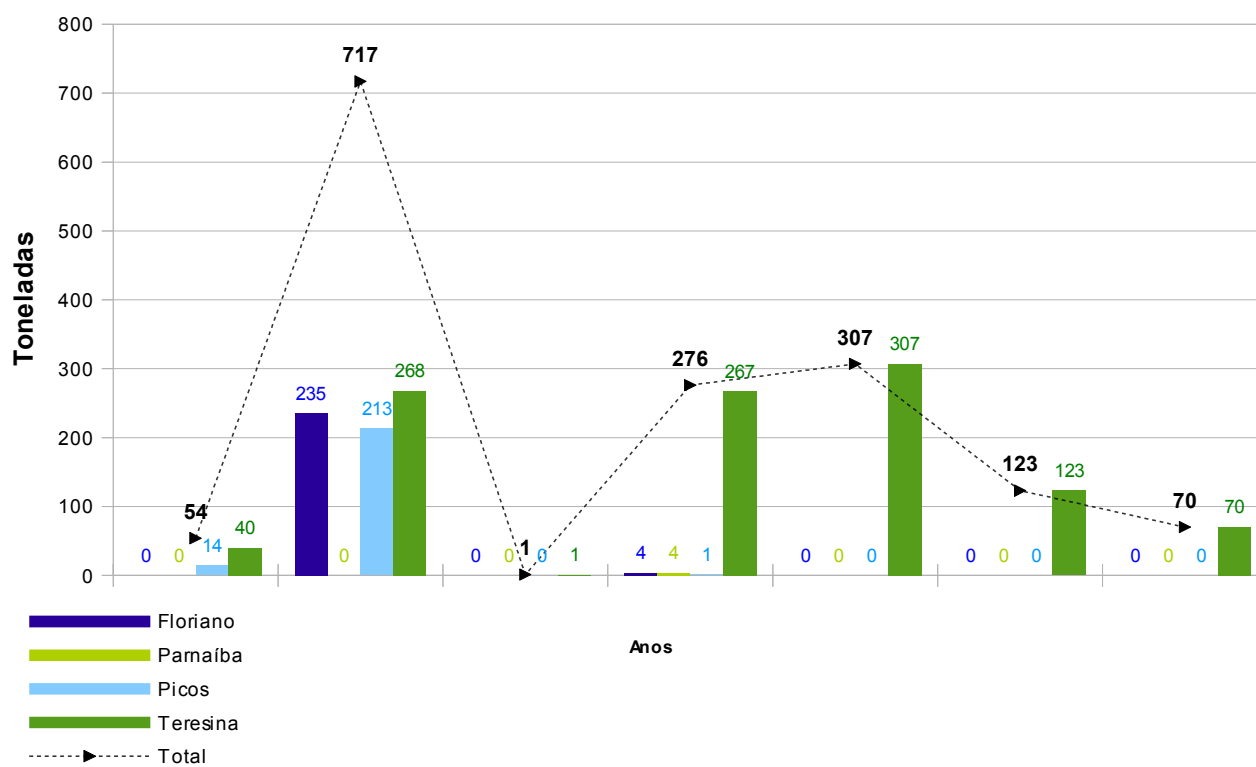


**Quadro XXIV – Detalhamento dos Estoques de Terceiros na UJ**

UF	Unidade	Produto	Quantidade (kg)	Valor (R\$)
PI	Floriano	Produtos industrializados/Manufaturados	0	231.947,00
	Teresina	Produtos industrializados/Manufaturados	70.472	1.343.841,00
<b>Total</b>			<b>70.472</b>	<b>1.575.788,00</b>

Fonte: Suarm/Gearm

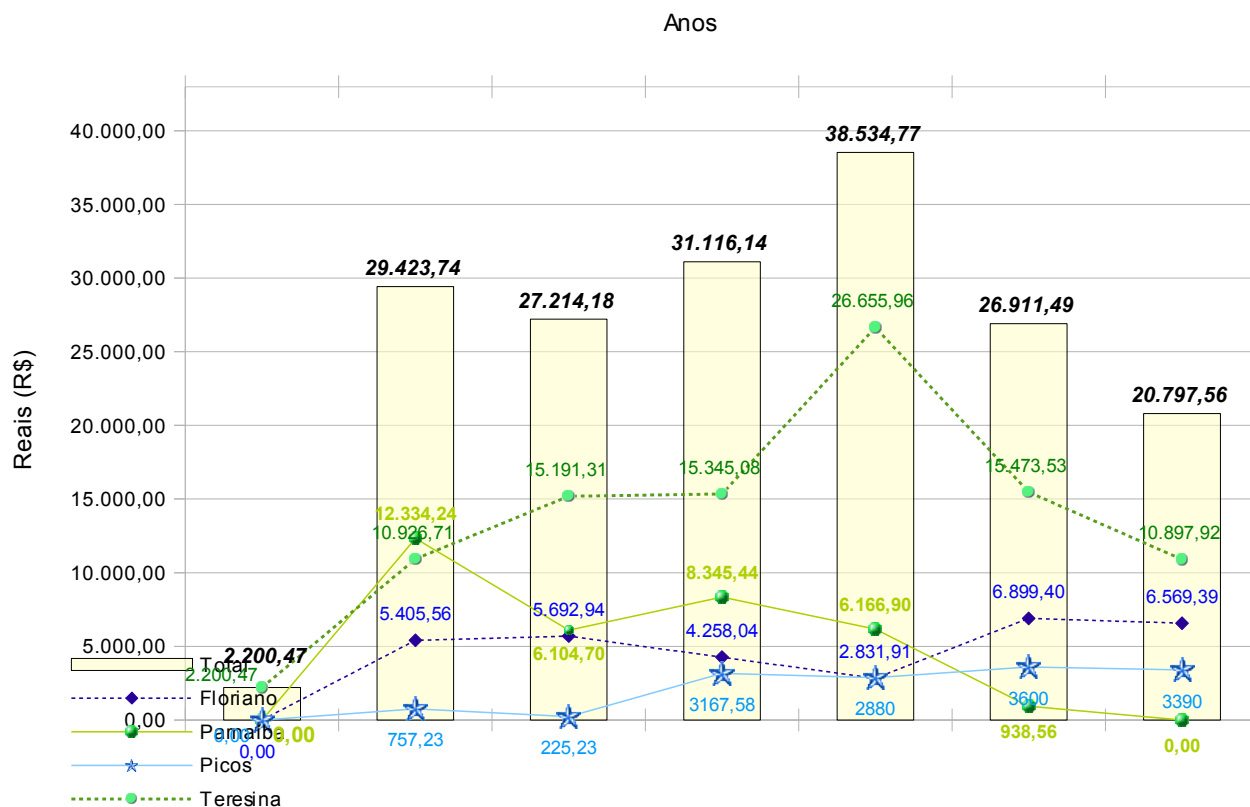
**Figura XVIII - Estoque Médio de Terceiros Armazenado na UJ**



Fonte: Suarm/Gearm

### 6.1.1 – Receita de Armazenagem de Produto de Terceiros

Em 2011, o faturamento total com serviços de armazenagem de produtos de terceiros, incluindo as tarifas de armazenagem e as de garantia e produtos armazenados na UJ foi de R\$ 20.857,31, conforme demonstrado na figura a seguir.

**Figura XIX – Evolução da Receita de Armazenagem de Produtos de Terceiros**

Fonte: Demonstrativo de Resultado do Exercício- DRE

### 6.1.2 – Demonstrativo do Resultado da Armazenagem

Para efeito de contabilização, a atividade de armazenagem é agrupada no Subórgão 2231-Atividades Próprias que inclui a Matriz, a Sede das Regionais e as Unidades Armazenadoras.

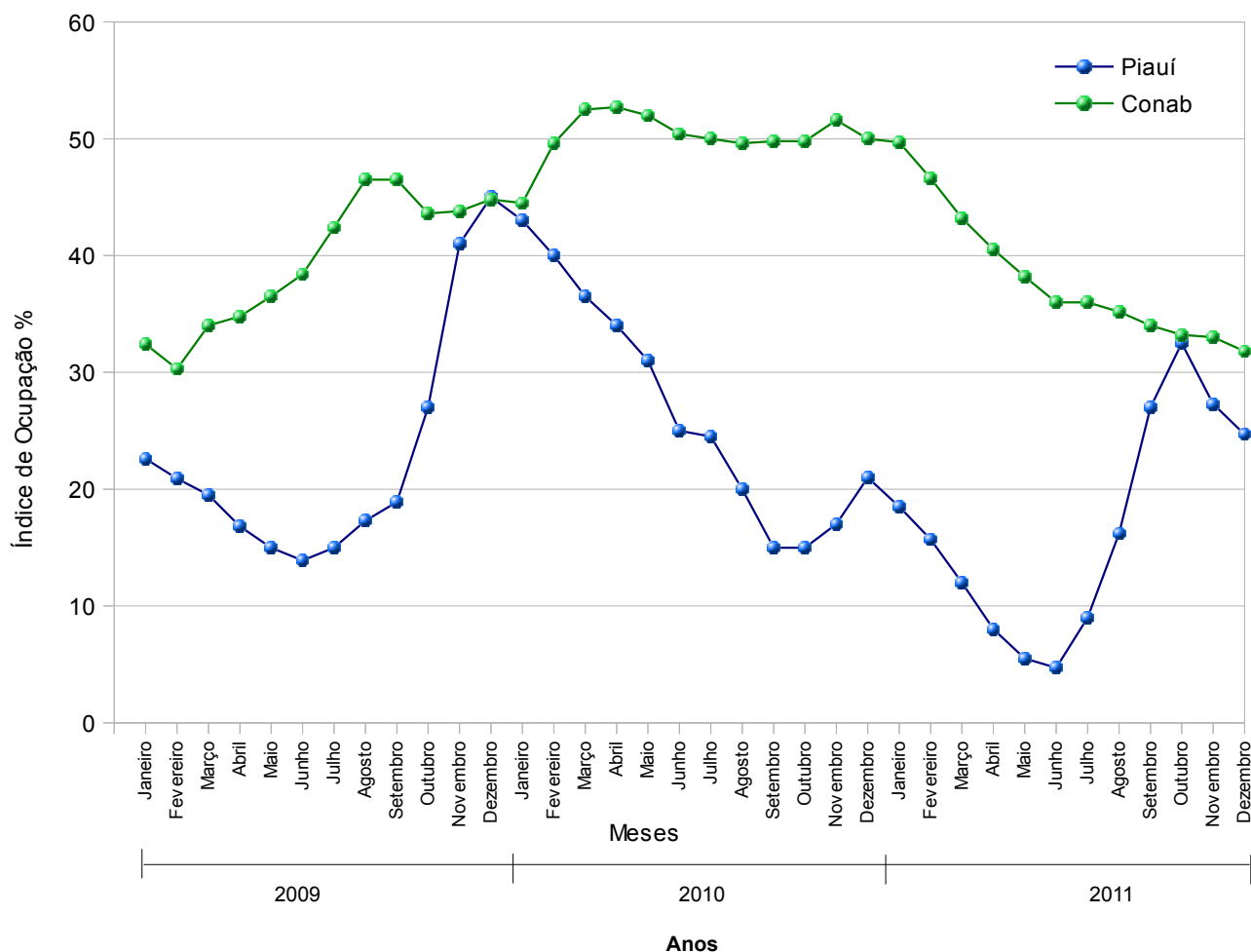
**Quadro XXV – Demonstrativo do Resultado do Exercício na UJ**

Discriminação	Unidade					Total
	Sede	Picos	Teresina	Floriano	Parnaíba	
Receita de Vendas e Serviços	(59,75)	3.390,00	10.897,92	6.569,39	-	20.797,56
Receita de Vendas	-	-	-	-	-	-
Recebimento de Vendas em Balcão	6.016.765,04	-	-	-	-	6.016.765,04
Repasse de Vendas em Balcão	(6.016.765,04)	-	-	-	-	(6.016.765,04)
Recebimento da Agricultura Familiar	729.233,42	-	-	-	-	729.233,42
Repasse de Vendas da Agricultura Familiar	(729.233,42)	-	-	-	-	(729.233,42)
Vendas Abastecimento Social						
Recebimento de Vendas do Funcafé	-	-	-	-	-	-
Repasse de Vendas do Funcafé	-	-	-	-	-	-
Vendas PGPM	-	-	-	-	-	-
Repasse de Vendas da PGPM	-	-	-	-	-	-
Receita de Serviços	(59,75)	3.390,00	10.897,92	6.569,39	-	20.797,56
-Deduções das Receitas de Vendas e Serivços	-	482,60	1.214,44	906,91	-	2.603,95
=Receita Líquida de Vendas e Serviços	-	2.907,40	9.683,48	5.662,48	-	18.253,36
-Custo Líquidos das Vendas e Serviços	-	-	-	-	-	-
=Lucro Bruto Operacional	-	2.907,40	9.683,48	5.662,48	-	18.253,36
-Despesas Operacionais	12.266.842,73	670.699,82	1.543.603,50	538.351,65	895.960,19	15.915.457,89
Despesas de Pessoal	9.300.019,33	539.505,24	1.257.218,10	419.066,18	772.185,99	12.287.994,84
Despesas Financeiras	-	-	-	-	-	-
Despesas Comerciais e Administrativas	2.966.823,40	131.194,58	286.385,40	119.285,47	123.774,20	3.627.463,05
Receitas Operacionais Diversas	11.492.667,89	588.308,32	1.460.129,82	493.566,86	889.049,96	14.923.722,85
Resultado Não Operacional	4.285,00	18.837,86	7.364,19	19.149,90	18.837,86	68.474,81
<b>Resultado</b>	<b>(769.889,84)</b>	<b>(60.646,24)</b>	<b>(66.426,01)</b>	<b>(19.972,41)</b>	<b>11.927,63</b>	<b>(905.006,87)</b>

Fonte: Demonstrativo do Resultado do Exercício

A figura a seguir apresenta a evolução do Índice de Ocupação da Rede Própria da UJ. Em relação ao ano anterior, verifica-se redução dos índices mensais em função da redução dos estoques públicos ocasionada principalmente pelas vendas de milho e a redução das aquisições.

**Figura XX – Índice de Ocupação na UJ**



Fonte: Suarm/Gearm

## 6.2 – Leilões Públicos de Produtos de Terceiros

Não se aplica à Regional, uma vez que a realização de Leilões é de responsabilidade da Matriz/DF.

## 6.3 – Serviços de Classificação de Produtos para Terceiros

Não se aplica à Regional, uma vez que a Regional apenas realiza classificação de produtos próprios, adquiridos por meio de Leilão Eletrônico e dos instrumentos de comercialização.

## 6.4 – Principais Indicadores de Desempenho

A Conab Matriz está desenvolvendo os indicadores capazes de medir a eficiência e avaliação das ações concernentes ao item: Prestação de Serviços.

Técnicos de diversas áreas da Matriz da Conab no Distrito Federal iniciaram um trabalho de criação de indicadores de desempenho. Atualmente, estão em fase de análise a fim de verificar se atendem aos requisitos de qualidade dos indicadores, tais como: Validade, Comparabilidade, Estabilidade, Homogeneidade, Praticidade, Independência, Confiabilidade, Seletividade, Compreensão, Completude, Economicidade, Acessibilidade, Tempestividade e Objetividade. Se aprovados, deverão entrar em fase de teste de aplicabilidade e se julgados necessários e suficientes serão estendidos para as regionais.

## 7 – Administração de Estoques Públicos – Armazenagem, Fiscalização e Movimentação

### 7.1- Rede Armazenadora

A Rede Armazenadora da Conab é composta, em sua totalidade, de 176 armazéns, agrupados em 97 unidades armazenadoras, distribuídas em 25 estados da Federação e no Distrito Federal. A capacidade estática total é de 2.267.759 toneladas, com predominância da modalidade granel, que representa 55,8% da oferta total.

Pode-se afirmar que a Rede, como um todo, encontra-se em estado regular de conservação, ou seja, opera dentro das possibilidades de estruturas construídas há mais de 20 anos, cujos equipamentos eletromecânicos e instalações acham-se, em sua maioria, obsoletos/ultrapassados, ou seja, em descompasso com a realidade e exigências do mercado atual.

Referente às obras e serviços necessários à adequação da infraestrutura física das unidades e dos custos estimados dessas intervenções, visando à certificação dessas unidades, foi realizado um levantamento detalhado das necessidades, com base na Instrução Normativa n.º 12, de 08 de maio de 2009, com estimativa de custos totais de **R\$63.088.000,00**, a qual foi atualizada para **R\$49.558.000,00**, tendo em vista as aquisições de equipamentos e obras realizadas nos exercícios de 2010 e 2011 e a publicação da Instrução Normativa n.º 29, de 08 de junho de 2011.

#### 7.1.1 – Rede Armazenadora Própria

A Rede Armazenadora Própria do Estado do Piauí é composta por 06 armazéns, agrupados em 04 unidades armazenadoras. A capacidade estática total é de 23.890 toneladas, modalidade convencional, representando 1,05% da capacidade total dos armazéns da Conab.

**Quadro XXVI – Capacidade Estática da Rede Própria de Armazéns da UJ**

Unidade	Quantidade Armazéns	Endereço	Modalidade	Capacidade (toneladas)
UA/TERESINA	03	Distrito Industrial, Parque Piauí e Pátio de Manobra da RFFSA, Dirceu Arcoverde.	Convencional	12.299
UA/PICOS	01	Av. Helvidio Nunes, 2.810 - Bairro Junco, Picos/PI.	Convencional	3.198
UA/FLORIANO	01	Bairro Meladão s/nº rod. PI 04, Floriano/PI.	Convencional	4.295
UA/PARNAIBA	01	BR 343 - Bairro Nossa Sra. de Fátima, Parnaíba/PI.	Convencional	4.098
<b>Total:</b>				<b>23.890</b>

Fonte: Suarm/Gearm

A rede de armazenagem própria está destinada à armazenagem dos estoques públicos, atuando também, de forma supletiva, como empresa de armazéns gerais. Em 2011, a execução orçamentária da Ação supracitada foi prejudicada, em função da inexistência no quadro da UJ de engenheiro(s) e/ou técnico(s) para a elaboração de projetos básicos de engenharia que compõem os editais de licitação pública. A falta de profissionais na área de engenharia civil é comum nas demais regionais, tanto que, apenas um engenheiro civil, com lotação na Sureg/PB, é responsável em atender, na medida do possível, as regiões Norte e Nordeste.

De modo geral, os armazéns da Conab necessitam de constante manutenção nas coberturas e nas instalações existentes (civis, elétrica e mecânicas), passemos a descrever sobre cada uma, individualmente:

#### **a) Unidade Armazenadora de Teresina**

Situada na região do Território do Entre Rios, no região do Centro Norte do Estado, na capital Teresina. Tem a capacidade estática para 12.699 toneladas, com uma área total de 13.673 m<sup>2</sup>, disponibilizando de 3 (três) armazéns em ambiente natural e convencional. Sua principal atividade é a atuação no Programa de Vendas em Balcão com o armazenamento e comercialização de milho em grãos aos pequenos criadores e armazenamento de produtos dos programas institucionais para doação às famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional.

#### **b) Unidade Armazenadora de Picos**

Situada na região do Território do Vale do Guaribas, no região do Semi Árido, no município de Picos, que dista 314 km de Teresina. Tem a capacidade estática para 3.198 toneladas, com uma área total de 29.486 m<sup>2</sup>, disponibilizando de 1 (um) armazéns em ambiente natural e convencional. Sua principal atividade é a atuação no Programa de Vendas em Balcão com o armazenamento e comercialização de milho em grãos aos pequenos criadores e armazenamento de produtos dos programas institucionais para doação às famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional.

#### **c) Unidade Armazenadora de Floriano**

Situada na região do Território de Guaribas, na região do Médio Parnaíba, no município de Floriano, que dista 222 km de Teresina. Tem a capacidade estática para 4.295 toneladas, com uma área total de 10.044 m<sup>2</sup>, disponibilizando de 1 (um) armazéns em ambiente natural e convencional. Sua principal atividade é a atuação no Programa de Vendas em Balcão com o armazenamento e comercialização de milho em grãos aos pequenos criadores e armazenamento de produtos dos programas institucionais, para doação às famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional.

#### **d) Unidade Armazenadora de Parnaíba**

Situada na região do Território da Planície Litorânea, na região norte do Estado, no município de Parnaíba, que dista 316 km de Teresina. Tem a capacidade estática para 4.098 toneladas, com uma área total de 6.000 m<sup>2</sup>, disponibilizando de 1 (um) armazém em ambiente natural e convencional. Sua principal atividade é a atuação no Programa de Vendas em Balcão com o armazenamento e comercialização de milho em grãos aos pequenos criadores.

**7.1.2- Investimento na Rede Armazenadora Própria da UJ**

No exercício de 2011 foram investidos recursos da ordem de R\$4.959,02 e inscritos em Restos a Pagar não Processados R\$4.959,02 referente a serviço de calibragem e aferição de Determinadores de Umidade, conforme detalhado no quadro a seguir.

**Quadro XXVII - Investimentos Realizados na Rede Armazenadora Própria da UJ**

Sureg	Unidade	Obra/Serviço/Equipamento	Valor Liquidado		Inscrito em Restos a Pagar não Processado		Total Geral (R\$)
			Corrente	Capital	Corrente	Capital	
PI	Sede/Sureg	Serviços de calibragem e aferição de 08 determinadores de umidade	0,00	0,00	4.959,02	0,00	4.959,02
<b>Total</b>			<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.959,02</b>	<b>0,00</b>	<b>4.959,02</b>

Fonte: Suarm/Gearm

Em atendimento aos Requisitos Técnicos Obrigatórios ou Recomendados para certificação de Unidades Armazenadoras em Ambiente Natural, aprovados pela Instrução Normativa do MAPA n.º 29, a Conab estabeleceu o cronograma de investimentos para adequação de suas unidades armazenadoras a partir de 2012.

No Piauí, será certificada apenas uma unidade armazenadora no ano de 2014, ficando para 2015 as 03 (três) remanescentes, conforme detalhado no quadro a seguir.

**Quadro XXVIII - Certificação da Unidade Armazenadora de Teresina**

<b>CERTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ARMAZENADORAS PRÓPRIAS DIAGNÓSTICO – PREVISÃO 2014</b>			
<b>TOTAL</b>			<b>1.288.000,00</b>
<b>TERESINA – PI</b>			
<b>Capacidade estática: 12.299</b>	<b>Modalidade: Convencional</b>	<b>Enquadramento: Terminal</b>	
<b>Obras</b>			<b>Custos</b>
Local para guarda de Agrotóxico			35.000,00
Pavimentação			1.020.000,00
Recinto de Análise			50.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes			45.000,00
Sistema de combate a incêndio			135.000,00
Sinalização de trânsito			3.000,00
<b>TOTAL</b>			<b>1.288.000,00</b>

Fonte: Suarm/Gearm

**Quadro XXIX - Certificação da Unidade Armazenadora de Floriano/Parnaíba/Picos**

<b>CERTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ARMAZENADORAS PRÓPRIAS DIAGNÓSTICO – PREVISÃO 2015</b>			
<b>FLORIANO – PI</b>			
<b>Capacidade estática: 4.295</b>	<b>Modalidade: Convencional</b>	<b>Enquadramento: Coletora</b>	
<b>Obras</b>			<b>Custos</b>
Local para guarda de Agrotóxico			35.000,00
Pavimentação			50.000,00
Recinto de Análise			50.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes			45.000,00
Sinalização de trânsito			3.000,00
Sistema de combate a incêndio			135.000,00
<b>TOTAL</b>			<b>318.000,00</b>
<b>PARNAÍBA – PI</b>			
<b>Capacidade estática: 4.098</b>	<b>Modalidade: Convencional</b>	<b>Enquadramento: Coletora</b>	
<b>Obras</b>			<b>Custos</b>
Pavimentação			50.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes			45.000,00
Sinalização de trânsito			3.000,00
Sistema de combate a incêndio			135.000,00
<b>TOTAL</b>			<b>233.000,00</b>
<b>PICOS – PI</b>			
<b>Capacidade estática: 3.198</b>	<b>Modalidade: Convencional</b>	<b>Enquadramento: Coletora</b>	
<b>Obras</b>			<b>Custos</b>
Recinto de Análise			50.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes			45.000,00
Sinalização de trânsito			3.000,00
<b>TOTAL</b>			<b>98.000,00</b>
Sinalização de trânsito			3.000,00
<b>TOTAL</b>			<b>101.000,00</b>
<b>TOTAL - 2015</b>			<b>652.000,00</b>

Fonte: Suarm/Gearm

**7.1.3- Posição dos Estoques**

No Piauí, até o fim do exercício de 2011, não havia estoques públicos depositados em unidades de terceiros, tão somente nas unidades armazenadoras próprias.

**7.1.3.1- Estoques Depositados nas Unidades Próprias**



No fim do exercício, os estoques públicos depositados nas unidades armazenadoras próprias somava 5,8 mil toneladas e 200.308 unidades de diversos produtos (sacaria, equipamentos, estruturas e utensílios das barracas de comercialização de pescado etc), conforme quadro detalhado abaixo:

**Quadro XXX – Demonstrativo da Posição dos Estoques Públicos Armazenados em Unidades Próprias**

UF	Produtos Agrícolas		Outros Produtos	
	Peso	Valor	Quantidade	Valor
	(Em kg)	(Em R\$)	(Em unidade)	(Em R\$)
PI	5.823.736	4.767.697,40	200.308	259.279,43

Fonte: Suope/Gefoc e Suarm/Gearm

**Quadro XXXI – Estoques Públicos Depositados em Unidades Próprias da UJ Produtos Agropecuários**

UF	Armazém	Estoque	Produto	Quantidade (Em kg)	Valor (Em R\$)
PI	Próprio	Público	Açúcar	49.708	92.145,30
			Arroz	237.590	267.102,80
			Farinha	106.345	93.062,25
			Feijão	23.833	32.653,59
			Feijão preto	75.000	136.590,00
			Flocos de milho	15.114	17.860,32
			Leite	7.873	60.166,58
			Milho	5.241.081	3.921.240,91
			Óleo de soja	36.312	100.177,73
			Outros	18.880	28.971,52
			Sardinha em óleo	12.000	17.726,40
Total			5.823.736	4.767.697,40	

Fonte: Suope/Gefoc e Suarm/Gearm

**Quadro XXXII – Estoques Públicos Depositados em Unidades Próprias da UJ Outros Produtos**

UF	Armazém	Estoque	Produto	Quantidade (Em kg)	Valor (Em R\$)
PI	Próprio	Público	Sacaria	200.302	255.259,43
	Próprio	Público	Tenda desmontada	6	4.020,00
<b>Total</b>				<b>200.308</b>	<b>259.279,43</b>

Fonte: Suope/Gefoc e Suarm/Gearm

#### 7.1.4 – Capacitação da Mão de Obra do Setor Armazenador

A capacitação da mão de obra do setor armazenador com o objetivo de treinar e qualificar a mão de obra que atua no segmento armazenador, visando a redução das perdas, a melhoria da qualidade dos produtos armazenados, a diminuição da rotatividade da mão de obra e a geração de empregos no setor foi uma atividade desenvolvida pela Conab até o ano de 2008.

A partir de 2009 a atividade não foi mais executada, uma vez que a Diretoria responsável pela execução decidiu pela suspensão da atividade por tempo indeterminado.

## 7.2 Atividade de Fiscalização

A atividade objetiva a realização *in loco* de fiscalização prévia à formalização das operações de formação de estoques públicos ou sistemática durante o período de armazenamento, para a avaliação das condições quantitativas e qualitativas dos produtos e das condições técnicas cadastrais e operacionais dos armazéns. Visa, também, proceder o registro e a notificação dos fatos irregulares, em consonância com as exigências contratuais estabelecidas e as rotinas padronizadas adotadas para a execução das atividades. Também são inspecionadas as operações de garantia e sustentação de preços na comercialização de produtos agropecuários quanto à conformidade da documentação comprobatória exigida pelos normativos, regulamentos e avisos específicos para os diversos instrumentos; e ainda quanto ao cumprimento da finalidade da operação por parte dos segmentos envolvidos e ainda sobre a capacidade produtiva por parte dos beneficiários.

A atividade é coordenada pela Superintendência de Fiscalização e Estoques – Sufis que, mediante programação anual, coordena todo o processo de fiscalização além de participar da execução por meio dos fiscais lotados na Matriz e nas Regionais. A atividade segue as orientações contidas no Manual de Fiscalização dos Estoques Governamentais e demais normativos constantes do Manual de Operações da Conab – MOC (Título 12 – Fiscalização dos Estoques Governamentais e comunicado Conab/MOC n.º 20, de 16/08/2004) observando, ainda, orientações específicas estabelecidas pela Companhia.

Apenas a Matriz conta com um quadro de empregados voltados exclusivamente para a realização das operações de fiscalização enquanto que, nas Regionais, os fiscais desenvolvem de forma paralela outras atividades, tais como: cadastramento e recadastramento de armazéns, levantamento de informações sobre a safra, operacionalização do PAA etc. O quadro de fiscais na Matriz é composto por 22 empregados que atuam na coordenação das diversas etapas e, também, na fiscalização dos armazéns, enquanto que as Regionais detêm 108 fiscais treinados e aptos para a execução da atividade.

**Quadro XXXIII – Relação de Empregados que Auxiliam na Fiscalização da UJ**

Item	Nome empregados
01	Agenor Rodrigues Cunha
02	Julio Cesar de Araújo Paz
03	José Pereira do Nascimento Jr.
04	Jose Inacio de Souza Filho
05	Jorge Ribamar dos Santos Oliveira
06	Flavio Henrique L. Magalhães

Fonte: Sufis/Gefis

### 7.2.1 Fiscalização dos Estoques Públicos

Nas operações realizadas em 2011 foram fiscalizados de forma acumulada, e por fiscais da Matriz e das Regionais, 4.209 armazéns e 24,0 milhões de toneladas de produtos vinculados à PGPM, ao Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, a estratégia Fome Zero, aos estoques próprios e de terceiros armazenados em unidades próprias.

**Quadro XXXIV – Demonstrativo de Fiscalização dos Estoques**

Discriminação	Exercício			
	2010		2011	
	Estoques Contábil	Estoque Fiscalizado	Estoques Contábil	Estoque Fiscalizado
AGF	11.179.316	11.122.438	8.356.235	8.337.937
Contrato de Opção	28.385.799	28.223.790	15.019.955	14.967.502
Agricultura Familiar	538.814	538.262	436.550	428.762
Fome Zero	141.307	141.219	36.863	36.863
Estoque Próprio	6.077	6.077	5.575	5.526
Varreduras	816	816	109.101	109.104
Terceiros	147.323	147.323	147.750	147.746
<b>Total</b>	<b>40.399.452</b>	<b>40.179.925</b>	<b>24.112.029</b>	<b>24.033.440</b>

Fonte: Sufis/Gefis

Em relação ao exercício anterior verifica-se queda de 40,2% no volume fiscalizado, em função da redução dos estoques públicos e redução nas aquisições governamentais.

Nas operações realizadas foram registradas perdas qualitativas – produto abaixo do padrão (835 toneladas) e desclassificados (1.851 toneladas) e perdas quantitativas – desvio (53.572 toneladas) e perdas em armazenagem (27.243 toneladas). As diferenças apuradas são registradas nos Termos de Vistoria e Notificação – TVN e em seguida são calculadas as reduções de peso ocorridas em razão do tempo médio em que o produto ficou armazenado, para fins de enquadramento das ocorrências em desvio ou perdas em armazenagem.

Após a realização deste procedimento são procedidas as baixas contábeis pelas Sureg's, além de comunicados os fatos, acompanhados dos TVN's, à Superintendência de Operações – Suope (para abertura do processo administrativo), Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques – Suarm (para atualização dos registros cadastrais – impedimento/descredenciamento do agente armazenador) e à Superintendência de Finanças – Sufin (para cobrança). Ainda para os casos de desvio de produtos a Sureg elabora a *notitia criminis*, de acordo com o disposto na Resolução Conab n.º 09/92 e encaminha à Procuradoria Geral da República. Abaixo, Relação de **Termos de Vistoria e Notificação - TVN's** elaborado por técnicos da Sureg quando da realização da 4º e 9º Etapas de Fiscalização dos Estoques Governamentais:

**Quadro XXXV – Relação de Termo de Vistoria e Notificação elaborado na UJ**

DATA	UNIDADE FISCALIZADA	ETAPA Número	TVN Número
11/06/2011	UA/PARNAIBA	4 <sup>a</sup>	27404
07/06/2011	UA/FLORIANO	4 <sup>a</sup>	27402
09/06/2011	UA/PICOS	4 <sup>a</sup>	27403
14/06/2011	UA/TERESINA	4 <sup>a</sup>	27405
14/06/2011	UA/TERESINA – ARMAZEM 19	4 <sup>a</sup>	27406
13/06/2011	UA/TERESINA – ARMAZÉM 20	4 <sup>a</sup>	27407
22/11/2011	UA/FLORIANO	9 <sup>a</sup>	27414
24/11/2011	UA/PICOS	9 <sup>a</sup>	27415
28/11/2011	UA/PARNAIBA	9 <sup>a</sup>	27416
30/11/2011	UA/TERESINA	9 <sup>a</sup>	27417
30/11/2011	UA/TERESINA - ARMAZEM 19 E 20	9 <sup>a</sup>	27418

Fonte: Seopi/Geose

Assim, as ocorrências referentes a perdas qualitativas – produto abaixo do padrão e desclassificados e perdas quantitativas – desvio e perdas em armazenagem não houve na Sureg/PI, não havendo diferenças entre o Estoque Contábil e o Físico, conforme verifica-se nos indicadores dispostos no item 12 - Ação 2137: Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários.

**7.2.2– Fiscalização das Operações de Garantia e Sustentação de Renda da UJ****Quadro XXXVI – Fiscalização das Operações de Garantia e Sustentação de Renda da UJ**

Discriminação	Exercício			
	2008	2009	2010	2011
Vendas em Balcão	78	-	129	33
AGF	-	-	-	0
PEPRO	7	2	28	0
PEP	1	-	11	0
VEP	-	-	-	0
PROP	-	-	-	0
Propostas de Seguro Rural	1	4	9	-
Subvenção aos Extrativistas	-	-	-	0
<b>Total</b>	<b>87</b>	<b>6</b>	<b>177</b>	<b>33</b>

Fonte: Gevep

Em 2011, foram realizadas 33 (trinta e três) fiscalizações pela Regional Piauiense focadas nos cadastrados do programa de comercialização : Vendas em Balcão.

**7.2.3 – Avaliação Física e Geral dos Armazéns**

Além de apurar as condições de qualidade e quantidade dos estoques governamentais, os fiscais também avaliar a situação técnico-operacional das unidades armazenadoras depositárias e os procedimentos técnicos de armazenamento, orientando e indicando as medidas corretivas a serem adotadas em referência às irregularidades apontadas, e, se for o caso, a necessidade de alteração quanto a situação cadastral das unidades armazenadoras.

Em 2011 foi constatada a ocorrência de 49 irregularidades nos armazéns vistoriados do Piauí, conforme detalhado no quadro a seguir:

**Quadro XXXVII – Demonstrativo de Ocorrência de Irregularidades nas Unidades Armazenadoras**

LEVANTAMENTO DAS IRREGULARIDADES OCORRIDAS EM 2011										
ESTADO:PIAUI										
IRREGULARIDADES/ETAPAS	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	9ª	TOTAL
GOTEIRAS				7					8	15
AVARIAS NO TETO				7						7
PISO DANIFICADO				1						1
INFILTRAÇÃO				1					2	3
PRODUTO DERRAMADO									2	2
INSETOS VIVOS									2	2
CDA FORA DO PADRÃO									7	7
ESCADA DE ACESSO ÀS PILHAS EM MÁS CONDIÇÕES									1	1
PORTA DO ARMAZÉM EM MÁS CONDIÇÕES									2	2
FERTILIZANTES/AGROTOXICOS DENTRO DO ARMAZÉM									3	3
LIMPEZA E CONSERVAÇÃO									1	1
EMPOÇAMENTO NO PÁTIO									1	1
FALTA TELA CONTRA PÁSSAROS									1	1
SACARIA IMPRÓPRIA PARA USO									1	1
FALTA BALANÇA RODOVIÁRIA									1	1
ROEDORES NO ARMAZÉM									1	1
<b>TOTAL</b>				<b>16</b>					<b>33</b>	<b>49</b>

Fonte: Suarm/Gemov

### 7.3 Atividade de Movimentação de Estoques

A Remoção de Produtos é atividade de fundamental apoio logístico aos diversos programas de abastecimento e armazenamento realizados pela Conab, podendo ocorrer nos seguintes casos:

- para liberação de espaço visando acolhimento da safra;
- atendimento de determinação judicial;

- rescisão do Contrato de Depósito;
- atendimento de cláusula contratual, a pedido do depositário;
- risco iminente de perda quantiquantitativa do produto, constatado pela fiscalização da Conab, tais como: danos nos equipamentos do armazém necessários à segurança e/ou conservação do produto, estrutura física do armazém comprometida, inundação, incêndio, abandono do produto pelo depositário, ameaça de pilhagem e outros motivos de impedimento técnico do armazém;
- constatação de desvio parcial do produto;
- realização de operações de compra com remoção simultânea em regiões com deficiência de armazenagem;
- descredenciamento do armazém;
- pendência financeira do depositário, com recomendação de remoção pela área de cobrança da Conab;
- atendimento ao programa de venda em “balcão” ou outro envolvendo estoques administrados pela Conab de produtos e embalagens de propriedade da Conab e/ou vinculados a Programas Governamentais.

#### a) Remoção de Produtos à UJ Vinculados à PGPM

Dos produtos vinculados à PGPM (AGFs e Contratos de Opção de Venda) foi contratada a remoção de 366.157 toneladas, representando cerca de 91,1% do total contratado. Destas, 272.438 toneladas foram destinadas ao abastecimento interno por meio do Programa Vendas em Balcão, 87.452 toneladas para doação como Ajuda Humanitária Internacional e o restante, 876 toneladas, foram contratadas devido a risco de perdas do produto e em cumprimento a decisões judiciais. Para a Sureg/PI, a finalidade dos produtos removidos foi para o Programa Venda em Balcão.

Durante o exercício de 2011, foram efetivamente removidas para o Estado do Piauí, aproximadamente, 11.301 toneladas, para atendimento do programa Venda em Balcão, conforme detalhado no quadro a seguir.

**Quadro XXXVIII - Demonstrativo das Remoções Contratadas**

Produto	Valores (Em R\$)		Quantidades (kg)	
	Abertura	Fechamento	Contratada	Removida
Milho	9.387.340,02	6.584.816,84	21.000.000	11.300.620

Fonte: Suarm/Gemov

As remoções para os estados das Regiões Norte e Nordeste foram justificadas, por meio da Nota Técnica Supab n.º 03/2011, anexa ao Voto Dirab n.º 8/2011 e aprovada na 991.º Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada da Conab, em 13 de abril de 2011. Especificamente para o Piauí, detalhamos as devidas justificativas insertas no referido documento.

•Piauí - no Estado do Piauí, o Programa Vendas em Balcão tem se consolidado como instrumento de garantia da atividade dos pequenos e médios criadores, em função da distância entre as áreas de produção e consumo e pelo fato de a produção não ser suficiente para suprir a demanda. Em decorrência, a Sureg-PI solicitou a remoção de 21.000 toneladas para a recomposição dos estoques destinados à comercialização pelo Programa. As remoções foram contratadas a partir dos estoques disponíveis no Estado do Mato Grosso e, até o fim do exercício, foram removidas 11.301 toneladas.

As remoções de estoques públicos de feijão e milho atenderam ao contido na Lei n.º 12.429, de 20 de junho de 2011, que autorizava o Poder Executivo a doar produtos alimentícios para assistência humanitária internacional.

#### b) Remoção de Produtos do MDS

Em atendimento às solicitações do MDS foi contratada a remoção de 644 toneladas de cestas de alimentos, ou de produtos alimentícios, para a formação de cestas ou para retirada de estoques dos polos de compra, tendo como destino o Piauí, conforme demonstrado no quadro a seguir.

**Quadro XXXIX – Demonstrativo de Contratação de Remoção de Produtos do MDS**

UF		Valores (R\$)		Quantidades (kg)				
Origem	Destino	Abertura	Fechamento	Contratada	Removida	Cancelada	Aditada	A Remover
PE	PI	11.733,68	12.153,96	85.000	84.620	380	-	-
BA	PI	13.734,86	12.940,36	85.000	85.000			
PR	PI	13.232,40	17.822,57	38.000	-	-	-	38.000
RS	PI	168.389,72	195.995,88	436.110	420.080	30	-	16.000
<b>Tota Geral</b>		<b>207.090,66</b>	<b>238.912,77</b>	<b>644.110</b>	<b>589.700</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>54.000</b>

Fonte: Suarm/Gemov

Foram removidas de Pernambuco para o Piauí 85 toneladas de açúcar cristal para atendimento aos programas de Abastecimento Social e REFAP, havendo uma perda em transporte de 380kg, debitado à transportadora.

Foram removidas da Bahia para o Piauí 85 toneladas de feijão anão cores para atendimento aos programas de Abastecimento Social.

Foram removidas do Paraná para o Piauí 38 toneladas de feijão preto para atendimento aos programas de Abastecimento Social. Até o final do exercício de 2011, não havia sido removido o produto, sendo efetivada a operação no ano de 2012.

Foram removidas do Rio Grande do Sul para o Piauí 403,110 toneladas de arroz beneficiado e 33 toneladas de leite em pó para atendimento aos programas de Abastecimento Social e REFAP. Houve uma perda em transporte de 30kg de arroz beneficiado e ficou a remover 16 toneladas de leite, operação efetivada em 2012.

### c) Remoção de Produtos do MDA

Em 2011, foram removidas 50 toneladas de leite em pó do Estado do Rio Grande do Sul para atendimento ao programa REFAP, transportado, via cabotagem, sendo o frete de responsabilidade do fornecedor (COSULATI – CNPJ.: 87.455.432/0002-56).

#### Quadro XL – Demonstrativo de Contratação de Remoção de Produtos do MDA

Origem	Destino	Abertura	Fechamento	Contratada (kg)	Removida (kg)
RS	PI	-	-	50.000	50.000

Fonte: Suarm/Gemov

### 7.4- Indicadores de Desempenho

A Conab no Piauí ainda não desenvolveu indicadores gerenciais para o referido item. Em 2012, a Regional assume o compromisso de criação dos seus indicadores, envolvendo Superintendência, Gerências e Setores no processo de análise e elaboração.

Técnicos de diversas áreas da Matriz da Conab no Distrito Federal iniciaram um trabalho de criação de indicadores de desempenho. Atualmente, estão em fase de análise a fim de verificar se atendem aos requisitos de qualidade dos indicadores, tais como: Validade, Comparabilidade, Estabilidade, Homogeneidade, Praticidade, Independência, Confiabilidade, Seletividade, Compreensão, Completude, Economicidade, Acessibilidade, Tempestividade e Objetividade. Se aprovados, deverão entrar em fase de teste de aplicabilidade e se julgados necessários e suficientes serão estendidos para as regionais.

## 8 – Geração e Difusão de Informações

**(Refere-se ao Item 10 da Parte “D” do Anexo II da DN/TCU N° 108/2010)**

### 8.1 – Levantamento de Safras

**(Refere-se ao Subitem 10.1 da Parte “D” do Anexo II da DN/TCU N° 108/2010)**

Os levantamentos da safra agrícola brasileira são realizados pela Conab e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Os levantamentos de safras agrícolas realizados pela Conab fornecem dados estatísticos amostrais e/ou censitários de área, produção e produtividade das principais culturas produtoras de grãos, oleaginosas e fibras que compõem a safra agrícola regional, provendo o Governo de informações atualizadas sobre a dinâmica dos processos produtivos no campo, a situação atual e previsões futuras sobre a safra agrícola, tendo como base as informações coletadas sobre intenção de plantio, tecnologias utilizadas no cultivo, utilização de insumos, situação das lavouras e condições climáticas. Informações estas coletadas junto aos produtores, órgãos de assistência técnica e extensão rural e sindicatos de trabalhadores rurais.

A Conab no Piauí realiza o levantamento da safra de grãos, mensalmente, de duas formas, alternando-as a cada mês. No primeiro mês, a forma consiste na ida a campo com visitas nas propriedades rurais, empresas de assistência técnica, sindicatos rurais e agências bancárias de financia-



mento da produção, com o intuito de realizar pesquisa por meio da aplicação de questionário padronizado para cada cultura e caso necessário a complementação das informações por meio de contato telefônico. No segundo mês, consiste em contato telefônico com os informantes cadastrados com o objetivo de confirmar as informações coletadas em campo e obter possíveis alterações na situação das culturas.

Após a coleta, conferência e tabulação dos dados, o resultado é transferido para o sistema SIAGRO - Sistema de Informações Agropecuárias e de Abastecimento, no qual os técnicos da Conab Matriz realizam análises estatísticas para finalmente serem consolidados e divulgados em meio eletrônico (Internet – com versões em português, inglês e espanhol) e em publicações técnicas.

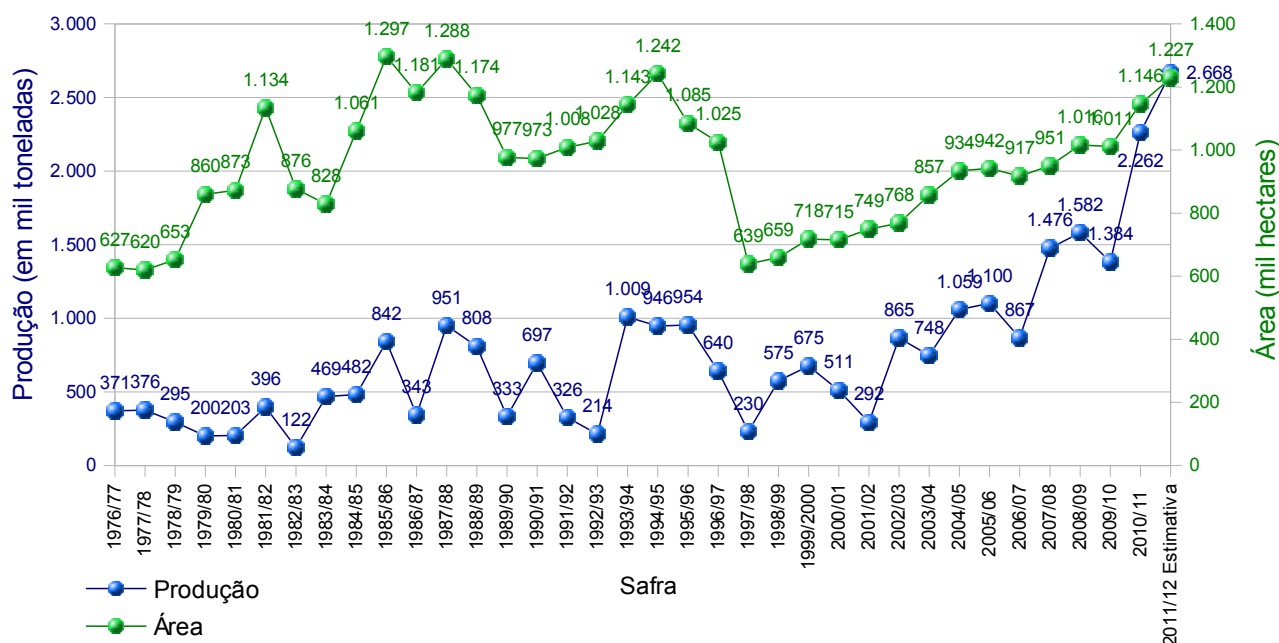
No ano de 2007, a Conab e o IBGE firmaram acordo para a realização conjunta das pesquisas de plantio, produção e produtividade de grãos, café e cana-de-açúcar. No Estado do Piauí houve benefícios na forma de realização da pesquisa, aproximando metodologias e aproveitando a experiência e recursos humanos das duas instituições no sentido de produzir um resultado final mais abrangente e de qualidade com aproximação estatística da realidade do campo.

Por ocasião das viagens a campo, quando necessárias e na medida do possível, tem sido realizadas em conjunto com técnicos do IBGE de forma a permitir uma maior cobertura das pesquisas, interação na realização do trabalho, uniformização dos dados coletados, discussão e entendimento sobre as variáveis envolvidas, que desse modo resulta em dados confiáveis, beneficiando as instituições no que concerne a realização do trabalho de levantamento de safra.

A agricultura no Piauí tem se expandido a cada safra, observando-se que na safra 2002/2003 foram colhidas em torno de 865 mil toneladas de grãos em uma área de plantio de aproximadamente 768.000ha, oito anos após, na safra 2010/2011, foram colhidas 2.262.000 toneladas em uma área equivalente a 1.146.000 ha.

O levantamento da safra 2010/2011 teve início no mês de setembro de 2010 com divulgação em outubro e término no mês de agosto de 2011, com divulgação em setembro do mesmo ano. Com o término do Levantamento da safra 2010/2011, teve início, já em setembro de 2011, o 1º levantamento da safra 2011/2012, conforme descrito abaixo:

Levantamento	Safra	Mês	Ano
1º	2010/2011	Setembro	2010
2º	2010/2011	Outubro	2010
3º	2010/2011	Novembro	2010
4º	2010/2011	Dezembro	2010
5º	2010/2011	Janeiro	2011
6º	2010/2011	Fevereiro	2011
7º	2010/2011	Março	2011
8º	2010/2011	Abril	2011
9º	2010/2011	Maior	2011
10º	2010/2011	Junho	2011
11º	2010/2011	Julho	2011
12º	2010/2011	Agosto	2011
1º	2011/2012	Setembro	2011

**Figura XXI – Área x produção agrícola do Estado do Piauí safras 1976/1977 – 2010/2011**

Fonte: Histórico de levantamento de safras [www.conab.gov.br](http://www.conab.gov.br)

**Quadro XLI - Demonstrativo da Área Plantada e da Produção Agrícola Safra 2009/2010 e 2010/2011 (Grãos)**

Produto	Área (Em mil ha)				Produção (Em mil t)			
	Safra		Variação		Safra		Variação	
	2009/10 (a)	2010/11 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)	2009/10 (a)	2010/11 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)
Algodão	5,9	17,8	201,7	11,9	12,4	40,7	228,2	28,3
Arroz	134,9	146,4	8,5	11,5	113,3	270,1	138,4	156,8
<b>Feijão total</b>	<b>213,8</b>	<b>238,4</b>	<b>11,5</b>	<b>24,6</b>	<b>34,2</b>	<b>85,0</b>	<b>148,5</b>	<b>50,8</b>
Feijão 1ª safra	206,2	229,7	11,4	23,5	29,5	78,6	166,4	49,1
Feijão 2ª safra	7,6	8,7	14,5	1,1	4,7	6,4	36,2	1,7
Mamona	2,9	4,6	58,6	1,7	1,8	1,6	-11,1	-0,2
<b>Milho total</b>	<b>309,9</b>	<b>349,6</b>	<b>12,8</b>	<b>39,7</b>	<b>353,6</b>	<b>705,1</b>	<b>99,4</b>	<b>351,5</b>
Milho 1ª safra	309,9	349,6	12,8	39,7	353,6	705,1	99,4	351,5
Soja	343,1	383,6	11,8	40,5	868,4	1.144,3	31,8	275,9
Sorgo	0,3	5,8	1.833,3	5,5	0,7	15,5	2.114,3	14,8
<b>Total PI</b>	<b>1.010,8</b>	<b>1.146,2</b>	<b>13,4</b>	<b>135,4</b>	<b>1.384,4</b>	<b>2.262,3</b>	<b>63,4</b>	<b>877,9</b>

Fonte: Boletim levantamento de safras/Conab setembro de 2010 e setembro de 2011

**Quadro XLII – Demonstrativo da Área Plantada e da Produção Agrícola Safra 2010/2011 e 2011/2012 (Grãos)**

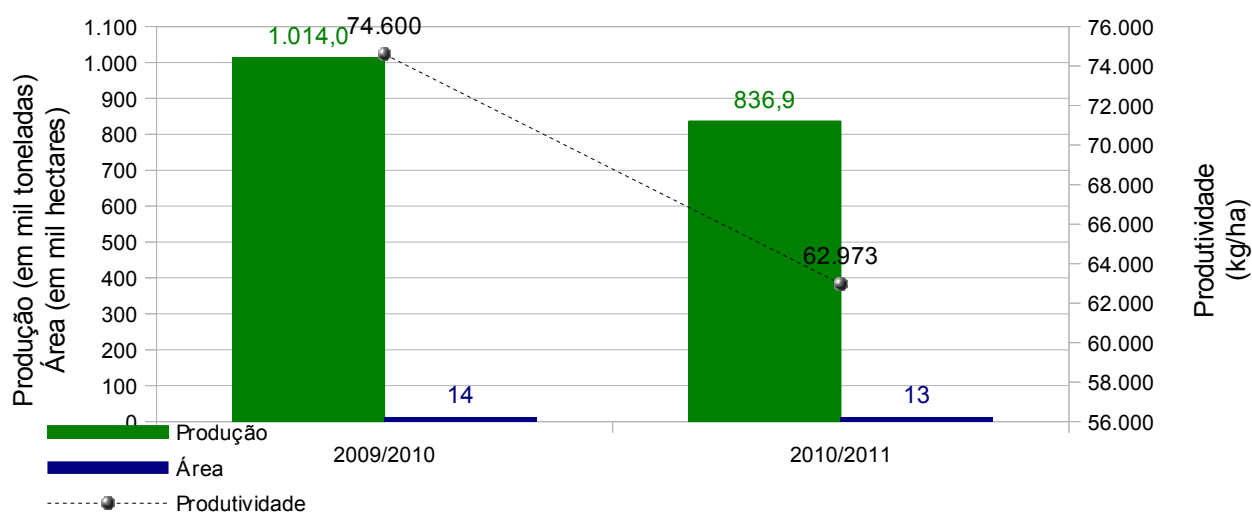
Produto	Área (Em mil ha)				Produção (Em mil t)			
	Safra		Variação		Safra		Variação	
	2010/11 (a)	2011/12 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)	2010/11 (a)	2011/12 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)
Algodão	17,8	22,1	24,2	4,3	40,7	46,1	13,3	5,4
Arroz	146,4	141,9	-3,1	-4,5	270,1	231,3	-14,4	-38,8
<b>Feijão total</b>	<b>238,4</b>	<b>236,3</b>	<b>-0,9</b>	<b>-2,1</b>	<b>85,0</b>	<b>69,8</b>	<b>-17,9</b>	<b>-15,2</b>
Feijão 1ª safra	229,7	227,6	-0,9	-2,1	78,6	63,7	-19,0	-14,9
Feijão 2ª safra	8,7	8,7	0,0	0,0	6,4	6,1	-4,7	-0,3
Mamona	4,6	4,6	0,0	0,0	1,6	2,1	31,3	0,5
<b>Milho total</b>	<b>349,6</b>	<b>357,3</b>	<b>2,2</b>	<b>7,7</b>	<b>705,1</b>	<b>628,8</b>	<b>-10,8</b>	<b>-76,3</b>
Milho 1ª safra	349,6	357,3	2,2	7,7	705,1	628,8	-10,8	-76,3
Soja	383,6	438,8	14,4	55,2	1.144,3	1.272,5	11,2	128,2
Sorgo	5,8	5,8	0,0	0,0	15,5	13,3	-14,2	-2,2
<b>Total PI</b>	<b>1.146,2</b>	<b>1.206,8</b>	<b>5,3</b>	<b>60,6</b>	<b>2.262,3</b>	<b>2.263,9</b>	<b>0,1</b>	<b>1,6</b>

Fonte: Boletim levantamento de safras/Conab setembro de 2010 e dezembro de 2011

Para o levantamento da safra de cana-de-açúcar são realizados três levantamentos anuais com periodicidade quadrimestral, com divulgação em abril, agosto e dezembro.

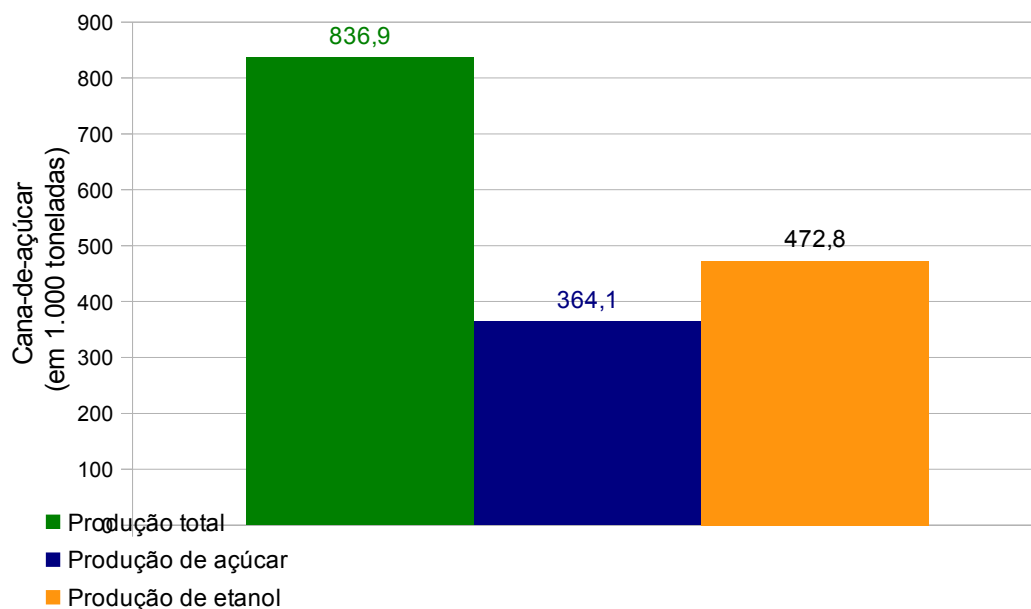
Em cada levantamento são programadas visitas dos técnicos a unidade de produção em atividade com o objetivo de obter informações sobre a área cultivada, produtividade por unidade de área e por corte (folha) e o desempenho industrial da unidade de produção. Os dados são colhidos por meio de questionários modelo elaborados pela Conab. No primeiro levantamento são pesquisados dados estimativos como: área em produção, área expandida, área renovada, produtividade, produção, capacidade industrial, energia gerada e consumida, tipo de colheita, desenvolvimento vegetativo da cultura, intenção de esmagamento, quantidade de cana destinada à produção de açúcar e à produção de etanol, dentre outros. O segundo levantamento tem a finalidade de confirmar ou não, os dados estimados no primeiro levantamento. O terceiro levantamento busca a consolidação dos números finais da safra de cana-de-açúcar na região Centro-Sul e os dados sobre o andamento da safra nas regiões Norte e Nordeste.

**Figura XXII – Área x produção x produtividade de cana-de-açúcar safras 2009/2010 e 2010/2011 - Piauí**



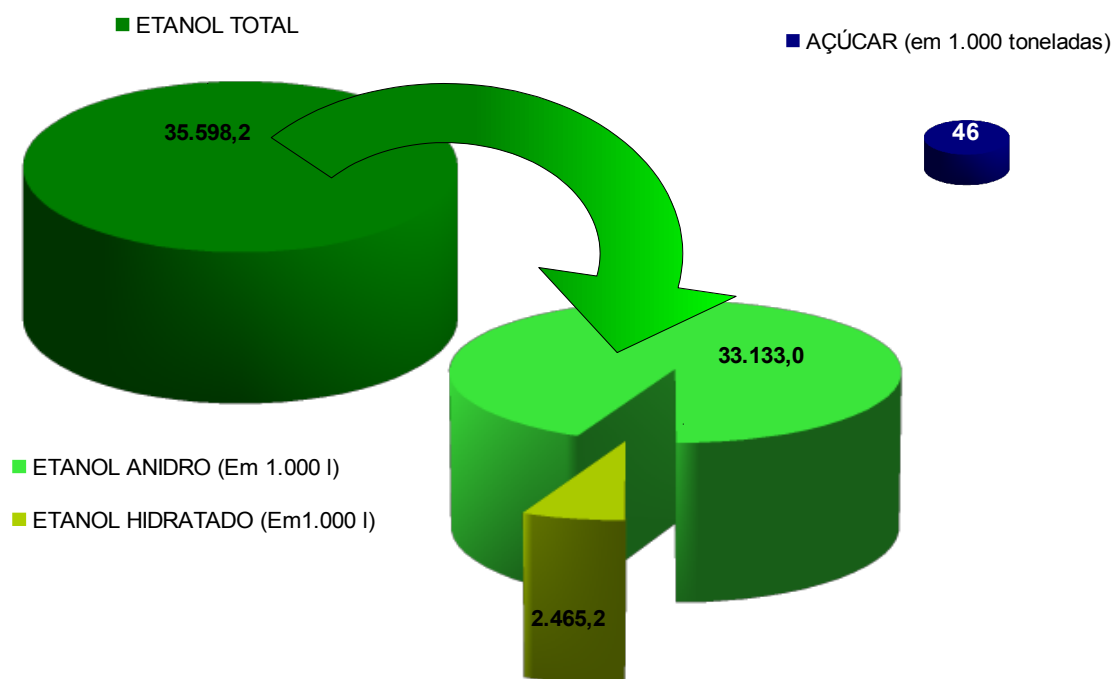
Fonte: Boletim levantamento de safra de cana-de-açúcar /Conab dezembro de 2010 e dezembro de 2011

**Figura XXIII – Destinação da produção de cana-de-açúcar safra 2010/2011 - Piauí**



Fonte: Boletim levantamento de safra de cana-de-açúcar /Conab dezembro de 2011

**Figura XXIV – Produção de etanol e açúcar safra 2010/2011 - Piauí**



Fonte: Boletim levantamento de safra de cana-de-açúcar /Conab dezembro de 2011

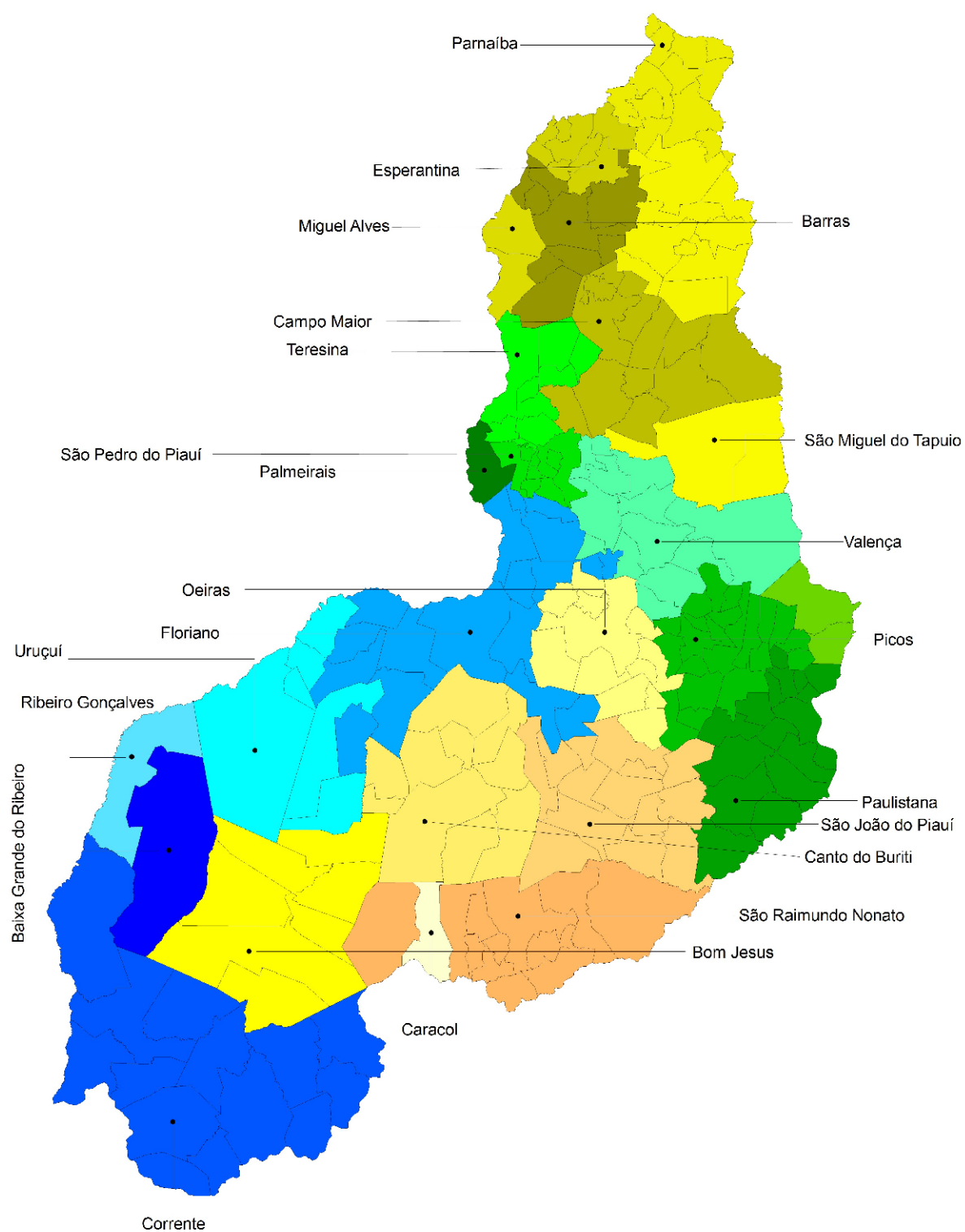
### 8.1.1 – Levantamento de Custos de Produção e de Custos de Insumos

As pesquisas de Custos de Produção e de Custo de Insumos são realizadas no Piauí mensalmente nos municípios de Esperantina, Picos e São Raimundo Nonato, com o objetivo de coletar dados para o preço pago pelo produtor dos seguintes produtos e serviços: sacaria de polipropileno, óleo diesel, calcário dolomítico, superfosfato simples, maniva de mandioca, muda de caju, sementes de mamona, milho, feijão e arroz, aluguel de trator, mão de obra e arrendamento de terras.

As pesquisas são realizadas por meio telefônico, e-mail e presencialmente em contato com os informantes cadastrados, ou seja, fornecedores, produtores, sindicatos rurais e estabelecimentos comerciais.

Os dados obtidos nas pesquisas são repassados ao sistema SIAGRO - Sistema de Informações Agropecuárias e de Abastecimento para serem analisados e divulgados nas publicações da Conab.

**Figura XXV – Polos e municípios polos de pesquisa de safras no Estado do Piauí**



Fonte: Geose/Segeo/Conab-PI

## 9 – Gestão de Pessoas

**(Refere-se ao Item 11 da Parte “D” do Anexo II da DN/TCU N° 108/2010)**

### 9.1 – Distribuição de Empregados

**(Refere-se ao Subitem 11.1 da Parte “D” do Anexo II da DN/TCU N° 108/2010)**

Conforme estabelecido no Regulamento de Pessoal, o ingresso nos quadros da Companhia se dá por meio de concurso público, contratados pelo regime da Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT e seus cargos de livre provimento são, por determinação normativa, preenchidos por empregados da Companhia. Conta também com estagiários de nível superior, além de empregados terceirizados para apoio na área de vigilância armada e serviços de braçagem. Neste sentido, e desde sua criação, a Companhia realizou, nos exercícios de 2005 e 2006, concursos públicos para provimento de pessoal.

Nos últimos exercícios, houve o ingresso de pessoal por meio de decisões judiciais e/ou por força da Lei de Anistia, n.º 8.878, de 11 de maio de 1994, materializada por meio de portarias do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão -MPOG. Em 2011, foram editadas as Portarias de n.ºs 172, de 20 de junho, 205, de 07 de julho e 385, de 22 de setembro, anistiando mais 75 empregados a serem lotados na Matriz e Regionais. Em decorrência da pouca governabilidade sobre esse processo, a Companhia permitiu o ingresso de empregados sem observar o quadro de pessoal ideal na sua estrutura organizacional.

A Gerência de Cargos, Salários e Avaliação - Gecav elaborou Nota Técnica n.º 02/2011 onde expôs a necessidade de dimensionamento da força de trabalho, no sentido de identificar o número e a qualificação dos empregados para a execução das atividades da Companhia. Para tanto, foi autuado processo interno visando a contratação de empresa de consultoria, visando a realização do redimensionamento do quadro de pessoal, tanto na Matriz quanto nas Superintendências Regionais e Unidades Armazenadoras.

Para a alocação dos empregados é observada a necessidade da área demandante, as competências regimentais do cargo e a experiência e aptidões do empregado. No final do exercício de 2011, a Sureg-PI contava com 180 empregados, conforme demonstrativo a seguir:

**Quadro XLIII– Distribuição de Empregados da UJ**

UNIDADE ADMINISTRATIVA	CÓDIGO SIAFI	Nº EMPREGADOS
Superintendência Regional do Piauí – SUREG - PI	135345	103
UA - Teresina-PI	135178	27
UA - Parnaíba-PI	135462	11
UA - Floriano-PI	135217	06
UA - Picos-PI	135179	07
<b>CEDIDOS</b>		
Superintendência Federal da Agricultura - SFA	-	11
Tribunal Regional do Trabalho – TRT – PI	-	03
INMET	-	01
Inst. Nac. De Colonização e Reforma Agraria – INCRA-PI	-	01
Procuradoria Regional do Trabalho – PRT – PI.	-	04
IBAMA	-	01
<b>LICENÇA SEM VENCIMENTO</b>		
INSS	-	05

Fonte: Seade/Gefad/Sureg-PI

Há na Conab, atualmente, em vigência, 02 (dois) Planos de Cargos e Salários – PCS, o primeiro de 1991, em que os empregados são submetidos à observância do Regulamento de Pessoal - Normas da Organização – NOC 10.105, disciplinando as relações trabalhistas no âmbito da empresa e o segundo, de 2009, Plano de Cargos, Carreiras e Salários – PCCS, aderindo-se ao Regulamento de Pessoal - NOC 10.106.

A partir da vigência do PCCS/2009, todos os empregados que ingressarem na Companhia, via concurso público, serão automaticamente enquadrados no novo plano, de forma que o primeiro PCS da Conab terá como resultado a sua extinção, na medida em que houver desligamento da Companhia dos empregados abrangidos por esse instrumento de gestão ou, ainda, por sua adesão, que se caracteriza por sua facultatividade.

**O Quadro de Pessoal do PCS de 1991** é dividido em **03 (três) Grupos Ocupacionais**, separados de acordo com a natureza e qualidade, dos produtos ou serviços a serem gerados pela Companhia, que se subdividem em SÉRIES DE CLASSES: Auxiliar de Serviços Gerais – ASG; Auxiliar Administrativo – AAD; Assistente Técnico Administrativo – ATA; Assistente Técnico Operacional - ATO e Técnico de Nível Superior – TNS.

**O Quadro de Pessoal do PCCS/2009** tem, em sua estrutura, 03 (três) cargos amplos, sendo o pré-requisito mínimo o principal diferenciador entre eles.

a) **Cargo: Auxiliar** – Auxiliar nas tarefas de suporte, realizando atividades em quaisquer áreas da Companhia. PRÉ-REQUISITO MÍNIMO: NÍVEL FUNDAMENTAL;

b) **Cargo: Assistente** – Executar tarefas de suporte, realizando atividade em quaisquer áreas da Companhia. PRÉ-REQUISITO MÍNIMO: NÍVEL MÉDIO COMPLETO e

c) **Cargo: Analista** – Realizar análises, orientar e acompanhar a atividades executadas na área de atuação e emitir parecer e relatórios. PRÉ-REQUISITO MÍNIMO: NÍVEL SUPERIOR.

Assim, a Sureg/PI integra no seu quadro de pessoal, com posição em 31/12/2011, o seguinte quantitativo:

**Quadro XLIV – Cargos de empregados da UJ**

CARGOS	Quantidade Empregados
<b>Plano de Cargos e Salários - 1991</b>	
Auxiliar de Serviços Gerais - ASG	59
Auxiliar Administrativo – AAD	50
Assistente Técnico Administrativo – ATA	15
Assistente Técnico Operacional - ATO	22
Técnico de Nível Superior – TNS.	3
<b>Plano de Cargos e Salários - 2009</b>	
Auxiliar	21
Assistente	2
Analista	8
<b>TOTAL: 180</b>	

Fonte: Seade/Gefad/Sureg-PI



## 9.2 – Sistema de Comunicação

**(Refere-se ao Subitem 11.2 da Parte “D” do Anexo II da DN/TCU N° 108/2010)**

No âmbito da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, a comunicação padrão é a formal, seguindo a corrente de comando numa escala hierárquica, cuja aplicação é normatizada através de Normas de Organização: NOC 60.203 - Meios de Comunicação e classificam-se em :

**a) Atos Deliberativo - Normativos** - são as deliberações cujos objetivos visam formalizar decisões, regras ou normas imperativas. São eles: Ato de Direção; Ato de Superintendência de Área; Ato de Superintendência Regional; Estatuto Social; Norma; Portaria; Regimento Interno; Regulamento e Resolução;

**b) Atos de Correspondência** - são meios que visam a comunicação direta, indireta ou pública da Companhia. Caracterizam-se por terem destinatários declarados. São eles: Aviso; Carta; Carta-Circular; Carta-Cobrança; Carta-Inadimplência; Comunicação Interna; Comunicação Interna-Circular; Edital; E-Mail (Correio Eletrônico); Fac-Símile (Fax); Ofício; Relatório; Regulamento de Operações Comerciais; Requerimento; Telex/Telegrama;

**c) Atos Enunciativo-Esclarecedores** - são meios que objetivam esclarecer ou emitir opiniões a respeito de assuntos constantes de processos. Destinam-se a fornecer fundamentos para soluções diversas. São eles: Despacho; Nota Técnica; Parecer e Voto.

**d) Atos de Assentamento** - são meios que se destinam a registrar fatos em Cartório ou na Companhia, inscrevendo e transcrevendo atos, títulos e documentos, no intuito de autenticá-los, dando-lhes força de prevalecer contra terceiros, de forma a torná-los documentos comprobatórios. São eles: Ata; Processo e Memória de Reunião;

**e) Atos de Pacto ou Ajuste** - são meios que expressam acordos de vontades mútuas. São eles: Convênio e Contrato e

**f) Outras Formas de Comunicação** - são meios que visam a comunicação direta, indireta ou pública da Companhia. São elas: Publicações (Boletim Administrativo e outros trabalhos de divulgação; Rádio; Rede local; Rede de Transmissão de Dados; Telefone; Telefonia Móvel Celular e Telefonia Rural Fixa – RURALVAN.

Além dos atos definidos nos normativos internos da Companhia, podemos citar, ainda, os seguintes veículos:

Notícias do Dia – informativo diário com uma média de três informações, abordando temas diversos como programas e ações da Companhia, realização de cursos e palestras, avisos e atividades voltadas para os empregados. Além das cópias impressas afixadas nos murais, o informativo também está presente diariamente na intranet e nos murais das superintendências regionais e unidades armazenadoras. Circula de segunda a sexta-feira e as notícias são produzidas, diagramadas e ditadas pela equipe de jornalistas da Matriz, em parceria com estagiários de comunicação das superintendências regionais. Com o mesmo leiaute, é produzida uma edição em cada regional (Notícia do Dia Regional) com informações de exclusivo interesse dos empregados locais. Este informativo é a forma mais rápida de comunicação impressa da Empresa com seus Empregados.

Correio Eletrônico – divulgação de informações de interesse geral, de forma tempestiva e alcançando todos os empregados (em atividade, cedidos e licenciados etc). Utilizado com maior frequência pelas áreas de benefícios, capacitação e assistência médica.

Intranet- este veículo está em operação desde o ano de 2000 e tem grande utilização pelo corpo funcional. São disponibilizadas informações necessárias à Companhia, tais como: regulamentos e normativos, conjunturas agropecuárias, relatórios, avisos e resultados de leilões, licitações, legislação etc.

Internet – veículo de comunicação com a sociedade onde são divulgadas informações de amplo uso social, tais como estimativas de safras, avisos e resultados de leilões, programas desenvolvidos pela Companhia, séries de preços e índices econômicos e, principalmente, informações que dão transparência às ações realizadas.

No aspecto geral, referente à comunicação interna das ações desenvolvidas pela Regional, bem como a divulgação de ordens e recomendações emanadas pela Matriz, há uma adequada receptividade por parte dos seus empregados.

Regularmente, a Sureg/PI utiliza-se de comunicações informais, seja por reuniões com o corpo funcional, seja por reuniões com as gerências e encarregados de setor, seja por despachos de mero expediente. No entanto, não descaracterizam ou fragilizam as comunicações, vez que, na maioria das vezes, são posteriormente formalizadas.

Neste tópico, convém informar que a Conab, na sua estrutura, dispõe de uma **Coordenadoria de Comunicação e Promoção Institucional- COPRI**, subordinada à Presidência e tem como atribuição, dentre outras, coordenar, apoiar e avaliar as ações de comunicação social e de promoção institucional; Difundir e reafirmar o conhecimento e entendimento da sociedade sobre o papel e importância da Companhia.

A COPRI possui duas Gerências: **Gerência de Imprensa – Geimp e Gerência de Eventos e Promoção Institucional – Gepin**, dispoendo de empregados específicos na área de publicidade e jornalismo. Ocorre que o quadro de pessoal da Regional não dispõe de referidos empregados, o que representa uma carência na qualidade das informações a serem divulgadas ao público externo no Estado. A COPRI/Geimp elabora o **Notícia do Dia**, informativo citado acima

### 9.3 – Melhoria do Clima Organizacional

#### (Refere-se ao Subitem 11.3 da Parte “D” do Anexo II da DN/TCU Nº 108/2010)

Para o levantamento de informações sobre o clima organizacional da Companhia, no ano de 2008, a Conab/Matriz, por meio de sua Diretoria Administrativa, iniciou uma Pesquisa de Clima Organizacional, no período de julho de 2008 a maio de 2009, com o objetivo de conhecer a percepção dos empregados sobre temas relativos ao ambiente de trabalho, visando subsidiar planos de ações para a melhoria da gestão de recursos humanos da Empresa.

Os questionários utilizados foram disponibilizados na intranet e, após o preenchimento pelos empregados, enviados para a Superintendência de Tecnologia da Informação - Sutin para tabulação. Objetivando a liberdade de respostas os questionários tiveram tratamento sigiloso.

A pesquisa foi realizada em quatro etapas:

- a) Estudos prévios, levantamento dos dados, definição do formulário, apresentação do projeto para a Diretoria e sensibilização dos empregados;
- b) Preenchimento dos formulários;
- c) Tabulação dos dados, análise dos resultados e criação dos planos de ações e sugestões e
- d) Conclusão e disseminação dos resultados.

A quarta etapa não foi implementada pois até o fim do exercício de 2011 o resultado da pesquisa e o respectivo plano de ação aguardavam manifestação da Presidência da Conab.

#### **9.4 – Capacitação de Pessoal**

**(Refere-se ao Subitem 11.4 da Parte “D” do Anexo II da DN/TCU N° 108/2010)**

O exercício de 2011 iniciou-se com a promulgação do Decreto n.º 7.446, de 1.º de março de 2011, e Resoluções n.ºs 013 e 014/011, restringindo os recursos orçamentários para a realização das atividades de capacitação, em âmbito nacional, principalmente quando esses eventos envolviam despesas com diárias e passagens.

Nesse contexto, a Gerência responsável passou a realizar suas atividades norteada pela visão estratégica da Diretoria Administrativa (atual Diretoria de Gestão de Pessoas -Digep), no sentido de atender as prioridades de forma alinhada às exigências organizacionais.

A capacitação dos empregados, no âmbito da Conab, é desenvolvida como uma atividade contínua de Treinamento, Desenvolvimento e Educação, visando a melhoria do desempenho funcional, baseado na identificação das competências necessárias à alavancagem dos negócios e do processo de gestão da Companhia.

Nesse sentido, a Conab implantou e vem desenvolvendo seu Plano de Educação Corporativa -PEC, com a finalidade de promover o desenvolvimento das competências humanas, orientadas para os objetivos da Companhia.

A cada dois anos, a Conab realiza o Levantamento de Necessidades de Treinamento-LNT, com o objetivo de reavaliar as ações de treinamento e desenvolvimento constantes no PEC, em nível de matriz e regionais, bem como identificar as novas demandas de treinamento para o período. As necessidades de treinamento identificadas devem ser correlatas às competências de cada área, assim como às precípuas desenvolvidas pelos empregados lotados nas diversas áreas da Companhia. São propostos, também, cursos voltados para o desenvolvimento futuro dos empregados, focados nos temas e perspectivas do Planejamento Estratégico. Além das necessidades de treinamento, o LNT busca identificar empregados para atuarem como instrutores/multiplicadores na disseminação do conhecimento e no compartilhamento de práticas de sucesso e inovações, valorizando a aprendizagem e a cultura da Companhia.

Inserida no Programa de Valorização do Servidor, a Conab buscou incentivar os seus empregados a reingressarem na vida acadêmica por meio de cursos de Pós-Graduação, Especialização, Mestrado e Doutorado, desde que voltados para os objetivos estratégicos e de interesse da Companhia, com possibilidades de haver redução da jornada de trabalho. Além disso, investiu no Programa Educacional de Idiomas, concedendo aos seus empregados incentivo financeiro de 50% da mensalidade, limitado em até R\$124,78. Ademais, é descentralizado o valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) mensais para custear cursos para os empregados, visando qualificação das atividades exercidas na empresa.

Todo esse esforço resulta em grande parte dos empregados tornarem-se mais comprometidos com as suas atividades dentro da organização, trazendo, assim, um bom desempenho das suas funções e consequentemente um resultado de boa qualidade no âmbito da Superintendência Regional do Piauí – SUREG-PI.

Não obstante os esforços da Companhia, a maioria dos empregados não se sente estimulada a demandar cursos. Essa situação de desestímulo é antiga e persiste, resultado do abandono das ações previstas no Planejamento Estratégico e da falta de um Plano Gerencial que contemple

avaliação de desempenho individual e de metas setoriais, bem assim, de um setor específico de Recursos Humanos na Superintendência Regional.

#### a) Quanto ao número de treinandos

Na Sureg PI, houve a participação de 28 (vinte e oito) empregados em cursos de qualificação, totalizando 600 horas de treinamento/hora aula, conforme definido no quadro a seguir:

**Quadro XLV – Quantitativo de Capacitações realizadas na UJ**

Área de Conhecimento	Nº de Treinandos	Homens/hora Treinados	Média de carga/horária por participante
Administrativa	11	204	18,55
Auditoria	0	0	-
Comunicação Social	0	0	-
Educação e Desenvolvimento	3	8	2,5
Financeira	0	0	-
Gerencial	0	0	-
Informática	0	0	-
Jurídica	0	0	-
Operacional	6	144	24
Planejamento	7	224	32
Qualidade	1	20	20
<b>Total</b>	<b>28</b>	<b>600</b>	<b>21,41</b>

Fonte: Gecap

#### b) Resultados Alcançados

Os resultados a seguir detalhados envolvem todas as atividades desenvolvidas pela área de capacitação da Companhia e que a metodologia de avaliação ainda se encontra em processo de validação pela Conab, estendendo-se a partir de 2012 para as Regionais.

Dentro do contexto organizacional relacionado à implementação dos treinamentos previstos no PEC-2011 foi proposto, para a monitoração do referido Plano, os indicadores de desempenho classificados e integrados de acordo com o tipo (produto ou processo) e amplitude (estratégico,

gerencial e operacional) conforme quadro a seguir, permitindo avaliar e propor melhorias no modelo de gestão educacional da Companhia.

**Quadro XLVI – Indicadores de Capacitação**

<b>Amplitude Tipo</b>	<b>Indicador</b>	<b>Descrição</b>	<b>Meta</b>	<b>Resultado</b>
Estratégico Produto	Impacto do Treinamento no Trabalho (Implantar processo de Avaliação do Retorno do Investimento ROI)	Percentual de impacto do treinamento no trabalho (alcance dos objetivos específicos do treinamento e aumento do desempenho do treinando) bem como justificar o retorno do investimento	Maior ou igual a 40% dos cursos avaliados, com grande impacto (cursos fechados)	Não foi possível a implantação do ROI, uma vez que dependemos de outro órgão.
Gerencial Processo	Implantação do PEC 2011	Percentual de Ações Educacionais constantes do PEC que foram implementadas no corrente ano	900,00%	60% implementadas
Operacional Produto	Satisfação do Treinando com os Treinamentos	Satisfação dos treinandos com o desempenho do instrutor, a qualidade institucional, o ambiente da ação educacional e a coordenação	Maior ou igual a 80%	Da amostra pesquisada foi alcançado um resultado de 85%.
Gerencial Processo	Investimento de Horas em Educação	Média de horas que cada colaborador dedica a ações educacionais	12 horas anuais	Ultrapassou a meta, alcançando a média de 15h20 ano, por treinando
Gerencial Produto	Incremento de Conhecimento	Percentual de acréscimo de conhecimento final de (incremento de aprendizagem)	Acréscimo de até 50%	Alcançou 63%

Fonte: Sumoc/Gecap

As ações educacionais que integram o PEC 2011 sofreram corte na realização dos eventos, tendo em vista o contingenciamento orçamentário, que limitaram a realização de atividades de treinamento e desenvolvimento fora da área de lotação dos empregados.

No entanto, a Sureg no Piauí apresentou uma boa avaliação quanto a participação dos empregados em cursos de qualificação, demonstrando que a Regional conseguiu alcançar algumas metas traçadas para o ano de 2011. A seguir, relação de empregados capacitados:

**Quadro XLVII – Relação de Empregados Capacitados**

NOME	CURSO	ÁREA
Ariston Rodrigues Coutinho	Prevenção de acidente - CIPA	Administração
Demerval Alves de Moura	Pregoeiro	Administração
Edmilson Pinto de Moura	Prevenção de acidente - CIPA	Administração
Francisca das Chagas de Brito Melo de Sousa	Prevenção de acidente- CIPA	Administração
Francisco das Chagas Rosado	Prevenção de acidente - CIPA	Administração
Joana de Fatima da Costa Carvalho	Prevenção de acidente- CIPA	Administração
Jose Milton Rocha de Sousa	Prevenção de acidente - CIPA	Administração
Jose Nilson Gomes de Souza	Pregoeiro	Administração
Jose Nilson Gomes de Souza	Prevenção de acidente - CIPA	Administração
Pedro Gomes Magalhaes Neto	Prevenção de acidente - CIPA	Administração
Ricardo Monteiro da Silva Costa	Comunicação e percepção de riscos de desastres	Administração
Alysson Silva Pego	O poder do entusiasmo e a força da motivação no trabalho	Educação
Jose Francisco Araujo Mendes	O poder do entusiasmo e a força da motivação no trabalho	Educação
Regina Marcia da Silva Franco Tavares	O poder do entusiasmo e a força da motivação no trabalho	Educação
Jose Francisco Araujo Mendes	Refap- Rede de fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos BA	Operação
Jose Lemos Bezerra	Refap- Rede de fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos BA	Operação
Jose Ribamar Flor da Silva	Refap- Rede de fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos BA	Operação
Luiz Mariano da Silva	Refap- Rede de fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos BA	Operação
Maria Helena Machado Sousa	Refap- Rede de fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos BA	Operação
Viviano Vieira das Neves Filho	Refap- Rede de fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos BA	Operação
Alysson Silva Pego	Sup.gerente de area PAA	Planejamento
Cicero Bezerra da Silva	Discussão da proposta de metodologia de levantamento	Planejamento
Jose Francisco Araujo Mendes	Sup.gerente de área PAA	Planejamento
Jose Francisco Araujo Mendes	PAA e PGPMBio	Planejamento
Maria Monica Barista da Rocha	Operacionalização dos sistemas do paa	Planejamento
Maria Monica Barista da Rocha	PAA e PGPMBio	Planejamento
Regina Marcia da Silva Franco Tavares	Sup.gerente de area PAA	Planejamento
Viviano Vieira das Neves Filho	Qualidade no atendimento ao cliente	Qualidade

Fonte: Seade/Gefad/Sureg-PI

**9.5 - Composição e Custos de Pessoal Ativo****(Refere-se ao Subitem 11.5 da Parte “D” do Anexo II da DN/TCU N° 108/2010)**

O quadro de Recursos Humanos da Conab é composto por empregados contratados pelo regime da Consolidação das Leis Trabalhistas. Conta também com estagiários de nível médio e superior, além de terceirizados para apoio nas áreas de conservação, vigilância e limpeza.

A Portaria n.º 21, de 5 de outubro de 2009, do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais- Dest, alterou o limite máximo do quadro de pessoal próprio da Conab para 5.076 empregados. Foi estabelecido neste documento que, do quadro de pessoal, 2.480 vagas estão destinadas a recepcionar os empregados readmitidos sob a condição de anistiados, as quais deverão ser extintas à medida em que o empregado admitido sob essa condição deixe de fazer parte do quadro da Empresa. Neste contexto, a Conab não estabeleceu lotação autorizada para a Matriz e Regionais.

No fim do exercício, a Sureg Piauí contava com 180 empregados.

**Quadro XLVIII– Composição do Quadro de Pessoal, por Situação Funcional**

Discriminação	Quantidade de Empregados		
	PI		Variação
	31/12/10	31/12/11	
Em efetivo exercício na empresa	150	154	4
Assessores (contrato especial)	0	0	-
Cargo de Direção na empresa	0	0	-
Diretor não empregado	0	0	-
Conselheiro de Administração/Fiscal	0	0	-
Licenciado INSS / Acidente de Trabalho	5	5	-
À Disposição com ônus para a Conab – Dec 4050	0	0	-
À Disposição com ônus para a Conab – Lei 10470	27	21	(6)
À Disposição sem ônus para a Conab – Dec 4050	0	0	-
Licença Maternidade – 120 dias / adoção	0	0	-
Licença Maternidade – empresa cidadã 60 dias / adoção	0	0	-
Assessores (Contrato Especial ) Requisitado	0	0	-
Licença para cargo eletivo com vencimentos	0	0	-
Licença para cargo eletivo sem vencimentos	0	0	-
Contrato suspenso / licença particular	0	0	-
Pensão Vitalícia	0	0	-
<b>Total</b>	<b>182</b>	<b>180</b>	<b>(2)</b>

Fonte: Sutin/Gesof

Ao analisarmos o quadro demonstrativo de pessoal da SUREG-PI por idade dos empregados, percebe-se que a faixa etária média dos empregados é bastante elevada, apesar das

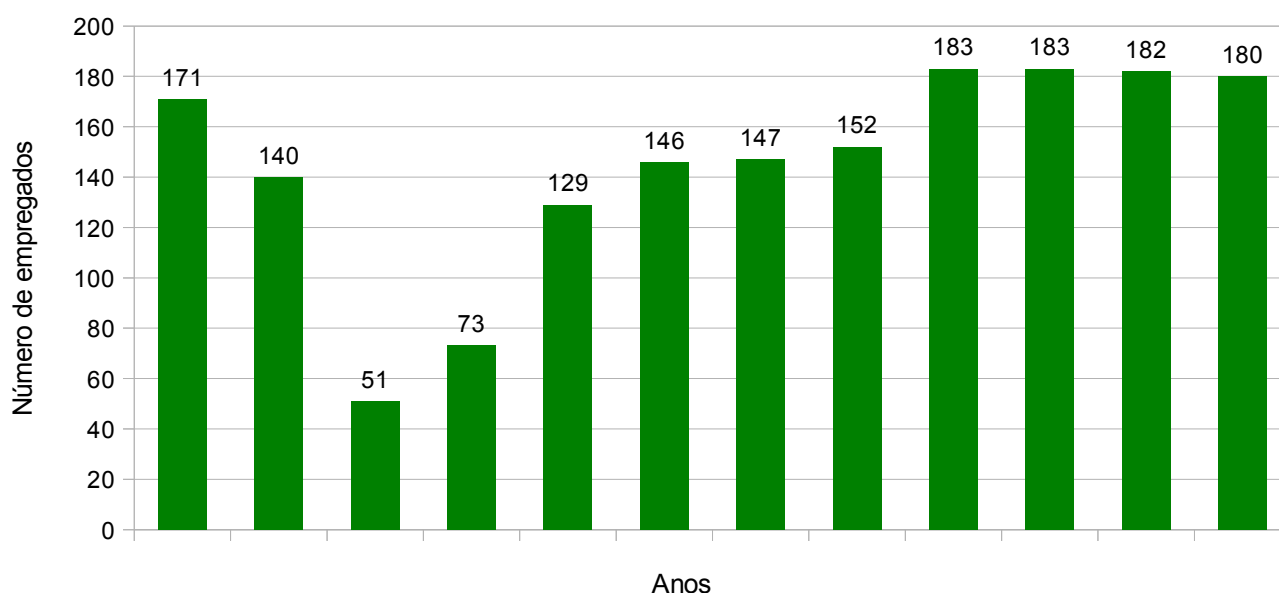


contratações efetivadas em 2005 e 2006, haja vista esses concursados representarem apenas 4,42% do total de empregados da Regional.

Dos 180 empregados lotados na Regional, 74 tem mais de 51 anos de idade, ou seja, 41,34%; 17,32% tem idade entre 41 a 50 anos; 37,99% tem acima de 60 anos e apenas 3,35% tem entre 31 a 40 anos de idade.

A figura a seguir mostra a evolução do quadro de empregados no Piauí, no qual se verifica redução nos exercícios de 2002 e 2003 e em seguida a recomposição, consequência da contratação de empregados por meio da realização de concurso público, retorno de empregados por decisão judicial e de anistiados pela Lei n.º 8.878/94. Nos últimos exercícios, houve uma reduzida perda no quantitativo de empregados, ocasionada por demissão e transferências.

**Figura XXVI – Evolução do Quadro de Pessoal da UJ**



Fonte: Sutin/Gesof

Abaixo, o quadro apresenta o quantitativo de 137 (oitenta e oito) empregados na situação contratual decorrente de readmissão por reintegração judicial ou pela lei de anistia, correspondendo a 76,11% do corpo funcional. O vínculo empregatício mediante contrato padrão aplica-se aos demais empregados, incluindo os concursados cujas admissões ocorreram mais recentemente.

**Quadro XLIX - Demonstrativo da Variação do Efetivo, por Situação Contratual Situação Apurada em 31/12/2011**

Discriminação	Quantidade de Empregados		
	31/12/10	31/12/11	
Contrato Padrão	43	42	(1)
Reintegrado (Transitado)	8	8	-
Reintegrado Liminar	34	32	(2)
Anistiado (Transitado)	41	41	-
Anistiado (Liminar)	7	7	-
<b>Anistiado (Lei 8878/94)</b>	49	50	1
<b>Total</b>	<b>182</b>	<b>180</b>	<b>(2)</b>

Fonte: Sutin/Gesof



Quanto ao nível de escolaridade verifica-se a existência de 32 empregados com nível superior completo ou com formação acadêmica acima deste (especialização, pós-graduação, mestrado ou doutorado), evidenciando a necessidade de realização de concurso público para a criação de oportunidade para a regularização da situação funcional desses empregados.

**Quadro L – Demonstrativo Por Nível de Escolaridade**

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade										
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Total
<b>1. Provedimento de cargo efetivo</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>59</b>	<b>18</b>	<b>62</b>	<b>19</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>164</b>
1.1 Membros de poder e agentes políticos											0
1.2 Servidores de Carreira			54	12	52	19	5		1		143
1.3 Servidores com Contratos Temporários											0
1.4 Servidores Cedidos			5	6	10						21
<b>2. Provedimento de cargo em Comissão</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>6</b>	<b>5</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>16</b>
2.1 Cargos de Natureza Especial											0
2.2 Grupo Direção e Assessoramento Superior											0
2.3 Funções Gratificadas			1	2	6	5	2				16
<b>3. Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>60</b>	<b>20</b>	<b>68</b>	<b>24</b>	<b>7</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>180</b>
LEGENDA: Nível de Escolaridade 1-Analfabeto; 2-Alfabetizado sem cursos regulares; 3-Primeiro grau incompleto; 4-Primeiro grau; 5-Segundo grau ou técnico; 6-Superior; 7-Aperfeiçoamento/Especialização/Pós-Graduação; 8-Mestrado; 9-Doutorado; 10-Não Classificada											

Fonte: Sutin/Gesof

Do quadro abaixo, cerca de 12,22% dos empregados encontrava-se em situação de redução da força de trabalho, destacando-se os cedidos a outros órgãos:

**Quadro LI – Situações que reduzem a Força de Trabalho da UJ**

Tipologias dos Afastamentos	Quantidade de pessoas
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	<b>21</b>
1.1 A disposição com ônus para a Conab – Dec 4050	0
1.2 A disposição com ônus para a Conab – Lei 10470	21
1.3 A disposição sem ônus para a Conab – Dec 4050	0
<b>2. Licença Remunerada (2.1+2.2)</b>	<b>0</b>
2.1 Licença Maternidade	0
2.2 Para Exercício de Mandato Eletivo	0
<b>3. Licença não Remunerada (3.1+3.2+3.3)</b>	<b>5</b>
3.1 Licenciado INSS/Acidente de Trabalho	5
3.2 Para Exercício de Mandato Eletivo	0
3.3 Interesses particulares	0
<b>4. Total de servidores afastados em 31 de dezembro</b>	<b>26</b>

Fonte: Sutin/Gesof

### 9.5.1 – Admissões, Demissões e Transferências

**Quadro LII- Quantitativo de Admitidos, Demitidos e Transferidos**

Sureg		PI
Admissão		2
Demissão		1
Transferências Externar	Recebidas	1
	Enviadas	3
Transferências Internas		13

Fonte: Sutin/Gesof

No exercício de 2011, houve 01 demissão (cumprimento de sentença judicial), 02 admissões (anistiados) e a ocorrência de 04 transferência de empregados, sendo 01 recepcionado pela Sureg, explicamos:

a) um empregado foi demitido em cumprimento de sentença judicial (PDVI), Matrícula Conab e SIAPE n°s 106.346/1272403-1 ;

b) dois empregados foram readmitidos, em cumprimento à Lei 8.878/94, que concedeu anistia aos servidores demitidos durante o Governo Fernando Collor: Matrículas Conab e SIAPE n°s 108.242/1837951-4 e 108.293/1876466-3;

c) três empregados foram transferidos, sendo, 01 para Matriz/Brasília/DF (Matrícula Conab e SIAPE n°s 107.201/1612408-0), 01 para a SUREG-RN (Matrícula Conab e SIAPE n°s 106.846/1547754-0) e 01 para a SUREG-MA (Matrícula Conab e SIAPE n°s 107.238/1616185-7) e

d) um empregado passou a integrar o quadro da regional, via transferência, da Matriz/Brasília/DF para a SUREG-PI (Matrícula Conab e SIAPE n°s 022.886/1115677-3).

### 9.5.2 – Perspectivas de Aposentadoria

Os empregados da Conab são contratados pelo regime da CLT, não havendo uma idade limite para aposentadoria compulsória. Prevalecem as regras da Previdência Social, em que as mulheres podem se aposentar a partir dos 48 anos e os homens 53 anos, desde que cumpram o tempo de contribuição previdenciária de 30 e 35 anos. Além desses, o instituto de previdência complementar dos empregados da Conab (Cibrius) estabelece a idade mínima de 56 anos para concorrer ao benefício. Abaixo, quadro contendo a faixa etária dos empregados e tempo de trabalho na empresa.

**Quadro LIII – Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária**

Faixa Etária	Tempo de Trabalho na Empresa										Participação (%)
	0-5	6-10	11-15	16-20	21-25	26-30	31-35	36-40	> 40	Total	
20 a 25	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
26 a 30	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2,22
31 a 35	1	2	0	0	0	0	0	0	0	3	6,67
36 a 40	1	1	0	0	0	0	0	0	0	2	4,44
41 a 45	1	1	0	0	0	0	0	0	0	2	4,44
46 a 50	3	7	2	8	0	2	0	0	0	22	48,89
51 a 55	5	16	5	11	0	6	11	0	0	54	120,00
56 a 60	8	6	1	7	0	5	13	5	0	45	100,00
61 a 65	7	7	4	7	0	1	4	3	0	33	73,33
66 a 70	5	1	3	1	1	0	2	0	0	13	28,89
Mais de 70	0	0	1	2	0	0	2	0	0	5	11,11
<b>Total</b>	<b>32</b>	<b>41</b>	<b>16</b>	<b>36</b>	<b>1</b>	<b>14</b>	<b>32</b>	<b>8</b>	<b>0</b>	<b>180</b>	<b>-</b>

Fonte: Sutin/Gesof

A situação jurídica da Conab - empresa pública de personalidade de direito privado, regida pela CLT nas relações contratuais com seus empregados - confere aos mesmos a prerrogativa de permanecer em atividade na Companhia mesmo após a concessão da sua aposentadoria, conforme decisão do TST RR-815300-06.2003.5.12.0001. Diante disso, alguns empregados decidem não afastar-se do emprego ao completar 70 anos de idade ou seja, aposentar mas permanecer em atividade na Companhia. Essa situação ocorre em razão do obreiro perder alguns benefícios concedidos pela Conab no momento do seu desligamento como: auxílio alimentação, auxílio transporte, auxílio creche, auxílio escola, além da participação da Companhia nos gastos com plano de saúde.

A perda desses benefícios, somados à falta de planejamento para aposentadoria e à redução dos vencimentos ao aplicar-se o fator previdenciário, no momento da concessão da aposentadoria, torna difícil para a SUREG-PI prever ou planejar o número de empregados que decidirão pelo desligamento da Companhia.

**9.5.3 – Recomposição do Quadro de Pessoal**

Para integrar o quadro de lotação da Superintendência Regional do Piauí é necessário a contratação de empregados (nível médio) para a função de serviços gerais para atuarem na sede da Sureg e nos armazéns, tendo em vista a média de idade dos empregados superar os 60 anos. Para suprir a referida carência, a Sureg iniciou procedimento licitatório visando terceirização dos serviços gerais, mediante ampla fundamentação.

Não há previsão de contratação de empregados para a SUREG-PI até o exercício de 2012. Poderá acarretar a necessidade de novas contratações, via concurso público, em havendo a redução do número de empregados ocasionada por demissão voluntária, incluindo incentivo por

meio de Plano de Desligamento Voluntário; demissão involuntária, por força de comando judicial, etc .

Ademais, a Regional do Piauí está envidando esforços para o retorno a seu quadro dos empregados cedidos/redistribuídos, por força do Decreto N° 6.077, de 10.04.2007. O Tribunal de Contas da União, por meio do Acórdão 790/2009, recomendou à Conab, *in verbis*: *redimensionar e recompor seu quadro de pessoal, em especial nas Superintendências Regionais, de acordo com suas atribuições, suas necessidades e seu planejamento de longo prazo (...)*.

#### 9.5.4– Quadro de Estagiários

Além dos empregados, a Regional contava com 10 estagiários de nível superior, com custo anual de R\$74.274,44 (salário e auxílio transporte).

**Quadro LIV - Demonstrativo do Quadro de Estagiários da UJ – 2011**

Escolaridade	Quantitativo de Contratos de Estagiários				Vagas		Custo do Exercício (R\$)
	Trimestre						
	1º	2º	3º	4º	Aprovadas	Preenchidas	
Nível Superior	8	9	10	10	10	10	74.274,44
Nível Médio	0	0	0	0	0	0	0
Total	8	9	10	10	10	10	74.274,44

Fonte: GEFAD/SEADE/PI

#### 9.5.5 – Custos de Pessoal

Em 2011, a despesa de pessoal com os empregados lotados na Regional do Piauí foi de R\$12.287.994,84, com participação de 2,98% na despesa total da Conab (R\$411.854.346,20) e com crescimento de 11,45% sobre o valor de 2010.

#### **Quadro LV – Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2009, 2010 e 2011 (ANEXO)**

### 9.5.6 – Mão de Obra Terceirizada

O quadro a seguir apresenta de forma detalhada a formação do quadro de mão de obra terceirizada com vigência em 2011.

#### Quadro LVI – Contratos de Prestação de Serviços de Vigilância Ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB/SUREG – PI													
UG/Gestão 135.345						CNPJ: 26.461.699/0386-68							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	V	O	27/2010	12.062.071/0001-06	01.11.10	31.10.11							E
2011-02	V	O	27/2010	12.062.071/0001-06	01.11.11	31.01.12							E
Observação: (01) – Cláusulas de renovação até 05 anos, na forma do Art 57, II, Lei 8.666/93 (02) – Termo Aditivo do Contrato.													
LEGENDA Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; ( C ) Efetivamente contratada.													

Fonte: Seade/Gefad/Sureg-/PI

Por meio de procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, a Sureg Piauí realiza a contratação de serviços de vigilância armada para a Sede da Superintendência e Unidades Armazenadoras. Os serviços são prestados no turno da noite, de segunda a sexta-feira, e em tempo integral nos fins de semana e feriado.

**Quadro LVII - Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de obra**

Unidade Contratante													
Nome: COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB/SUREG – PI													
UG/Gestão 135345							CNPJ: 26.461.699/0386.68						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Escolaridade exigida dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2006	7	O	06/06	03.703.677/0001-84	05.07.10	04.07.12							E
2011	7	O	10/11	13.322.012/0001-84	02.08.11	01.08.12							E
2009	4	O	20/09	11.641.479/0001-61	14.04.10	13.04.11							E
2011	4	O	OC 24/11	06.699.342/0001-28	02.05.11	01.05.12							E
2011	1	O	04/11	13.014.490/0001-27	01.04.11	31.03.12							A
2011	4	O	05/11	00.444.135/0001-46	25.04.11	24.04.12							E
2010	1	O	23/10	06.234.467/0001-82	01.10.10	30.09.11							E
2010	1	O	23/10	06.234.467/0001-82	01.10.11	30.09.12							E
2011	4	O	16/11	11.622.928/0001-24	26.10.11	25.10.12							E

Observação:  
1 e 2 – Medicina do Trabalho; 3 e 4 – Manutenção PABX; 5 – Motoboy; 6 – Manutenção Veículos; 7 e 8 – Braçagem; 9 – Manutenção Informática.

LEGENDA

Área:

1 - Apoio Administrativo Técnico e Operacional;  
2 – Manutenção e conservação de Bens Imóveis  
3 – Serviços de Copa e Cozinha;  
4 – Manutenção e conservação de Bens Móveis;  
5 – Serviços de Brigada de Incêndio;  
6 – Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;  
7 – Outros.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; ( C ) Efetivamente contratada.

Fonte: Seade/Gefad/Sureg-PI

**9.5.7 – Principais Indicadores Gerenciais**

A Conab no Piauí ainda não desenvolveu indicadores gerenciais para a área de recursos humanos. Houve em 2011 a realização de um treinamento sobre a construção de indicadores, abrangendo apenas técnicos da Matriz. Em 2012, a Regional assume o compromisso de criação dos seus indicadores, envolvendo Superintendência, Gerências e Setores no processo de análise e elaboração.

Técnicos de diversas áreas da Matriz da Conab no Distrito Federal iniciaram um trabalho de criação de indicadores de desempenho. Atualmente, estão em fase de análise a fim de verificar se atendem aos requisitos de qualidade dos indicadores, tais como: Validade, Comparabilidade, Estabilidade, Homogeneidade, Praticidade, Independência, Confiabilidade, Seletividade, Compreensão, Completude, Economicidade, Acessibilidade, Tempestividade e Objetividade. Se aprovados, deverão entrar em fase de teste de aplicabilidade e se julgados necessários e suficientes serão estendidos para as regionais.

## 10 – Planejamento, Execução e Controle Orçamentário, Patrimonial, Financeiro e Contábil (Refere-se ao Item 12 da Parte “D” do Anexo II da DN/TCU Nº 108/2010)

### 10.1- Análise da execução orçamentária (Refere-se ao Subitem 12.1 da Parte “D” do Anexo II da DN/TCU Nº 108/2010)

#### Quadro LVIII - Movimentação Orçamentária Por Grupo de Despesa (ANEXO)

#### 10.1.1- Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação

##### Quadro LIX – Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	2010	2011	2010	2011
<b>Licitação</b>				
Convite	0,00	930,00	0,00	930,00
Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
Pregão	6.343.033,08	10.069.902,90	6.343.033,08	10.069.902,90
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Contratações Diretas</b>				
Dispensa	3.939.960,14	5.248.526,50	3.939.960,14	5.248.526,50
Inexigibilidade	1.232.284,62	1.087.030,35	1.232.284,62	1.087.030,35
<b>Regime de Execução Especial</b>				
Suprimento de Fundos	14.416,47	11.674,63	14.416,47	11.674,63
<b>Pagamento de Pessoal</b>				
Pagamento em Folha	4.018.236,96	56.184,24	4.018.236,96	56.184,24
Diárias	380.210,00	220.661,00	380.210,00	220.661,00
Não se Aplica	259.250,22	221.067,95	259.250,22	221.067,95

Fonte: Siafi

Em 2011, destacaram-se as despesas realizadas na modalidade de Dispensa de Licitação, no valor total de R\$ 5.248.526,50, incluindo R\$4.128.294,05 aplicados na aquisição de produtos de agricultores familiares no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos -PAA, em conformidade com o Art. 17 da Lei n.º 12.512, de 14/10/2011, representando cerca de 78,65% dos empenhos realizados nesta modalidade.

Na modalidade Pregão destacam-se as despesas empenhadas para pagamento do transporte de milho em atendimento ao Programa Vendas em Balcão (R\$3.656.077,97), as despesas

com a concessão do Auxílio-Alimentação aos empregados (R\$899.695,60), à aquisição de gêneros alimentícios e despesas correlatas, para composição de cestas de alimentos para distribuição gratuita às famílias ou grupos populacionais, no valor de R\$413.673,97 e o pagamento por serviços de vigilância ostensiva (R\$408.778,74), que juntos representaram 53,40% do total empenhado nesta modalidade.



**Quadro LX - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação**

Grupo de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos (R\$)	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
<b>1 – Despesa de Pessoal</b>	<b>4.018.236,96</b>	<b>3.864.605,07</b>	<b>4.018.236,96</b>	<b>3.864.605,07</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.727.938,67</b>	<b>3.544.914,47</b>
Vencimentos e Vantagens Fixas	577.204,43	655.407,79	577.204,43	655.407,79	0,00	0,00	530.555,14	605.009,59
Obrigações Patronais	2.599.117,87	3.065.097,99	2.599.117,87	3.065.097,99	0,00	0,00	2.355.468,87	2.795.805,59
Depósitos Compulsórios	684.403,85	56.184,24	684.403,85	56.184,24	0,00	0,00	684.403,85	56.184,24
Sentenças Judiciais	150.470,24	87.915,05	150.470,24	87.915,05	0,00	0,00	150.470,24	87.915,05
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e Restituições Trabalhistas	7.040,57	0,00	7.040,57	0,00	0,00	0,00	7.040,57	0,00
<b>2 – Juros e Encargos da Dívida</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>3 – Outras Despesas Correntes</b>	<b>8.339.670,09</b>	<b>8.368.395,94</b>	<b>6.763.103,79</b>	<b>8.036.048,14</b>	<b>1.576.566,30</b>	<b>332.347,80</b>	<b>6.471.011,48</b>	<b>7.673.554,96</b>
Diárias	380.210,00	220.661,00	380.210,00	220.661,00	0,00	0,00	380.210,00	220.661,00
Material de Consumo	227.223,53	0,00	227.223,53	0,00	0,00	0,00	224.814,51	0,00
Material de Distribuição Gratuita	4.209.463,07	4.875.058,86	2.670.418,06	4.589.700,66	1.539.045,01	285.358,20	2.606.529,84	4.428.521,96
Passagens e Despesas com Locomoção	104.726,26	70.068,68	104.726,26	70.068,68	0,00	0,00	104.129,39	70.068,68
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física	31.023,74	37.020,65	31.023,74	37.020,65	0,00	0,00	28.358,74	36.007,57
Locação de Mão-de-Obra	449.580,94	447.756,60	449.580,94	447.756,60	0,00	0,00	411.509,92	408.778,74
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	2.731.118,04	2.535.663,74	2.708.620,97	2.488.674,14	22.497,07	46.989,60	2.536.494,93	2.327.549,10
Obrigações Tributárias e Contributivas-Op. Intra-Orçamentárias	191.082,29	180.242,27	176.058,07	180.242,27	15.024,22	0,00	163.721,93	180.043,77
Auxílio-transporte	0,00	170,60	0,00	170,60	0,00	0,00	0,00	170,60
Indenizações e Restituições	15.242,22	1.753,54	15.242,22	1.753,54	0,00	0,00	15.242,22	1.753,54
<b>4 – Investimentos</b>	<b>69.398,23</b>	<b>9.065,67</b>	<b>624,50</b>	<b>9.065,67</b>	<b>68.773,73</b>	<b>0,00</b>	<b>624,50</b>	<b>9.065,67</b>
Obras e Instalações-Op. Intra-Orçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento e Material Permanente-Op. Intra-Orçamentárias	69.398,23	9.065,67	624,50	9.065,67	68.773,73	0,00	624,50	9.065,67
<b>5 – Inversões Financeira</b>	<b>3.760.086,21</b>	<b>8.482.502,32</b>	<b>2.617.692,50</b>	<b>4.885.649,70</b>	<b>1.142.393,71</b>	<b>3.596.852,62</b>	<b>1.900.332,12</b>	<b>4.599.859,11</b>
Aquisição de Produtos para Revenda	3.760.086,21	8.482.502,32	2.617.692,50	4.885.649,70	1.142.393,71	3.596.852,62	1.900.332,12	4.599.859,11
<b>6 – Amortização da Dívida</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total</b>	<b>16.187.391,49</b>	<b>20.724.569,00</b>	<b>13.399.657,75</b>	<b>16.795.368,58</b>	<b>2.787.733,74</b>	<b>3.929.200,42</b>	<b>12.099.906,77</b>	<b>15.827.394,21</b>

Fonte: Siafi

Em 2011 não houve alterações na programação orçamentária/financeira sendo registradas apenas variações, para mais ou menos, na execução das diversas ações orçamentárias.

Os valores apresentados no Grupo 1 – Despesas de Pessoal não refletem as despesas de pessoal desta Regional, tendo em vista que a execução orçamentária da folha de pagamentos é realizada pela Matriz – UJ 135100, restando apenas os pagamentos dos encargos, como as contribuições previdenciárias e o salário educação, seguros de acidente de trabalho, FGTS e outros. Em relação ao exercício de 2010 verificou-se variação, a menor, de 3,82%, decorrente principalmente da redução nos valores empenhados no cumprimento de Sentenças Judiciais e Depósitos Compulsórios, parcialmente compensados pelo reajuste salarial negociado no Acordo Coletivo de Trabalho 2011/12, da concessão de promoções por tempo de trabalho, da compra da Licença prêmio.

No grupo 3 – Outras Despesas Correntes estão relacionadas as despesas com o custeio da Companhia, com a aquisição de produtos para doação gratuita às famílias e/ou grupos em situação de insegurança alimentar e nutricional, com a manutenção de bens móveis e imóveis, com vigilância e serviços de limpeza, com assistência médica e odontológica dos empregados e dependentes, com os auxílios concedidos ao empregados e outros. O valor total empenhado neste Grupo foi de R\$8.368.395,94, com acréscimo de 0,34% sobre o valor registrado em 2010, em decorrência principalmente do aumento do valor aplicado na aquisição de produtos para distribuição gratuita, cujos pagamentos realizados em 2010 somaram R\$4.209.463,07 passando, em 2011, para R\$4.875.058,86. A execução das despesas deste Grupo sofreram contingenciamento de 28%, de acordo com a Portaria MAPA n.º 29, de 29/03/2011, e, também, foram estabelecidos limites de empenho para as despesas com diárias, passagens e locomoção.

O Grupo 4 – Investimento contempla as despesas relacionadas às melhorias nos imóveis, tanto na unidade armazenadora quanto na sede da Regional e à compra de equipamentos, inclusive de informática. A execução das despesas deste Grupo sofreu forte impacto com o contingenciamento de 65% imposto pela citada Portaria, principalmente aquelas relacionadas com a Ação Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns. A execução desta Ação também foi prejudicada pela falta de pessoal, principalmente de engenheiros e agrônomos, para o desenvolvimento dos projetos e a elaboração das planilhas de custo na forma requerida pela Controladoria-Geral da União, assim como para a fiscalização e o recebimento das obras. Consequentemente, os serviços previstos para a manutenção das unidades ou a aquisição de equipamentos necessários para a adequação dos armazéns aos critérios estabelecidos para a certificação, foram postergados para 2012. Em relação ao exercício anterior verifica-se decréscimo de aproximadamente 86,94% nas despesas empenhadas, devido principalmente a não realização de investimentos nas unidades armazenadoras.

No Grupo 5 estão agregadas as despesas referentes à aquisição de produtos agrícolas, à manutenção dos estoques públicos, à remoção de produtos e demais despesas correlatas, tais como braçagem, impostos e outros. Inclui as despesas com a formação e manutenção tanto dos estoques adquiridos no âmbito da PGPM quanto pelo PAA, neste caso, com recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA. Em relação ao exercício anterior as despesas empenhadas tiveram acréscimo de 125,59%, passando de R\$3.760.086,21 para R\$8.482.502,32. Em 2011 destacaram-se as despesas liquidadas com o pagamento de frete de milho em atendimento ao Programa Vendas em Balcão, no valor de R\$3.939.162,22 (80,63%).

## 10.1.2 - Execução Física e Orçamentária das Ações realizadas na UJ

**Quadro LXI - Execução Física e Orçamentária das Ações realizadas na UJ**

Execução Física e Orçamentária das ações realizadas pela UJ											
Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012	Dotação Prevista (R\$)	Dotação Realizada (R\$)
20	301	0352	2004	A	4	Pessoa beneficiada	680	679	680	713.000,00	712.060,87
20	301	0352	20CW	A	4	Servidor beneficiado	175	68	175	49.000,00	48.989,34
20	306	0352	2012	A	4	Servidor beneficiado	174	175	175	1.000.000,00	980.388,80
20	331	0352	2011	A	4	Servidor beneficiado	136	179	154	55.000,00	50.272,60
20	126	0352	4702	A	4	Unidade cadastrada	-	6	-	-	-
20	128	0360	4572	A	4	Servidor capacitado	30	28	27	36.000,00	3.530,00
28	846	0901	0022	OP	4	-	-	-	-	160.000,00	144.099,29
20	125	0352	2137	A	4	Fiscalização realizada	37	45	23	15.000,00	8.263,09
20	605	0352	2130	A	4	Produto adquirido	-	-	-	6.000.000,00	4.598.549,70
20	122	0352	2272	A	4	-	-	-	-	4.840.000,00	4.822.440,33
20	605	0352	8579	A	4	Informação disponibilizada	-	-	-	4.000,00	3.197,32
20	122	0352	2829	A	4	Unidade modernizada	4	4	4	115.463,98	-
20	605	0360	4711	A	4	Pesquisa realizada	11	11	11	50.000,00	46.891,13
20	692	0352	4710	A	4	Unidade organizada	140	74		15.000,00	12.437,12

Fonte: Supor/Geare

**10.1.2.1- Análise dos Programas e Ações**

O Plano Plurianual 2008/2011 – PPA 2008/2011, elaborado durante o ano de 2007 e aprovado pela Lei n.º 11.653, de 7 de abril de 2008, deu continuidade ao Programa Abastecimento Agroalimentar, com alteração de sua composição, ou seja: foram incluídas novas ações coordenadas pela Conab, transferidas ações para o Programa Agricultura Familiar – PRONAF, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Agrário- MDA e incluídas ações sob a responsabilidade dos bancos da Amazônia e do Nordeste.

Para efeito de programação e execução orçamentária, as atividades desenvolvidas pela Superintendência Regional da Conab no Piauí estão inseridas em 3 Programas do PPA 2008/2011, distribuídos em 14 (quatorze) ações, relacionadas no quadro abaixo:

**Quadro LXII – Programas e Ações**

<b>PROGRAMA ABASTECIMENTO AGROALIMENTAR</b>	
<b>Ação</b>	<b>Denominação</b>
2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes
20CW	Assistência Médica aos Servidores e Empregados- Exames Periódico
2012	Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados
2011	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados
4702	Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras
2137	Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários
2130	Formação de Estoques Públicos
2272	Gestão e Administração do Programa
8579	Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e Abastecimento Agroalimentar
2829	Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns
4710	Organização dos Micro e Pequenos Varejistas
<b>PROGRAMA GESTÃO DA POLÍTICA AGROPECUÁRIA</b>	
<b>Ação</b>	<b>Denominação</b>
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação
4711	Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras
<b>PROGRAMA OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS</b>	
<b>Ação</b>	<b>Denominação</b>
0022	Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado, Devidas por Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista

Fonte: Supor

## Principais Ações dos Programas

### a) (2004) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

#### Quadro LXIII - Execução Orçamentária da Ação Assistência Médica e Odontológica

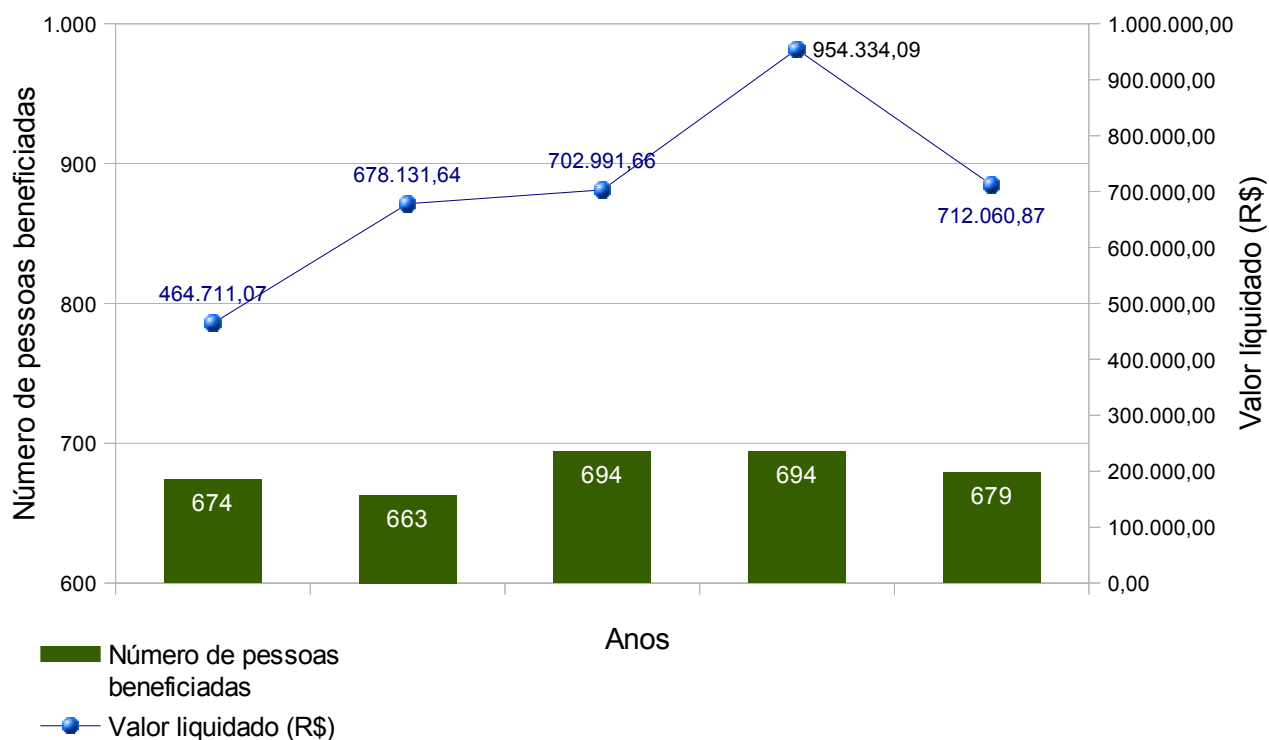
<b>(2004) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes</b>			
<b>Programa de Trabalho = 20.301.0352.2004.0001</b>			
<b>PTRES = 024581</b>			
<b>Discriminação</b>	<b>Unidade</b>		<b>Participação (%)</b>
	<b>Conab</b>	<b>Sureg/PI</b>	
Dotação Orçamentária Inicial	19.519.046,00	713.000,00	-
Suplementação/Cancelamento	5.086.246,00	0,00	
<b>Dotação Final</b>	<b>24.605.292,00</b>	<b>713.000,00</b>	<b>2,90</b>
Execução Orçamentária	24.534.231,29	712.060,87	2,90
<b>Índice</b>	<b>99,71</b>	<b>99,87</b>	<b>-</b>
Meta Física	14.849	680	4,58
Execução Física	14.880	679	4,56
<b>Índice</b>	<b>100,21</b>	<b>99,85</b>	<b>-</b>

Fonte: Siafi, Supor e Gesas

Visando o atendimento das necessidades dos empregados e de seus dependentes típicos e atípicos da Sureg-PI foi destinada dotação orçamentária, no ano de 2011, de R\$ 713.000,00 (setecentos e treze mil reais), para 680 (seiscentos e oitenta) atendimentos, sendo atendidos 679 (seiscentos e setenta e nove) , ou seja, 99,85% da previsão.

O Plano de Saúde da Conab é de auto-gestão, não havendo contribuição fixa mensal, pois a participação do empregado é calculada de acordo com o nível salarial e a utilização dos serviços disponibilizados, conforme a Tabela de Participação Financeira (TPF), constante da Cláusula Oitava, do Acordo Coletivo de Trabalho – 2009/2011.

O Sistema de Atendimento a Saúde da Conab no Piauí está vinculado à União Nacional das Instituições de Alta Gestão e Saúde – UNIDAS, o qual agrega diversos entes públicos como a Petrobras, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, etc.

**Figura XXVII - Metas e Resultados do Serviço de Assistência à Saúde (SAS) – Exercícios 07/11**

Fonte: Siafi, Supor e Gesas

Observa-se que não houve disparidades entre as metas planejadas e executadas na referida ação no exercício de 2011.

As oscilações havidas entre os exercícios de 2007 a 2011 é decorrente das demandas/necessidades dos empregados e seus dependentes.

#### **a.1- Indicadores da ação Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes**

A seguir os indicadores de eficácia utilizados na análise da execução orçamentária e física desta ação:

### Quadro LXIV - Percentual de Atendimento no Serviço de Assistência à Saúde (SAS)

Nome: Percentual de Atendimento no Serviço de Assistência à Saúde (SAS)				
Descrição: Percentual de atendimentos médicos e odontológicos aos empregados e seus dependentes				
Objetivo: Acompanhar a execução da meta estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= N.º de beneficiários atendidos Y= N.º total de beneficiários previstos				
Fonte: X= Sureh/Gesas Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gesas				
Resultados:				
2007				76,42
2008				72,14
2009				100,58
2010				102,06
2011	Meta:	100,00	Realizado	99,85
Análise: Até 2008, a metodologia adotada na Conab para a estimativa da meta física previa o atendimento mensal do empregado mais quatro dependentes. Para 2009, a meta física foi estabelecida pela Secretaria de Orçamento e Finanças-SOF, com base na execução física registrada no período de elaboração da resposta orçamentária, ficando este valor bem abaixo das previsões de atendimentos efetuadas pela Companhia. Em consequência da variação na metodologia de estimativa da meta física houve forte variação no resultado apurado por este indicador. Em 2011, o resultado obtido foi o esperado, uma vez que permaneceu a mesma quantidade de atendimentos do ano de 2010.				

**Quadro LXV - Percentual de Execução Financeira do Serviço de Assistência à Saúde (SAS)**

<b>Nome: Percentual de Execução Financeira do Serviço de Assistência à Saúde (SAS)</b>				
Descrição: Percentual de gastos com atendimentos médicos e odontológicos aos empregados e seus dependentes				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gesas				
<b>Resultados:</b>				
2007				99,94
2008				99,73
2009				100,00
2010				99,41
<b>2011</b>	<b>Meta:</b>	<b>100,00</b>	<b>Realizado</b>	<b>99,87</b>
Análise: O resultado apurado está de acordo com o comportamento esperado				

**Quadro LXVI - Custo por Atendimento do Serviço de Assistência à Saúde (SAS)**

<b>Nome: Custo por Atendimento do Serviço de Assistência à Saúde (SAS)</b>				
Descrição: Custo unitário de atendimento médico e odontológico do SAS				
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos de atendimento do SAS				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por atendimento				
Meta: Menor ou igual ao ano anterior				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y)$				
Variáveis: X = Valor executado Y= n.º de atendimentos no período				
Fonte: X= Siafi Y= Sureh/Gesas				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gesas				
<b>Resultados:</b>				
2007				689,48
2008				1.022,82
2009				1.012,96
2010				1.375,12
<b>2011</b>	<b>Meta:</b>	<b>0,00</b>	<b>Realizado</b>	<b>1.048,69</b>
Análise: O resultado apurado está em consonância com as demandas do SAS.				



**b) (20CW) Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos****Quadro LXVII - Execução Orçamentária da Ação Assistência Médica– Exames Periódicos**

Programa de Trabalho = 20.301.0352.20CW.0001

PTRES = 030856

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/PI	
Dotação Orçamentária Inicial	754.740,00	49.000,00	-
Suplementação/Cancelamento	0,00	0,00	
<b>Dotação Final</b>	<b>754.740,00</b>	<b>49.000,00</b>	<b>6,49</b>
Execução Orçamentária	753.997,08	48.989,34	6,50
<b>Índice</b>	<b>99,90</b>	<b>99,98</b>	<b>-</b>
Meta Física – Servidor beneficiado	4.193	175	4,17
Execução Física	2.488	144	5,79
<b>Índice</b>	<b>59,34</b>	<b>82,29</b>	<b>-</b>

Fonte: Geare e Gebem

A Ação 20CW é caracterizada pela avaliação médica de saúde ocupacional dos empregados da Companhia, de caráter obrigatório, com frequência de realização mínima de uma vez ao ano, abrangendo exames clínico e laboratoriais, e sempre que necessário, acrescido de avaliações complementares especializadas (cardiológica, oftalmológica, ginecológica, urológica e outros), conforme disposto na Norma Regulamentadora n.º 7 (NR-7) da Portaria MTB n.º 3.214/78, atinente aos Programas Médicos de Saúde Ocupacional.

A Conab promove, no mês do aniversário do empregado, Exames Médicos Periódicos obrigatórios, conforme disposto na Norma Regulamentadora nº 1 (NR – 1), item 1.8, Portaria Mtb nº 3.214/78, bem como no Regulamento de Pessoal (Capítulo XIII – Dos Deveres e Proibições, Art.168, XI). O Exame Médico Periódico é totalmente custeado pela Companhia, que consta de exames laboratoriais, consultas oftalmológica, cardiológica, ginecológica, urológica, etc.

Nesses exames, apura-se a aptidão de cada empregado para o exercício de suas funções, cujo resultado, necessariamente, é obtido por meio do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO, emitido pelo médico do trabalho da Companhia.

No exercício de 2011, a Presidência da República editou o **Decreto 7.446, de 1 de março de 2011**, que estabeleceu, no âmbito do Poder Executivo, *limites e procedimentos para empenho de despesas com diárias, passagens e locomoção no exercício de 2011*. O mencionado decreto representou um impacto na referida ação, uma vez que não foi autorizado o deslocamento dos empregados lotados nas Unidades Armazenadoras de Parnaíba, Floriano e Picos para a Capital, Teresina, visando a realização dos exames periódicos.

Nas cidades de Parnaíba, Floriano e Picos há deficiência de clínicas credenciadas ao SAS da Conab, seja porque não preenchem os requisitos para avençar Contrato de Credenciamento, seja porque encontram-se em situação de irregularidade junto ao SICAF. Dessa forma, os empregados das referidas localidades são autorizados a se deslocarem para Teresina, por um prazo de dois ou três dias, para a realização dos exames, sendo-lhe garantido o pagamento das passagens e diárias.

A Matriz, por meio de sua diretoria, à luz do Decreto Presidencial, sugeriu que os exames fossem realizados na localidade de lotação do empregado, custeados por eles, com o reembolso a posterior. No entanto, face as pesquisas realizadas nas clínicas, verificou-se a inviabilidade da medida, eis que, em alguns casos, os valores das consultas e exames ultrapassavam a remuneração mensal do empregado.

#### **b.1) Indicadores da ação Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos**

A seguir, os indicadores de eficácia utilizados na análise da execução orçamentária e física desta ação. Observando-se que houve disparidades entre as metas planejadas e executadas na referida ação no exercício de 2011.

#### **Quadro LXVIII - Percentual de Atendimento no Serviço de Assistência à Saúde (SAS)**

<b>Nome: Percentual de Atendimento no Serviço de Assistência à Saúde (SAS)</b>				
Descrição: Percentual de atendimentos médicos e odontológicos aos empregados				
Objetivo: Acompanhar a execução da meta estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= N.º de beneficiários atendidos Y= N.º total de beneficiários previstos				
Fonte: X= Sureh/Gesas Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gesas				
<b>Resultados:</b>				
2010				92,86
<b>2011</b>	<b>Meta:</b>	<b>100,00</b>	<b>Realizado</b>	<b>82,29</b>
Análise: A meta não foi alcançada em razão da não realização de exames periódicos por empregados lotados nas Unidades Armazenadoras, uma vez que não foram autorizados os deslocamentos para a Capital, com as respectivas diárias.				

**Quadro LXIX - Percentual de Execução Financeira do Serviço de Assistência à Saúde (SAS)**

<b>Nome: Percentual de Execução Financeira do Serviço de Assistência à Saúde (SAS)</b>				
Descrição: Percentual de gastos com atendimentos médicos e odontológicos aos empregados				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gesas				
<b>Resultados:</b>				
2010				99,98
<b>2011</b>	<b>Meta:</b>	<b>100,00</b>	<b>Realizado</b>	<b>99,98</b>
Análise: O resultado apurado está de acordo com o padrão esperado, uma vez que houve acréscimo dos custos, em razão de reajuste da tabela de honorários médicos e de exames laboratoriais.				

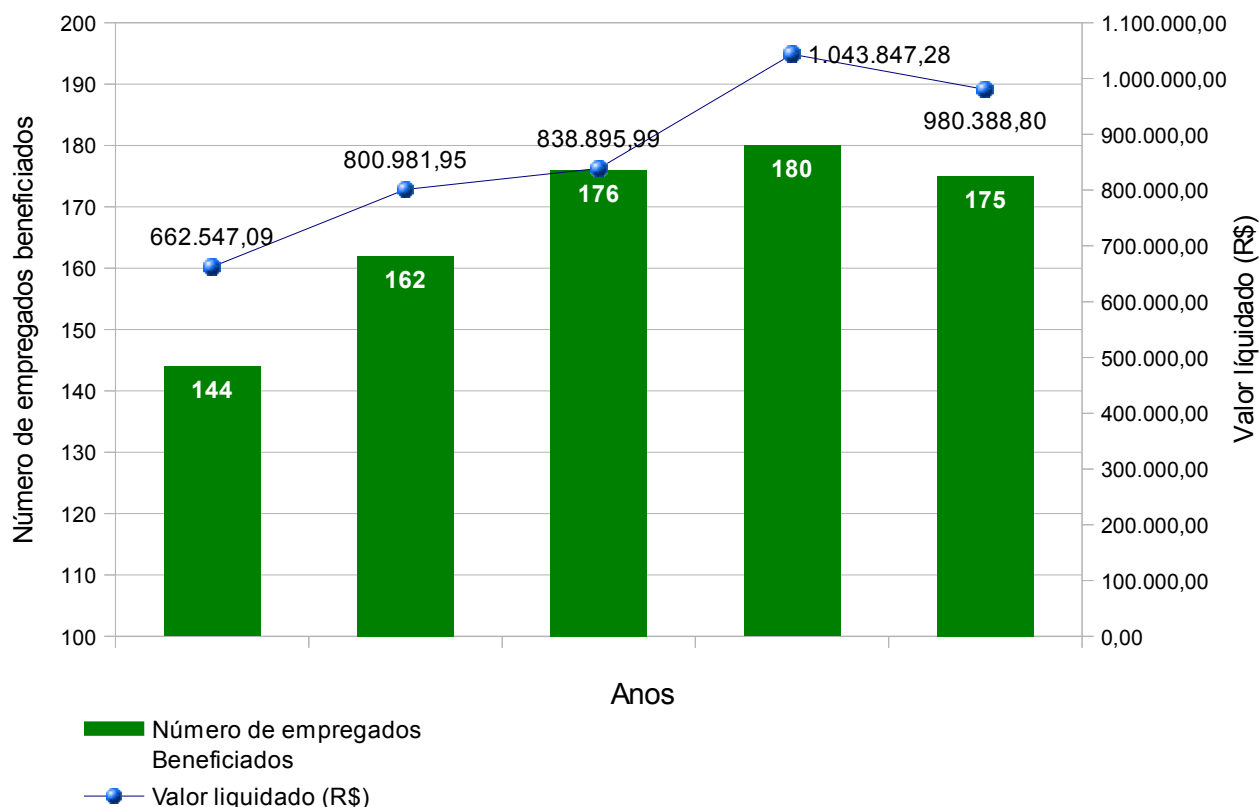
**c) (2012) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados****Quadro LXX - Execução Orçamentária da Ação Auxílio-Alimentação****(2212) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados****Programa de Trabalho = 20.306.0352.2212.0001**

<b>PTRES = 001684</b>			
<b>Discriminação</b>	<b>Unidade</b>		<b>Participação (%)</b>
	<b>Conab</b>	<b>Sureg/PI</b>	
Dotação Orçamentária Inicial	23.146.764,00	1.000.000,00	-
Suplementação/Cancelamento	-900.000,00	0,00	
<b>Dotação Final</b>	<b>22.246.764,00</b>	<b>1.000.000,00</b>	<b>4,50</b>
Execução Orçamentária	21.662.047,14	980.388,80	4,53
<b>Índice</b>	<b>97,37</b>	<b>98,04</b>	<b>-</b>
Meta Física – Servidor beneficiado	4.193	174	4,15
Execução Física	4.334	175	4,04
<b>Índice</b>	<b>103,36</b>	<b>100,57</b>	<b>-</b>

Fonte: Siafi, Supor e Gebem

A Sureg-PI previa o atendimento a 174 (cento e setenta e quatro) empregados e beneficiou 175 (cento e setenta e cinco), representando 100,57% da meta. Esse aumento de atendimentos é decorrente da readmissão de empregado beneficiado com a Lei de anistia. Com relação à meta financeira, a Regional previa uma dotação orçamentária de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) e executou R\$980.388,80 (novecentos e oitenta mil, trezentos e oitenta e oito reais e oitenta centavos).

**Figura XXVIII - Evolução do Auxílio Alimentação – Exercícios 07/11**



Fonte: Siafi e Gebem

Comparativamente ao exercício anterior houve uma diminuição de 6,47% na despesa realizada e 2,86% na quantidade de empregados beneficiados. Tal fato é decorrente de transferências de empregados para outras Regionais, bem como desligamento.

### c.1) Indicadores da ação Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

A seguir, os indicadores de eficácia utilizados na análise da execução orçamentária e física desta ação.

### Quadro LXXI - Percentual de Atendimento do Auxílio-Alimentação

Nome: Percentual de Atendimento do Auxílio-Alimentação				
Descrição: Percentual de atendimento do benefício de Auxílio-Alimentação aos empregados				
Objetivo: Geralompanhar a execução da meta estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo de empregados beneficiados				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= n.º de empregados beneficiados e Y= n.º total de empregados beneficiados previsto				
Fonte: X= Sureh/Gebem e Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
Resultados:				
2007				97,96
2008				105,88
2009				110,00
2010				105,88
<b>2011</b>	<b>Meta:</b>	<b>100,00</b>	<b>Realizado</b>	<b>100,57</b>
Análise: O resultado a maior foi decorrente da readmissão de empregado beneficiado com a Lei de anistia.				

**Quadro LXXII - Percentual de Execução Financeira do Auxílio-Alimentação**

<b>Nome: Percentual de Execução Financeira do Auxílio-Alimentação</b>				
Descrição: Percentual de gastos com o benefício do Auxílio-Alimentação aos empregados				
Objetivo: Geralompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
<b>Resultados:</b>				
2007				99,93
2008				97,68
2009				99,99
2010				99,89
<b>2011</b>	<b>Meta:</b>	<b>100,00</b>	<b>Realizado</b>	<b>98,04</b>
Análise: A meta foi alcançada, pois o valor estimado foi em consonância com o quantitativo de empregados, considerando-se, ainda, que houve demissões e transferências.				

**Quadro LXXIII - Custo por Atendimento do Auxílio-Alimentação**

<b>Nome: Custo por Atendimento do Auxílio-Alimentação</b>				
Descrição: Custo unitário do benefício Auxílio-Alimentação				
Objetivo: Geralompanhar a evolução dos custos de atendimento do benefício Auxílio-Alimentação				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por empregado beneficiado				
Meta: Menor ou igual ao ano anterior				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y)$				
Variáveis: X = Valor executado e Y= n.º de beneficiados				
Fonte: X= Siafi e Y=Surreh/Gebem				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
<b>Resultados:</b>				
2007				4.601,02
2008				4.944,33
2009				4.766,45
2010				5.799,15
<b>2011</b>	<b>Meta:</b>	<b>Não determinada</b>	<b>Realizado</b>	<b>5.602,22</b>
Análise: O resultado guarda consonância com o número de empregados da Regional.				

## d) ( 2011) Ação Auxílio - Transporte aos Servidores e Empregados

### Quadro LXXIV - Execução Orçamentária da Ação Auxílio – Transporte

(2011) Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

Programa de Trabalho = 20.331.0352.2011.0001

PTRES = 01685

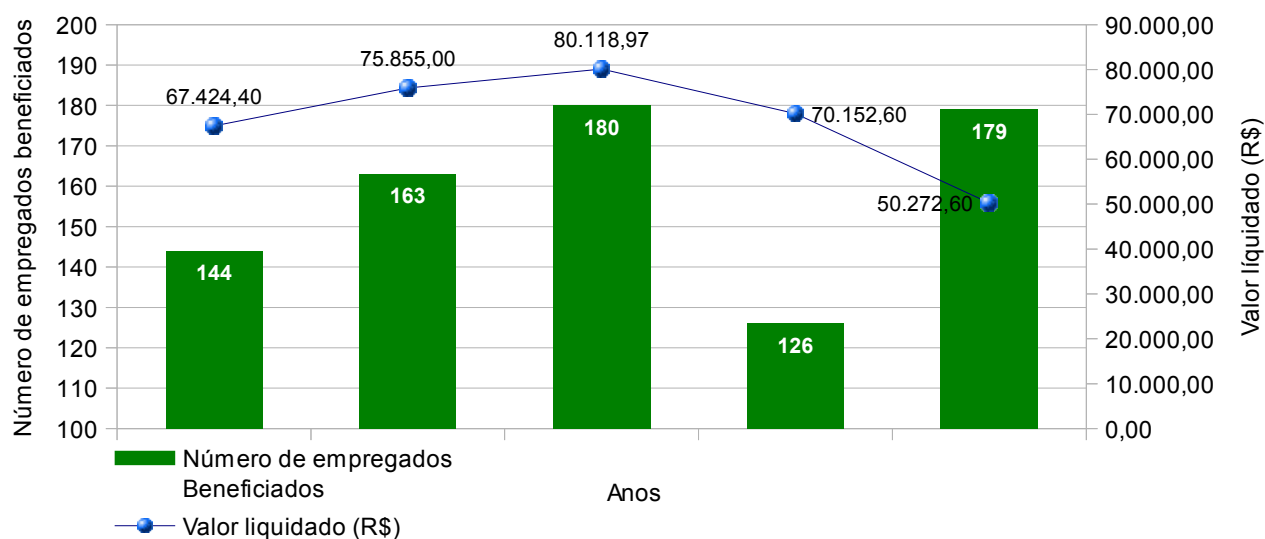
Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/PI	
Dotação Orçamentária Inicial	6.931.122,00	55.000,00	
Suplementação/Cancelamento	510.000,00	0,00	
<b>Dotação Final</b>	<b>7.441.122,00</b>	<b>55.000,00</b>	<b>0,74</b>
<b>Execução Orçamentária</b>	<b>7.352.073,59</b>	<b>251.009,71</b>	<b>3,41</b>
Valor Liquidado na Sureg-PI	0,00	50.102,00	-
Valor Liquidado na Matriz	0,00	200.907,71	80,04
<b>Índice</b>	<b>98,8</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Meta Física – Servidor beneficiado	3.282	136	4,14
Execução Física	4.286	179	4,18
<b>Índice</b>	<b>130,59</b>	<b>131,62</b>	<b>-</b>

Fonte: Siafi, Supor e Gebem

A execução da referida Ação é realizada de duas modalidades: por meio de folha de pagamento, onde os empregados recebem o auxílio em pecúnia, neste caso a execução orçamentária é realizada pela Matriz, por meio da folha de pagamento; ou por meio do fornecimento de tickets, a critério do empregado.

A Sureg/PI teve como meta física atender uma média de 136 beneficiários/mês durante o ano de 2011, tendo beneficiado 179, atingindo 131,62% do previsto. As despesas lançadas pela Regional nessa Ação foram de R\$ 50.102,00 (cinquenta mil, cento e dois reais), representando 80,04% da dotação financeira de R\$55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais).

**Figura XXIX - Metas e Resultados do Auxílio-Transporte – 2007 a 2011**



Fonte: Siafi, Supor e Gebem

Observa-se que houve um equívoco na Meta Física – Servidor beneficiado, prevendo um atendimento de apenas 136 (cento e trinta e seis) empregados, sendo atendidos a totalidade de 179 (cento e setenta e nove) empregados.

Justificamos o planejamento a menor porque foi com base nos dados informados no Relatório de Gestão, Exercício 2010. Em 2010, considerou-se a execução física apenas do número de empregados beneficiados com o vale-transporte em pecúnia (126 empregados), excluindo-se os empregados beneficiados com a segunda modalidade, tickets.

#### **d.1) Indicadores da Ação Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados**

A seguir, os indicadores de eficácia utilizados na análise da execução orçamentária e física desta ação. Observa-se que houve disparidades entre as metas planejadas e executadas na referida ação no exercício de 2011.

#### **Quadro LXXV - Percentual de Atendimento do Auxílio-Transporte**

<b>Nome: Percentual de Atendimento do Auxílio-Transporte</b>				
Descrição: Percentual de atendimento do benefício Auxílio-Transporte aos empregados				
Objetivo: Acompanhar a execução da meta estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo de empregados beneficiados estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= n.º de empregados atendidos e Y= n.º total de empregados				
Fonte: X= Sureh/Gebem e Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
<b>Resultados:</b>				
2007				97,96
2008				115,60
2009				120,00
2010				96,92
<b>2011</b>	<b>Meta:</b>	<b>100</b>	<b>Realizado</b>	<b>131,62</b>
Análise: O resultado foi o esperado, uma vez que houve um equívoco na Meta Física – Servidor beneficiado, prevendo um atendimento de apenas 136 (cento e trinta e seis) empregados, sendo atendidos a totalidade de 179 (cento e setenta e nove) empregados.				



**Quadro LXXVI - Percentual de Execução Financeira do Auxílio-Transporte**

<b>Nome: Percentual de Execução Financeira do Auxílio-Transporte</b>				
Descrição: Percentual de gasto com o benefício do Auxílio-Transporte aos empregados ativos				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
<b>Resultados:</b>				
2007				93,65
2008				94,82
2009				94,26
2010				93,54
<b>2011</b>	<b>Meta:</b>	<b>100</b>	<b>Realizado</b>	<b>91,40</b>
Análise: O resultado apurado está de acordo com o padrão esperado				

**Quadro LXXVII - Custo por Atendimento do Auxílio-Transporte**

<b>Nome: Custo por Atendimento do Auxílio-Transporte</b>				
Descrição: Custo unitário do benefício Auxílio-Transporte				
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos de atendimento do benefício Auxílio-Transporte				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por empregado				
Meta: Menor ou igual ao ano anterior				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y)$				
Variáveis: X = Valor executado e Y= n.º de beneficiados				
Fonte: X= Siafi Y= Sureh/Gesas				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
<b>Resultados:</b>				
2007				468,23
2008				465,37
2009				445,11
2010				556,77
<b>2011</b>	<b>Meta:</b>	<b>Não determinada</b>	<b>Realizado</b>	<b>280,85</b>
Análise: O resultado guarda conformidade com o número de empregados em efetivo exercício.				

**e) (4702) Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras****Quadro LXXVIII - Execução Orçamentária da Ação Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras****(4702) Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras****Programa de Trabalho = 20.126.0352.4702.0001****PTRES = 01692**

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/PI	
Dotação Orçamentária Inicial	500.000,00	0,00	0
Suplementação/Cancelamento	0,00	0,00	0
<b>Dotação Final</b>	<b>500.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Execução Orçamentária	60.970,43	0,00	0,00
<b>Índice</b>	<b>12,19</b>	-	-
Meta Física – Unidade cadastrada	4.500	0	0,00
Execução Física	1.889	6	0,32
<b>Índice</b>	<b>41,98</b>	-	-

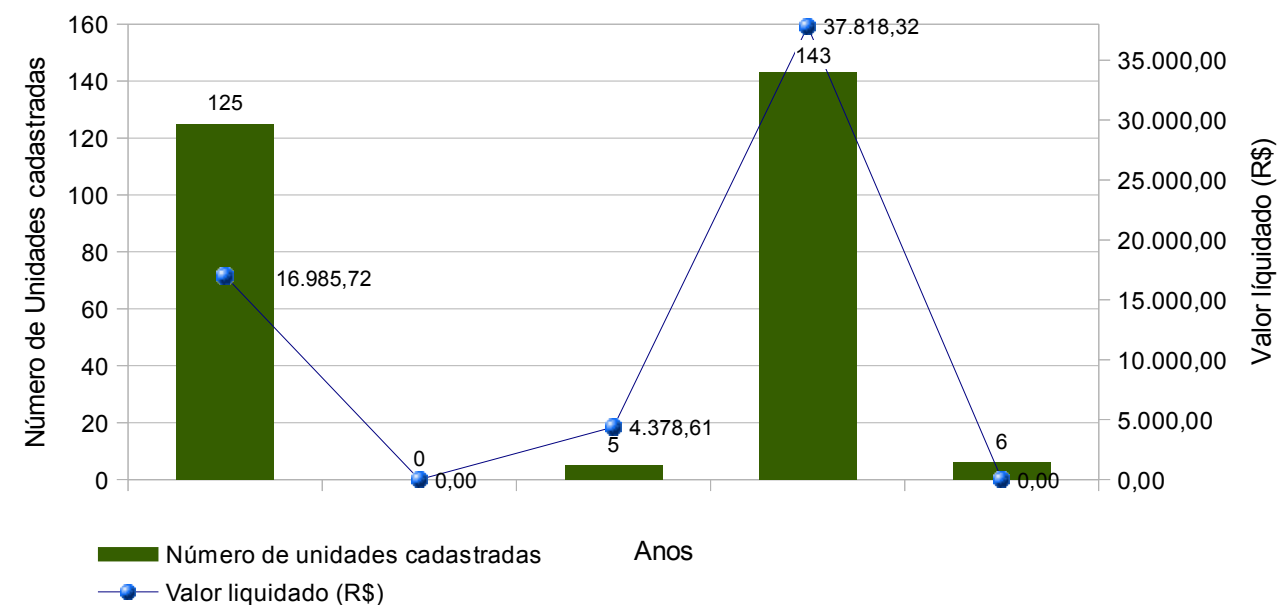
Fonte: Siafi, Supor e Gecad

Muito embora tenha havido meta física para a Conab, no exercício de 2011, aprovada na LOA/2011, prevendo o cadastramento/recadastramento de 4.500 unidades armazenadoras, **não houve previsão de meta para a Sureg PI**. No entanto, realizou-se no Piauí o cadastro de 6 (seis) unidades.

No site da Conab é disponibilizado acesso que permite ao agente armazenador ou proprietário realizar o registro de pedido para inclusão ou alteração dos dados cadastrais do armazém. O registro da solicitação de inclusão ou alteração não significa a inclusão automática do armazém no Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras, mas a necessidade de realização de vistorias para identificação, coleta e registro dos novos armazéns para atualização dos já existentes. Na Regional Piauí não dispõe de informações da demanda solicitada pelos armazenistas, visto que a base de dados é armazenada e gerenciada pela Matriz, a qual cabe o planejamento e execução da ação de cadastramento de armazéns.

Assim, a referida ação foi executada por Técnicos de outra Regional e de Brasília, o que justifica a ausência de execução orçamentária no presente exercício.

**Figura XXX - Armazéns Cadastrados – 2007 a 2011**



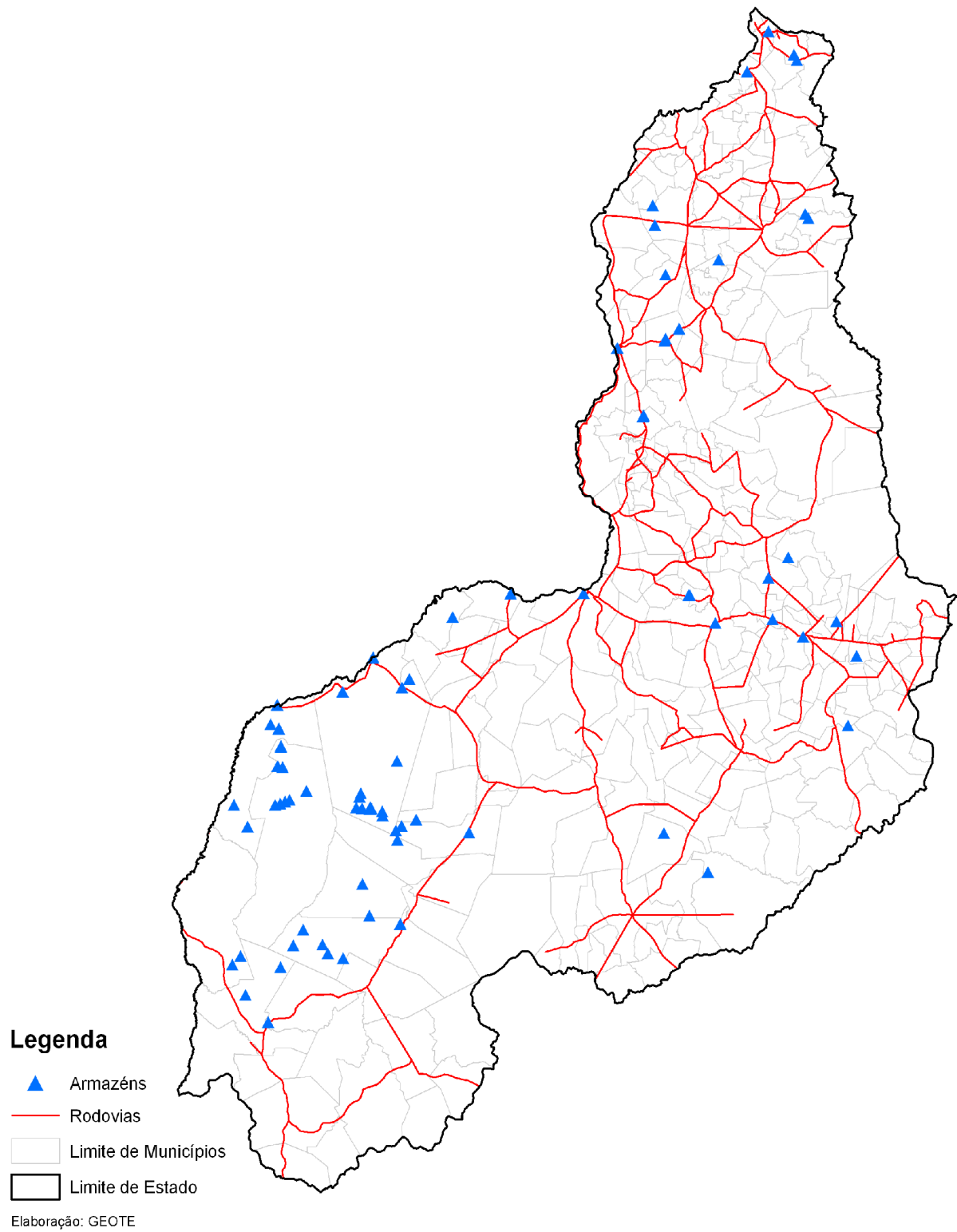
Fonte: Siafi, Supor e Gecad

A Sureg/PI, ao longo dos anos, procedeu ao cadastramento de unidades armazenadoras com fins de atualização do Sistema de Cadastro de Armazéns - SICARM, em substituição ao Sistema de Cadastro de Armazenagem - SCA.

A manutenção do Cadastro de Unidades Armazenadoras é fundamental para o conhecimento da oferta de armazenagem no país. Nele, estão contidas informações sobre a distribuição espacial, tipo de armazéns e sobre a qualificação, ou seja, sobre equipamentos existentes, capacidade de processamento, de recepção e de expedição de produtos.

Observa-se que no exercício de 2010 houve uma demanda considerável de cadastramento de armazéns, o que resultou num total de 143 (cento e quarenta e três) cadastros. Em 2011, a demanda foi a menor, com o cadastramento de apenas 6 (seis) unidades armazenadoras (**Figura XXX**).

**Figura XXXI** – Armazéns cadastrados no Estado do Piauí



**e.1) Indicadores da ação Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras**

A seguir, os indicadores de eficácia utilizados na análise da execução orçamentária e física desta ação.

**Quadro LXXIX - Percentual de Armazéns Cadastrados**

<b>Nome: Percentual de Armazéns Cadastrados</b>			
Descrição: Percentual de armazéns cadastrados no Sistema de Cadastro de Armazéns (SICARM) em relação ao programado na LOA			
Objetivo: Acompanhar o atingimento da meta estabelecida na LOA			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA			
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$			
Variáveis: X = n.º de unidades armazenadoras cadastradas Y= total de unidades armazenadoras programadas			
Fonte: X= Suarm/Gecad Y=Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gecad			
<b>Resultados:</b>			
2007			117,92
2008			-
2009			-
2010			112,60
<b>2011</b>	<b>Meta:</b>	<b>100,00</b>	<b>Realizado</b>
Análise: Não houve dotação orçamentária para esta ação em 2011.			

**Quadro LXXX – Percentual de Execução Financeira das Operações de Cadastro de Armazéns**

<b>Nome: Percentual de Execução Financeira das Operações de Cadastro de Armazéns</b>			
Descrição: Percentual de execução da dotação orçamentária prevista na LOA			
Objetivo: Acompanhar o atingimento da dotação estabelecida na LOA			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA			
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$			
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA			
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gecad			
<b>Resultados:</b>			
2007			99,92
2008			-
2009			87,57
2010			94,55
<b>2011</b>	<b>Meta:</b>	<b>100,00</b>	<b>Realizado</b>
Análise: Não houve dotação financeira para esta ação em 2011.			

**Quadro LXXXI - Custo por Unidade Cadastrada**

<b>Nome: Custo por Unidade Cadastrada</b>			
Descrição: Custo unitário por unidade cadastrada			
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos de cadastramento de unidades armazenadoras			
Tipo: Eficiência			
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por cadastramento			
Meta:			
Fórmula de Cálculo: (X/Y)			
Variáveis: X = Valor executado e Y= n.º de cadastramentos			
Fonte: X= Siafi e Y=Gecad/Suarm			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gecad			
<b>Resultados:</b>			
2007			135,89
2008			-
2009			875,72
2010			264,46
<b>2011</b>	<b>Meta:</b>	<b>Não determinada</b>	<b>Realizado</b>
			-
Análise: Não houve dotação financeira para esta ação em 2011.			

**f) (2137) Ação Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários****Quadro LXXXII - Execução Orçamentária da Ação Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação****(2137) Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agroalimentares**

Programa de Trabalho = 20.125.0352.2137.0001

PTRES = 01690

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/PI	
Dotação Orçamentária Inicial	R\$ 4.200.000,00	R\$ 15.000,00	-
Suplementação/Cancelamento	-	-	-
<b>Dotação Final</b>	<b>R\$ 4.200.000,00</b>	<b>R\$ 15.000,00</b>	<b>0,36</b>
Execução Orçamentária	R\$ 1.623.125,34	R\$ 8.263,09	0,51
<b>Índice</b>	<b>38,65</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Meta Física (fiscalização realizada)	5.500	37	0,67
Execução Física	6.030	45	0,75
<b>Índice</b>	<b>109,64</b>	<b>121,62</b>	<b>-</b>

Fonte: Siafi, Gefis e Gevep

**Quadro LXXXIII - Elemento de Despesa – Exercício 2007 a 2011**

Exercício	Elemento de Despesa (Em R\$)								Total
	Diárias	Mat. de Consumo	Passagens e Despesas Locomoção	Outros Serviços de Terceiros		Operações Tributárias e Contributivas	Equipamentos e Materiais Permanentes	Indenizações e Restituições	
				Pessoa Física	Pessoa Jurídica				
2007	13.604,75	3.194,82	7.497,40	0,00	234,40	0,00	0,00	0,00	24.531,37
2008	9.937,50	1.593,09	3.767,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.298,40
2009	18.780,50	1.609,94	3.942,45	0,00	14,00	0,00	0,00	0,00	24.346,89
2010	31.746,00	3.669,03	7.587,29	62,80	0,00	0,00	0,00	0,00	43.065,12
2011	6.580,00	958,94	674,15	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.263,09

Fonte: Siafi

Pelos resultados apurados, verifica-se que a atividade foi desenvolvida além das expectativas traçadas para o exercício de 2011. No que diz respeito ao número de unidades fiscalizadas ( 45 unidades), o resultado superou a meta em 21,62% no âmbito da Sureg/PI. Na execução da ação, a Conab no Piauí gastou R\$8.263,09 (oito mil, duzentos e sessenta e três reais e nove centavos). Em relação ao valor total gasto na referida ação, os pagamentos realizados pela Sureg-PI representaram cerca de 0,51% , o que representa a ação de fiscalização dos estoques.

**Quadro LXXXIV - Quantitativo de Estoques Públicos Fiscalizados – 2010/2011**

Discriminação	Exercício			
	2010		2011	
	Estoques Contábil	Estoque Fiscalizado	Estoques Contábil	Estoque Fiscalizado
	Toneladas	Toneladas	Toneladas	Toneladas
AGF	369	369	3.440	3.440
Contrato de Opção	5.360	5.360	2.549	2.549
Agricultura Familiar	5.922	5.922	1.336	1.336
Fome Zero	647	647	291	291
Estoque Próprio	-	-	0	0
Varreduras	-	-	0	0
Terceiros	101	101	0	0
<b>Total</b>	<b>12.399</b>	<b>12.399</b>	<b>7.616</b>	<b>7.616</b>

Fonte: Gefis

Durante o exercício de 2011, foram realizadas na Sureg-PI 02 etapas previstas no programa de fiscalização anual, tendo sido visitadas 08 unidades, correspondentes a 100% da meta estabelecida (8 unidades).

No calendário de fiscalização elaborado pela Superintendência de Fiscalização de Estoques-SUFIS estavam previstas fiscalizações em armazéns localizados no âmbito da Sureg-PI nos meses de abril/maio e novembro/dezembro.

Nas unidades armazenadoras vistoriadas, no ano de 2011, foram fiscalizadas cumulativamente 7.616 toneladas de produtos, não sendo registradas ocorrências de perdas qualitativas (produtos abaixo do padrão e desclassificados) ou quantitativas (desvios ou perdas em armazenagem), conforme detalhado no quadro acima.

**Quadro LXXXV - Instrumentos de Apoio à Comercialização/Quantitativo 2008 a 2011**

Discriminação	Exercício			
	2008	2009	2010	2011
Vendas em Balcão	78	-	129	33
AGF	-	-	-	0
PEPRO	7	2	28	0
PEP	1	-	11	0
VEP	-	-	-	0
PROP	-	-	-	0
Propostas de Seguro Rural	1	4	9	-
Subvenção aos Extrativistas	-	-	-	0
<b>Total</b>	<b>87</b>	<b>6</b>	<b>177</b>	<b>33</b>

Fonte: Gevep

Com referência aos instrumentos de apoio à comercialização, foram realizadas durante o exercício, 33 (trinta e três) operações de fiscalização envolvendo o cadastro de clientes do Programa Venda em Balcão, conforme detalhado no quadro acima.

#### **f.1) Indicadores da Ação Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários**

**Quadro LXXXVI - Percentual de Fiscalizações Realizadas**

Nome: Percentual de Fiscalizações Realizadas			
Descrição: Percentual de Fiscalizações realizadas em relação à meta prevista na LOA			
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida na LOA			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA			
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$			
Variáveis: X= número de fiscalizações realizadas e Y= número de fiscalizações planejadas			
Fonte: X = Sufis e Y = Supor/Gepor			
Base Geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Anual			
Responsável: Gerentes da Gefis e da Gesup			
Resultados:			
2007			-
2008			1.633,33
2009			190,00
2010			378,00
2011	Meta:	100,00	Realizado: 121,62
Análise: O resultado obtido na execução física, em relação ao previsto na LOA 2011, superou a meta física em 21,62%, porém ficando a Execução Orçamentária abaixo do previsto, portanto, para esta ação os recursos orçamentários destinados à Sureg/PI para cobrir suas despesas foram suficientes, não sendo necessária nenhuma suplementação.			



**Quadro LXXXVII - Percentual de Execução Financeira da Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários**

<b>Nome: Percentual de Execução Financeira da Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários</b>				
Descrição: Percentual de execução da dotação orçamentária prevista na LOA				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da dotação orçamentária aprovada na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação orçamentária estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$				
Variáveis: X= valor executado e Y= valor previsto na LOA				
Fonte: X = Siafi e Y = Supor/Gepor				
Base Geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerentes da Gefis e da Gesup				
<b>Resultados:</b>				
<b>2007</b>				<b>98,13</b>
<b>2008</b>				<b>61,19</b>
<b>2009</b>				<b>99,38</b>
<b>2010</b>				<b>71,78</b>
<b>2011</b>	<b>Meta:</b>	<b>100,00</b>	<b>Realizado:</b>	<b>55,09</b>
Análise: O resultado obtido na execução financeira, em relação ao previsto na LOA 2011, ficou inferior 55,09% em relação a dotação inicial, porém a execução física superou em 21,62% a meta física, portanto, para esta ação os recursos financeiros destinados à Sureg/PI para cobrir suas despesas foram suficientes, não sendo necessária nenhuma suplementação.				

**Quadro LXXXVIII - Índice de Perdas em Armazenagem**

<b>Nome: Índice de Perdas em Armazenagem</b>				
Descrição: Quantidade de perdas de produtos agropecuários apuradas em armazenagem em relação ao estoque contábil				
Objetivo: Acompanhar a conformidade entre as quantidades de perdas e os índices técnicos estabelecidos				
Tipo: Efetividade				
Unidade de Medida: %				
Meta: Menor que o do ano anterior				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$				
Variáveis: X= quantidade de perdas em armazenagem (em t) e Y= quantidade de estoque contábil (em t)				
Fonte: X e Y = Gefis/Sufis				
Base Geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerente da Gefis				
<b>Resultados:</b>				
<b>2007</b>				<b>0,00</b>
<b>2008</b>				<b>0,00</b>
<b>2009</b>				<b>0,00</b>
<b>2010</b>				<b>0,00</b>
<b>2011</b>	<b>Meta:</b>	<b>0,00</b>	<b>Realizado:</b>	<b>0,00</b>
Análise: Em 2011, nos armazéns do Estado do Piauí, não foram registrados perdas em armazenagem, portanto a meta foi plenamente alcançada.				

**Quadro LXXXIX - Índice de Desvio de Produtos Armazenados**

<b>Nome: Índice de Desvio de Produtos Armazenados</b>				
Descrição: Quantidade de produtos desviados por fiéis depositários em relação ao estoque contábil				
Objetivo: Acompanhar o índice de desvios praticados por fiéis depositários				
Tipo: Efetividade				
Unidade de Medida: %				
Meta: 0,00%				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$				
Variáveis: X= quantidade de produtos desviados (em t) e Y= quantidade de estoque contábil (em t)				
Fonte: X e Y = Gefis/Sufis				
Base Geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerente da Gefis				
<b>Resultados:</b>				
<b>2007</b>				<b>0,00</b>
<b>2008</b>				<b>0,00</b>
<b>2009</b>				<b>0,00</b>
<b>2010</b>				<b>0,00</b>
<b>2011</b>	<b>Meta:</b>	<b>0,00</b>	<b>Realizado:</b>	<b>0,00</b>
Análise: Em 2011, nos armazéns do Estado do Piauí não foram registrados Desvio de Produtos Armazenados, portanto a meta foi plenamente alcançada.				

**Quadro XC - Índice de ocorrência de produtos desclassificados**

<b>Nome: Índice de ocorrência de produtos desclassificados</b>				
Descrição: Quantidade de produtos considerados desclassificados em relação ao estoque contábil				
Objetivo: Acompanhar a ocorrência de produtos considerados como desclassificados				
Tipo: Efetividade				
Unidade de Medida: %				
Meta: 0,00%				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$				
Variáveis: X= quantidade de produtos desclassificados (em t) e Y= quantidade de estoque contábil (em t)				
Fonte: X e Y = Gefis/Sufis				
Base Geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerente da Gefis				
<b>Resultados:</b>				
<b>2007</b>				<b>0,00</b>
<b>2008</b>				<b>0,00</b>
<b>2009</b>				<b>0,00</b>
<b>2010</b>				<b>0,00</b>
<b>2011</b>	<b>Meta:</b>	<b>0,00</b>	<b>Realizado:</b>	<b>0,00</b>
Análise: Em 2011, nos armazéns do Estado do Piauí não foram registrados ocorrência de produtos desclassificados, portanto a meta foi plenamente alcançada.				

### Quadro XCI - Índice de Ocorrência de Produtos Abaixo do Padrão

<b>Nome: Índice de Ocorrência de Produtos Abaixo do Padrão</b>				
Descrição: Quantidade de produtos avaliados como abaixo do padrão em relação ao estoque contábil				
Objetivo: Acompanhar a ocorrência de produtos abaixo do padrão				
Tipo: Efetividade				
Unidade de Medida: %				
Meta: 0,00%				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$				
Variáveis: X= quantidade de produtos abaixo do padrão (em t) e Y= quantidade de estoque contábil (em t)				
Fonte: X e Y = Gefis/Sufis				
Base Geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerente da Gefis				
<b>Resultados:</b>				
2007				0,00
2008				0,00
2009				0,00
2010				0,00
2011	Meta:	0,00	Realizado:	0,00
Análise: Em 2011, nos armazéns do Estado do Piauí não foram registrados Ocorrência de Produtos Abaixo do Padrão , portanto a meta foi plenamente alcançada.				

### Quadro XCII - Custo por Fiscalização Realizada

<b>Nome: Custo por Fiscalização realizada</b>				
Descrição: Custo unitário por fiscalização realizada				
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos por fiscalização realizada				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por fiscalização realizada				
Meta: Menor que o do exercício anterior				
Fórmula de Cálculo: $X/Y$				
Variáveis: X= valor executado com despesas correntes (em R\$) e Y= número de fiscalizações realizadas				
Fonte: X = Siaf e Y = Gefis/Sufis				
Base Geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerente da Gefis				
<b>Resultados:</b>				
2007				-
2008				156,11
2009				1.281,42
2010				227,86
2011	Meta:	227,86	Realizado:	183,62
Análise: O custo por fiscalização realizada ficou 24,09% inferior a meta , portanto a meta foi alcançada.				

**Quadro XCIII - Percentual de Fiscalização dos Estoques Públicos**

<b>Nome: Percentual de Fiscalização dos Estoques Públicos</b>				
Descrição: Percentual de Estoques Públicos Fiscalizados				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta operacional				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo programado				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$				
Variáveis: X= Quantidade fiscalizada e Y= Quantidade planejada				
Fonte: X = Sufis e Y = Sufis				
Base Geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerentes da Gefis				
<b>Resultados:</b>				
<b>2007</b>				<b>155,93</b>
<b>2008</b>				<b>87,64</b>
<b>2009</b>				<b>147,85</b>
<b>2010</b>				<b>123,99</b>
<b>2011</b>	<b>Meta:</b>	<b>100,00</b>	<b>Realizado:</b>	<b>98,72</b>
Análise: Nesta ação deixou de ser cumprida apenas 1,19 % portanto muito próximo da meta prevista.				

**g) (2130) Ação Formação de Estoques Públicos****Quadro XCIV - Execução da Ação Formação dos Estoques Públicos****(2130) Formação dos Estoques Públicos**

Programa de Trabalho = 20.605.0352.2130.0001

PTRES = 01678

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/PI	
Dotação Orçamentária Inicial	2.169.760.000,00	9.000.000,00	-
Suplementação/Cancelamento	0,00	0,00	-
<b>Dotação Final</b>	<b>2.169.760.000,00</b>	<b>9.000.000,00</b>	<b>0,41</b>
Execução Orçamentária	918.235.408,22	4.598.549,70	0,50
<b>Índice</b>	<b>42,32</b>	<b>51,09</b>	<b>-</b>
Meta Física	4.031.000	0	0,00
Execução Física	811.250	0	0,00
<b>Índice</b>	<b>20,13</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Fonte: Siafi, Supor e Gefoc

**Quadro XCV - Despesa Detalhada**

Natureza da Despesa Detalhada	Despesa (Em R\$)		
	Conab	Sureg-PI	Participação (%)
Garantia de Produtos Armazenados	1.346.265,02	14.750,00	1,10
Aquisição de mercadorias para revenda	448.352.796,47	0,00	0,00
Capatazia, estiva, braçagem e pesagem	680.538,13	79.235,67	11,64
Embalagens	5.342.883,52	382.945,78	7,17
COFINS	12.541,21	0,00	0,00
PASEP	2.647,92	0,00	0,00
Armazenagem	335.944.484,68	0,00	0,00
Seguros em geral	10.983.147,15	0,00	0,00
Comissões e corretagens	12.374.999,26	0,00	0,00
ICMS	47.485.159,88	182.456,03	0,38
ISS	14.877,26	0,00	0,00
Serviços gráficos	0,00	0,00	0,00
INSS-Produtor rural	60.667,59	0,00	0,00
Encargos financeiros	65,71	0,00	0,00
Serviços de terceiros	1.560.493,66	0,00	0,00
Ensaque e reensaque	54.644,50	0,00	0,00
INSS-Armazenagem	2.219,45	0,00	0,00
Análises laboratoriais	268.874,58	0,00	0,00
Taxas e pedágios	29.016,97	0,00	0,00
Transportes, encomendas, carretos e fretes	53.623.441,96	3.939.162,22	7,35
Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado	0,00	0,00	0,00
Sentenças Diversas	0,00	0,00	0,00
Editais e publicações	95.643,30	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>918.235.408,22</b>	<b>4.598.549,70</b>	<b>0,50</b>

Fonte: Siafi, Supor e Gefoc

Para a realização das diversas atividades correlatas aos estoques públicos, a Lei Orçamentária Anual/2011 consignou para a Sureg/PI dotação de R\$9.000.000,00 (nove milhões de reais). Não houve meta física a ser executada com relação a aquisição de produtos. O Piauí se caracteriza como sendo um estado importador de alimentos e isto inviabiliza as aquisições de produtos amparados da pauta de preços mínimos.

Por oportuno, ressaltamos que o Estado do Piauí recebe produtos originários da PGPM para desenvolver ações relacionadas ao Programa de Vendas em Balcão e recebe também outros gêneros alimentícios para compor cestas de alimentos.

**Quadro XCVI - Quantitativo de Aquisições na Ação Formação de Estoques Públicos**

## Aquisições

Ano	Produto	Quantidade (Em t)		
		AGF	Contrato de Opção	Total
2011	Sacaria	290.000	0	290.000

Fonte: Suope/Gefoc

A aquisição de sacaria se deu pela necessidade de acondicionar o produto milho em grãos destinado ao Programa Venda em Balcão, que é transportado a granel, tendo sua comercialização padronizada em sacas de 60 kg.

### g.1) Indicadores da Ação Formação de Estoques Públicos

#### Quadro XCVII - Percentual de produtos adquiridos para a Formação de Estoques Públicos

Nome: Percentual de produtos adquiridos para a Formação de Estoques Públicos				
Descrição: Percentual de produtos adquiridos em relação à meta prevista na LOA				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% do quantitativo estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \cdot 100$				
Variáveis: X= quantidade de produto adquirido Y= quantidade de produto previsto				
Fonte: X = Gefoc Y = Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Superintendente da Sugof				
Resultados:				
2007				-
2008				-
2009				-
2010				-
2011	Meta:	100,00	Resultado:	-
Análise: Não houve meta física a ser executada com relação a aquisição de produtos. O Piauí se caracteriza como sendo um estado importador de alimentos e isto inviabiliza as aquisições de produtos amparados da pauta de preços mínimos				

**Quadro XCVIII - Percentual de Execução Financeira na Formação de Estoques Públicos**

<b>Nome: Percentual de Execução Financeira na Formação de Estoques Públicos</b>				
Descrição: Percentual de execução da dotação orçamentária prevista na LOA				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da dotação orçamentária aprovada na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação orçamentária estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$				
Variáveis: X= valor executado Y= valor previsto na LOA				
Fonte: X = Siafi Y = Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Superintendente da Sugof				
<b>Resultados:</b>				
<b>2007</b>				<b>48,13</b>
<b>2008</b>				<b>11,98</b>
<b>2009</b>				<b>86,52</b>
<b>2010</b>				<b>51,95</b>
<b>2011</b>	<b>Meta:</b>	<b>100,00</b>	<b>Resultado:</b>	<b>51,09</b>
<b>Análise:</b> Embora a Regional tenha tido dotação inicial de R\$ 9.000,00, destinado a Formação de Estoques Públicos, ocorre que o Piauí se caracteriza como sendo um estado importador de alimentos e isto inviabiliza as aquisições de produtos amparados da pauta de preços mínimos, portando esta execução ocorreu quando da remoção de produtos dos estados de MT, para atendimento as ações dos Programas Venda em Balcão e Atendimentos Institucionais.				

**h) (2272) Ação Gestão e Administração do Programa****Quadro XCIX – Execução Orçamentária da Ação Gestão e Administração do Programa****(2272) Gestão e Administração do Programa****Controle: Siafi – PTRES 001682/001688 – Programa de Trabalho 20.122.0352.2272.0001**

Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-PI	
<b>Dotação Orçamentária Inicial</b>	<b>390.916.326,00</b>	-	-
<b>Dotação Orçamentária Final</b>	<b>488.416.326,00</b>	<b>4.840.000,00</b>	<b>0,99</b>
Pessoal	391.071.326,00	3.725.000,00	0,95
Custeio	77.070.000,00	1.100.000,00	1,43
Investimentos	20.275.000,00	15.000,00	0,07
<b>Execução Orçamentária</b>	<b>461.250.028,94</b>	<b>4.822.440,33</b>	<b>1,05</b>
Pessoal	387.327.794,86	3.720.505,78	0,96
Custeio	73.477.389,40	1.092.868,88	1,49
Investimentos	444.844,68	9.065,67	2,04
<b>Índice</b>	<b>94,44</b>	<b>99,64</b>	-

Fonte: Supor e Siafi

A dotação aprovada para a Conab no Estado do Piauí foi de R\$4.840.000,00 (quatro milhões, oitocentos e quarenta mil reais): R\$3.725.000,00 ( três milhões, setecentos e vinte e cinco mil reais) para despesas de pessoal e encargos sociais; R\$1.100.000,00 ( um milhão e cem mil reais) para custeio e R\$15.000,00 (quinze mil reais) para investimentos.

## Quadro C – Demonstrativo da Execução de Despesas

Discriminação	PI				
	2007	2008	2009	2010	2011
<b>Pessoal</b>	<b>8.426,79</b>	<b>1.003.738,84</b>	<b>2.690.267,43</b>	<b>3.183.362,87</b>	<b>3.720.505,78</b>
Outros benefícios assistenciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vencimentos e Vantagens Fixas	0,00	142.953,38	524.685,63	577.204,43	655.407,79
Obrigações patronais	679,59	860.785,46	2.153.982,18	2.599.117,87	3.065.097,99
Outras despesas variáveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos compulsórios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sentenças judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e restituições trabalhistas	7.747,20	0,00	11.599,62	7.040,57	0,00
Ressarcimento de despesas de pessoal requisitado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações patronais – Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sentenças judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações trabalhistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Custeio</b>	<b>1.018.070,48</b>	<b>1.006.393,06</b>	<b>1.224.034,51</b>	<b>1.394.524,94</b>	<b>1.092.868,88</b>
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros benefícios assistenciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diárias	52.007,50	62.367,50	154.713,50	219.765,50	120.663,50
Material de consumo	181.601,12	186.178,05	178.924,38	184.455,27	109.568,55
Passagens e Despesas com locomoção	18.596,82	25.186,94	51.537,78	40.732,14	32.733,58
Serviços de Consultoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros serviços de terceiros – pessoa física	8.860,54	12.019,54	884,50	1.245,00	1.500,00
Locação de mão-de-obra	364.056,51	353.411,09	351.936,00	449.580,94	447.756,60
Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	345.939,58	333.991,75	448.829,16	0,00	343.044,30
Obrigações tributárias e contributivas	45.034,83	0,00	0,00	36.510,51	0,00
Depósitos compulsórios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sentenças judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e restituições	1.973,58	3.119,31	9.243,56	15.242,22	1.753,54
Material de consumo-Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros serviços de terceiros-Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00	446.993,36	0,00
Obrigações tributárias e contributivas-Operações intra-orçamentárias	0,00	30.118,88	27.965,63	0,00	35.848,81
<b>Investimentos</b>	<b>130.333,63</b>	<b>131.273,91</b>	<b>10.091,43</b>	<b>624,50</b>	<b>9.065,67</b>
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Obras e instalações – Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento e material permanente – Operações intra-orçamentárias	130.333,63	131.273,91	10.091,43	624,50	9.065,67
<b>Total</b>	<b>1.156.830,90</b>	<b>2.141.405,81</b>	<b>3.924.393,37</b>	<b>4.578.512,31</b>	<b>4.822.440,33</b>

Fonte: Supor e Siafi



O valor global despendido diretamente com Pessoal na Sureg-PI (despesa bruta de pessoal) correspondeu a R\$3.720 milhões, representando 77,14% em relação ao gasto total da ação em 2011.

Cabe à Matriz a elaboração da folha de pagamento de toda a Conab e às Regionais basicamente o pagamento de encargos (INSS e FGTS) e sentenças.

### h.1) Indicadores da Ação Gestão e Administração do Programa

#### Quadro CI – Indicadores da Ação Gestão e Administração do Programa

Nome: Percentual de Execução Financeira nas Ações de Apoio ao Programa				
Descrição: Percentual de gastos com atividades relacionadas à administração do Programa Abastecimento Agroalimentar				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Sufin				
Resultados:				
2007				16,02
2008				25,39
2009				41,18
2011				99,57
2010	Meta:	100,00	Realizado	99,64
Análise: A execução orçamentária ficou aquém da meta prevista, em razão da redução do custeio. Contudo, a redução não comprometeu a execução, uma vez que se atingiu o percentual de 99,64% da meta prevista.				

### i) (8579) Ação Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e Abastecimento Agroalimentar

#### Quadro CII - Execução Orçamentária da Ação Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar

##### (8579) Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar

Controle: SIAFI – PTRES 020.873 – Programa de Trabalho 20.605.0352.28579.0001

Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-PI	
Dotação Orçamentária	315.000,00	4.000,00	1,27
Execução Orçamentária	294.066,15	3.197,32	
Índice	93,35	79,93	
Meta Física – informação disponibilizada (unid)	8.000	-	
Execução Física	7.845	-	
Índice	98,06	-	

Fonte: Siafi

Esta Ação foi criada no PPA 2008/11 cujas atividades já vinham sendo desenvolvidas pela Conab com recursos da Ação: Gestão e Administração do Programa. Pretende-se ampliar os estudos visando o desenvolvimento de novos módulos para o banco de dados, buscando, também, a implementação de melhorias nos relatórios, modificação nos procedimentos, adaptações de rotinas, manutenção em geral, treinamento de operadores e a contratação de especialistas em Tecnologia de Informação. Os dados gerados ou coletados de outras fontes são publicados na Revista Indicadores da Agropecuária e disponibilizados por meio de sistema denominado SIAGRO.

Para o desenvolvimento da referida ação, a Conab programou a coleta de dados em campo e a visita de empregados aos principais fornecedores de informações, objetivando a criação de um cadastro de fornecedores, visando a melhoria da qualidade e confiabilidade dos dados.

Durante o exercício de 2011, a Sureg/PI gastou R\$3.197,32 ( três mil, cento e noventa e sete reais e trinta e dois centavos). Estes gastos referem-se a passagens e diárias referente à participação de empregado em Workshop, no período de 21 a 25/11/2011, em Brasília/DF, com o objetivo de discutir Projeto de nova metodologia de pesquisa de preços da Conab.

Em função do deslocamento de técnico da Regional para a Matriz, a despesa registrada representa 1.27% da dotação total. Abaixo, quadro detalhando a despesa.

#### Quadro CIII - Demonstrativo da Execução da Despesa

Ano	Elemento de Despesa (R\$)					Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Serviço Terceiros Pessoa Jurídica	Indenizações e Restituições	
<b>2008</b>	2.250,00	995,02	1.305,00	-	-	4.550,02
<b>2009</b>	-	-	-	-	-	-
<b>2010</b>	-	-	-	-	-	0,00
<b>2011</b>	1.462,50	-	1.734,82	-	-	3.197,32

Fonte: Siafi

## i.1) Indicadores da Ação Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e Abastecimento Agroalimentar

### Quadro CIV - Percentual de Informações Agropecuárias disponibilizadas

Nome: Percentual de Informações Agropecuárias disponibilizadas				
Descrição: Percentual de informações geradas e disponibilizadas				
Objetivo: Acompanhar a execução da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Maior ou igual a 100% da meta estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$				
Variáveis: X = Número de informações disponibilizadas e Y = Quantidade prevista na LOA				
Fonte: X = Geint e Y = Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Geint				
Resultados:				
2008				-
2009				-
2010				-
2011	Meta:	-	Realizado	-
Análise: Atividades que, no ano de 2011, foram coordenadas e realizadas por Brasília.				

### Quadro CV - Percentual de Execução Financeira na Geração e Difusão da Informações Agropecuárias

Nome: Percentual de Execução Financeira na Geração e Difusão da Informações Agropecuárias				
Descrição: Percentual de execução financeira com relação ao previsto na LOA				
Objetivo: Acompanhar o atingimento da dotação estabelecida				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% dotação orçamentária estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$				
Variáveis: X = valor liquidado e Y = Valor previsto na LOA				
Fonte: X = Siafi e Y = Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Geint				
Resultados:				
2008				70,00
2009				-
2010				-
2011	Meta:	-	Realizado	79,93
Análise: Referem-se a passagens e diárias para a participação de um empregado da Sureg Piauí em Workshop realizado em Brasília/DF, com o objetivo de discutir Projeto de nova metodologia de pesquisa de preços da Conab.				

**Quadro CVI - Número de Séries Estatísticas Disponíveis**

<b>Nome: Número de Séries Estatísticas Disponíveis</b>				
Descrição: Quantidade de séries estatísticas, atuais e históricas, que são disponibilizadas ao público em geral				
Objetivo: Acompanhar a evolução da base de dados quanto a incorporação de novos dados e informações				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: Quantidade				
Meta: 8.000 séries (rever)				
Fórmula de Cálculo: N.º de séries que compõe o banco de dados				
Variáveis: -				
Fonte: Suinf/Geint				
Base geográfica: Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Geint				
<b>Resultados:</b>				
<b>2008</b>				-
<b>2009</b>				-
<b>2010</b>				-
<b>2011</b>	<b>Meta:</b>	-	<b>Realizado</b>	-
Análise: As séries estatísticas ainda não foram determinadas, pois encontram-se em processo de análise e elaboração dentro do projeto da nova metodologia de pesquisa de preços da Conab				

**j) (2829) Ação Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns****Quadro CVII - Execução Orçamentária da Ação Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns****(2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns**

Controle: SIAFI – PTRES 1689 – Programa de Trabalho 28.846.0901.0022.0001

<b>Discriminação</b>	<b>Metas</b>		<b>Participação (%)</b>
	<b>Conab</b>	<b>Sureg-PI</b>	
<b>Dotação Orçamentária Inicial</b>	<b>39.000.000,00</b>	<b>115.463,98</b>	-
<b>Dotação Orçamentária Final</b>	<b>39.000.000,00</b>	<b>115.463,98</b>	<b>0,30</b>
Despesas Correntes	5.000.000,00	-	-
Despesas de Capital	34.000.000,00	115.463,98	0,34
<b>Execução Orçamentária</b>	<b>503.777,46</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Despesas Correntes	250.594,84	-	-
Despesas de Capital	253.182,62	-	-
<b>Índice</b>	<b>1,29</b>	-	-
<b>Meta Física – unidade modernizada</b>	<b>70</b>	<b>4</b>	<b>5,71</b>
Execução Física	57	4	7,02
<b>Índice</b>	<b>81,43</b>	<b>100,00</b>	-

Fonte: Supor e Siafi

A meta global aprovada na LOA/2011 previa a execução de serviços de manutenção/recuperação/modernização em 70 unidades armazenadoras, ao custo total de R\$39.000.000,00 (trinta e nove milhões de reais). Para a Sureg/PI foi destinado R\$115.463,98 (cento e quinze mil, quatrocentos e sessenta e três reais e noventa e oito centavos), havendo a execução integral de serviços nas quatro Unidades Armazenadoras, alcançando 100% da meta física prevista.

Na Rede Armazenadora Própria, sob a jurisdição da Sureg-PI, estão em operação quatro unidades armazenadoras, compostas por 6 armazéns, com capacidade estática total 19.800 toneladas, em ambientes natural, destinadas a prestar ao público em geral serviços de armazenamento e correlatos e, também, dar suporte aos programas de abastecimento que a Companhia executa ou dos quais participa.

#### Quadro CVIII - Relação de Serviços realizados nas Unidades

Sureg	Unidade	Obra/Serviço/Equipamento	Valor Liquidado		Inscrito em Restos a Pagar não Processado		Total Geral
			Corrente	Capital	Corrente	Capital	
PI	Sede/Sureg	Serviços de calibragem e aferição de 08 determinadores de umidade	0,00	0,00	4.959,02	0,00	4.959,02
<b>Total</b>			<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.959,02</b>	<b>0,00</b>	<b>4.959,02</b>

Fonte: Supor e Siafi

Esse valor R\$4.959,00 refere-se a despesas realizadas com equipamentos obrigatórios das Unidades Armazenadoras da Regional/Piauí.

#### j.1) Indicadores da Ação Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns

##### Quadro CIX - Percentual de Unidades Armazenadoras da Rede Própria Recuperadas/Modernizadas

Nome: Percentual de Unidades Armazenadoras da Rede Própria Recuperadas/Modernizadas				
Descrição: Percentual de unidades atendidas, visando a manutenção das condições para a guarda e conservação dos produtos agropecuários				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Maior ou igual a 100%				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$				
Variáveis: X = Unidades armazenadoras atendidas e Y = Número de unidades previstas				
Fonte: X = Gerap e Y = Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gerap				
Resultados:				
2007				200,00
2008				200,00
2009				100,00
2010				200,00
2011	Meta:	100,00	Realizado	100,00
Análise: a meta foi alcançada.				

### Quadro CX - Percentual de Gastos com a Recuperação/Modernização da Rede Armazenadora Própria

Nome: Percentual de Gastos com a Recuperação/Modernização da Rede Armazenadora Própria				
Descrição: Percentual de execução financeira em relação à meta estabelecida na LOA				
Objetivo: Acompanhar o atingimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação orçamentária estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y)*100$				
Variáveis: X = Valor executado e Y = Valor previsto				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gerap				
Resultados:				
2007				88,55
2008				87,38
2009				97,84
2010				98,25
2011	Meta:	100,00	Realizado	0,00
Análise: Nesta ação a execução financeira foi realizada pela Matriz.				

### k) (4710) Ação Organização dos Micro e Pequenos Varejistas

#### Quadro CXI - Execução Orçamentária da Ação Organização dos Micro e Pequenos Varejistas

##### (4710) Organização dos Micro e Pequenos Varejistas

Controle: SIAFI – PTRES 001.700 – Programa de Trabalho 20.692.0352.4710.0001

Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-PI	
<b>Dotação Orçamentária</b>	<b>200.000,00</b>	<b>15.000,00</b>	<b>7,50</b>
Execução Orçamentária	128.741,18	12.437,12	9,66
<b>Índice</b>	64,37	82,91	-
<b>Meta Física – unidade organizada</b>	<b>1.000,00</b>	<b>140</b>	<b>14,00</b>
Execução Física	152,00	74	48,68
<b>Índice</b>	15,20	52,86	-

Fonte: Supor e Siafi

**Quadro CXII - Elemento de Despesa/Exercício 2007 a 2011**

Ano	Elemento de Despesa (R\$)							Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros		Obrigações Tributárias e Contributivas	Indenizações e Restituições	
				Pessoa Física	Pessoa Jurídica			
2007	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2008	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	-
2009	4.320,00	-	2.387,64	-	-	-	-	6.707,64
2010	2.925,00	-	1.751,44	-	-	-	-	4.676,44
2011	7.425,00	-	5.012,12	-	-	-	-	12.437,12

Fonte: Siafi

A Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos - REFAP estimula o associativismo entre os varejistas filiados, com o propósito de formação das Centrais de Negócios, com a perspectiva de oferecer às comunidades mais necessitadas produtos de qualidade a preços compatíveis.

No âmbito da Sureg/PI a meta física para 2011 previa a organização de 140 unidades de varejo, tendo sido organizados apenas 74 unidades, representando cerca de 48,68 % da meta.

**k.1) Indicadores da Ação Organização dos Micro e Pequenos Varejistas****Quadro CXIII - Percentual de Unidades Varejistas Organizadas**

Nome: Percentual de Unidades Varejistas Organizadas				
Descrição: Percentual de micro e pequenos varejistas organizados, para formação de centrais de negócios, em relação à meta prevista na LOA				
Objetivo: Acompanhar o atingimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Maior ou igual a 100%				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X = número de unidades varejistas organizadas e Y = número de unidades varejistas previstas				
Fonte: X Supab/Gevap e Y = Supor/Gepor				
Base geográfica: UF (Região Nordeste e Norte)				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gevap				
Resultados:				
2007				-
2008				-
2009				43,62
2010				8,57
2011	Meta:	100	Realizado	52,86
Análise: Deve-se a dificuldade de compreensão do trabalho associativo por parte dos potenciais participantes no programa no Estado.				

### Quadro CXIV - Percentual de Execução Financeira destinado à Organização dos Micro e Pequenos Varejistas

Nome: Percentual de Execução Financeira destinado à Organização dos Micro e Pequenos Varejistas				
Descrição: Percentual de gastos com ações de organização dos micro e pequenos varejistas na Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X = valor liquidado e Y = valor previsto				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base Geográfica: UF (Região Nordeste e Norte)				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gevap				
Resultados:				
2007				-
2008				-
2009				67,08
2010				46,76
2011	Meta:	100	Realizado	82,91
Análise: Os gastos efetuados ficaram abaixo da meta em razão, da utilização dos nossos servidores na disseminação de informações relativo ao processo de associativismo, objetivando o ingresso de novos integrantes.				

### I) (4572) Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação

#### Quadro CXV - Execução Orçamentária da Ação Capacitação de Servidores Públicos Federais

Programa de Trabalho = 20.128.0360.4572.0001

PTRES = 001694

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/PI	
Dotação Orçamentária Inicial	1.530.000,00	36.000,00	1,76
Suplementação/Cancelamento	0,00	0,00	
<b>Dotação Final</b>	<b>1.530.000,00</b>	<b>36.000,00</b>	
Execução Orçamentária	372.576,40	3.530,00	0,95
<b>Índice</b>	<b>24,35</b>	<b>9,81</b>	
Meta Física	4.300	30	0,70
Execução Física	3.165	28	0,88
<b>Índice</b>	<b>73,60</b>	<b>93,33</b>	

Fonte: Siafi, Supor e Gesas



A dotação orçamentária global para a Conab no Piauí, aprovada na LOA/2011, foi de R\$36.000,00 (trinta e seis mil reais) e a meta física previa o treinamento de 30 (trinta) empregados. Durante o exercício foram treinados 28 (vinte e oito) empregados, perfazendo 93,33% da meta prevista, ao custo total de R\$3.530,00 ( três mil, quinhentos e trinta reais).

**Quadro CXVI - Elemento de Despesa – 2007 a 2011**

Ano	Elemento de Despesa (R\$)							Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros		Obrigações Tributárias e Contributivas	Indenizações e Restituições	
				Pessoa Física	Pessoa Jurídica			
2007	12.265,00	260,00	6.703,36	-	7.860,00	-	432,00	27.520,36
2008	4.020,00	-	4.754,85	1.820,00	13.390,00	-	-	23.984,85
2009	6.885,00	-	2.749,59	-	18.965,00	-	-	28.599,59
2010	11.481,00	-	5.229,61	-	8.470,00	-	-	25.180,61
2011	-	-	-	-	3.530,00	-	-	3.530,00

Fonte: Siafi

No exercício de 2011, a Presidência da República editou o Decreto 7.446, de 1 de março de 2011, que estabeleceu, no âmbito do Poder Executivo, *limites e procedimentos para empenho de despesas com diárias, passagens e locomoção no exercício de 2011*. Ato contínuo, a Conab, por meio de sua diretoria colegiada, editou uma Resolução que definiu o limite de custeio para cada Superintendência, havendo a necessidade da Regional limitar alguns gastos, sob pena de exceder o seu limite imposto.

Assim, os cursos de capacitação realizados foram, em sua maioria, por grupos, o que reduziu o valor dos custos.

### 1.1) Indicadores da Ação Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação

#### Quadro CXVII - Atendimento da Demanda de Capacitação

Nome: Atendimento da Demanda de Capacitação				
Descrição: Percentual dos empregados treinados previstos na LOA				
Objetivo: Acompanhar a implementação das atividades de treinamento prevista no Plano de Capacitação				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$				
Variáveis: X = n.º de empregados treinados e Y = número de treinandos previsto				
Fonte: X= Sureh/Gecap e Y=Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gecap				
Resultados:				
2007				76,26
2008				199,06
2009				57,62
2010				24,09
2011	Meta:	100,00	Realizado	93,33
Análise: Apesar de ter havido redução de custos para a realização de capacitações, fator ocasionado pela edição do Decreto 7.446, de 1 de março de 2011, que estabeleceu, no âmbito do Poder Executivo, <i>limites e procedimentos para empenho de despesas com diárias, passagens e locomoção no exercício de 2011</i> , ainda assim o resultado foi exitoso, haja vista a realização de cursos, em sua maioria, por grupos, o que reduziu o valor dos custos.				

**Quadro CXVIII - Percentual da Execução Financeira com Capacitação**

<b>Nome: Percentual da Execução Financeira com Capacitação</b>				
Descrição: Percentual dos gastos com a ação de capacitação dos empregados				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$				
Variáveis: X = Valor executado e Y = valor previsto				
Fonte: X = Siaf e Y = Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gecap				
<b>Resultados:</b>				
<b>2007</b>				<b>98,29</b>
<b>2008</b>				<b>95,94</b>
<b>2009</b>				<b>95,33</b>
<b>2010</b>				<b>84,27</b>
<b>2011</b>	<b>Meta:</b>	<b>100,00</b>	<b>Realizado</b>	<b>9,81</b>
Análise: O percentual de 9,81% na execução financeira com esta ação foi devido a edição do Decreto 7.446/2011, que estabeleceu, no âmbito do Poder Executivo, <i>limites e procedimentos para empenho de despesas com diárias, passagens e locomoção no exercício de 2011</i> .				

**Quadro CXIX - Custo por Empregado Capacitado**

<b>Nome: Custo por Empregado Capacitado</b>				
Descrição: Custo por empregado capacitado				
Objetivo: Apurar o valor investido por empregado capacitado				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: R\$ por empregado capacitado				
Meta: Menor que o obtido no exercício anterior				
Fórmula de Cálculo: $X/Y$				
Variáveis: X = valor executado e Y = quantidade de empregados capacitados				
Fonte: X = Siafi e Y = Sureh/Gecap				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerente da Gecap				
<b>Resultados:</b>				
<b>2007</b>				<b>259,63</b>
<b>2008</b>				<b>113,67</b>
<b>2009</b>				<b>328,73</b>
<b>2010</b>				<b>346,31</b>
<b>2011</b>	<b>Meta:</b>	<b>346,31</b>	<b>Realizado</b>	<b>126,07</b>
Análise: O custo por empregado capacitado foi bem abaixo da meta prevista, face a realização de cursos, em grupo, com a participação de vários empregados, conforme definidos no Subitem 11.4.				

**m) (4711) Ação Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras****Quadro CXX - Execução Orçamentária da Ação Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras****(4711) Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras**

Controle: SIAFI – PTRES 1699 – Programa de Trabalho 20.605.0360.4711.0001

Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-PI	
<b>Dotação Orçamentária</b>	<b>1.000.000,00</b>	<b>50.000,00</b>	5,00
Execução Orçamentária	794.110,27	46.891,13	5,90
<b>Índice</b>	79,41	93,78	-
<b>Meta Física – pesquisa realizada (unid)</b>	<b>12</b>	<b>11</b>	91,67
Execução Física	12	11	91,67
<b>Índice</b>	100,00	100,00	-

Fonte: Supor, Geasa e Siafi

Em 2011, a dotação orçamentária para a Conab no Piauí, aprovada na LOA, foi de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) e a execução orçamentária foi de R\$ 46.891,13 (quarenta e seis mil, oitocentos e noventa e um reais e treze centavos), representando 93,78%.

**m.1) Indicadores da Ação Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras****Quadro CXXI - Percentual de Pesquisa de Safras**

Nome: Percentual de Pesquisa de Safras				
Descrição: Percentual de pesquisa de safras em relação à meta prevista na LOA				
Objetivo: Acompanhar o atingimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Igual ou superior a 100%				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y)*100$				
Variáveis: X = número de pesquisas realizadas e Y = número de pesquisas previstas				
Fonte: X e Y = Suinf/Geasa				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Geasa				
Resultados:				
2007				160,00
2008				100,00
2009				100,00
2010				100,00
2011	Meta:	100,00	Realizado	100,00
Análise: Pode-se observar nesta ação o cumprimento integral das metas estabelecidas na LOA, para o exercício financeiro de 2011, período no qual foram executados pela Sureg/PI os levantamentos de safras previstos para esse ano, conforme abordado no item 10.				

**Quadro CXXII - Percentual de Execução Financeira destinada à Pesquisa de Safras**

<b>Nome: Percentual de Execução Financeira destinada à Pesquisa de Safras</b>				
Descrição: Percentual de gastos com pesquisa de safras				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% dotação orçamentária estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y)*100$				
Variáveis: X = valor liquidado e Y = valor previsto				
Fonte: X = Siafi e Y = Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Geasa				
<b>Resultados:</b>				
<b>2007</b>				<b>99,75</b>
<b>2008</b>				<b>64,90</b>
<b>2009</b>				<b>81,45</b>
<b>2010</b>				<b>84,59</b>
<b>2011</b>	<b>Meta:</b>	<b>100,00</b>	<b>Realizado</b>	<b>93,78</b>
Análise: O resultado obtido na execução financeira, em relação ao previsto na LOA 2011, encontra-se dentro da meta estabelecida (até 100% da dotação orçamentária prevista), ou seja, não houve suplementação orçamentária para esta ação. Para a execução do referido serviço, a mão de obra utilizada foi dos próprios técnicos da Conab, além de ter havido pesquisas à distância (e-mail, telefone, fax), o que acarreta economia nos gastos da Companhia.				

**n) (0022) Ação Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitada em Julgado****Quadro CXXIII - Execução Orçamentária da Ação Cumprimento de Sentença Judicial**

Programa de Trabalho = 28.846.0901.0022.0001

PTRES = 001687

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/PI	
Dotação Orçamentária Inicial	14.000.000,00	160.000,00	
Suplementação/Cancelamento	4.661.376,00	0,00	
<b>Dotação Final</b>	<b>18.661.376,00</b>	<b>160.000,00</b>	<b>0,86</b>
Execução Orçamentária	17.353.314,98	144.099,29	0,83
<b>Índice</b>	<b>92,99</b>	<b>90,06</b>	

Fonte: Siafi, Supor e Sumaj

Na LOA/2011 foi consignada dotação orçamentária nacional de R\$14.000.000,00 (quatorze milhões de reais). A previsão de pagamentos no âmbito da Sureg-PI era de R\$160.000,00 (cento e

sessenta mil reais), sendo liquidado no exercício R\$144.099,29 (cento e quarenta e quatro mil, noventa e nove reais e vinte e nove centavos), correspondendo a depósitos judiciais de R\$56.184,24 (cinquenta e seis mil, cento e oitenta e quatro reais e vinte e quatro centavos) e cumprimentos de sentenças R\$87.915,05 (oitenta e sete mil, novecentos e quinze reais e cinco centavos).

A Procuradoria Regional da Conab no Piauí – PRORE/PI, por meio de Formulário Específico (Formulário de Pedido de Recurso Financeiro – PRF), acompanhado de análise jurídica e decisão judicial, solicitou o pagamento de depósitos judiciais para interposição de recurso nas diversas reclamações trabalhistas propostas por seus empregados.

O objeto das reclamações trabalhistas, em sua maioria, trata-se de concessão de promoções por merecimento, concessão de anuênios, licenças prêmio, reenquadramento funcional, incorporação de gratificação de função e reintegração com base na Lei da Anistia.

#### Quadro CXXIV - Elemento de Despesa – Exercício 2007 a 2011

Exercício	Elemento de Despesa (R\$)				Total
	Pessoal e Encargos Sociais		Desp. Correntes		
	Depósitos Compulsórios	Sentenças Judiciais	Pensões	Sentenças Judiciais	
2007	172.433,09	156.795,61	0,00	0,00	329.228,70
2008	22.065,54	408.715,23	0,00	0,00	430.780,77
2009	1.496.167,39	92.148,96	0,00	0,00	1.588.316,35
2010	684.403,85	150.470,24	0,00	0,00	834.874,09
2011	56.184,24	87.915,05	0,00	0,00	144.099,29

Fonte: Siafi, Supor e Sumaj

No ano de 2011, em relação aos depósitos recursais, solicitou-se liberação de recursos para 08 (oito) demandas trabalhistas, movidas pelos empregados, detentores das seguintes Matrículas: 090.482; 094.283; 094.607; 094.720; 102.499; 107.238 e 107.768. Observa-se que houve o registro, por duas vezes, do empregado de matrícula 102.499, haja vista a necessidade de interposição de dois recursos (Recurso Ordinário e Recurso de Revista) para a mesma reclamação trabalhista.

Em relação à liquidação de sentença, a PRORE, devidamente fundamentada e após esgotadas todas as possibilidades de reversão da decisão, com o seu trânsito em julgado, requereu o cumprimento da obrigação, com o pagamento de R\$86.649,67 (oitenta e seis mil, seiscentos e quarenta e nove reais e sessenta e sete centavos) ao empregado detentor da matrícula 094.607 e R\$1.265,38 (Um mil, duzentos e sessenta e cinco reais e trinta e oito centavos) à matrícula 094.801.

#### n.1) Indicadores da Ação Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitada em Julgado

**Quadro CXXV - Indicadores da Ação Cumprimento de Sentenças Judiciais**

<b>Nome: Percentual de Execução Financeira no Cumprimento de Sentenças Judiciais</b>				
Descrição: Percentual de gastos com sentenças e débitos judiciais				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: (X/Y) x100				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Superintendente da Sumaj				
<b>Resultados:</b>				
<b>2007</b>				<b>99,77</b>
<b>2008</b>				<b>86,16</b>
<b>2009</b>				<b>99,89</b>
<b>2010</b>				<b>99,39</b>
<b>2011</b>	<b>Meta:</b>	<b>100,00</b>	<b>Realizado</b>	<b>90,06</b>
Análise: Apesar de não haver atingido a meta de 100% do estabelecido na LOA, o percentual realizado de 90,06% manteve-se bastante próximo da previsão inicial. O não cumprimento integral se deve ao fato de a Sureg, por meio de sua Procuradoria Jurídica, realizar previsões de demandas com liquidações iminentes, o que vem a depender de decisões judiciais.				

**10.2 – Análise das Inscrições em Restos a Pagar**

(Refere-se ao Subitem 12.2 da Parte “D” do Anexo II da DN/TCU N° 108/2010)

**10.2.1 – Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores****Quadro CXXVI - Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores**

<b>Restos a Pagar Processados</b>				
<b>Ano do Empenho</b>	<b>Inscrito</b>	<b>Cancelados</b>	<b>Pagos</b>	<b>A Pagar</b>
<b>2005</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2006</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2007</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2008</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2009</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2010</b>	922.977,68	-6.064,62	916.913,06	0,00

Fonte: Siafi

**Quadro CXXVII - Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores**

<b>Restos a Pagar Não Processados</b>				
<b>Ano do Empenho</b>	<b>Inscrito</b>	<b>Cancelados</b>	<b>Pagos</b>	<b>A Pagar</b>
<b>2005</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2006</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2007</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2008</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2009</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2010</b>	1.234.191,27	-197.231,86	1.036.959,41	0,00

Fonte: Siafi

**10.2.2– Análise Crítica**

Os Restos a Pagar Processados Inscritos totalizam em R\$ 922.977,68 (novecentos e vinte e dois mil, novecentos e setenta e sete reais e sessenta e oito centavos), conforme quadro CXXVI, referente a despesas do exercício de 2010. Passemos a analisar:

a) O valor de R\$ 717.361,82 refere-se ao Plano Interno (PI) de OPCAIO e PGPM, de despesas com frete, recolhimento de impostos e reembolsos à transportadora, de uma remoção de milho do estado do Mato Grosso para o Piauí, com início em 2010 e finalizada em 2011, devido o alto volume de produto a ser transportado.

b) O valor de R\$ 43.877,61 refere-se ao Plano Interno (PI) de CUSTEIO, a maior parte deste valor é de impostos sobre faturas pagas em dezembro com o recolhimento para Janeiro de 2011.

c) O valor de R\$ 80.395,53 refere-se ao Plano Interno (PI) de ASS.MEDICA para cobrir despesas médicas com os funcionários e de recolhimento de impostos sobre faturas pagas em dezembro com o recolhimento para Janeiro de 2011.

d) O valor de R\$ 81.342,72 refere-se ao Plano Interno (PI) de AUXIREFEI para despesa com o ticket alimentação para os funcionários, ref. ao mês de dezembro.

e) O valor de R\$ 6.064,62 são os Restos a Pagar Processados Cancelados, refere-se em sua maior parte descontos efetuados no pagamento do frete, devido a falta de peso no produto transportado na remoção do milho do estado do Mato Grosso para o Piauí.

Os **Restos a Pagar Não Processados** Inscritos totalizam em R\$ 1.234.191,27, conforme quadro CXXVII, referente a despesas do exercício de 2010. Em análise do valor total, desmembramos conforme segue abaixo:

a) O valor de R\$ 1.140.893,77 refere-se ao Plano Interno (PI) de OPCAIO e PGPM, de despesas com frete, recolhimento de impostos e reembolsos à transportadora, de uma remoção de milho do estado do Mato Grosso para o Piauí, com início em 2010 e finalizada em 2011, devido o alto volume de produto a ser transportado.



b) O valor de R\$ 18.895,35 refere-se ao Plano Interno (PI) de CUSTEIO para cobrir despesas de custeio com a sureg, com telefone, energia, água e segurança, faturas correspondente o mês de dezembro mas que só chegaram em janeiro.

c) O valor de R\$ 5.528,48 refere-se ao Plano Interno (PI) de ASS.MEDICA para cobrir despesas medicas com os funcionários.

d) O valor de R\$ 68.773,73 refere-se ao Plano Interno (PI) de REFORMAREDE para aquisição de equipamentos para as unidades armazenadoras, através de processo formalizado pela matriz.

e) O valor de R\$ 100,00 refere-se ao Plano Interno (PI) de CAPACITA para despesas de curso para a secretária do superintendente e

f) O valor de R\$ 197.231,86 são os Restos a Pagar Processados Cancelados, refere-se em sua maior parte a cancelamento de empenhos do Plano Interno, OPCAIO, na remoção de produtos.

**10.3 – Demonstrações Contábeis Previstas na Lei n.º 6.404/76****(Refere-se ao Subitem 12.5 da Parte “D” do Anexo II da DN/TCU N° 108/2010)**

**BALANÇO PATRIMONIAL**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2011**

<b>ATIVO</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>4.735.555.770,99</b>	<b>5.212.315.145,43</b>
<b>DISPONÍVEL</b>	<b>1.060.620,29</b>	<b>972.426,41</b>
Aplicações Financeiras	1.060.620,29	972.426,41
<b>CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO</b>	<b>1.049.032.903,78</b>	<b>702.486.519,56</b>
<b>CRÉDITOS A RECEBER</b>	<b>751.495.446,69</b>	<b>578.264.288,00</b>
Devedores por Fornecimento	56.500.746,34	26.622.370,92
Créditos Tributários	241.839.835,13	285.535.734,14
Recursos a Receber	255.652.866,06	89.431.178,90
Créditos Diversos a Receber	197.501.999,16	176.675.004,04
<b>DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES</b>	<b>292.645.279,10</b>	<b>119.415.257,35</b>
Entidades Devedoras	9.357.615,19	25.244.207,00
Créditos Parcelados	333.691,76	31.542,66
Recursos da União	282.953.972,15	94.139.507,69
<b>ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS</b>	<b>4.892.177,99</b>	<b>4.806.974,21</b>
Adiantamentos a Pessoal	4.891.922,99	4.456.974,21
Adiantamentos Concedidos - Suprimento de Fundos	255,00	0,00
Adiantamentos - Transferências Voluntárias	0,00	350.000,00
<b>DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO</b>	<b>3.685.418.718,01</b>	<b>4.508.832.121,49</b>
Estoques para Alienação	3.198.418.642,31	4.138.198.154,24
Estoques de Distribuição	833.496,89	1.821.338,22
Estoques Internos - Almoxarifado	2.361.623,43	1.163.790,54
Títulos e Valores em Circulação	297.510,99	67.890,17
Materiais em Trânsito	10.953.770,27	3.240.040,96
Compra Antecipada - Entrega Futura	472.553.674,12	364.340.907,36
<b>VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO</b>	<b>43.528,91</b>	<b>24.077,97</b>
Valores Pendentes	43.528,91	24.077,97
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>573.912.136,02</b>	<b>567.647.970,33</b>
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>317.083.667,52</b>	<b>307.205.272,55</b>
<b>DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO</b>	<b>131.473.814,53</b>	<b>120.748.569,96</b>
Recursos Vinculados	131.473.814,53	120.748.569,96
<b>CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO</b>	<b>185.609.852,99</b>	<b>186.456.702,59</b>
Devedores - Entidades e Agentes	18.009.747,77	15.347.849,42
Créditos Diversos a Receber	167.600.105,22	171.108.853,17
<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>80.222.308,20</b>	<b>80.262.840,30</b>
Participações Societárias	27.803.290,88	27.803.290,88
Outros Investimentos	52.419.017,32	52.459.549,42
<b>IMOBILIZADO</b>	<b>176.527.368,99</b>	<b>180.147.857,48</b>
Bens Imóveis	283.851.400,50	275.770.754,07
Bens Móveis	78.406.481,55	73.372.988,03
Depreciações	(185.730.513,06)	(168.995.884,62)
<b>INTANGÍVEL</b>	<b>78.791,31</b>	<b>32.000,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>5.309.467.907,01</b>	<b>5.779.963.115,76</b>

<b>PASSIVO</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>4.952.025.232,72</b>	<b>5.446.379.747,49</b>
<b>DEPÓSITOS</b>	<b>117.196.011,03</b>	<b>30.625.802,58</b>
<b>CONSIGNAÇÕES</b>	<b>2.085.251,58</b>	<b>1.858.851,68</b>
Pensão Alimentícia	7.857,41	4.006,06
Planos de Seguros	171.862,58	199.216,17
Empréstimos	318.626,29	241.634,99
Outros Tributos e Consignações	1.586.905,30	1.413.994,46
<b>RECURSOS DA UNIÃO</b>	<b>17.168.338,92</b>	<b>17.077.860,98</b>
Recursos Fiscais	3.992.906,67	7.500.722,89
Recursos Previdenciários	13.175.432,25	9.577.138,09
<b>DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS</b>	<b>97.942.420,53</b>	<b>11.689.089,92</b>
<b>OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO</b>	<b>4.834.829.221,69</b>	<b>5.415.753.944,91</b>
<b>OBRIGAÇÕES A PAGAR</b>	<b>177.842.494,99</b>	<b>59.009.233,29</b>
Fornecedores	141.725.112,72	55.179.709,89
Pessoal a Pagar	23.155,73	6.491,17
Encargos Sociais a Recolher	1.081.527,22	984.653,38
Obrigações Tributárias	5.514.065,85	48.724,95
Débitos Diversos a Pagar	22.014.777,50	350.401,69
Dividendos a Pagar - Tesouro Nacional	7.483.855,97	2.439.252,21
<b>PROVISÕES</b>	<b>242.630.604,68</b>	<b>243.404.292,41</b>
Provisão para Férias	28.907.028,79	26.582.748,81
ICMS s/Mercadorias para Revenda	948.502,50	571.652,59
Provisão para ICMS	46.468.782,86	46.468.782,86
Provisão para Contingências	142.621.396,31	142.621.396,31
Provisão para o INSS	9.250.889,13	9.250.889,13
Provisão p/IRPJ e CSLL	3.631.971,12	7.976.030,89
Encargos Sociais sobre Provisões	10.802.033,97	9.932.791,82
<b>CREDORES - ENTIDADES E AGENTES</b>	<b>617.049.103,45</b>	<b>549.222.334,34</b>
Entidades Credoras	617.049.103,45	549.222.334,34
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	<b>3.790.672.956,65</b>	<b>4.548.342.382,92</b>
Operações Especiais	3.790.672.956,65	4.548.342.382,92
<b>ADIANTAMENTOS RECEBIDOS</b>	<b>6.606.203,92</b>	<b>15.754.080,72</b>
Adiantamentos de Clientes	6.606.203,92	15.754.080,72
<b>VALORES EM TRÂNSITO EXIGÍVEIS</b>	<b>3.899,48</b>	<b>2.652,71</b>
<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES</b>	<b>23.958,52</b>	<b>18.968,52</b>
<b>PASSIVO NÃO - CIRCULANTE</b>	<b>18.228.235,37</b>	<b>15.360.005,51</b>
<b>DEPÓSITOS EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO</b>	<b>69.420,00</b>	<b>69.420,00</b>
Depósitos e Cauções	69.420,00	69.420,00
<b>OBRIGAÇÕES EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO</b>	<b>18.158.815,37</b>	<b>15.290.585,51</b>
<b>OBRIGAÇÕES A PAGAR</b>	<b>18.158.815,37</b>	<b>15.290.585,51</b>
Entidades de Previdência Complementar	17.628.171,34	15.162.764,10
Entidades Federais	530.644,03	127.821,41
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>339.214.438,92</b>	<b>318.223.362,76</b>
Capital	223.180.498,85	223.180.498,85
<b>RESERVAS</b>	<b>92.323.612,21</b>	<b>50.501.495,63</b>
Reservas de Capital	26.544.719,04	26.544.719,04
Reservas de Lucros	65.778.893,17	23.956.776,59
<b>LUCROS A DESTINAR</b>	<b>23.710.327,86</b>	<b>44.541.368,28</b>
<b>TOTAL</b>	<b>5.309.467.907,01</b>	<b>5.779.963.115,76</b>

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2011

DESCRIÇÃO	2011	2010
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e da CSLL	35.142.943,63	18.246.566,50
<b>Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais</b>	<b>(16.445.192,33)</b>	<b>(68.690.715,84)</b>
Depreciações	16.748.494,11	12.822.928,03
Aumento nas Vendas a Vista e Fat/Dupl. a Receber	(47.196.622,59)	(20.190.414,15)
Redução nos Créditos Tributários	49.251.717,85	9.562.102,02
Redução (Aumento) nos Recursos a Receber do Tesouro Nacional	(166.221.687,16)	23.525.519,21
Aumento nos Valores a Receber de Entidades e Agentes Devedores	(173.023.690,24)	(43.700.636,04)
Aumento em Pessoal e Encargos	(320.418,61)	(1.089.322,24)
Redução nos Depósitos Realizáveis a Curto Prazo	0,00	40.715,09
Aumento nos Valores Pendentes a Curto Prazo	(19.450,94)	(300.168,03)
Redução nos Empréstimos - Estoques Públicos	65.743.977,21	138.391.164,22
Aumento (Redução) nas Consignações e Fornecedores	108.441.168,54	(156.189.720,72)
Aumento (Redução) nos Depósitos e Cauções	86.253.330,61	(2.799.002,87)
Aumento (Redução) nas Provisões	(4.405.658,85)	16.788.173,63
Aumento nas Entidades Credoras	67.826.769,11	19.576.690,69
Aumento (Redução) nos Adiantamento de Clientes	(8.797.876,80)	12.973.139,84
Aumento nos Recursos Vinculados	(10.725.244,57)	(78.101.884,52)
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>18.697.751,30</b>	<b>(50.444.149,34)</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
Desincorporação de Part. Societárias e Outros Investimentos	40.532,10	11.297.980,64
Aplicações no Imobilizado e Intangível	(13.174.796,93)	(32.176.342,17)
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>	<b>(13.134.264,83)</b>	<b>(20.878.361,53)</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>		
Dividendos a Pagar	(7.483.855,97)	(2.439.252,21)
Aumento de Dividendos a Pagar	5.044.603,76	(2.588.565,13)
Lucros a Destinar de Exercícios Anteriores	(3.036.040,38)	8.063.857,72
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>	<b>(5.475.292,59)</b>	<b>3.036.040,38</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO</b>	<b>88.193,88</b>	<b>(68.286.470,49)</b>
<b>VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES</b>	<b>88.193,88</b>	<b>(68.286.470,49)</b>
No Início do Exercício	972.426,41	69.258.896,90
No Final do Exercício	1.060.620,29	972.426,41

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2011

Discriminação	Capital Realizado	Reservas de Capital			Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Patrimônio Líquido
		Correção Monet.do Capital	Transf. P/Aumento de Capital	Outras Reservas de Capital	Reserva Legal	Reservas de Retenção do Lucro		
<b>SALDO EM 01/01/2010</b>	<b>223.180.498,85</b>	<b>25.373.084,13</b>	<b>443.496,71</b>	<b>728.138,20</b>	<b>11.872.793,86</b>	<b>11.570.455,95</b>	<b>29.159.753,94</b>	<b>302.328.221,64</b>
LUC.A DEST.DE EXERC.ANTERIORES							8.063.857,72	8.063.857,72
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							10.270.535,61	
LUCROS A DESTINAR DO EXERCÍCIO								7.317.756,62
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA					513.526,78		(513.526,78)	513.526,78
DIVIDENDOS PROPOSTOS							(2.439.252,21)	0,00
<b>SALDO EM 31/12/2010</b>	<b>223.180.498,85</b>	<b>25.373.084,13</b>	<b>443.496,71</b>	<b>728.138,20</b>	<b>12.386.320,64</b>	<b>11.570.455,95</b>	<b>44.541.368,28</b>	<b>318.223.362,76</b>
RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO						40.246.567,95	(40.246.567,95)	
LUCROS A DEST. DE EXERC. ANTERIORES							(3.036.040,38)	(3.036.040,38)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							31.510.972,51	0,00
LUCROS A DEST. DO EXERCÍCIO								22.451.567,91
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA					1.575.548,63		(1.575.548,63)	1.575.548,63
DIVIDENDOS PROPOSTOS							(7.483.855,97)	0,00
<b>SALDO EM 31/12/2011</b>	<b>223.180.498,85</b>	<b>25.373.084,13</b>	<b>443.496,71</b>	<b>728.138,20</b>	<b>13.961.869,27</b>	<b>51.817.023,90</b>	<b>23.710.327,86</b>	<b>339.214.438,92</b>

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2011**

DESCRIÇÃO	2011	%	2010	%
<b>1.RECEITAS</b>	<b>1.520.987.917,36</b>	<b>244,72</b>	<b>394.013.198,77</b>	<b>78,22</b>
1.1 - Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.512.002.701,94	243,27	389.423.364,37	77,30
1.2 - Outros Resultados	8.985.215,42	1,45	4.589.834,40	0,91
<b>2.INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>1.412.640.897,96</b>	<b>227,29</b>	<b>412.356.496,76</b>	<b>81,86</b>
2.1 - Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	1.250.111.215,84	201,14	272.239.284,51	54,04
2.2 - Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	162.529.682,12	26,15	140.117.212,25	27,81
2.3 - Perda/Recuperação de Valores Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>3.VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)</b>	<b>108.347.019,40</b>	<b>17,43</b>	<b>(18.343.297,99)</b>	<b>-3,64</b>
<b>4.RETENÇÕES</b>	<b>17.050.037,05</b>	<b>2,74</b>	<b>15.207.353,03</b>	<b>3,02</b>
4.1 - Depreciação	17.050.037,05	2,74	15.207.353,03	3,02
<b>5.VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)</b>	<b>91.296.982,35</b>	<b>14,69</b>	<b>(33.550.651,02)</b>	<b>-6,66</b>
<b>6.VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	<b>530.230.886,20</b>	<b>85,31</b>	<b>537.301.132,03</b>	<b>106,66</b>
6.1 - Receitas/Despesas Financeiras	530.230.886,20	85,31	537.301.132,03	106,66
<b>7.VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR(5+6)</b>	<b>621.527.868,55</b>	<b>100,00</b>	<b>503.750.481,01</b>	<b>100,00</b>
<b>8.DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>621.527.868,55</b>	<b>100,00</b>	<b>503.750.481,01</b>	<b>100,00</b>
8.1 - Pessoal e Encargos	466.503.587,64	75,06	428.496.864,47	85,06
8.2 - Impostos, Taxas e Contribuições	117.452.488,38	18,90	54.900.889,63	10,90
8.3 - Juros e Aluguéis	2.428.848,90	0,39	2.106.160,41	0,42
<b>8.4 - Resultado Antes do IR e CSLL</b>	<b>35.142.943,63</b>	<b>5,65</b>	<b>18.246.566,50</b>	<b>3,62</b>
8.5 - Provisão p/Imposto de Renda	2.651.679,50	0,43	5.825.184,24	1,16
8.6 - Provisão p/Contribuição Social sobre o Lucro	980.291,62	0,16	2.150.846,65	0,43
<b>8.7 - Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>31.510.972,51</b>	<b>5,07</b>	<b>10.270.535,61</b>	<b>2,04</b>
8.8 - Dividendos	7.483.855,97	1,20	2.439.252,21	0,00
8.9 - Destinação para Reserva Legal	1.575.548,63	0,25	513.526,78	0,00
<b>8.10 - Lucros Retidos</b>	<b>22.451.567,91</b>	<b>3,61</b>	<b>7.317.756,62</b>	<b>1,45</b>

Composição Acionária do Capital Social Em 31/12/2011				
UJ Como Investida				
Denominação completa:				
Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB				
Ações Ordinárias - 100 %				
ACIONISTAS		31/12/2009	31/12/2010	31/12/2011
Governamental	Tesouro Nacional	100%	100%	100%
	Outras Entidades Governamentais	-	-	-
	Fundos de Pensão	-	-	-
	Ações em Tesouraria	-	-	-
Não Governamental	Free-Float	-	-	-
	Capital Estrangeiro	-	-	-
	Pessoas Físicas	-	-	-
	Pessoas Jurídicas	-	-	-
Total		100%	100%	100%
Ações Preferenciais - %				
ACIONISTAS		31/12/2009	31/12/2010	31/12/2011
Governamental	Tesouro Nacional	-	-	-
	Outras Entidades Governamentais	-	-	-
	Fundos de Pensão que recebem recursos públicos	-	-	-
	Ações em Tesouraria	-	-	-
Não Governamental	Free-Float	-	-	-
	Capital Estrangeiro	-	-	-
	Pessoas Físicas	-	-	-
	Pessoas Jurídicas	-	-	-
Total		-	-	-

Fonte: Sucon

O Capital Social da CONAB, apresentado no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2011, é de R\$ 223.180.498,85 (duzentos e vinte e três milhões, cento e oitenta mil, quatrocentos e noventa e oito reais e oitenta e cinco centavos) divididos em 1.859.907 (um milhão, oitocentos e cinquenta e nove mil, novecentos e sete) ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, totalmente integralizadas pela União Federal.

## **Composição do Capital Social**

O Capital Social da CONAB, apresentado no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2011, é de R\$ 223.180.498,85 (duzentos e vinte e três milhões, cento e oitenta mil, quatrocentos e noventa e oito reais e oitenta e cinco centavos), divididos em 1.859.907 (um milhão, oitocentos e cinquenta e nove mil, novecentos e sete) ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, totalmente integralizadas pela União Federal.

**José Carlos de Andrade**

Superintendência de Contabilidade

Superintendente

Contador CRC DF 005969/0-5



---

## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2011**

### ***Sumário***

Nota	Descrição
01	Contexto Operacional
02	Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras
03	Alterações na Legislação Societária
04	Resumo das Principais Práticas Contábeis
05	Créditos Tributários
06	Limite de Saque com Vinculação de Pagamento
07	Recursos a Receber do Tesouro Nacional
08	Devedores por Fornecimento
09	Contas a Receber
10	Devedores – Entidades e Agentes
11	Recursos Vinculados
12	Bens de Estoques
13	Endividamento
14	Depósitos de Diversas Origens
15	Contingências, Compromissos e Responsabilidades
16	Operações de Créditos
17	Patrimônio Líquido
18	Diversos Responsáveis em Apuração
19	Benefícios Concedidos aos Empregados
20	Remuneração e Salários Médios dos Dirigentes e Empregados
21	Convênios/Cooperação Técnica

**NOTA 1****CONTEXTO OPERACIONAL**

A Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, constituída nos termos da Lei n.º 8.029/90, é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, com capital social totalmente subscrito e integralizado pela União, integrante do Orçamento Geral da União (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social).

Sua missão institucional é a de “*contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento*”.

Quanto à sua estrutura física, esta é composta de unidades administrativas - Matriz e 26 Superintendências Regionais, das quais, 3 foram recentemente implantadas e se encontram em fase de estruturação – e operacionais, representadas por 97 complexos armazenadores (177 armazéns), destinados à prestação de serviços de armazenagem de estoques públicos e privados.

**NOTA 2****ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76), incluindo as alterações promovidas pela Lei n.º 11.638/07, na Lei n.º 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Como entidade da Administração Pública Federal, integra o Balanço Geral da União e utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

Por força das Decisões Normativas – DN/TCU n.º 117/2011, a Matriz e as Superintendências Regionais nos Estados da Bahia/Sergipe, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro e Roraima, apresentam Processos de Contas individualizados, ficando as demais sujeitas apenas à elaboração do Relatório de Gestão.

Ainda com relação à elaboração das demonstrações financeiras, registre-se que certos ativos, passivos e outras transações, entre elas a constituição de provisões necessárias a riscos tributários, cíveis e trabalhistas, e perdas relacionadas às contas a receber e estoques, foram quantificados por meio de estimativas, as quais, apesar de refletirem o julgamento dentro de premissas fundamentadas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem, eventualmente, apresentar variações aos valores reais.

**NOTA 3****ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA**

As Leis n.º 11.638/07 e n.º 11.941/09, alteraram, revogaram, complementaram e introduziram dispositivos na Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76). Essas alterações e adaptações tiveram por escopo atualizar a legislação societária brasileira, de forma a viabilizar a convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil e as preconizadas nas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo “*Internacional Accounting Standards Board (IASB)*”.

**NOTA 4****RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

Os critérios mencionados a seguir referem-se às práticas e aplicações apropriadas dos Princípios Fundamentais de Contabilidade que estão refletidas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas:

**4.1 Equivalente de Caixa:** Referem-se às aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez e baixo risco, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa; atualmente, as aplicações, registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do exercício, concentram-se em Títulos Públicos Federais.

**4.2 Créditos a Receber:** As contas a receber decorrentes da comercialização de mercadorias e serviços são registradas no momento da entrega e aceite pelos clientes.

**4.3 Estoques Públicos:** A formação e manutenção de Estoques Públicos são executadas através do orçamento da União, mediante a transferência de recursos do Tesouro Nacional. A avaliação dos estoques públicos é feita com base no custo efetivo do produto, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/04.

**4.3.1 Demais Estoques:** Os demais estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição, excluído o ICMS recuperável.

**4.4. Débitos de Prestadores de Serviços de Armazenagem:** Foram registrados pelo valor da sobretaxa na data da ocorrência, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 38, de 09/03/2004, representando as dívidas dos armazenadores em seus valores originais, decorrentes de perdas, desvios e alteração de qualidade de produtos pertencentes aos estoques públicos, sujeitos a legislação específica.

**4.5 Almojarifado:** Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição, sem que estes excedam os valores de realização ou reposição.

**4.6 Investimentos:** Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, acrescidos, até 31/12/1995, das atualizações monetárias correspondentes, ressaltando que a Conab não possui investimentos relevantes em outras sociedades.

Encontra-se provisionado o valor de R\$8.056 mil, destinado a cobrir possíveis perdas relativas aos investimentos em empresas que sofreram processo de liquidação, na sua maioria Estatal.

**4.7 Seguros:** A Companhia mantém cobertura de seguros em montante suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades (mercadorias, bens patrimoniais, etc).

**4.8 Imobilizado:** Demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os gastos incorridos com manutenção e reparo, que representam aumento da vida útil, são capitalizados em consonância com o regime de competência. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, em conformidade com os limites estabelecidos no Decreto n.º 3.000/99 e Instrução Normativa n.º 162/98.

**4.9 Redução ao Valor Recuperável de Ativos (“impairment”):** No exercício de 2011, não houve avaliação dos elementos do Ativo Permanente, que resultasse em aumento ou diminuição do mesmo, decorrente de ajuste de avaliação patrimonial.

**4.10 Benefícios a Empregados:** O plano de previdência privada está estruturado na modalidade de Benefício Definido – BD. Seus regimes financeiros são os de capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de repartição para auxílio ou doença.

**4.11 Ajustes de Exercícios Anteriores:** Os ajustes de exercícios anteriores, na forma definida na Lei n.º 6.404/76, das Sociedades Anônimas, representam retificações de resultados passados e são registrados contra a conta de lucros ou prejuízos acumulados; os ajustes efetuados no exercício de 2011 totalizaram a cifra de R\$3.036 mil, proveniente da regularização dos estoques do Mercado de Opção de Minas Gerais; o respectivo valor foi absorvido pela equalização dos estoques governamentais.

4.12 Reconhecimento da Receita:

**4.12.1 Apuração do Resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios para apropriação das receitas, custos e despesas correspondentes.

As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando os riscos e benefícios da propriedade dos bens são transferidos ao comprador e o montante da receita devidamente mensurado; por sua vez, as receitas de prestação de serviços são reconhecidas na ocasião da efetiva realização desses serviços e, no caso da Conab, restringe-se ao armazenamento de produtos em unidades operacionais próprias.

Os custos e despesas são reconhecidos quando há a redução de um ativo ou o registro de um passivo, e devidamente mensurados.

**4.13 Provisões para Contingências:** Encontra-se provisionado no Passivo Circulante, o valor de R\$142.621 mil, relativo às Contingências Praticamente Certas; a respectiva provisão encontra-se amparada pela Lei n.º 6.404/76, com as alterações promovidas pelas Leis n.º 11.638/2007 e n.º 11.941/2009 e em conformidade com a NPC/IBRACON n.º 22 e CPC n.º 23; no exercício de 2011, após análise do Relatório de Contingências, fornecido pela área Jurídica, entendeu-se não haver necessidade de complementar a respectiva Provisão, por ser ela suficiente para cobrir as possíveis liquidações de sentenças que ocorrerem.

**4.14 Regime de Tributação:** Para fins de cálculo do IR e CSLL a Companhia adota o Regime de Tributação Trimestral, com base na apuração do Lucro Real. Os ajustes que implicam em adições ou exclusões da receita são escriturados no Livro de Apuração do Lucro Real, na parte “B” do LALUR.

**NOTA 5****CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS**

Representam os créditos de impostos e tributos a serem compensados, a saber:

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2011	2010
<b>ICMS a Compensar</b>	<b>241.699</b>	<b>285.410</b>
<b>IRRF a Compensar</b>	<b>36</b>	<b>33</b>
<b>Contribuições Outros Impostos</b>	<b>105</b>	<b>93</b>
<b>Total de Créditos Tributários Circulante</b>	<b>241.840</b>	<b>285.536</b>

Os valores registrados nas contas de ICMS a Compensar representam os créditos de ICMS decorrentes do pagamento do imposto nas aquisições de mercadorias e produtos, para os Estoques Reguladores, Estratégicos e Agricultura Familiar, por substituição tributária, conforme disposto nos Convênios ICMS 49/95 e 77/05.

**NOTA 6****LIMITE DE SAQUE COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO**

O montante de R\$215.581 mil refere-se ao limite de recursos para pagamentos em 2012, de despesas processadas e liquidadas, relativas a gastos com custeio e Termos de Cooperação Técnica.

**NOTA 7****RECURSOS A RECEBER DO TESOIRO NACIONAL**

Por meio do processo automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional, conforme procedimentos definidos no Manual de Contabilidade, macrofunção 02.03.18 – item 7.2 – Encerramento do Exercício, subitem 7.2.1.2, do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi, foi registrado o total de R\$447.491 mil, que contempla o saldo de recursos a receber do Tesouro Nacional por meio do Ministério Supervisor, relativo aos valores inscritos em restos a pagar processados e não processados, cujos recursos ainda não foram liberados, e valores inscritos em restos a pagar processados em exercícios anteriores, com a seguinte composição:

VI. R\$5.587 mil: referem-se aos valores inscritos em restos a pagar processados em 2011, decorrentes de despesas com a folha de pagamento e custeio, a pagar no exercício seguinte;

VII. R\$28.342 mil: referem-se aos valores inscritos em recursos a receber em 2011, decorrentes das aquisições contratadas em exercícios anteriores para atendimento ao Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos (PRODEA);

➤ R\$413.562 mil: referem-se aos recursos a receber decorrentes de operações com estoques públicos, representados por valores processados e não processados, inscritos em restos a pagar, com obrigações a vencer em 2012.

Os valores citados estão registrados por processamento automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, nas contas “11216.22.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – INSCRIÇÃO” e “11216.24.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – RETIFICADORA”.

#### **NOTA 8**

#### **DEVEDORES POR FORNECIMENTO**

O saldo da conta está representado pelo montante de R\$56.501 mil, correspondente aos direitos a receber, decorrentes de vendas de mercadorias, prestação de serviços de armazenagem e produtos enviados para beneficiamento, cuja baixa é processada na ocasião do retorno deles.

#### **NOTA 9**

#### **CONTAS A RECEBER**

O total de R\$364.922 mil, representa a composição dos Créditos a Receber no Curto e Longo Prazo, compostos por créditos de Aliações de Bens Patrimoniais, créditos por Cessão de Pessoal, com ônus, a Órgãos Estaduais e Municipais, créditos por Acertos Financeiros com Empregados e Ex-Empregados, alusivos aos reembolsos de Serviços de Assistência à Saúde – SAS, débitos de armazenadores, relativos aos desvios e perdas de produtos pertencentes aos estoques públicos, Títulos a Receber a Longo Prazo, referentes a prestação de serviços em armazenagem, aluguéis e outros, em cobrança na justiça federal.

O montante acima citado está sendo cobrado via judicial e administrativamente, sendo que do total, 95% dos processos estão ajuizados e o restante em cobrança administrativa.

Os créditos ajuizados, pertencentes aos estoques públicos, após os desfechos favoráveis dos processos à Companhia, as receitas decorrentes das atualizações serão reconhecidas nas demonstrações contábeis e os recursos financeiros arrecadados, transferidos ao Tesouro Nacional. Os processos com desfechos desfavoráveis, serão baixados contabilmente e registrados na equalização, em conformidade com a Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 038/2004 e estão assim demonstrados:

**9.1 Créditos Diversos a Receber de Curto Prazo**

Descrição	Exercício	
	2011	2010
Créditos por Alienação de Bens	4.081	4.377
Créditos por Cessão de Pessoal	743	706
Créditos p/Acerto Financ. C/Servidores	12.497	10.860
Créditos por Infrações Legal/Contratual	180.181	160.732
Subtotal – Circulante	197.502	176.675

**9.2 Créditos Diversos a Receber de Longo Prazo**

Descrição	Exercício	
	2011	2010
Créditos por Alienação de Bens	7.546	10.548
Títulos a Receber	30.188	29.902
Outros Créditos	635	656
Créditos a Receber em Poder da Justiça	129.051	130.003
Subtotal – Não Circulante	167.420	171.109
Total – (Circulante + Não Circulante)	364.922	347.784

**NOTA 10****DEVEDORES – ENTIDADES E AGENTES**

Correspondem aos saldos de curto e longo prazo a receber, referente a Dotação Global, do contrato e termo aditivo n.º 01, de 07/10/1994, firmado com o Instituto Conab de Seguridade Social – CIBRIUS, que tratam das jóias pelas entradas dos empregados das empresas fusionadas COBAL e CFP, recursos a receber da União, relativos aos valores de equalização de preços dos Estoques Reguladores e Estratégicos, a serem repassados pelo Tesouro Nacional e outros, assim demonstrados:

**10.1 Devedores – Entidades e Agentes – Circulante**

Descrição	Exercício	
	2011	2010
Entidades Devedoras - Federais	9.358	25.244
Créditos Parcelados	334	31
Recursos da União - Equalização	282.954	94.140
Total – Circulante	292.646	119.415

**10.2 Devedores – Entidades e Agentes – Não Circulante**

Descrição	Exercício	
	2011	2010
Entidades Federais	17.628	15.163
Créditos Parcelados	307	102
Créditos a Recuperar	75	83
Total – Não Circulante	18.010	15.348

**NOTA 11****RECURSOS VINCULADOS**

Referem-se a depósitos judiciais e depósitos para recursos, efetuados por decisão judicial, de causas trabalhistas e cíveis em andamento, registrados no Não Circulante, totalizando R\$131.474 mil.

**NOTA 12****BENS DE ESTOQUES**

Correspondem aos estoques sob a responsabilidade da Companhia, oriundos das operações com Estoques Reguladores e Estratégicos, produtos para doação – Fome Zero, Compra Direta da Agricultura Familiar, e ainda adiantamento para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (Compra Antecipada e Compra Antecipada Especial com Doação Simultânea e com Formação de Estoque).

O total de R\$472.554 mil representa o saldo a receber dos valores concedidos nos exercícios de 2003 e 2004, para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (CAAF) – CPR Alimento; 2003 a 2006, para Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar (CAEAF) – CPR Especial; transformada em CPR Doação e CPR Estoque, a partir do exercício de 2007 até 2011; que serão quitados em produtos ou espécie, de acordo com o vencimento de cada cédula.

Relativamente às Cédulas de Produto Rural - CPRs Alimento vencidas, foi editada a Lei n.º 11.420/06, que em seu art. 3.º acrescenta o art. 15-b à Lei n.º 11.322/06, por meio do qual autoriza a União a aditar as Cédulas de Produto Rural – CPR, realizadas em 2003 e 2004, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, sendo permitida a individualização das referidas cédulas efetuadas com aval solidário, e a ampliação do prazo em até 4 (quatro) anos para a sua quitação, contados a partir da data de publicação da Lei. Os estoques resultam nos seguintes saldos:

Descrição	Exercício	
	2011	2010
<b>Estoques de Mercadorias</b>	<b>3.198.419</b>	<b>4.138.198</b>
<b>Estoques de Almoxarifado</b>	<b>2.659</b>	<b>1.232</b>
<b>Materiais em Trânsito</b>	<b>10.954</b>	<b>3.240</b>
<b>Compra Antecipada - CPR</b>	<b>472.554</b>	<b>364.341</b>
<b>Estoques de Distribuição</b>	<b>833</b>	<b>1.821</b>
<b>Total</b>	<b>3.685.419</b>	<b>4.508.832</b>

Em R\$ mil

**12.1 – Equalização de Preços**

A finalidade da Atividade de Formação de Estoques Públicos é de regular o mercado e evitar desabastecimento, totalmente amparada e mantida com os recursos previstos na Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 38/2004, sendo prevista a equalização para o equilíbrio das contas, tornando nulo o resultado em caso de prejuízo.

Quando a diferença entre a receita de venda e o custo com aquisição, manutenção e despesas com operacionalização, incluindo no custo as despesas que não puderam ser agregadas aos correspondentes estoques antes de seu encerramento, resultar em déficit, este é equalizado pelo Tesouro Nacional, sendo autorizada a amortização, por meio de lançamento contábil, desse prejuízo, na conta de Débito de Operações Governamentais, não havendo, portanto, repasse financeiro para cobertura do déficit.

A Receita obtida na venda e indenização de perdas dos estoques públicos é integralmente repassada ao Tesouro Nacional.



Todas as despesas amparadas pela Portaria Interministerial MF/MAPA, n.º 38/2004, estão devidamente identificadas e contabilizadas no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, hoje, disponibilizadas no Portal de Transparência do Governo Federal.

No exercício de 2011, as equalizações totalizaram R\$554.555 mil.

**NOTA 13****ENDIVIDAMENTO**

A Companhia, periodicamente, informa ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a posição do endividamento da empresa. Até o mês de dezembro de 2011, as obrigações circulantes, totalizavam a cifra de R\$4.952.026 mil.

**NOTA 14****DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS**

Estão representados pelo montante de R\$97.942 mil, correspondentes aos valores recebidos a título de cauções, relacionadas à subvenção econômica à comercialização denominada de Valor de Escoamento do Produto – VEP e Outros.

**NOTA 15****CONTINGÊNCIAS, COMPROMISSOS E RESPONSABILIDADES*****Passivo Contingente – Provável***

A Conab é parte passiva em processos das seguintes naturezas:

†**Trabalhistas:** Referentes a ações movidas por empregados, ex-empregados e entidades de classe, que na maioria, são representadas por pedidos de desvios de funções, cobranças de horas extras, equiparação salarial, adicionais de periculosidade e insalubridade, incorporações de diárias, funções gratificadas e outros.

†**Tributárias:** Decorrentes de autos de infrações lavrados pelo Instituto Nacional de Seguro Social - INSS e autos fiscais, referentes a cobranças de ICMS, pelas Fazendas Públicas dos Estados.

†**Cíveis:** Com maior destaque para os processos de cobranças de indenizações de diferenças entre a inflação ocorrida no período e o índice utilizado para a correção de aplicações financeiras, durante os planos econômicos (Collor, Bresser e Verão), cobranças de armazenagens e outros.

As Contingências Passivas – Prováveis serão reconhecidas como provisão, após os desfechos desfavoráveis dos processos, que resultarem em obrigações a pagar, que certamente, irão desencadear em desembolsos financeiros pela Companhia, de acordo com os itens 10, 11, 18 e 28, do Pronunciamento do IBRACON NPC n.º 22, aprovado pela Deliberação CMV n.º 489, de 03/10/2005 e estão demonstradas conforme quadro a seguir:



Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Provável Desembolso	
	2011	2010	2011	2010
Cível	66.445	57.034	212.373	65.003
Trabalhista	348.328	41.068	350.788	51.116
Tributária	8.052	8.109	16.346	23.490
<b>Total</b>	<b>422.825</b>	<b>106.211</b>	<b>579.507</b>	<b>139.609</b>

### *Passivo Contingente – Possível*

São ações de natureza Cíveis, Trabalhistas e Tributárias, com menor possibilidade de reconhecimento que as Provisões de Contingências Passivas – Prováveis. São compostas das seguintes ações:

†**Cíveis:** São representadas pelos processos judiciais que visam indenizações relativas as cobranças de diferença entre a inflação e planos econômicos, divergências de avisos de compra e venda de produtos, cobranças de prestação de serviços de armazenagens e outros.

†**Trabalhistas:** São ações judiciais movidas por empregados e ex-empregados e entidades de classe, que na maioria é constituída por ações oriundas de anistia administrativa (Lei n.º 8.878/94), licença-prêmio, anuênios, promoções por merecimento, promoções por antiguidade, ingressos no Instituto Conab de Seguridade Social - Cibrius, indenizações por danos morais e materiais, desvios de funções e outros.

†**Tributárias:** São demandas decorrentes de autos de infrações do INSS e do ICMS, lavrados por entes estaduais.

As ações estão assim demonstradas:

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Desembolso	
	2011	2010	2011	2010
Cível	118.234	129.517	131.747	152.336
Trabalhista	115.478	79.302	111.007	107.708
Tributária	108.621	108.704	108.892	109.123
<b>Total</b>	<b>342.333</b>	<b>317523</b>	<b>351.646</b>	<b>369167</b>

### *Ativo Contingente – Provável*

A Conab é parte ativa em processos judiciais das seguintes naturezas:

**Cível:** Visando indenizações e cobranças por quebra de garantias ou infrações contratuais.

**Trabalhista:** Visando reembolsos de depósitos judiciais e recursais, com desfechos dos processos favoráveis à Companhia.

**Tributária:** Visando restituições de indébitos tributários (INSS/ICMS) com desfechos dos processos favoráveis à Companhia.

Os ativos Contingentes prováveis serão reavaliados periodicamente, para determinar se a avaliação continua válida. Após nova reavaliação, se ocorrerem mudanças na estimativa, tornando-se uma entrada de recursos, praticamente certa, os ganhos serão reconhecidos nas De-

monstrações Contábeis, conforme o item 27 do pronunciamento do IBRACON NPC n.º 22, aprovado pela Deliberação CVM n.º 489, de 03/10/2005.

As ações estão assim demonstradas:

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Recebimento	
	2011	2010	2011	2010
Cível	66.446	311.182	210.756	792.718
Trabalhista	348.328	241	350.768	235
Tributária	8.052	212	18.346	56
<b>Total</b>	<b>422.826</b>	<b>311.635</b>	<b>579.870</b>	<b>793.009</b>

**NOTA 16****OPERAÇÕES DE CRÉDITOS**

Referem-se ao registro das transferências, efetuadas pelo Tesouro Nacional à Conab, dos recursos destinados à formação e manutenção dos estoques vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos e dos Estoques Estratégicos, na forma estabelecida pela Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 38/04. O saldo da conta, em 31/12/2011, corresponde a R\$3.790.673 mil.

**NOTA 17****PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**17.1 Capital Social:** O capital social é composto de 1.859.907 Ações Ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

**17.2 Provisão para CSLL e IRPJ:** As provisões relativas ao 4.º trimestre do exercício findo em 31/12/2011, foram calculadas com base no Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR, consoante legislação fiscal e tributária prevaletes, no valor de R\$980 mil e R\$2.652 mil, respectivamente.

**17.3 Reserva Legal e Dividendos:** Foram calculados e provisionados, em conformidade com o disposto nos incisos I e II do art. 28 do Estatuto Social da Conab, e obedecida a legislação cabível à espécie, no valor de R\$1.575 mil e R\$7.484 mil, respectivamente.

**17.4 Resultado do Exercício:** O resultado da Companhia é composto pelo conjunto da movimentação econômica das operações executadas pela Companhia, representada com maior relevância a atividade de prestação de serviços de armazenagem de produtos de terceiros, alienação de bens moveis/imóveis, gestão e armazenagem dos estoques públicos, envolvendo a execução da Política de Preços Mínimos e Operações de Contratos de Opção de Vendas e outros. No exercício de 2011, a Companhia apurou o lucro de R\$35.143 mil, cujo resultado líquido (Após CSLL e IRPJ) é de R\$31.511 mil.

**NOTA 18****DIVERSOS RESPONSÁVEIS EM APURAÇÃO**

Encontram-se registrados no ativo compensado, para fins de controle, os débitos em apuração, com destaque para a conta Responsáveis por Danos e Perdas – onde são registrados os débitos ainda em apuração, relativos à perdas/desvios em armazenagem de produtos dos estoques públicos, ocorridos em armazéns de terceiros, antes da vigência do contrato de quebra zero (sobretaxa), as perdas de produtos ocorridas em unidades próprias, aquelas relativas a alteração de qualidade de estoques e os valores em apuração decorrentes da certificação irregular de qualidade dos estoques de algodão em pluma, da safra 1997/1998, objeto de Aquisições do Governo Federal – AGF, efetuadas em sua maioria no Estado de Goiás. No exercício de 2011, ocorreram diversas apurações; entretanto, em

razão de novas inscrições na rubrica “**1.9.9.1.3.05.00 – RESPONSÁVEIS POR DANOS OU PERDAS**”, o saldo do grupo aumentou para R\$34.997 mil.

Em R\$ mil	
Exercício	Saldo
2010	31.357
2011	34997

## NOTA 19

## BENEFÍCIOS CONCEDIDOS AOS EMPREGADOS

### 19.1 Plano de Previdência Complementar

O CIBRIUS é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, com natureza jurídica própria, que tem como objetivo administrar plano de benefício de caráter previdenciário propiciando ao participante uma aposentadoria mais digna no futuro, assegurar a sua família proteção em caso de falecimento, além de oferecer benefícios de caráter temporário em caso de doença.

O Plano de Benefícios Conab, inscrito no Código Nacional de Plano de Benefícios – CNPB sob o n.º 19.790.007-19, está estruturado na modalidade de Benefício Definido. Seus regimes financeiros são o de Capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de Repartição para auxílio-doença.

São patrocinadores do Plano de Benefícios, a Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, qualificada como Patrocinadora - Principal e o próprio Instituto Conab de Seguridade Social – CIBRIUS, qualificado como Patrocinador dos seus próprios empregados.

Para o alcance dos objetivos, o Plano de Benefícios recebe contribuições normais mensais das Patrocinadoras, dos Participantes e dos Assistidos, definidas anualmente pelo Plano de Custeio. A taxa de contribuição normal mensal da Conab, vigente para o exercício de 2011 é paritária com a dos Participantes, seguindo percentuais escalonados aplicados sobre o salário de participação e idade de entrada no Plano, de acordo com Tabela de Contribuições Normais, constante do Plano de Custeio proposto pelo Atuário.

A Conab, além das contribuições regulamentares, repassa mensalmente, a título de amortização de dívida, relativa ao serviço passado, contratado por meio do Termo de Adesão firmado em 07/10/1994 e do Termo Aditivo firmado em 12/12/2002. Até o mês de dezembro de 2011, foram amortizadas 203, de um total de 240 parcelas contratadas. O saldo corrigido da conta Contrato de Serviço nos exercícios de 2011 e 2010, respectivamente, foi de R\$40.407 mil e R\$26.986 mil.

As demonstrações contábeis do CIBRIUS são examinadas por Auditores Independentes, pela Auditoria Interna da patrocinadora Conab, estando sujeitas a fiscalização e controle da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC. A Avaliação Atuarial e o Plano de Custeio anuais são elaborados por empresa de Consultoria Atuarial. Ambos são contratados pela própria entidade, nos termos da legislação previdenciária.

### 19.2 Serviço de Assistência à Saúde – SAS

Em suplementação à assistência oferecida pela rede pública de saúde, a Conab oferece aos seus empregados e dependentes o Serviço de Assistência à Saúde – SAS, voltado para o atendimento das necessidades de natureza médica, hospitalar, odontológica e de assistência social.

A implementação do SAS é efetuada pelo atendimento médico/hospitalar, por meio da rede credenciada de médicos, dentistas, clínicas, laboratórios e hospitais, cujas regras e critérios estão definidos nas Normas da Organização, código 60.105.

As despesas com o SAS são cobertas pela Conab e eventualmente pelo Tesouro Nacional, com a participação financeira do empregado, que pode ser de 20%, 30% ou 40%, de acordo com a faixa salarial, nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho, 2009/2011, mediante desconto em folha de pagamento.

No exercício de 2011, a Conab gastou com o SAS, o montante de R\$21.490 mil, beneficiando 4.474 empregados e seus dependentes. O saldo a receber em 31/12/2011, referente à participação financeira dos empregados é de R\$12.165 mil.

**NOTA 20****REMUNERAÇÃO E SALÁRIOS MÉDIOS DOS DIRIGENTES E EMPREGADOS**

De acordo com a Resolução n.º 3, de 31 de dezembro de 2010, art. 1.º, letra “e”, da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União - CGPAR, nos exercícios de 2011 e 2010, as remunerações dos dirigentes e empregados, bem como os salários médios foram os seguintes:

Remunerações	Exercício		Em R\$ mil
	2011	2010	
<b>Maior Remuneração Dirigente</b>	<b>23.884,29</b>	<b>22.535,29</b>	
<b>Menor Remuneração Dirigente</b>	<b>23.884,29</b>	<b>22.535,29</b>	
<b>Maior Remuneração Empregado</b>	<b>25.170,39</b>	<b>19.961,80</b>	
<b>Menor Remuneração Empregado</b>	<b>884,31</b>	<b>884,31</b>	

Salários Médios	Exercício		Em R\$ mil
	2011	2010	
<b>Dirigentes</b>	<b>23.884,29</b>	<b>23.884,29</b>	
<b>Empregados</b>	<b>2.642,62</b>	<b>2.559,69</b>	

**NOTA 21****CONVÊNIOS/ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA****21.1 Programa de Revitalização – PNUD**

Desde 2003, a partir do acordo firmado com a Agência Brasileira de Cooperação - ABC/MRE e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (Projeto BRA/03/34), vem sendo implementado o Programa de Revitalização da Conab objetivando, sobretudo, a capacitação da Companhia para os novos desafios, no sentido de atender às demandas do Governo Federal e, conseqüentemente, contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, de forma a auxiliar na promoção do bem-estar social e do desenvolvimento do País.

Os projetos em desenvolvimento são os seguintes: a) implantação de Sistema de Avaliação Permanente do Desempenho da Companhia; b) modernização da Tecnologia da Informação da Conab (PMTI); c) aperfeiçoamento da Tecnologia de Previsão de Safras da Conab (GeoSafras); d) estruturação de Redes de Produção e Comercialização de Produtos Regionais oriundos da Agricultura Familiar e do Agroextrativismo, em Bases Econômica Social e Ambientalmente Sustentáveis; e, e) promoção da Eficiência das Cadeias de Produção de Pescados provenientes da Pesca Artesanal e da Aquicultura Familiar.

As ações do projeto, em 2010 e 2011, foram executadas com recursos próprios da Conab e da Secretaria de Produção e Agroenergia – MAPA/FUNCAFÉ.

O montante dos recursos repassados está assim demonstrado:

Descrição	Exercícios	
	2011	2010
Repasso – Recursos Próprios	2.420	3.058
Repasso – Recursos FUNCAFÉ/MAPA	798	521
<b>Total de Repasses</b>	<b>3.218</b>	<b>3.579</b>

Em R\$ mil

## 21.2 Programa de Aquisição de Alimentos - PAA

A Companhia, por força dos “Termos de Cooperação Técnica” mantidos com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e do Desenvolvimento Agrário – MDA, atendeu 1.342 municípios e 106.600 mil produtores/famílias, sendo adquiridas 285 mil toneladas de produtos.

Os recursos transferidos foram aplicados na aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares, que se enquadram no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e formação de estoques estratégicos. Esse programa foi instituído pelo art. 19 da Lei n.º 10.696, de 02/07/2003, e regulamentado pelos Decretos n.º 6.447, de 07/05/2008 e n.º 6.959, de 15/09/2009. O programa envolveu recursos na ordem de R\$451.036 mil no ano de 2011.

## 10.4 – Composição dos Investimentos da Empresa

(Refere-se ao Subitem 12.6 da Parte “D” do Anexo II da DN/TCU N° 108/2010)

### Quadro CXXVIII - Composição Acionária da UJ como investidora (ver em ANEXO)

Em conformidade com a legislação Societária, os Investimentos em participação no capital social de outras Empresas, são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos da provisão para perdas prováveis na realização do seu valor, quando esta estiver comprovada como permanente (art. 183 da Lei nº 6.404/76), com as alterações promovidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. Os Investimentos em Coligadas e Controladas pelo método da equivalência patrimonial (art. 248 da Lei nº 6.404/76), com a redação dada pela Lei nº 11.941/09. Os Investimentos da Conab são todos avaliados pelo Método do Custo, pois não possui investimentos em coligadas ou controladas.

Grande parte dos Investimentos da Conab, está em poder do BNDES (Gestor do Fundo Nacional de Desestatização – FND), em cumprimento ao Plano de Desestatização, em conformidade com as determinações da Lei n.º 9.491, de 09/09/1997 e Decreto n.º 1.068, de 02/03/1994.

Encontra-se mensurada a PROVISÃO PARA PERDAS PROVÁVEIS, no total de R\$8.056.461,73, assim discriminados:

**Quadro CXXIX - Provisão Para Perdas Prováveis**

CNPJ	Investida	Quantidade	31/12/2011 (R\$)
01556240000130	Cia de Arms e Silos do Est. de Goiás	8.433.253.224	6.480.083,63
02534914000168	Cia de Abast. Armaz. Gr. do Est. PE - CAGEPE	2.000.000	96.486,58
04043493000106	Cia de Armaz Gr. e Entrepósitos do Acre	232.798	739.574,91
049334460000120	Ciapesc - Cia Amazônica de Pesca	423.442	7.260,99
050226330000114	Cia Ind. Prod. Agrop. do Maranhão-COPEMA	367.252,99	541.998,85
16260788000105	Procter e Gamble do Nordeste S/A	1.939.798	1.395,27
28137800000178	Cia Armaz. e Silos do Espírito Santo - CASES	334.774.835	180.016,28
28167955000157	Ornato - Industrial de Pisos e Azulejos	532.101	394,02
83807586000128	CIDASC - Cia Integ. Desenv.Agrícola SC	5.293.553	9.251,20
<b>TOTAL</b>			<b>8.056.461,73</b>

Fonte: Sucon

**10.5 – Informações sobre a Gestão do Patrimônio Imobiliário****(Refere-se ao Subitem 12.7 da Parte “D” do Anexo II da DN/TCU N° 108/2010)**

A Conab é uma empresa pública federal, a teor do disposto na alínea b do inciso II do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 200/1967, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, criada por Decreto Presidencial e autorizada pela Lei n.º 8.029, de 12 de abril de 1990. Iniciando suas atividades em 1.º de janeiro de 1991, integra a Administração Pública Indireta, tendo personalidade jurídica de Direito Privado, conforme expresso no artigo 173 da Constituição da República.

Assim, por ser uma empresa pública, integrante da Administração Pública Descentralizada, a Conab possui personalidade jurídica própria e patrimônio próprio, este não se vinculando, portanto, à Secretaria de Patrimônio da União.

**Quadro CXXX - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ**

Localização Geográfica	Quantidade de Imóveis de Propriedade da União e de Responsabilidade da UJ	
	Exercício de 2011	Exercício de 2010
<b>Piauí</b>	<b>9</b>	<b>9</b>
Teresina	6	6
Parnaíba	1	1
Floriano	1	1
Picos	1	1

Fonte: Sistemas de Informações Gerenciais de Imóveis

Obs.: A Conab não possui imóveis no exterior.

**Quadro CXXXI - Bens Imóveis Utilizados pela UJ**

Código	Município	Endereço	Áreas (m²)	
			Terreno	Construída
<b>PI002</b>	<b>Teresina</b>	Rua Honório Paiva 475	8.757,60	3.385,00
Observação: Imóvel onde funciona atualmente a Regional do Piauí				
<b>PI003</b>	<b>Teresina</b>	Distrito Industrial Parque Piauí	9.714,00	2.340,00
Observação: Imóvel onde funciona a Unidade Armazenadora de Teresina.				
<b>PI006</b>	<b>Teresina</b>	Pátio de Manobra da RFFSA	3.959,00	1.980,00
Observação: Imóvel onde funciona a UA/Teresina(Unidade Satélite). Encontra-se em fase de negociações com a Secretaria de Patrimônio da União – SPU uma solicitação de doação do referido terreno, de propriedade da extinta Rede Ferroviária Federal para União- RFFSA.				
<b>PI005</b>	<b>Teresina</b>	Av. José Fco de Almeida Neto D. Arcoverde	2.000,00	785,88
Observação: Imóvel locado ao Banco do Brasil, por meio do Contrato nº22/2010.				
<b>PI001</b>	<b>Teresina</b>	Rua Riachuelo com Rua 6 Bairro Matadouro	1.839,00	960,00
Observação: Conforme CI SUREG/PI Nº 1584 de 27.09.04, a CONAB construiu um armazém no terreno cedido pela prefeitura, que atualmente o utiliza como arquivo daquele órgão				
<b>PI007</b>	<b>Teresina</b>	Av. João XXIII Bairro Jockey Club	2.245,82	1.171,53
Observação: Imóvel cedido ao Governo do Estado do Piauí em 27/05/2007, contrato de cessão assinado em 27/05/2007 com validade de 02 anos a partir da data de assinatura, sendo prorrogado por 05 anos, conforme Termo Aditivo assinado em 27/05/2004				
<b>PI011</b>	<b>Parnaíba</b>	BR 343 - Bairro Nossa Sra. de Fátima	6.000,00	2.048,00
Observação: Imóvel onde funciona a Unidade Armazenadora de Parnaíba – Autorizada a abertura da Unidade, conforme voto DIGES Nº 006/03 de 16.04.03.				
<b>PI012</b>	<b>Floriano</b>	Bairro Meladão s/nº rod. PI 04	10.044,00	2.100,00
Observação: Imóvel onde funciona a Unidade Armazenadora de Floriano - Unidade Armazenadora foi reaberta nos termos do voto PRESI Nº 008/03 de 21.10.03, sem averbação das benfeitorias.				
<b>PI016</b>	<b>Picos</b>	Av. Helvidio Nunes, 2.810 - Bairro Junco	29.486,00	2.048,00
Observação: Imóvel onde funciona a Unidade Armazenadora de Picos. A Unidade foi reaberta, conforme voto DIGES Nº 006/03 de 16.04.03.				

Fonte: Sistemas de Informações Gerenciais de Imóveis

Por meio do Processo Administrativo nº 21220.000219/2008-50, a Conab celebrou **Contrato de Locação Nº22/2010** com o Banco do Brasil S.A, na data de 20/08/2010, de imóvel de sua propriedade localizado no Bairro Dirceu Arcoverde, com valor mensal de R\$8.000,00 (oito mil reais), em observância ao art. 24, X, Lei 8.666/93; Normas de Organização da Conab – NOC 60.202 – Administração e Controle do Patrimônio e autorização da Diretoria Colegiada da Conab – REDIR Nº945, de 29/10/2010. No ano de 2011, houve reajuste do valor do aluguel para R\$8.639,70 (oito mil, seiscentos e trinta e nove reais e setenta centavos), de acordo com a variação do IGPM, **consistindo em receita para a Companhia.**

A Sureg/PI dispõe de Bem Imóvel de propriedade da União, sob sua responsabilidade, localizado no Pátio de Manobras da extinta Rffsa. No referido imóvel, foram construídos dois armazéns para atendimento das demandas emergenciais. Encontra-se em fase de negociação com a Secretaria de Patrimônio da União – SPU uma solicitação de doação do referido terreno.

De modo geral, os imóveis da Conab no Piauí necessitam de reformas em sua estrutura e adequações para a sua acessibilidade. Especialmente, a Sede da Superintendência em que o prédio data de aproximadamente 30 (trinta) anos.



## 10.6 - Parecer da Auditoria Independente

(Refere-se ao Subitem 12.8 da Parte “D” do Anexo II da DN/TCU Nº 108/2010)

**MOORE STEPHENS**

### PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos

Administradores e acionistas da

Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB

1- Examinamos o balanço patrimonial, as respectivas demonstrações de resultado, das demonstrações de fluxos de caixa e das demonstrações do valor adicionado da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB do período de 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011 assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

#### Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

2- A administração da companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

#### Responsabilidade dos auditores independentes

3- Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

4- Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

5- Nossos exames foram conduzidos de acordo com as Normas Brasileiras de Auditoria prescritas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, aplicáveis no Brasil, que requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a

A Moore Stephens Vector Auditores S/S é firma-membro da Moore Stephens International Limited (MSIL), uma rede mundial de empresas de auditoria, consultoria e contabilidade. A MSIL e suas firmas membro, presentes nas principais cidades do mundo, são entidades legalmente distintas e independentes entre si.

## **MOORE STEPHENS**

adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da entidade, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados, e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da entidade, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### **Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis**

6- As Leis nº 11.638/07 e 11.941/09 (Medida Provisória nº 449/08), com vigência a partir de 1º de janeiro de 2008, alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e resultou em mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil. A companhia não efetuou análise detalhada dos impactos das alterações sobre as demonstrações contábeis do exercício findo em 31/dez/11, consequentemente, não foi possível avaliarmos se os ajustes às demonstrações contábeis seriam ou não necessários em decorrência das alterações introduzidas.

7- Até a data de emissão deste parecer não havíamos recebido as informações requeridas através de procedimentos de circularização dos assessores jurídicos da Companhia, acerca de contingências contra e/ou a favor da Companhia, bem como, a posição dos depósitos vinculados a litígios. Desta forma, considerando que tais informações poderiam alterar os resultados da empresa, não obtivemos evidências suficientes das contas de depósitos vinculados em litígio.

### **Opinião**

8- Em nossa opinião, exceto quanto aos parágrafos 6 e 7, cujos efeitos poderão alterar sobremaneira as posições contábeis ao final do exercício de 2011, as demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB em 31 de dezembro de 2011, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Outros assuntos**

#### **Auditorias especiais realizadas pela Controladoria Geral da União - CGU**

9- Registramos a conclusão do Relatório de Auditoria Especial da Controladoria Geral da República – CGU, nº. 201203850, emitido em 09 de março de 2012, em foram constatadas irregularidades que requerem providências de ressarcimento ao Erário no valor de R\$ 12.196.159,25 (doze milhões, cento e noventa e seis mil, cento e cinquenta e nove reais e vinte e cinco centavos) e apuração de responsabilidades.

10- Registramos, também, as conclusões levadas a efeito no curso dos trabalhos de auditoria especial realizadas pela Controladoria Geral da República – CGU, nº. 00190.021911/2011-41-A, em que evidenciaram deficiências estruturais e pontuais nas áreas de gestão administrativa e operacional da Companhia Nacional de Abastecimento, compreendidas no escopo da auditoria, com destaque para os atos voltados à

A Moore Stephens Vector Auditores S/S é firma-membro da Moore Stephens International Limited (MSIL), uma rede mundial de empresas de auditoria, consultoria e contabilidade. A MSIL e suas firmas-membro, presentes nas principais cidades do mundo, são entidades legalmente distintas e independentes entre si.



## **MOORE STEPHENS**

orientação estratégica da Companhia, à administração de bens móveis quanto à alienação, aquisição e gestão de unidades armazenadoras, à defesa do patrimônio público perante a justiça federal, a execução de programas e ações finalísticas, em especial quanto à aplicação dos instrumentos de subvenção econômica destinados ao pagamento de prêmio para o escoamento de produtos agrícolas para outras regiões, no sentido de garantir o abastecimento interno e o preço mínimo. Foram, também, identificadas fragilidades na operacionalização e nos procedimentos de pagamento de frete para remoção de estoques públicos.

### **Auditoria do exercício anterior**

11- Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 27 de abril de 2011.

Brasília, 14 de maio de 2012.

**Moore Stephens Vector Auditores S/S**

**CRC-DF 000896/O-1**

**CVM n.º 12.327**

**Fabson Vogel**

**Contador CRC-DF 012038/O-0**

**Sócio**

**Edson Souza Sobrinho**

**Contador CRC-DF 010198/O-4**

**Sócio**

**11 – Governança e Controles**

**(Refere-se ao Item 13 da Parte “D” do Anexo II da DN/TCU N° 108/2010)**

**11.1 – Informações sobre o Controle Interno**

**(Refere-se ao Subitem 13.1 da Parte “D” do Anexo II da DN/TCU N° 108/2010)**

**Quadro CXXXII – Estrutura de Controles Internos da UJ (ver no ANEXO)**

**11.2 – Providência Adotadas para Atendimento das Deliberações dos Órgãos de Controle Interno e Externo**

**(Refere-se ao Subitem 13.2 da Parte “D” do Anexo II da DN/TCU N° 108/2010)**



## 11.2.1 – CGU

### Quadro CXXXIII - Recomendação da CGU

Relatório de Auditoria
<p><b>Número 201109410 - AUDITORIA DE GESTÃO - UNIDADE AUDITADA : 135345 - CONAB SEDE/SUREG PI - UCI EXECUTORA :CONTROLADORIA REGIONAL DA UNIÃO NO ESTADO DO PIAUÍ</b></p> <p>Em atendimento à determinação contida na Ordem de Serviço n.º 201109410, e consoante o estabelecido na Seção III, Capítulo VII da Instrução Normativa SFC n.º 01, de 06/04/2001, foram apresentados os resultados dos exames realizados sobre o processo anual de contas apresentado pela CONAB SEDE/SUREG PI.</p> <p>Os trabalhos de campo conclusivos foram realizados no período de 20/06/2011 a 04/07/2011.</p>
<p><b>CONSTATAÇÃO: (009)</b></p> <p>Impropriedade quanto à renovação da cessão de empregada.</p> <p>Foi detectada a ausência de publicação quanto à renovação de cessão da empregada mat. 1266630. A empregada em questão foi cedida ao Tribunal Regional Eleitoral – TRE/PI (Processo:21220.00501/2007-56), por meio da Portaria n.º 451, de 06/03/2008. A cessão foi renovada em 20/03/2009 por mais um ano (Portaria n.º 662), vencendo em 06/03/2010, sem haver a respectiva renovação até então.</p> <p><b>CAUSA:</b></p> <p>Ausência de controle quanto à publicação de renovação de cessão no DOU.</p>
<p><b>Recomendação:</b></p> <p>Recomendação 1:</p> <p>Fazer gestões junto ao Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, órgão competente, solicitando a publicação no Diário Oficial da União da renovação de cessão da empregada matrícula SIAPE n.º 1266630.</p>
<p><b>Tratamento da Recomendação:</b></p> <p>Questionada por meio da Solicitação de Auditoria n.º 201109410/03, a Conab/SUREG-PI informou, por meio do Ofício n.º 1566 SUREG/PI, de 07/07/2011, que: “...Esta Superintendência esclarece que é de competência do Ministério do Planejamento a publicação referente às prorrogações dos empregados cedidos. In casu, após autorização da prorrogação da cessão da empregada pelo Diretor Administrativo da CONAB/Matriz, os autos do Processo 21220.000501/2007-56 foram encaminhados ao MAPA, que redirecionou-os ao MPOG para realização da publicação da cessão. Os referidos autos chegaram ao Ministério do Planejamento no dia 04/01/2010 e lá se encontram até hoje aguardando publicação.</p> <p>A Conab, em contato com a Divisão de Movimentação de Pessoal do MPOG, recebeu informações de que os autos não haviam sido localizados, razão da ausência da publicação.</p> <p>A CONAB, mediante nova solicitação de pedido de cessão encaminhada pelo TRE/PI em favor da empregada, providenciou abertura de um segundo Processo Administrativo (Processo N.º 21200.000987/2011-47) que se encontra com carga para o Ministério do Planejamento, desde 06/04/2011, com fins de publicação da Portaria.”</p> <p><b>Providências:</b> O Superintendente determinou aos setores competentes a implementação de medida visando sanar as constatações da CGU.</p> <p>A Empregada em questão, cedida ao Tribunal Regional Eleitoral desde março/2008, foi devolvida ao Quadro de Pessoal da Conab em 24/10/2011, face o disposto na Resolução TSE N.º 23.155/2010 que não permite mais a requisição de servidores pertencentes aos quadros de Empresa Pública, as quais possuem personalidade jurídica de direito privado.</p>

## 11.3 – Tratamento das Recomendações da Auditoria Interna

(Refere-se ao Subitem 13.3 da Parte “D” do Anexo II da DN/TCU N° 108/2010)

A Conab possui em sua estrutura um órgão consultivo e de assessoramento denominado Auditoria Interna – AUDIN, subordinada ao Conselho de Administração e vinculada administrativamente à Presidência, com sede em Brasília/DF.

No exercício de 2011, a Audin encaminhou para a Regional do Piauí dois técnicos com a finalidade de acompanhamento da gestão, resultando em dois Relatórios: 14, de 02/09/2011 e 15, de 05/09/2011.

Pelas constatações dos auditores, foram emitidas 44 (quarenta e quatro) recomendações, as quais foram dispostas no Sistema de Auditoria - SIAUDI, *via intranet*. Por meio das informações das providências levadas a efeito pela Superintendência, a Audin deu por solucionadas 35 (trinta e cinco) recomendações e pendentes, 09 (nove). No entanto, as recomendações pendentes já foram solucionadas, conforme descrito no campo de “providências” do **Quadro CXXXI** – Recomendações da Auditoria Interna Pendentes.

**Quadro CXXXIV** - Recomendações da Auditoria Interna Atendidas pela UJ (ver em **ANEXO**)

**Quadro CXXXV** - Recomendações da Auditoria Interna Pendentes (ver em **ANEXO**)

## **ANEXO**

**Quadro XIV - Relação de Entidades Produtoras/Beneficiárias no Piauí - CPR-Doação**  
(Quadro do item 3.2.1.1 alínea c.2)

Item	Entidade Proponente	CNPJ	Origem Recurso	Município	CPR	Valor (R\$)
01	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE PRODUÇÃO E SERVIÇOS DOS AGRICULTORES.	07.941.365/0001-60	MDS	Alto Longá	PI/2011/02/0052	R\$ 112.439,30
					PI/2011/02/0053	R\$112.464,90
					<b>TOTAL: R\$224.904,20</b>	
02	ASSOCIAÇÃO MISTA AGROINDUSTRIAL DOS PLANTADORES DE CANA-DE-AÇÚCAR E FABRICANTE DE RAPADURA.	07.965.061/0001-32	MDS	Boa Hora	PI/2010/02/0108	R\$99.992,10
					PI/2010/02/0097	R\$99.995,70
					<b>TOTAL: R\$199.987,80</b>	
03	COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR DO TERRITÓRIO ENTRE RIOS – FRUTO DAQUI.	07.669.893/0001-01	MDS	José de Freitas	PI/2010/02/0093	R\$99.955,00
					PI/2010/02/0091	R\$94.028,80
					<b>TOTAL: R\$193.983,80</b>	
04	ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS AGRICULTORES FAMILIARES DE CRISTINO CASTRO – PI.	14.090.064/0001-35	MDS	Cristino Castro	PI/2011/02/0176	R\$95.672,30
					PI/2011/02/0185	R\$95.526,15
					<b>TOTAL: R\$191.198,45</b>	
05	ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS AGRICULTORES DE CRISTALÂNDIA	13.013.827/0001-81	MDS	Cristalândia	PI/2011/02/0182	R\$93.364,50
					PI/2011/02/0029	R\$93.080,00
					<b>TOTAL: R\$188.444,50</b>	
06	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO ASSENTAMENTO BARRA DO SAMBITO	05.607.620/0001-07	MDS	Alto Longá	PI/2011/02/0128	R\$89.986,10
					PI/2011/02/0124	R\$89.983,60
					<b>TOTAL: R\$179.969,70</b>	
07	ASSOCIAÇÃO DE MULHERES PRODUTORAS RURAIS NA AGRICULTURA FAMILIAR DO MUNICÍPIO DE JOSÉ DE FREITAS	12.781.446/0001-80	MDS	José de Freitas	PI/2010/02/0092	R\$98.840,00
					PI/2011/02/0166	R\$67.500,00
					<b>TOTAL: R\$166.340,00</b>	



08	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E PEQUENOS PRODUTORES DO ESTADO DO PIAUÍ.	02.428.671/0001-83	MDS	Picos	PI/2011/02/0045	R\$14.369,00
					PI/2011/02/0042	R\$48.702,00
					PI/2011/02/0043	R\$10.650,00
					PI/2011/02/0054	R\$21.696,00
					PI/2011/02/0049	R\$3.490,00
					PI/2011/02/0048	R\$6.800,00
					PI/2011/02/0047	R\$31.003,00
					PI/2011/02/0046	R\$17.165,00
					<b>TOTAL: R\$153.875,00</b>	
09	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE PRODUÇÃO E SERVIÇOS DOS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DO MUNICÍPIO DE COIVARAS.	10.819.317/0001-08	MDS	Coivaras	PI/2011/02/0112	R\$143.934,30
10	ASSOCIAÇÃO DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS DO COCO BABAÇU DA MICROREGIÃO DO BAIXO PARNAÍBA PIAUIENSE.	06.788.965/0001-77	MDS	Piripiri	PI/2010/02/0114	R\$121.126,00
					PI/2011/02/0153	R\$16.285,00
					<b>TOTAL: R\$137.411,00</b>	

Fonte: Geose/Sureg-PI

**Quadro LV – Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2009, 2010 e 2011**  
(Quadro do item 9.5.5)

	2009	2010	2011
<b>(-) DESPESAS DE PESSOAL</b>	<b>8.554.941,27</b>	<b>10.723.823,93</b>	<b>12.287.994,84</b>
<b>VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS</b>	<b>5.929.905,70</b>	<b>7.517.296,56</b>	<b>8.581.854,91</b>
331901101 VENCIMENTOS E SALARIOS	3.635.624,85	4.403.588,17	4.896.498,03
331901105 INCORPORACOES	58.460,70	63.546,96	62.048,88
331901110 ADICIONAL DE INSALUBRIDADE	19.648,00	24.324,00	19.612,00
331901131 GRATIFICACAO P/EXERCICIO DE CARGOS	177.000,00	1.000,00	1.000,00
331901133 GRATIFICACAO POR EXERCICIO DE FUNCOES	384.871,68	495.208,85	676.815,07
331901137 GRATIFICACAO POR TEMPO DE SERVICO	553.192,19	671.752,47	885.697,58
331901142 FERIAS VENCIDAS E PROPORCIONAIS	0	2.501,75	7.810,59
331901143 13 SALARIO	620.197,46	780.887,83	928.613,15
331901144 FERIAS - ABONO PECUNIARIO	163.164,97	204.656,52	244.071,14
331901145 FERIAS - ABONO CONSTITUCIONAL	139.541,78	175.456,02	201.507,31
331901146 FERIAS - PAGAMENTO ANTECIPADO	193.197,07	232.571,29	266.662,89
331901147 LICENCA-PREMIO	88.401,90	535.586,27	402.541,20
523170203 CREDITOS P/ACERTO FINANC.C/EX-SERVIDORES	149.124,12	212.973,81	243.598,79
623170203 (-)CREDITOS P/ACERTO FINANC.C/EX-SERVIDORES	-220.853,83	-347.173,49	-228.281,18
523310701 PROVISAO PARA DECIMO TERCEIRO SALARIO	386.320,27	486.955,40	546.219,75
623310701 (-)PROVISAO PARA DECIMO TERCEIRO SALARIO	-386.320,27	-486.955,40	-546.219,75
523310702 PROVISAO PARA FERIAS	735.436,68	959.977,42	1.070.050,45
623310702 (-)PROVISAO PARA FERIAS	-686.294,09	-798.554,12	-1.025.566,00
523170502 ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS - NAO FINANCEIROS	392.673,23	446.970,46	533.564,59
613120500 (-)ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	-473.481,01	-547.977,65	-604.389,58
<b>OBRIGACOES PATRONAIS</b>	<b>2.171.083,79</b>	<b>2.673.898,87</b>	<b>3.081.764,92</b>
331901301 F.G.T.S.	494.953,95	568.736,64	653.294,58
331911304 CONTRIBUICAO DE SALARIO EDUCACAO	154.536,19	177.941,11	203.844,80
523310708 ENCARGOS SOCIAIS SOBRE PROVISÕES	350.426,98	521.961,76	585.199,19
331911314 MULTAS INDEDUTÍVEIS	7,98	0	0
623310708 (-) ENCARGOS SOCIAIS SOBRE PROVISÕES	-333.325,37	-447.180,76	-568.532,26
331911302 CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - INSS	1.441.543,82	1.650.408,65	1.902.035,53
331911309 SEGUROS DE ACIDENTES DO TRABALHO	62.938,21	202.031,47	305.923,08
331901314 MULTAS INDEDUTIVEIS	2,03	0	0
<b>OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL</b>	<b>336.784,65</b>	<b>381.101,18</b>	<b>410.656,78</b>

331909401 INDENIZACOES E RESTITUICOES TRAB.- ATIVO CIVIL	11.599,62	7.040,57	0
331901632 SUBSTITUICOES	24.113,80	26.966,97	30.653,44
331909201 DESP.EXERCICIOS ANTERIORES-ATIVO CIVIL	544,17	0	0
331909201 DESP.EXERCICIOS ANTERIORES-ATIVO CIVIL	0	0	10.266,75
331901644 SERVICOS EXTRAORDINARIOS	323,48	7.575,55	7.403,43
333904901 INDENIZACAO AUXILIO-TRANSPORTE	141.633,58	164.525,64	200.907,71
331900801 AUXILIO FUNERAL ATIVO CIVIL	36.850,00	34.203,50	26.029,50
333900850 AUXILIO ESCOLA-ACORDO COLETIVO	29.040,00	34.580,30	33.800,00
333900849 AUXILIO DEFICIENTE - ACORDO COLETIVO	28.560,00	33.409,25	42.854,75
333900855 AUXILIO CRECHE	64.120,00	72.799,40	58.741,20
<b>SENTENCAS JUDICIARIAS E DEP.COMPULSORIOS</b>	<b>117.167,13</b>	<b>151.527,32</b>	<b>213.718,23</b>
331909132 SENT.JUDIC.TRANS.JULG.CAR.UNICO- ATIVO CIVIL	92.148,96	150.470,24	87.915,05
331906703 DEPOSITOS PARA RECURSOS	1.496.167,39	684.403,85	56.184,24
523170602 RECURSOS VINCULADOS	30.493,48	98.438,34	191.264,73
613120300 (-)DEPOSITOS REALIZAVEIS VINCULADOS	-1.501.642,70	-781.785,11	-121.645,79

Fonte: Supor

**Quadro LVIII - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa**  
(Quadro do item 10.1)

Natureza da Movimentação de Crédito		UG Concedente	UG Recebedora	Classificação da Ação	Despesas Correntes		Despesas de Capital		Total (R\$)
					1 Pessoal e Encargos Sociais	3 Outras Despesas Correntes	4 Investimentos	5 Inversões Financeiras	
Movimentação Interna	Recebido	135100	135178	20.122.0352.2272.0001	0,00	-269,81	0,00	0,00	-269,81
		135100	135345	08.244.1049.2792.0001	0,00	-79,42	0,00	0,00	-79,42
		135100	135345	08.605.1049.2802.0001	0,00	-1.520,40	0,00	0,00	-1.520,40
		135100	135345	20.122.0352.2272.0001	3.760.821,95	0,00	0,00	0,00	3.760.821,95
		135100	135345	20.122.0352.2272.0001	0,00	1.145.931,16	11.631,61	0,00	1.157.562,77
		135100	135345	20.122.0352.2829.0001	0,00	4.959,02	0,00	0,00	4.959,02
		135100	135345	20.122.0360.2272.0001	0,00	14.552,95	0,00	0,00	14.552,95
		135100	135345	20.122.1492.2272.0001	0,00	3.020,34	0,00	0,00	3.020,34
		135100	135345	20.125.0352.2137.0001	0,00	8.274,27	0,00	0,00	8.274,27
		135100	135345	20.128.0360.4572.0001	0,00	3.530,00	0,00	0,00	3.530,00
		135100	135345	20.301.0352.2004.0001	0,00	740.720,87	0,00	0,00	740.720,87
		135100	135345	20.301.0352.20CW.0001	0,00	48.989,34	0,00	0,00	48.989,34
		135100	135345	203060352.2012.0001	0,00	1.062.434,40	0,00	0,00	1.062.434,40
		135100	135345	20.331.0352.2011.0001	0,00	50.510,70	0,00	0,00	50.510,70
		135100	135345	20.605.0352.2130.0001	0,00	9.112.164,78	0,00	0,00	9.112.164,78
		135100	135345	20.605.0352.8579.0001	0,00	3.430,39	0,00	0,00	3.430,39
		135100	135345	20.605.0360.4711.0001	0,00	47.097,10	0,00	0,00	47.097,10
		135100	135345	20.692.0352.4710.0001	0,00	13.083,74	0,00	0,00	13.083,74
		135100	135345	28.846.0901.0022.0001	144.099,29	0,00	0,00	0,00	144.099,29
		135100	135541	08.306.1049.2798.0001	0,00	192.858,40	0,00	0,00	192.858,40
		135347	135180	08.244.1049.2792.0001	0,00	-1.423,03	0,00	0,00	-1.423,03
		135347	135345	08.244.1049.2792.0001	0,00	454.444,11	0,00	0,00	454.444,11
		135347	135345	08.605.1049.2802.0001	0,00	368.190,05	0,00	0,00	368.190,05
		135347	135345	21.122.0351.2B83.0001	0,00	2.262,50	0,00	0,00	2.262,50
		135347	135345	21.605.0351.2B81.0001	0,00	0,00	0,00	287.100,00	287.100,00
		135347	135345	08.306.1049.2798.0001	0,00	4.381.703,35	0,00	0,00	4.381.703,35

Natureza da Movimentação de Crédito		UG Concedente	UG Recebedora	Classificação da Ação	Despesas Correntes		Despesas de Capital		Total
					1 Pessoal e Encargos Sociais	3 Outras Despesas Correntes	4 Investimentos	5 Inversões Financeiras	
Movimentação Interna	E n v i a d o	135348	135345	20.605.0352.2130.0001	0.00	0.00	0.00	14.750.00	14.750.00
		135181	135100	20.605.0352.2130.0001	0.00	0.00	0.00	891.318.08	891.318.08
		135345	135100	20.122.0352.2272.0001	0.00	46.702.37	2.565.94	0.00	49.268.31
		135345	135100	20.122.0360.2272.0001	0.00	324.99	0.00	0.00	324.99
		135345	135100	20.125.0352.2137.0001	0.00	11.18	0.00	0.00	11.18
		135345	135100	20.301.0352.2004.0001	0.00	28.660.00	0.00	0.00	28.660.00
		135345	135100	203060352.2012.0001	0.00	82.045.60	0.00	0.00	82.045.60
		135345	135100	20.331.0352.2011.0001	0.00	238.10	0.00	0.00	238.10
		135345	135100	20.605.0352.8579.0001	0.00	233.07	0.00	0.00	233.07
		135345	135100	20.605.0360.4711.0001	0.00	205.97	0.00	0.00	205.97
		135345	135100	20.692.0352.4710.0001	0.00	646.62	0.00	0.00	646.62
		135463	135100	20.605.0352.2130.0001	0.00	0.00	0.00	40.194.38	40.194.38

Fonte: Siafi

**Quadro CXXVIII - Composição Acionária da UJ como investidora**  
(Quadro do item 10.4)

INVESTIMENTOS PERMANENTES EM OUTRAS SOCIEDADES					
UJ COMO INVESTIDORA - POSIÇÃO EM 31/12/2011					
<b>Denominação completa:</b>					
Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB					
Ações Ordinárias - %					
Investida	Quantidade	Obs.	31/12/2009 (R\$)	31/12/2010 (R\$)	31/12/2011 (R\$)
Centrais Elétricas Brasileira - Eletrobrás	23	CONAB	3,16	3,16	3,16
Cia de Arms e Silos do Est. de Goiás	8.433.253.224	CONAB	6.480.083,63	6.480.083,63	6.480.083,63
Fund. Nac. de Desenvolvimento – FND (1)	1.110.475,12	CONAB	69.074,55	69.074,55	69.074,55
Cia de Armaz Gr. e Entrepósitos do Acre	232.798	BNDES	739.574,91	739.574,91	739.574,91
Banco da Amazônia S/A (1)	600.989	CONAB	137.559,31	137.559,31	137.559,31
Cia Ind. Prod. Agrop. do Maranhão-COPEMA	367.252,99	CONAB	541.998,85	541.998,85	541.998,85
Banco do Nordeste do Brasil S/A (1)	82.746	CONAB	81.444,72	81.444,72	81.444,72
Cia Integrada Des. Agrop. de AL. - CIDAL	1.099.730	CONAB	78,18	78,18	78,18
Cia de Abast. Armaz. Gr. do Est. PE - CAGEPE	2.000.000	CONAB	96.486,58	96.486,58	96.486,58
Cia de Armaz. e Silos do Est. MG - CASEMG	742.667.252	BNDES	3.784.748,87	3.784.748,87	3.784.748,87
Cia Bras. De Participação Agroin. - BRASAGRO	1.723.142.393	CONAB	13.441,19	13.441,19	13.441,19
Lafarge Brasil S/A	6.946	BNDES	12.584,40	12.584,40	12.584,40
Cia Armaz. e Silos do Espírito Santo - CASES	334.774.835	CONAB	180.016,28	180.016,28	180.016,28
Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (2)	19.203	CONAB	840,02	840,02	840,02
Logasa Indústria e Comércio S/A	11.840	BNDES	5.262,30	5.262,30	5.262,30
Federal de Seguros S/A	1.225.365	CONAB	63,44	63,44	63,44
Hotel Morada do Sol S/A	10.072	CONAB	34.694,02	34.694,02	34.694,02
CEAGESP - Cia de Ent. Arm. Gr. de S. Paulo	108.858	BNDES	962.333,73	962.333,73	962.333,73
Cia Desenv. Agrop. Do Paraná – CODAPAR	159.025,149	CONAB	2.918.437,66	2.918.437,66	2.918.437,66
Comfio - Cia Catarinense de Fiação	64.137	BNDES	1.047,43	1.047,43	1.047,43
CIDASC - Cia Integ. Desenv.Agrícola SC	5.293.553	BNDES	9.251,20	9.251,20	9.251,20
CESA - Cia Est. de Silos e Arms.	341.082,874	BNDES	8.214.743,55	8.214.743,55	8.214.743,55
<b>Total</b>	<b>11.246.571.800</b>	=====	<b>24.283.767,98</b>	<b>24.283.767,98</b>	<b>24.283.767,98</b>

## ...Continuação do Quadro CXXVIII

Ações Preferenciais - %					
Investida	Quantidade	Obs.	31/12/2009 (R\$)	31/12/2010 (R\$)	31/12/2011 (R\$)
Centrais Elétricas Brasileira - Eletrobrás	21.841	BNDES	838.265,17	838.265,17	838.265,17
Sanyo da Amazônia S/A	225.439	BNDES	840,02	840,02	840,02
Ribeiro Cordeiro Ind. Com. – Ricosa	4.244	BNDES	334.135,09	334.135,09	334.135,09
Ciapesc - Cia Amazônica de Pesca	423.442	CONAB	7.260,99	7.260,99	7.260,99
Frigorífico Vale do Tocantins S/A	696	CONAB	232.646,57	232.646,57	232.646,57
Vicunha Têxtil S/A	10	BNDES	1.720,50	1.720,50	1.720,50
Agrícola Vale do Mangereba Ltda	24.034	CONAB	35.304,54	35.304,54	35.304,54
Cicanorte - Ind. de Conservas	1.581	BNDES	8.411,24	8.411,24	8.411,24
CCN - Cia de Coco do Nordeste	70.229	BNDES	4.906,60	4.906,60	4.906,60
Procter e Gamble do Nordeste S/A	1.939.798	BNDES	1.395,27	1.395,27	1.395,27
Cia de Armaz. e Silos do Est. MG - CASEMG	1.963.531.952	BNDES	10.006.467,00	10.006.467,00	10.006.467,00
Logasa Indústria e Comércio S/A	78.040	BNDES	34.684,95	34.684,95	34.684,95
Ornato - Industrial de Pisos e Azulejos	532.101	BNDES	394,02	394,02	394,02
Companhia Paranaense de Energia - COPEL	6	BNDES	840,03	840,03	840,03
Ciama Exp. Ind. e Exportadora Ltda	141.008	CONAB	4.542,66	4.542,66	0,00
Comfio - Cia Catarinense de Fiação	214.806	BNDES	3.508,03	3.508,03	3.508,03
Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S/A	11.374	BNDES	48.691,22	48.691,22	48.691,22
Refinadora Catarinense S/A	356	BNDES	16.513,39	16.513,39	16.513,39
<b>Total</b>	<b>1.967.220.957</b>	<b>=====</b>	<b>11.580.527,29</b>	<b>11.580.527,29</b>	<b>11.575.984,63</b>

Observação: Título em poder do BNDES e CONAB

(1) Quotas do Fundo Nacional de Desenvolvimento, Fundo de Investimento da Amazônia e do Nordeste

(2) Quotas do Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo

**Quadro CXXXII - Estrutura de Controles Internos da UJ**  
(Quadro do item 11.1)

<b>Aspectos do sistema de controle interno</b>	<b>Avaliação</b>				
<b>Ambiente de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
<b>Avaliação de Risco</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		X			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
<b>Procedimentos de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.		X			
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		X			
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.		X			
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		X			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas		X			



Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
avaliações sofridas.					
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.		X			
<b>Considerações gerais:</b>					
<b>LEGENDA</b>					
<b>Níveis de Avaliação:</b>					
<b>(1) Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
<b>(2) Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
<b>(3) Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
<b>(4) Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
<b>(5) Totalmente válido.</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

Fonte: Sureg-PI

**Quadro CXXXIV - Recomendações da Auditoria Interna Atendidas pela UJ**  
(Quadro do item 11.3)

<b>Relatório de Auditoria</b>
<b>14/2011 - (ACG) - SUREG PI/PI - SUARM/DF</b>
<b>Constatação:</b>
1080 - A Sureg/PI mantém com a empresa Futura Serviços Profissionais Administrativos Ltda o Contrato n.º 23/2010, referente à prestação de serviços de braçagem em todas as Unidades Armazenadoras, para a movimentação de carga e descarga dos produtos agropecuários e de prestação de outros serviços que lhe sejam correlatos e complementares, assinado em 1.10.2010 com vigência de 12 meses, contados da data de assinatura, podendo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos até o limite de 60 meses. Mediante a emissão da SA n.º 003/2011, de 26.7.2011, solicitou-se à gerência da UA/Picos a apresentação da cópia do contrato de prestação de serviços de braçagem com a empresa Futura. O documento não foi localizado na UA, impedindo-se a análise pela equipe de auditores. A UA não possui o controle de entrada e saída de pessoas estranhas em suas dependências, incluindo os que prestam serviços de braçagem à empresa Futura. A circulação dessas pessoas implica em riscos às atividades operacionais, ao produto armazenado e ao patrimônio da Companhia. Diante dos questionamentos efetuados pela equipe de auditores, das respostas oferecidas pelo auditado e do que foi constatado na documentação examinada, recomendamos:
<b>Recomendação:</b>
1080.1 - A UA/Picos deverá providenciar o controle de entrada e saída de pessoas estranhas ao quadro de empregados da Unidade, inclusive dos trabalhadores terceirizados.
<b>Tratamento das Recomendações</b>
<b>de regina.franco em 27/09/2011 como Pendente</b> A Sureg PI encaminhou E-mail às Unidades Armazenadoras, anexando cópia dos Formulários de Entrada e Saída de Pessoas, para sua imediata utilização.
<b>de luiz.campos em 28/09/2011 como SOLUCIONADO</b> Atribuímos neste item o "status" de SOLUCIONADO em face da resposta oferecida pelo auditado atender à recomendação deste Relatório.
<b>Recomendação:</b>
1080.2 - A UA/Picos deverá providenciar junto à Sureg/PI cópia do contrato de prestação de serviços de braçagem e manter o documento na Unidade.
<b>Tratamento das Recomendações:</b>
<b>de regina.franco em 27/09/2011 como Pendente</b> A SUREG PI encaminhou, por meio de e-mail, cópia do Contrato de Braçagem e Ato de Superintendência designando o Fiscal do Contrato.
<b>de luiz.campos em 28/09/2011 como SOLUCIONADO</b> Atribuímos neste item o "status" de SOLUCIONADO em face da resposta oferecida pelo auditado atender à recomendação deste Relatório.
<b>Constatação:</b>
1081 - A Sureg/PI mantém com a empresa Futura Serviços Profissionais Administrativos Ltda o Contrato n.º 23/2010, referente à prestação de serviços de braçagem em todas as Unidades Armazenadoras, para a movimentação de carga e descarga dos produtos agropecuários e de prestação de outros serviços que lhe sejam correlatos e complementares, assinado em 1.10.2010 com vigência de 12 meses, contados da data de assinatura, podendo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos até o limite de 60 meses. Mediante a emissão da SA n.º 05/2011, de 27.7.2011, solicitou-se à gerência da UA/Floriano a apresentação da cópia do contrato de prestação de serviços de braçagem com a empresa Futura. O documento não foi localizado na UA, impedindo-se a análise pela equipe de auditores. A UA não possui o controle de entrada e saída de pessoas estranhas em suas dependências, incluindo os que prestam serviços de braçagem à empresa Futura. A circulação dessas pessoas implica em riscos às atividades operacionais, ao produto armazenado e ao patrimônio da Companhia. Diante dos questionamentos efetuados pela equipe de auditores, das respostas oferecidas pelo auditado e do que foi constatado na documentação examinada, recomendamos:
<b>Recomendação:</b>
1081.1 - A UA/Floriano deverá providenciar junto à Sureg/PI cópia do contrato de prestação de serviços de braçagem

e manter o documento na Unidade.
<b>Tratamento das Recomendações:</b>
<p><b>de regina.franco em 27/09/2011 como Pendente</b> A SUREG PI encaminhou, por meio de e-mail, cópia do Contrato de Braçagem e Ato de Superintendência designando o Fiscal do Contrato.</p> <p><b>de luiz.campos em 28/09/2011 como SOLUCIONADO</b> Atribuímos neste item o "status" de SOLUCIONADO em face da resposta oferecida pelo auditado atender a recomendação deste Relatório.</p>
<b>Recomendação:</b>
1081.2 - A UA/Florianópolis deverá providenciar o controle de entrada e saída de pessoas estranhas ao quadro de empregados da Unidade, inclusive dos trabalhadores terceirizados.
<b>Tratamento das Recomendações:</b>
<p><b>de regina.franco em 27/09/2011 como Pendente</b> A Sureg PI encaminhou E-mail às Unidades Armazenadoras, anexando cópia dos Formulários de Entrada e Saída de Pessoas, para sua imediata utilização.</p> <p><b>de luiz.campos em 28/09/2011 como SOLUCIONADO</b> Atribuímos neste item o "status" de SOLUCIONADO em face da resposta oferecida pelo auditado atender a recomendação deste Relatório.</p>
<b>Constatação:</b>
1083 - A Sureg/PI mantém com a empresa Futura Serviços Profissionais Administrativos Ltda o Contrato n.º 23/2010, referente à prestação de serviços de braçagem em todas as Unidades Armazenadoras, para a movimentação de carga e descarga dos produtos agropecuários e de prestação de outros serviços que lhe sejam correlatos e complementares, assinado em 1.10.2010 com vigência de 12 meses, contados da data de assinatura, podendo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos até o limite de 60 meses. Mediante a emissão da SA n.º 06/2011, de 29.7.2011, solicitou-se à gerência da UA/Parnaíba a apresentação da cópia do contrato de prestação de serviços de braçagem com a empresa Futura. O documento não foi localizado na UA, impedindo-se a análise pela equipe de auditores. A UA não possui o controle de entrada e saída de pessoas estranhas em suas dependências, incluindo os que prestam serviços de braçagem à empresa Futura. A circulação dessas pessoas implica em riscos às atividades operacionais, ao produto armazenado e ao patrimônio da Companhia. Diante dos questionamentos efetuados pela equipe de auditores, das respostas oferecidas pelo auditado e do que foi constatado na documentação examinada, recomendamos:
<b>Recomendação:</b>
1083.1 - A UA/Parnaíba deverá providenciar junto à Sureg/PI cópia do contrato de prestação de serviços de braçagem e manter o documento na Unidade.
<b>Tratamento das Recomendações:</b>
<p><b>de regina.franco em 27/09/2011 como Pendente</b> A SUREG PI encaminhou, por meio de e-mail, cópia do Contrato de Braçagem e Ato de Superintendência designando o Fiscal do Contrato.</p> <p><b>de luiz.campos em 28/09/2011 como SOLUCIONADO</b> Atribuímos neste item o "status" de SOLUCIONADO em face da resposta oferecida pelo auditado atender a recomendação deste Relatório.</p>
<b>Recomendação:</b>
1083.2 - A UA/Parnaíba deverá providenciar o controle de entrada e saída de pessoas estranhas ao quadro de empregados da Unidade, inclusive dos trabalhadores terceirizados.
<b>Tratamento das Recomendações:</b>
<p><b>de regina.franco em 27/09/2011 como Pendente</b> A Sureg PI encaminhou E-mail às Unidades Armazenadoras, anexando cópia dos Formulários de Entrada e Saída de Pessoas, para sua imediata utilização.</p> <p><b>de luiz.campos em 28/09/2011 como SOLUCIONADO</b> Atribuímos neste item o "status" de SOLUCIONADO em face da resposta oferecida pelo auditado atender a recomendação deste Relatório.</p>

**Constatação:**

1084 - Analisando a documentação da equipe inventariante designada pelo Ato n.º 017/2011, para realizar o inventário de transferência de responsabilidade definitiva da gerência da UA/Parnaíba, verificamos que no Relatório Final emitido em 18.4.2011 os inventariantes noticiam a ocorrência da falta do patrimônio n.º 83.377 (balança de precisão Motomko), de uso da própria unidade armazenadora. Em entrevista com a gerência e demais empregados da UA, foi informado que o patrimônio não foi localizado, e o assunto está sendo tratado por meio de um processo administrativo que se encontra de posse da Sureg/PI, informação também do Relatório Final da Comissão Inventariante. Também não foi localizada, em meio a documentação apresentada, a cópia do Ato n.º 017/2011 que designou a comissão inventariante citada. Diante do que foi constatado na documentação examinada, recomendamos:

**Recomendação:**

1084.1 - A UA/Parnaíba deverá providenciar junto à Sureg/PI a cópia do Ato n.º 017/2011 que designou a equipe para realizar o inventário de transferência de responsabilidade definitiva da gerência da UA/Parnaíba, juntando o documento ao relatório final emitido pela citada comissão e que se encontra na referida unidade armazenadora.

**Tratamento das Recomendações:****de luiz.campos em 28/09/2011 como SOLUCIONADO**

Atribuímos neste item o "status" de SOLUCIONADO em face da resposta oferecida pelo auditado atender a recomendação deste Relatório.

**de regina.franco em 28/09/2011 como Pendente**

Encaminhamos, via e-mail, cópia do Ato Super n.º 17/2011 e Relatório da Comissão de Inventário, para que a Unidade Armazenadora de Parnaíba mantenha arquivada para eventual consulta.

**Recomendação:**

1084.2 - A Sureg/PI deverá manifestar-se sobre a localização do bem registrado como patrimônio n.º 83.377, citado no Relatório Final da equipe inventariante designada pelo Ato n.º 017/2011. Não logrando êxito, essa Sureg deverá adotar procedimentos de instauração de processo de apuração de responsabilidade. Informar à Audin sobre os resultados.

**Tratamento das Recomendações:****de em 03/10/2011 como SOLUCIONADO**

Atribuímos neste item o "status" SOLUCIONADO em face da resposta oferecida pelo auditado atender a recomendação deste Relatório.

**de regina.franco em 03/10/2011 como Pendente**

Por meio de Relatório, a Comissão realizou inventário de Bens e Mercadorias na Unidade Armazenadora de Parnaíba, constatando o ausência de 02 (dois) Equipamentos: Patrimônios 83.376 e 83.377. Em relação ao primeiro, este foi localizado na própria Unidade. Quanto ao Equipamento: Balança de Precisão, Patrimônio 83.377, o empregado Domingos Alves Freitas declarou ser de sua responsabilidade o seu desaparecimento, eis que levou da unidade, sem a devida autorização. Assim, autorizou a cobrança do equipamento, de forma parcelada, a título de ressarcimento. A Gerência encontra-se instruindo o Processo Administrativo, realizando Pesquisa de Preços do equipamento. Os autos encontram-se com carga à GEOSE para maior detalhamento do equipamento desaparecido.

**Constatação:**

1085 - A Sureg/PI mantém com a empresa Futura Serviços Profissionais Administrativos Ltda o Contrato n.º 23/2010, referente à prestação de serviços de braçagem em todas as Unidades Armazenadoras, para a movimentação de carga e descarga dos produtos agropecuários e de prestação de outros serviços que lhe sejam correlatos e complementares, assinado em 1.10.2010 com vigência de 12 meses, contados da data de assinatura, podendo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos até o limite de 60 meses. Analisando a cópia do contrato que se encontra em poder da UA/Teresina, consta na Cláusula Sétima a obrigação da contratada em fazer o seguro de seus trabalhadores contra riscos de acidentes. Solicitou-se ao gerente da UA a apresentação da apólice que comprova a contratação do seguro por parte da contratada, no entanto o documento não foi encontrado e o gestor da UA, inclusive, não soube informar se o seguro chegou a ser providenciado pela contratada. Diante disso, instruiu-se ao gerente da UA que providenciasse o encaminhamento de um comunicado à Sureg/PI tratando do assunto. Posteriormente apresentaram-nos uma cópia da CI UA/Teresina n.º 131/2011, de 4.8.2011, encaminhada à Sureg/PI, solicitando providências junto à contratada no sentido de cumprir com o contrato. A UA não possui o controle de entrada e saída de pessoas estranhas em suas dependências, incluindo os que prestam serviços de braçagem à empresa Futura. A circulação dessas pessoas implica em riscos às atividades operacionais, ao produto armazenado e ao patrimônio da Companhia. Diante dos questionamentos efetuados pela equipe de auditores, das respostas oferecidas pelo auditado e do que foi constatado na

documentação examinada, recomendamos:
<b>Recomendação:</b>
1085.1 - A UA/Teresina deverá cobrar da empresa Futura Serviços Profissionais Administrativos Ltda, para que apresente, em caráter de urgência, a apólice de seguro de seus trabalhadores contra riscos de acidentes, situação prevista no contrato de prestação de serviços de braçagem n.º 23/2010.
<b>Tratamento das Recomendações:</b>
<p><b>de luiz.campos em 03/10/2011 como SOLUCIONADO</b>  Atribuímos neste item o "status" SOLUCIONADO em face da resposta oferecida pelo auditado atender a recomendação deste Relatório.</p> <p><b>de regina.franco em 03/10/2011 como Pendente</b>  Em anexo, Extrato - Apólice de Seguro encaminhada pela Empresa Contratada.</p> <p><b>de luiz.campos em 03/10/2011 como Pendente</b>  A pendência será baixada quando da apresentação da apólice do seguro contratado pela empresa Futura.</p> <p><b>de regina.franco em 03/10/2011 como Pendente</b>  Em conformidade com a cláusula contratual, foi solicitado à Empresa Contratada que encaminhe, com a devida urgência, a Apólice de Seguro dos trabalhadores contra risco de incêndio. Permanecemos no aguardo de resposta.</p>
<b>Recomendação:</b>
1085.2 - A UA/Teresina deverá adotar o controle de entrada e saída de pessoas estranhas ao quadro de empregados da Unidade, inclusive dos trabalhadores terceirizados.
<b>Tratamento das Recomendações:</b>
<p><b>de regina.franco em 27/09/2011 como Pendente</b>  A Sureg PI encaminhou E-mail às Unidades Armazenadoras, anexando cópia dos Formulários de Entrada e Saída de Pessoas, para sua imediata utilização.</p> <p><b>de luiz.campos em 28/09/2011 como SOLUCIONADO</b>  Atribuímos neste item o "status" de SOLUCIONADO em face da resposta oferecida pelo auditado atender a recomendação deste Relatório.</p>
<b>Constatação:</b>
1086 - Conforme registro no Demonstrativo de Estoque e Faturamento – DEF, no período de janeiro a julho de 2011, encontram-se depositadas no armazém da UA/Teresina, CDA 65.0287.0117-2, mercadorias diversas pertencentes ao Ministério da Integração Nacional – MIN/Secretaria da Defesa Civil, cujo valor fiscal é de R\$1.343.841,00 declarado no documento Posição Clientes/Lote, emitido em 3.8.2011. As mercadorias começaram a ser depositadas em 26.5.2008, conforme Nota Fiscal de Entrada n.º 5903, e o último lote deu entrada no armazém em 10.7.2009, conforme Nota Fiscal de Entrada n.º 06496. Constatou-se que a UA/Teresina não faz a cobrança das despesas de armazenagem das mercadorias depositadas no citado armazém. Por meio da SA n.º 07/2011, de 3.8.2011, solicitou-se a cópia da autorização de isenção de cobrança das taxas de armazenagem. Apresentou-se cópia da CI Diges n.º 2089, de 29.10.2008, na qual foi solicitada providência, apenas, de cobrança do seguro. O documento apresentado não atendeu ao que foi solicitado. Diante dos questionamentos efetuados pela equipe de auditores, das respostas oferecidas pelo auditado e do que foi constatado na documentação examinada, recomendamos:
<b>Recomendação:</b>
1086.1 - A Sureg/PI deverá providenciar junto à Diretoria de Operações e Abastecimento - Dirab cópia do documento contendo a autorização para a isenção de cobrança das despesas de armazenagem dos produtos pertencentes ao Ministério da Integração Nacional – MIN/Secretaria da Defesa Civil, depositados no armazém CDA 65.0287.0117-2 da UA/Teresina, anexando o documento no Sistema de Auditoria - Siaudi à resposta desta recomendação.
<b>Tratamento das Recomendações:</b>
<p><b>de francisco.mendes em 03/10/2011 como Pendente</b>  Solicitado através fo FAX Sureg/Pi nº 2471, cópia do documento de autorização.</p> <p><b>de luiz.campos em 04/10/2011 como Pendente</b>  Atribuímos neste item o "status" PENDENTE até que seja anexado no Siaudi o documento da Dirab que autoriza a isenção de cobrança das despesas de armazenagem tratada nesta recomendação.</p> <p><b>de regina.franco em 13/10/2011 como Pendente</b>  Em anexo, Fax 2471/2011.</p> <p><b>de luiz.campos em 13/10/2011 como Pendente</b></p>

Continuaremos no aguardo da autorização da Dirab para solucionar a pendência em questão.

**de luiz.campos em 16/11/2011 como Pendente**

Em face do tempo decorrido, atraso de 29 dias, solicitamos a manifestação dessa Sureg visando a solução da pendência relativa à esta Recomendação.

**de em 05/01/2012 como Pendente**

Sugerimos à essa Sureg a cobrança do assunto tratado no FAX Sureg/Pi nº 2471/2011, no sentido de prover solução a esta recomendação.

**de alysson.pegó em 05/01/2012 como Pendente**

De João Soares em 04.01.2012 Solicitada através FAX SUREG/PI Nº 2471 de 03.10.2011 ainda não atendida.

**de alysson.pegó em 05/01/2012 como Pendente**

Continuamos aguardando cópia do documento solicitado pelo fax nº 2471/11 de 03.10.11

**de luiz.campos em 05/01/2012 como Pendente**

Atribuímos neste item o "status" PENDENTE em face da resposta oferecida pelo auditado não atender a recomendação deste Relatório. Pedimos manter esta Audin informada sobre o andamento do assunto.

**de alysson.pegó em 06/02/2012 como Pendente**

Anexamos CI nº 1084 da SUPAB, de 09/11/2011, que responde ao questionamento do FAX SUREG/PI Nº 2471/2011, atendendo a recomendações de explicações por parte da Conab sobre os atos até aqui praticados conforme descrito na recomendação acima, assim como apresentação de documentações complementares como o VOTO DIRAB Nº 27/2009 e DIPAI Nº 09/2009. Atenciosamente, Alysson Pêgo/Superintendente Conab/PI

**de luiz.campos em 09/02/2012 como SOLUCIONADO**

Tendo em vista a manifestação conclusiva do auditado, consideramos o item SOLUCIONADO.

**Constatação:**

1088 - Na documentação examinada na UA/Teresina, Termo de Vistoria e Notificação – TVN n.º 694, de 15.4.2010, e Laudo de Fiscalização Técnico-Operacional de Unidade Armazenadora, documento que acompanha o referido TVN, constatou-se que o empregado matrícula 024501 assinou os documentos emitidos pela UA na função de “classificador de produtos de origem vegetal”. Ocorre que o empregado está enquadrado como ASG IV, na função de armazenista. Durante as entrevistas, constatou-se que a UA não possui classificador no quadro de pessoal e que o serviço de classificação de grãos é efetuado pelo empregado citado, que possui diploma do curso de formação de classificadores de produtos de origem vegetal, expedido em 12.9.1981 pelo então Ministério da Agricultura/Serviço Nacional de Defesa Agropecuária. No Plano de Cargos e Salários e de Benefícios e Vantagens – PCS Conab/91, está previsto que o referido empregado somente pode desempenhar funções típicas do seu enquadramento. Assim, no PCS 1991 o empregado enquadrado como ASG IV pode desempenhar as funções de “armazenista” e “motorista”. Para desempenhar a função de “classificador”, o empregado deve estar no cargo de ATO II, III e IV. Ressalta-se que qualquer movimentação de um cargo para outro somente ocorre mediante concurso público. Consideramos que o ato de um empregado assinar documentos sob a rubrica de uma função diferente daquela em que está enquadrado configura desvio de função, situação que poderá gerar uma demanda judicial trabalhista contra a Companhia. Diante do constatado na documentação examinada e das observações obtidas “in loco”, recomendamos:

**Recomendação:**

1088.1 - A UA/Teresina não deverá permitir que o empregado matrícula 024501 exerça atividades de “classificador”, posto que esta função difere daquelas típicas do cargo ASG IV em que o citado empregado está enquadrado atualmente.

**Tratamento das Recomendações:**

**de em 27/09/2011 como Pendente**

Encaminhado Fax à Unidade Armazenadora de Teresina, com informações das atividades que podem ser exercidas pelo empregado, de acordo com a Descrição de Funções/PCCS/1991, bem como alertando sobre eventual imputação de responsabilidade.

**de regina.franco em 27/09/2011 como Pendente**

Em observância a recomendação da Procuradoria Geral da Conab/Matriz para que afaste os empregados de suas funções quando houver demanda trabalhista pleiteando diferença salarial por desvio de função, a Sureg/PI iniciou trabalho para Adequar as atividades dos empregados aos seus respectivos cargo/função. O Empregado José Inácio de Sousa Filho, Matrícula 024.501, encontra-se demandando contra a Conab. É ASG IV- Armazenista. E, segundo informações do Seade, as suas atividades exercidas estão em conformidade com seu cargo/função. Ainda, foi encaminhado Fax à Unidade Armazenadora de Teresina cientificando a sua chefia imediata e o empregado. Documentos, em anexo.

**de luiz.campos em 28/09/2011 como SOLUCIONADO**

Atribuímos neste item o "status" de SOLUCIONADO em face da resposta oferecida pelo auditado atender à



recomendação deste Relatório.
<b>Recomendação:</b>
1088.2 - A UA/Teresina deverá orientar o empregado matrícula 024501 para que doravante passe a assinar os documentos emitidos na UA somente como armazenista, função em que se encontra enquadrado.
<b>Tratamento das Recomendações:</b>
<p><b>de regina.franco em 27/09/2011 como Pendente</b> Em observância a recomendação da Procuradoria Geral da Conab/Matriz para que afaste os empregados de suas funções quando houver demanda trabalhista pleiteando diferença salarial por desvio de função, a Sureg/PI iniciou trabalho para Adequar as atividades dos empregados aos seus respectivos cargo/função. O Empregado José Inácio de Sousa Filho, Matrícula 024.501, encontra-se demandando contra a Conab. É ASG IV- Armazenista. E, segundo informações do Seade, as sua atividades exercidas estão em conformidade com seu cargo/função. Ainda, foi encaminhado Fax à Unidade Armazenadora de Teresina cientificando a sua chefia imediata e o empregado.</p> <p><b>de luiz.campos em 28/09/2011 como SOLUCIONADO</b> Atribuímos neste item o "status" de SOLUCIONADO em face da resposta oferecida pelo auditado atender à recomendação deste Relatório.</p>
<b>Recomendação:</b>
1088.3 - A Sureg/PI deverá providenciar para a UA/Teresina um empregado que esteja devidamente enquadrado na função de "classificador" para desempenhar as atividades típicas de classificação de grãos naquela UA. Adotar o mesmo procedimento para as demais UAs, evitando, assim, de incorrer em atos de desvio de função.
<b>Tratamento das Recomendações:</b>
<p><b>de regina.franco em 03/10/2011 como Pendente</b> O Posto de Classificação está localizado na Sede da Superintendência, havendo 02 ( dois) classificadores para o desempenho das atividades: Raimundo Nonato da Silva Reis e Eduardo Evelin Vasconcelos. Os referidos empregados realizam as atividades de Classificação na Unidade de Teresina, não havendo necessidade de serem lotados na referida Unidade. Ainda, realizam os serviços para as demais Unidades Armazenadores (Picos e Floriano), seja por meio do envio de amostras, como in loco. Ressaltamos que na Unidade Armazenadora de Parnaíba temos um Classificador: Domingos Alves Freitas. A</p> <p><b>de luiz.campos em 03/10/2011 como SOLUCIONADO</b> Atribuímos neste item o "status" SOLUCIONADO em face da resposta oferecida pelo auditado atender a recomendação deste Relatório.</p>
<b>Constatação:</b>
1091 - Constatou-se que os empregados lotados nas UAs de Floriano e Parnaíba não estão realizando os exames periódicos dentro do cronograma estabelecido pela coordenação do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO. Assim, não está sendo emitido pelo médico credenciado o competente Atestado de Saúde Ocupacional para os empregados lotados nessas UAs. Consoante estabelecido nas Normas da Organização – Código 60.107 o exame médico ocupacional é obrigatório, conforme disposto na Norma Regulamentadora n.º 1 (NR-1), da Portaria MTb n.º 3.214/78. O não cumprimento do exame, no prazo estipulado pela Companhia, constitui ato faltoso, ficando o empregado sujeito a punição de acordo com as Normas da Organização - Regulamento de Pessoal - 10.105. A justificativa apresentada pela não realização dos exames periódicos é a falta de recursos para o custeio das diárias para o deslocamento dos empregados até Teresina. Tal deslocamento é necessário porque nesses municípios inexitem clínicas credenciadas.
<b>Recomendação:</b>
1091.1 - Recomendamos à Sureg/PI informar à Diretoria Administrativa - Dirad as pendências relacionadas aos exames periódicos dos empregados das UAs de Floriano e Parnaíba e solicitar os recursos necessários para o custeio de deslocamento dos funcionários até Teresina, ou apresentar alternativa visando a sanar a referida pendência.
<b>Tratamento das Recomendações:</b>
<p><b>de regina.franco em 27/09/2011 como Pendente</b> A Regional solicitou informações, por meio de e-mail, à PRESI/GABIN acerca do pedido de realização dos exames periódicos.</p> <p><b>de regina.franco em 27/09/2011 como Pendente</b> A Superintendência encaminhou à DIRAD CI 1051, de 02.05.2011, solicitando autorização para deslocamento dos empregados das Unidades de Parnaíba e Floriano, bem como pagamento de diárias. Sem resposta ao pedido,</p>

encaminhou-se à DIRAD CTS 2235, 2236 e 2237, todas com data de 09.09.2011. As referidas solicitações estão com carga à PRESI/GABIN desde o dia 15.09.2011. Esta Regional encontra-se no aguardo.

**de luiz.campos em 28/09/2011 como SOLUCIONADO**

Atribuímos neste item o "status" de SOLUCIONADO em face da resposta oferecida pelo auditado atender à recomendação deste Relatório.

**Constatação:**

1093 - As Normas da Organização – Código 30.101, no capítulo XI - Requisitos Básicos para o Armazenamento de Defensivos, recomenda que o local destinado à guarda de defensivos deve estar situado o mais longe possível de habitações ou locais onde se conserve ou consumam alimentos, bebidas ou outros materiais que possam entrar em contato com pessoas e animais. Nas UAs de Floriano e Parnaíba constatou-se que os produtos utilizados nas operações fitossanitárias de combate a pragas e roedores ficam guardados em uma sala localizada no interior do armazém, juntamente com produtos de limpeza e outros materiais. Na UA/Teresina os defensivos agrícolas são guardados em local afastado do armazém, porém junto com produtos de limpeza e pastas contendo documentos do escritório. Essas instalações são inapropriadas para o armazenamento desse material por contrariar as recomendações previstas no normativo citado, posto que não há ventilação adequada e ficam próximos ao local de circulação de pessoas que desenvolvem atividades de recepção e expedição de produtos. Trata-se de um requisito obrigatório para a certificação da unidade armazenadora, conforme definição da Instrução Normativa nº 29, de 08.06.2011, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, fato que torna necessária a construção de um depósito afastado da área de movimentação e armazenagem de grãos e dentro das especificações técnicas definidas nas Normas da Organização - Código 30.101. Os resíduos químicos produzidos nas operações de tratamento fitossanitário nas UAs de Picos, Floriano, Parnaíba e Teresina são recolhidos e acondicionados em recipientes próprios, no entanto essas embalagens ficam guardadas no pátio ou mesmo no interior dos armazéns. A Lei n.º 7.802, de 11.7.1989, que dispõe, entre outras coisas, sobre o destino final dos resíduos e embalagens de agrotóxicos, seus componentes e afins, estabelece as regras para o descarte final dos resíduos e embalagens, ficando definido no § 2º do Artigo 6º a seguinte redação: “§ 2º Os usuários de agrotóxicos, seus componentes e afins deverão efetuar a devolução das embalagens vazias dos produtos aos estabelecimentos comerciais em que foram adquiridos, de acordo com as instruções previstas nas respectivas bulas, no prazo de até um ano, contado da data de compra, ou prazo superior, se autorizado pelo órgão registrante, podendo a devolução ser intermediada por postos ou centros de recolhimento, desde que autorizados e fiscalizados pelo órgão competente.(Incluído pela Lei nº 9.974, de 2000)”. No contrato de aquisição de inseticida, formalizado em 21.2.2011 com a empresa Vetquímica Comercial Agrícola Ltda para o fornecimento de 250 kg de fosfato de alumínio para as UAs da Sureg/PI, está previsto na Cláusula Quinta que a contratada deverá fornecer informações sobre o descarte de embalagens e resíduos de acordo com a legislação ambiental vigente.

**Recomendação:**

1093.1 - Recomendamos à Sureg/PI adotar providências no sentido de dotar a UA/Floriano de um depósito destinado à guarda de agrotóxicos de uso no tratamento fitossanitário, localizado em área afastada do setor de movimentação e armazenagem de grãos e dentro das especificações técnicas definidas nas Normas da Organização - Código 30.101.

**Tratamento das Recomendações:**

**de luiz.campos em 03/10/2011 como SOLUCIONADO**

Atribuímos neste item o "status" de SOLUCIONADO em face da resposta oferecida pelo auditado atender a recomendação deste Relatório. Entretanto a Sureg/PI deverá cobrar da Suarm a implantação do depósito tratado nesta Recomendação.

**de francisco.mendes em 03/10/2011 como Pendente**

Atraves da Nota Técnica 05/2011 , a Sureg/Pi elaborou para análise e apreciação da SUARM, projeto de implantação de depósitos específicos destinado à guarda de agrotóxicos.

**Recomendação:**

1093.2 - Recomendamos à Sureg/PI adotar providências no sentido de dotar a UA/Parnaíba de um depósito destinado à guarda de defensivos agrícolas de uso no tratamento fitossanitário afastado da área de movimentação e armazenagem de grãos e dentro das especificações técnicas definidas nas Normas da Organização - Código 30.101.

**Tratamento das Recomendações:**

**de francisco.mendes em 03/10/2011 como Pendente**

Através da Nota Técnica 05/2011 , a Sureg/Pi elaborou para análise e apreciação da SUARM, projeto de implantação de depósitos específicos destinado à guarda de agrotóxicos.

**de luiz.campos em 03/10/2011 como SOLUCIONADO**

Atribuímos neste item o "status" de SOLUCIONADO em face da resposta oferecida pelo auditado atender a



recomendação deste Relatório. Entretanto a Sureg/PI deverá cobrar da Suarm a implantação do depósito tratado nesta Recomendação.
<b>Recomendação:</b>
1093.3 - Recomendamos à UA/Teresina não utilizar o depósito de defensivos agrícolas existente na UA para a guarda de materiais de limpeza ou documentos do escritório, bem como dos Equipamentos de Proteção Individual - EPIs utilizados nas operações de tratamento fitossanitárias da unidade.
<b>Tratamento das Recomendações:</b>
<p><b>de francisco.mendes em 03/10/2011 como Pendente</b> Enviado FAX Sureg/PI Nº 2472, determinando à unidade armazenadora não utilizar o depósito para outros fins.</p> <p><b>de em 04/10/2011 como SOLUCIONADO</b> Atribuímos neste item o "status" SOLUCIONADO em face da resposta oferecida pelo auditado atender a recomendação deste Relatório. Pedimos anexar ao Siaudi cópia do fax Sureg/PI n.º 2472 citado na resposta do auditado.</p>
<b>Recomendação:</b>
1093.4 - Recomendamos à Sureg/PI providenciar a retirada dos resíduos e embalagens vazias de agrotóxicos que se encontram guardadas nas dependências das unidades armazenadoras, observando o previsto na legislação vigente e nos contratos de aquisição de inseticidas formalizados com as empresas fornecedoras de produtos agrotóxicos.
<b>Tratamento das Recomendações:</b>
<p><b>de francisco.mendes em 03/10/2011 como Pendente</b> Solicitado através da CI 062, a retirada pelo RTA dos resíduos e embalagens vazias, de todas as unidades armazenadoras.</p> <p><b>de luiz.campos em 04/10/2011 como SOLUCIONADO</b> Atribuímos neste item o "status" SOLUCIONADO em face da resposta oferecida pelo auditado atender a recomendação deste Relatório.</p>
<b>Constatação:</b>
1095 - Encontrou-se na documentação examinada nas UAs de Floriano e Parnaíba alguns formulários referentes à consultas de preços e ordens de compras de materiais destinados à manutenção das referidas unidades, que foram encaminhadas por meio de “bilhetes” assinados pelo encarregado do Setor Administrativo de Desenvolvimento e de Recursos Humanos – Seade, ligado à Gerência de Finanças e Administração – Gefad. O meio utilizado para o encaminhamento dessa documentação não condiz com os modelos de correspondências previstos no normativo Meios de Comunicação – Código 60.203 e normativo Padronização dos Serviços de Documentação – Código 60.204, que recomendam a tramitação por meio de Comunicação Interna (formulário 60.000/097) ou Guia de Remessa de Documentos por Malote (formulário 60.000/112), conforme conceitos a seguir, extraídos dos citados normativos: 1) Comunicação Interna (Meios de Comunicação – Código 60.203, Capítulo III) 01 - Conceito: comunicação entre todas as unidades orgânicas da Companhia, de caráter meramente administrativo, que deve ser utilizada entre áreas de mesmo ou de diferentes níveis hierárquicos, para a exposição de projetos, idéias, solicitações, encaminhamentos, reiteraões, retificações e ciências de documentos. 02 - Competência: a) emitir: Presidente, Diretor, Assessor de Diretoria, Chefe de Gabinete, Superintendentes de Área e Adjunto, Superintendentes Regional e Adjunto, Gerente de Programa Permanente, Chefe de Núcleo, Auditor-Chefe, Procurador-Geral, Secretário e Coordenador de Comitês; a.1) os Gerentes de Projetos, Coordenadores de Equipes e Encarregados de Setores das Regionais emitirão somente para nível hierárquico imediatamente superior. 2) Guia de Remessa de Documentos por Malote – GRDM (Padronização dos Serviços de Documentação – Código 60.204, Capítulo II) Para o registro e a tramitação de documentos e processos entre as áreas da Companhia são utilizados os formulários “GUIA DE REMESSA DE DOCUMENTOS – GRD” e “GUIA DE REMESSA DE DOCUMENTOS POR MALOTE – GRDM” – 60.000/112. Recebimento e Registro da Documentação Interna – as áreas de Protocolo Setorial na Matriz e nas Regionais adotam os seguintes procedimentos: a) entre áreas (GRD) – confere os documentos destinados a sua área, registra eventuais alterações, assina apondo o horário do recebimento, devolvendo-a aos emitentes; b) entre Matriz e Superintendências Regionais e entre Regionais e Unidades Operacionais (GRDM) – confere se os documentos lhe são destinados, registra eventuais alterações no campo de observação devolvendo ao emitente a 2ª via datada e recibada.
<b>Recomendação:</b>
1095.1 - Recomendamos à Sureg/PI adotar os modelos de formulário padrão definidos no normativo “Meios de Comunicação – Código 60.203” e normativo “Padronização dos Serviços de Documentação – Código 60.204”, nas remessas de documentos e outros comunicados para as UAs, abstendo-se de utilizar meios não previstos nos

regulamentos internos da Conab.

#### **Tratamento das Recomendações:**

##### **de luiz.campos em 28/09/2011 como SOLUCIONADO**

Atribuímos neste item o "status" de SOLUCIONADO em face da resposta oferecida pelo auditado atender a recomendação deste Relatório.

##### **de regina.franco em 28/09/2011 como Pendente**

Encaminhamos CIC 2448/2011 para todos os órgãos descentralizados desta Sure/PI, orientando quanto à observância dos normativos internos da Conab.

#### **Constatação:**

1096 - As UAs da Sureg/PI utilizam os equipamentos “esteira de carga” na movimentação de produtos que entram e saem dos armazéns, os quais são imprescindíveis nas operações rotineiras dessas unidades. Analisando a Nota Técnica Seopi-PI n.º 006/2011, de 20.6.2011, assinada pelo RTA das UAs de Teresina e Picos, extraímos as seguintes informações: - Tratam-se dos principais equipamentos de movimentação de carga, os quais já estão com tempo de uso de aproximadamente 20 anos e se apresentam em estado precário nas UAs de Teresina, Parnaíba, Floriano e Picos. - Os motores elétricos desses equipamentos já passaram por várias revisões, o que acarreta perda de potência mecânica e aumento da perda de corrente elétrica pelas bobinas e fiações. A capacidade de carga fica reduzida por ser diretamente relacionada à força de tração gerada pelo motor elétrico. - Em face do tempo de uso, a manutenção dos equipamentos fica seriamente prejudicada devido às dificuldades na aquisição de peças de reposição. A Nota Técnica conclui com a sugestão de aquisição de novos equipamentos para a substituição dos antigos. A Sureg/PI encaminhou o documento à Suarm, por meio da CI n.º 1.508 de 30.6.2011, visando a aquisição de novos equipamentos. Em resposta, informou-se que está prevista a elaboração de Edital de compra de novas esteiras transportadoras para as UAs não contempladas no último processo de compra.

#### **Recomendação:**

1096.1 - Recomendamos à Sureg/PI reiterar a solicitação de compra de novos equipamentos “esteira de carga” para as UAs de Teresina, Parnaíba, Floriano e Picos, visando sanar as deficiências apontadas pela Nota Técnica Seopi-PI n.º 006/2011, de 20.6.2011, ou buscar alternativas para que as operações de carga de mercadorias nas referidas UAs não sejam prejudicadas.

#### **Tratamento das Recomendações:**

##### **de francisco.mendes em 03/10/2011 como Pendente**

Solicitado através do FAX 2473, o atendimento na aquisição dos equipamentos.

##### **de luiz.campos em 04/10/2011 como SOLUCIONADO**

Atribuímos neste item o "status" SOLUCIONADO em face da resposta oferecida pelo auditado atender a recomendação deste Relatório, entretanto pedimos que seja anexado à resposta o fax n.º 2473 citado.

#### **Relatório de Auditoria**

**15/2011 - (ACG) - SUPAD/DF - SUREG PI/PI - SUARM/DF - SUPAB/DF - - Total de Recomendações: 267 - Solucionadas: 182 - Baixadas: 7 - Pendentes: 78**

#### **Constatação:**

1097 - O trabalho foi iniciado na UA Picos que é constituída por três técnicos, o gerente e um encarregado de armazém que atuam na operacionalização do Programa. Durante o período da visita, notou-se um fraco movimento referente ao Programa de Abastecimento Social/Vendas em Balcão, mesmo havendo estoque no Armazém. O fato deve-se ao preço praticado pela Conab, segundo Autorização de Liberação de Estoque Público - ALEP nº 009103 de 14.7.2011, estar a R\$32,40, enquanto que a pesquisa realizada pela Unidade em 25.7.2011, demonstrou que o preço do mercado girava em torno de R\$30,00. Outro aspecto percebido pela equipe de auditores foi a falta de iniciativa do gerente da UA em relação a promoção do Programa em epígrafe. Questionado sobre quais medidas foram tomadas no sentido de alavancar as vendas no período em que o preço do mercado encontra-se menos vantajoso para o pequeno produtor, o gerente relatou estar interinamente no cargo, e que ainda está se familiarizando com as suas novas atribuições. Sugeriu-se ao gerente que buscasse estreitar os laços com o órgão de extensão rural do município que atua como colaborador para o Programa, afim de fortalecer essa parceria, bem como a participação em fóruns que tratam de temas ligados às atividades da Conab. Os controles referentes ao Programa foram analisados sobre diversos aspectos como: preenchimento, organização e renovação dos cadastros de adquirentes; controles das cotas por adquirente; controle de vendas efetuadas por adquirente; controle de vendas por municípios atendidos; controle consolidado das vendas efetuadas por período afim de subsidiar a elaboração do relatório de gestão, bem como, ações

de fiscalização sistemática do Programa. Observou-se, na UA de Picos, que existe, por parte dos técnicos que atuam na operacionalização do Programa, uma grande preocupação em controlar de forma efetiva todo o processo de vendas, utilizando tabelas e planilhas como ferramentas de controle. Constatou-se que não ocorrem ações de fiscalização por iniciativa da UA Picos. O fato foi justificado tendo em vista a precária condição do único veículo pertencente à Unidade, inviabilizando qualquer ação estratégica de fiscalização. As iniciativas relativas à fiscalização do Programa na UA Picos são da Sureg/PI, que anualmente promove ações de fiscalização em todas as UA's.

**Recomendação:**

1097.1 - Recomendamos à Sureg/PI interagir com a Dirad/Supad, afim de expor a problemática envolvendo o veículo da UA Picos, no sentido de sensibilizá-los para a necessidade do fornecimento de um veículo em condição de uso para aquela UA.

**Tratamento das Recomendações:**

**de renato.falleiros em 28/09/2011 como SOLUCIONADO**

Atribuímos neste item o "status" de SOLUCIONADO em face da resposta oferecida pelo auditado atender à recomendação deste Relatório.

**de regina.franco em 28/09/2011 como Pendente**

A Sureg PI fez lançar na proposta de Orçamento 2012, a necessidade de Aquisição de 04 (quatro) Veículos, Tipo Utilitário, para as necessidades da Regional. No entanto, em face da recomendação dos Senhores Auditores, estamos instaurando Processo Administrativo tendo como objeto a Aquisição de Veículo para a Unidade de Picos, por meio de Licitação. Houve autorização do Senhor Superintendente e os autos foram encaminhados ao Setor Administrativo visando realização de Pesquisa de Preços para obtenção do Valor de Referência. Após, os autos serão encaminhados à Dirad/Supad para deliberação e alocação de recurso.

**Constatação:**

1098 - A UA Floriano possui um corpo técnico que atua na operacionalização do Programa de Abastecimento Social/Vendas em Balcão, composto por três técnicos, um gerente e um encarregado pelo armazém. Constatou-se, assim como no município de Picos, ambas cidades situadas no centro-sul do estado do Piauí, um fraco movimento relativo às vendas. Esse fato, segundo o gerente, deve-se, principalmente, ao preço da Conab estar acima do preço praticado pelo mercado local. A justificativa está na produção de milho no sul do estado que, atualmente, está abastecendo o mercado local e gerando um preço mais atrativo para o pequeno produtor. Os controles são efetuados utilizando-se tabelas e planilhas. Observou-se, no momento em que o técnico da Conab efetuava uma venda, a emissão de Autorização de Venda em nome do produtor cadastrado. Alertou-se aos técnicos que este formulário não é mais utilizado no processo de vendas desde que se implantou o pagamento por meio da Guia de Recolhimento da União - GRU. Observou-se a necessidade, urgente, de armários e arquivos para organização dos cadastros de adquirentes, separando os ativos dos inativos. Percebeu-se, também, que o escritório utilizado para a operacionalização do Programa encontra-se dentro do armazém, sua área é muito pequena e o mobiliário encontra-se bem deteriorado. Em relação à infra-estrutura física da Unidade, constatou-se que uma das vigas de sustentação do Armazém encontra-se com rachaduras e infiltrações. UA Floriano As ações de fiscalizações só acontecem por iniciativa da Sureg/PI, apesar de a UA possuir um veículo em bom estado de conservação. O gerente alegou falta de pessoal para realizar estas ações. Constatou-se a falta de um determinador de umidade na Unidade de Floriano. O gerente justificou a ausência desse equipamento, relatando que foi enviado à Sureg/PI para ser aferido, há mais de um ano. Por orientação dos auditores, o gerente enviou à Sureg/PI, Comunicação Interna-CI nº 064, de 27.7.2011, solicitando o retorno do referido equipamento com urgência. Apesar das iniciativas promovidas pelo gerente da Unidade, no início da sua gestão, visando alavancar as vendas do Programa (visita a associações, rádios locais, órgãos de extensão rural e secretaria municipal de agricultura), percebeu-se que, atualmente, inexistem ações voltadas a incrementar não só as vendas, mas, também, a imagem da Conab junto aos referidos órgãos. Sugeriu-se o estreitamento de relações objetivando novos parceiros e novos negócios para a Unidade.

**Recomendação:**

1098.1 - Recomendamos à Sureg/PI que providencie o reparo urgente da viga de sustentação da UA Floriano, bem como as infiltrações detectadas.

**Tratamento das Recomendações:**

**de regina.franco em 27/09/2011 como Pendente**

Pedimos para não considerarem a parte final da resposta do referido item, haja vista referir-se a um outro.

**de renato.falleiros em 27/09/2011 como Pendente**

Atribuímos neste item o "status" de PENDENTE em face da resposta oferecida pelo auditado não atender à recomendação deste Relatório, posto que as alterações recomendadas ainda não foram de fato efetivadas.

**de regina.franco em 27/09/2011 como Pendente**

A Equipe de Manutenção da Superintendência Regional da Conab no Piauí realizou vistoria na Unidade Floriano, constatando a necessidade de execução dos serviços, conforme Laudo de Vistoria, em anexo. O referido Laudo não contempla o reparo na viga de sustentação, mas a Equipe já foi previamente informada da sua necessidade. Estaremos solicitando ao Presidente da Conab autorização para deslocamento e diárias para os empregados executarem o serviço, haja vista a compra do material de construção já foi realizado. determinação, por meio de Fax, para a regularização do único banheiro do escritório, passando a ser restrito ao uso feminino. Documentos, em anexo, com fotos.

**de regina.franco em 06/10/2011 como Pendente**

A SUREG PI encaminhou FORMULÁRIO DE VIAGEM, requerendo autorização para deslocamento de 02 (dois) empregados à Unidade de Floriano, de forma a realizar os serviços de manutenção e reforma.

**de em 11/10/2011 como SOLUCIONADO**

Tendo em vista a autorização da solicitação de viagem pela Presidência da Conab, atribuímos o status de SOLUCIONADO, em face das iniciativas oferecidas pelo auditado estarem voltadas à solução dos problemas apontados neste Relatório.

**Recomendação:**

1098.2 - Recomendamos à Sureg/PI que interaja com o Gerente da UA Floriano no sentido de se estabelecer um cronograma de ações de fiscalização "in loco", nas propriedades de produtores adquirentes visando assegurar a finalidade do Programa de Abastecimento Social/Vendas em Balcão.

**Tratamento das Recomendações:****de renato.falleiros em 29/09/2011 como Pendente**

Atribuímos neste item o "status" de PENDENTE em face da resposta oferecida pelo auditado não atender à recomendação deste Relatório, posto que as alterações recomendadas ainda não foram de fato efetivadas.

**de francisco.mendes em 29/09/2011 como Pendente**

Solicitado à Unidade, estabelecer cronograma.

**de regina.franco em 13/10/2011 como Pendente**

A unidade Armazenadora de Floriano elaborou cronograma de fiscalização, informando a relação de municípios a serem fiscalizados e demais informações. FAX em anexo.

**de renato.falleiros em 13/10/2011 como SOLUCIONADO**

Atribuímos neste item o "status" de SOLUCIONADO em face da resposta oferecida pelo auditado atender à recomendação deste Relatório.

**Recomendação:**

1098.3 - Recomendamos à UA Floriano eliminar o formulário Autorização de Venda das próximas operações, tendo em vista que seu uso não está normatizado.

**Tratamento das Recomendações:****de renato.falleiros em 29/09/2011 como SOLUCIONADO**

Atribuímos neste item o "status" de SOLUCIONADO em face da resposta oferecida pelo auditado atender à recomendação deste Relatório.

**de francisco.mendes em 29/09/2011 como Pendente**

Determinado à Unidade eliminar de imediato o formulário.

**Constatação:**

1099 - A terceira Unidade Armazenadora visitada foi a do município de Parnaíba. Observou-se que o corpo de empregados dessa Unidade é bem maior do que o das UA's de Picos e Floriano. Apesar dessa Unidade ter sido a que mais comercializou o milho ofertado pelo Programa de Abastecimento Social/Vendas em Balcão no exercício de 2010, seu estoque encontrava-se muito baixo. Segundo relato do gerente interino, a UA Parnaíba recebeu até o dia 26.7.2011, o quantitativo de 223.230kg da quantidade contratada para a remoção, que é de 4.000.000kg, segundo Autorização de Transporte - ATR nº 00-270.0240-3. Apesar de já ter sido autorizada a remoção para aquela Unidade, até o momento da nossa visita, não havia expectativa da chegada de mais produto. O fato foi considerado grave em função do descumprimento de um dos objetivos do programa que é "garantir, de forma contínua e sistematizada, o suprimento regular de insumos, por meio da disponibilização de estoques oficiais a preços de mercado e compatíveis com os praticados em pregões públicos, com a perspectiva de apoiar e estimular a pequena produção rural". No período da visita, presenciou-se a chegada de uma nova Autorização de Liberação de Estoque Público - ALEP, para o período de 01 a 15.8.2011, alterando o preço de venda do milho em estoque de R\$32,40 para R\$27,60, o saco de 60kg. Pesquisa de preços realizada pela Unidade em 29.7.2011, demonstrou que o preço médio praticado no mercado de Parnaíba era de R\$34,00, o saco de 50kg. Esse fato agravou ainda mais a situação da oferta do milho para a

clientela cadastrada no Programa, uma vez que o estoque, agora com valor mais baixo, não será suficiente para suprir a necessidade de todos, levando a gerência da UA a ter que racionar o produto, motivo de grande reclamação por parte dos produtores adquirentes. Constatou-se que os controles são consolidados em tabelas e planilhas, porém os cálculos e o controle das cotas de cada produtor adquirente são feitos manualmente. Sugeriu-se criar um sistema de controle que facilite e agilize o trabalho. Nessa UA, por haver um número adequado de empregados atuando na operacionalização do Programa e dispor de veículo em bom estado de conservação, as fiscalizações são executadas sempre que há uma denúncia ou suspeita de desvio de finalidade do Programa. No que concerne à chancela do plantel declarado pelo órgão de extensão rural, os produtores visitados e entrevistados, revelaram que não receberam a visita da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater com o intuito de checar o quantitativo do plantel e chancelá-lo. Como medida de segurança, os técnicos da UA passaram a adotar uma declaração onde o produtor informa seu plantel e se responsabiliza pelas declarações prestadas, como parte dos documentos requeridos para o cadastramento. Visitou-se cinco produtores, sendo que quatro eram criadores de gado leiteiro e um criador de aves e suínos para corte. Todos foram unânimes nas queixas em relação à diminuição de suas cotas. Além disso, reclamaram do índice estimado para o consumo do gado leiteiro, alegando que as condições desfavoráveis do clima ocasionam a falta de pastagem. Segundo eles, este índice poderia ser revisto, exclusivamente para aquela região, que é considerada a bacia leiteira do Estado do Piauí. Outro ponto em comum nos relatos dos produtores entrevistados diz respeito à ampliação da rede de recolhimento da GRU, sugerindo o estabelecimento de convênios com empresas como Caixa Econômica (casas lotéricas) e Agências dos Correios. Propriedades visitadas no município de Parnaíba Em relação à estrutura física da UA, observou-se a necessidade de armários e arquivos para disposição dos Cadastros de Adquirente e documentação referente ao Programa. Salienta-se que esta necessidade já foi explicitada por meio da CI nº 028, de 2.2.2011, dirigida à Gefap/Sureg/PI. UA Parnaíba

#### Recomendação:

1099.1 - Recomendamos à Sureg/PI que interaja com a Suarm/Gemov, no sentido de sanar os problemas que estão atrasando a entrega dos produtos referentes às remoções destinadas à UA de Parnaíba, objetivando a manutenção dos estoques e a garantia da oferta contínua de insumos.

#### Tratamento das Recomendações:

##### de renato.falleiros em 29/09/2011 como Pendente

Atribuímos neste item o "status" de PENDENTE em face da resposta oferecida pelo auditado não atender à recomendação deste Relatório, posto que as alterações recomendadas ainda não foram de fato efetivadas.

##### de francisco.mendes em 29/09/2011 como Pendente

Solicitado posicionamento sobre o assunto.

##### de renato.falleiros em 03/10/2011 como SOLUCIONADO

Atribuímos neste item o "status" de SOLUCIONADO em face da resposta oferecida pelo auditado atender à recomendação deste Relatório.

##### de francisco.mendes em 03/10/2011 como Pendente

Através do FAX SUARM 000895, informa que já está regularizada, que o retardamento se deu ao descumprimento do fluxo de embarque praticado pela transportadora no início da operação.

#### Recomendação:

1099.2 - Recomendamos à UA Parnaíba orientar os produtores adquirentes que necessitem aumentar suas cotas, a se organizarem e buscarem o apoio técnico do órgão de extensão rural para respaldar essa necessidade.

#### Tratamento das Recomendações:

##### de francisco.mendes em 29/09/2011 como Pendente

Recomendado à Unidade adoção de medidas sobre a matéria.

##### de em 29/09/2011 como SOLUCIONADO

Atribuímos neste item o "status" de SOLUCIONADO em face da resposta oferecida pelo auditado atender à recomendação deste Relatório.

#### Constatação:

1100 - A UA Teresina possui o maior quantitativo de empregados entre as Unidades visitadas. Constatou-se, porém, que a infra-estrutura é muito precária. O escritório fica dentro do Armazém, é muito pequeno e não está adequado para atender a clientela, que, como observado "in loco", é bastante numerosa, gerando um certo desconforto por falta de espaço. Só existe um banheiro que é utilizado por empregados de ambos os sexos e pelos clientes que circulam pela Unidade. A Unidade encontrava-se abastecida de produtos e com um grande movimento nas operações de vendas. Observou-se que algumas dessas vendas foram efetuadas utilizando-se a cota máxima definida no cadastro do produtor adquirente. Em face da grande quantidade adquirida por esses produtores, vislumbrou-se a possibilidade de



se visitar uma dessas propriedades. O elevado índice de vendas testemunhado nessa Unidade está respaldado, tanto no valor de venda (pesquisa de preços realizada em 28.7.2011, apontou uma média de R\$41,00 para o saco de 60kg, enquanto o preço praticado pela Conab é de R\$27,60), quanto no seu estoque (771.860 kg de um total de 4.000.000kg contratado), o maior dentre as UA's visitadas. Observou-se que os controles são realizados por mais de um técnico. As checagens iniciais são feitas a mão e servem para conferir os dados do adquirente e gerar a Autorização de Compra e a GRU. Notou-se, também nessa Unidade, o uso do formulário Autorização de Compra. Somente depois do pagamento da GRU e geração da Nota Fiscal Eletrônica - NFe, estes dados são repassados para o computador, utilizando-se uma planilha para registrar e controlar a cota, as vendas e o quantitativo disponível. Constatou-se, ainda, a inexistência de controle específico de vendas efetuadas por municípios atendidos. Os técnicos foram orientados a implantar esse tipo de controle. Questionado sobre situações de irregularidade, um dos técnicos relatou um caso acontecido no dia anterior à visita da auditoria na UA Teresina. Tratava-se de um produtor adquirente cadastrado sob o CPF nº 131.664.923-72, que em virtude de fiscalização ocorrida em 24.2.2011, foi considerado com situação irregular e declarado suspenso do Programa. Não satisfeito, esse produtor foi à Unidade e intermediou a compra de 8.300 kg. Ele entrou em contato com o representante legal (procurador) da produtora cadastrada sob o CPF nº 240.506.603-34. Pouco tempo depois, o procurador compareceu na Unidade e efetuou normalmente a compra. O que chamou a atenção dos técnicos foi a presença do produtor suspenso do Programa na UA, desde o início da manhã até o fim de todas as etapas do processo de compra. Mesmo com toda a desconfiança que pairava sobre a situação, o técnico da Unidade não pode negar a venda, visto que a produtora adquirente está cadastrada regularmente no Programa. Em virtude dos fortes indícios de irregularidade nessa compra, sugeriu-se a realização de uma fiscalização de urgência, porém, face a distância do município de Campo Maior, não foi possível atuar de forma estratégica e pontual nesse caso. Visitou-se e entrevistou-se três produtores adquirentes, cada um com um tipo específico de criação. Como eram pequenos produtores que utilizam as cotas máximas definidas pela Conab, entendeu-se que seria uma boa amostra a ser analisada. Desses produtores, colhemos sugestões de melhoria do programa como: envio da GRU por email; aumento da cota de produtores que comprovarem a necessidade desse incremento; utilização de sacaria com a logomarca/timbre da Conab e concessão de xerox do comprovante de pagamento para fins de controles contábeis. Propriedades visitadas em Teresina

#### **Recomendação:**

1100.1 - Recomendamos à Sureg/PI que se aprofunde a investigação sobre a possível irregularidade envolvendo o Produtor Adquirente cadastrado sob o CPF nº 131.664.923-72, que se encontra suspenso do Programa, mas, continua adquirindo produto em nome de outras pessoas cadastradas, nesse caso, da produtora adquirente cadastrada sob o CPF nº 240.506.603-34. Caso se confirme a suspeita, aplicar a penalidade cabível prevista no item 9 do Comunicado Conab/MOC nº 013, de 14.5.2010.

#### **Tratamento das Recomendações:**

##### **de renato.falleiros em 29/09/2011 como Pendente**

Atribuímos neste item o "status" de PENDENTE em face da resposta oferecida pelo auditado não atender à recomendação deste Relatório, posto que as alterações recomendadas ainda não foram de fato efetivadas.

##### **de francisco.mendes em 29/09/2011 como Pendente**

Determinado à Unidade, investigação sobre a matéria, com prazo de conclusão até 07/10/2011

##### **de regina.franco em 13/10/2011 como Pendente**

Anexo, Relatório Técnico emitido pela Equipe de Fiscalização da Unidade.

##### **de renato.falleiros em 13/10/2011 como SOLUCIONADO**

Atribuímos neste item o "status" de SOLUCIONADO em face da resposta oferecida pelo auditado atender à recomendação deste Relatório.

#### **Recomendação:**

1100.2 - Recomendamos à UA Teresina eliminar o formulário Autorização de Venda das próximas operações, tendo em vista que seu uso não está normatizado.

#### **Tratamento das Recomendações:**

##### **de renato.falleiros em 29/09/2011 como SOLUCIONADO**

Atribuímos neste item o "status" de SOLUCIONADO em face da resposta oferecida pelo auditado atender à recomendação deste Relatório.

##### **de francisco.mendes em 29/09/2011 como Pendente**

Determinado à Unidade a eliminação do formulário de imediato.

#### **Recomendação:**

1100.3 - Recomendamos à UA Teresina conceder uma cópia do comprovante bancário do pagamento da GRU, quando

solicitado pelo produtor adquirente.
<b>Tratamento das Recomendações:</b>
<p><b>de renato.falleiros em 27/09/2011 como SOLUCIONADO</b>  Atribuímos neste item o "status" de SOLUCIONADO em face da resposta oferecida pelo auditado atender à recomendação deste Relatório.</p> <p><b>de regina.franco em 27/09/2011 como Pendente</b>  A Superintendência Regional da Conab no Piauí, em observância à recomendação da Auditoria Interna, encaminhou determinação, por meio de Fax, para que sejam disponibilizadas cópias de GRU's, quando solicitado, ao Clientes cadastrados no Programa Venda em Balcão. Documentos, em anexo, com fotos.</p>
<b>Recomendação:</b>
1100.4 - Recomendamos à UA Teresina tomar as providências necessárias no sentido de regularizar o uso do único banheiro no interior do escritório, para que este seja de uso exclusivo feminino, destacando-o com uso de sinalização visual, conforme a NR-24 - Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho, no item 24.1.2.1 - As instalações sanitárias deverão ser separadas por sexo.
<b>Tratamento das Recomendações:</b>
<p><b>de renato.falleiros em 27/09/2011 como SOLUCIONADO</b>  Atribuímos neste item o "status" de SOLUCIONADO em face da resposta oferecida pelo auditado atender à recomendação deste Relatório.</p> <p><b>de regina.franco em 27/09/2011 como Pendente</b>  A Superintendência Regional da Conab no Piauí, em observância à recomendação da Auditoria Interna, encaminhou determinação, por meio de Fax, para a regularização do único banheiro do escritório, passando a ser restrito ao uso feminino. Documentos, em anexo, com fotos.</p>
<b>Constatação:</b>
1101 -
<b>Recomendação:</b>
1101.1 - Recomendamos à Sureg/PI autorizar, formalmente, bem como estimular o envio da GRU através de e-mail para aqueles produtores adquirentes que manifestarem essa intenção.
<b>Tratamento das Recomendações:</b>
<p><b>de renato.falleiros em 28/09/2011 como SOLUCIONADO</b>  Atribuímos neste item o "status" de SOLUCIONADO em face da resposta oferecida pelo auditado atender à recomendação deste Relatório.</p> <p><b>de regina.franco em 28/09/2011 como Pendente</b>  Elaboramos CIC Nº 2444/2011, orientando o uso de E-mails para envio de Guia de Recolhimento da União - GRU para os Produtores Cadastrados no Programa Venda em Balcão.</p>
<b>Recomendação:</b>
1101.2 - Recomendamos à Sureg/PI definir, com orientação da Gerência de Benefícios, Segurança e Medicina de Trabalho, regras internas para a atividade de expurgo nas Unidades de Floriano, Parnaíba e Teresina, por possuírem escritório dentro do armazém, afim de preservar a integridade física de seus funcionários, evitando futuras ações trabalhistas.
<b>Tratamento das Recomendações:</b>
<p><b>de renato.falleiros em 03/10/2011 como Pendente</b>  Aguardaremos a elaboração da Nota Técnica pelo RTA/Teresina e, após análise dessa auditoria, definiremos ou não a recomendação como solucionada.</p> <p><b>de regina.franco em 03/10/2011 como Pendente</b>  Solicitamos manifestação e emissão de Nota Técnica do RTA/Teresina acerca das adequações de horários dos empregados das Unidades Armazenadoras quando da realização de expurgos. No aguardo de devolução da demanda. Esta Gerência encaminhará, posteriormente, os autos à GEBEM, requerendo orientação.</p> <p><b>de regina.franco em 20/10/2011 como Pendente</b>  O Responsável Técnico da Unidade Armazenadora de Teresina emitiu Nota Técnica SEOPI Nº 010/2011 tratando acerca das atividades de expurgo realizadas nas Unidades de Teresina, Floriano e Parnaíba, sugerindo que os expurgos sejam realizados às sextas-Feiras, no período da tarde, e que neste período sejam dispensados os empregados que</p>

trabalham nos escritórios das respectivas unidades, retornando ao expediente normal na segunda-feira da semana seguinte. Em anexo, Nota Técnica.

**de regina.franco em 20/10/2011 como Pendente**

A Superintendência estará encaminhando a presente demanda à GEBEM, para conhecimento e manifestação. Após, à DIRAD para deliberação acerca da dispensa dos empregados que trabalham nos escritórios, no período da tarde, quando da realização dos expurgos.

**de renato.falleiros em 20/10/2011 como SOLUCIONADO.**

Atribuímos neste item o "status" de SOLUCIONADO em face da iniciativas realizadas pelo auditado atenderem à recomendação deste Relatório.

**Recomendação:**

1101.4 - Recomendamos à Sureg/PI incentivar os Gerentes de Unidades Armazenadoras a interagirem com o órgão de extensão rural do Estado, afim de fortalecer e reforçar seu papel como parceiro e agente fiscalizador do Programa de Abastecimento Social/Vendas em Balcão.

**Tratamento das Recomendações:**

**de em 29/09/2011 como Pendente**

Solicitado à Unidade maior interação com o Emater da sua Região.

**de renato.falleiros em 29/09/2011 como Pendente**

Favor anexar o documento de referência enviado às Unidades Armazenadoras.

**de francisco.mendes em 03/10/2011 como Pendente**

Complementação de informações.

**de renato.falleiros em 03/10/2011 como Pendente**

Apesar da determinação dessa Sureg/PI, ficaremos no aguardo dos cronogramas de visitação elaborados por cada uma das quatro Unidades Armazenadoras.

**de francisco.mendes em 03/10/2011 como Pendente**

Anexo, documento relativo às unidades.

**de renato.falleiros em 13/10/2011 como Pendente**

Aguardaremos o pronunciamento da Unidade Armazenadora de Parnaíba para dar a recomendação como solucionada.

**de regina.franco em 13/10/2011 como Pendente**

As Unidades Armazenadoras encaminharam resposta acerca dos procedimentos que estão adotando quanto às articulações com os parceiros.

**de alysson.pegó em 24/10/2011 como Pendente**

Anexo, manifestação da UA/Parnaíba, sobre o assunto.

**de renato.falleiros em 25/10/2011 como SOLUCIONADO**

Atribuímos neste item o "status" de SOLUCIONADO em face da resposta oferecida pelo auditado atender à recomendação deste Relatório.

**Recomendação:**

1101.5 - Recomendamos à Supab/Dirab, avaliar a possibilidade de utilização da logomarca/timbre da Conab nas sacarias a serem usadas no Programa de Abastecimento Social/Vendas em Balcão, objetivando inibir fraudes e minimizar os desvios de finalidade do Programa.

**Tratamento das Recomendações:**

**de francisco.mendes em 03/10/2011 como Pendente**

Solicitado através do FAX SUREG/PI 2470, interação da Supab, no sentido de atender à recomendação.

**de renato.falleiros em 04/10/2011 como Pendente**

Apesar da preocupação dessa Sureg/PI quanto a solução da recomendação em epígrafe, ficaremos no aguardo de um posicionamento da Supab/Dirab. Sendo assim, o status desta recomendação continuará como "Pendente".

**de regina.franco em 13/10/2011 como Pendente**

Até a presente data, não houve manifestação da Dirab/Supab acerca do pleito.

**de regina.franco em 13/10/2011 como Pendente**

Em anexo, Fax SUREG PI 2470/2011.

**de luiz.campos em 18/11/2011 como Pendente**

Em face do tempo decorrido, atraso de 30 dias, solicitamos a manifestação dessa Sureg visando a solução da pendência relativa à esta Recomendação.

**de alysson.pegó em 05/01/2012 como Pendente**

Continuamos aguardando manifestação da Dirab/Supab.

**de luiz.campos em 05/01/2012 como Pendente**



Sugerimos à essa Sureg fazer contato com a Dirab/Supab no sentido de obter resposta ao que foi tratado no FAX SUREG/PI 2470/2011.

**de em 10/01/2012 como Pendente**

Conforme folha de despacho em anexo, da SUPAB/GEPAB, de 09/11/2011, onde se manifestam com referência ao ponto de auditoria ora recomendado. A informação prestada pela SUPAB/GEPAB é muito pertinente e convincente, haja vista que com a iniciativa de diminuição deste custo adicional, está nos permitindo praticar preços bem mais acessíveis. Assim, nós da SUREG/PI, estamos de acordo e entendemos que esta decisão foi acertada, sobretudo não só para manter o Programa para todo país, mais também para manter forte a sua finalidade, quantidade e eficácia, possibilitando também subsidiar o preço do insumo ofertado (Milho em grãos) atendendo a uma estratégia de Governo que é fazer mais com menos, impactando no custo benefício do referido Programa. Atenciosamente, Alysson Pêgo Superintendente CONAB-PI

**de alysson.pegó em 10/01/2012 como Pendente**

Conforme folha de despacho em anexo, da SUPAB/GEPAB, de 09/11/2011, onde se manifestam com referência ao ponto de auditoria ora recomendado. A informação prestada pela SUPAB/GEPAB é muito pertinente e convincente, haja vista que com a iniciativa de diminuição deste custo adicional, está nos permitindo praticar preços bem mais acessíveis. Assim, nós da SUREG/PI, estamos de acordo e entendemos que esta decisão foi acertada, sobretudo não só para manter o Programa para todo país, mais também para manter forte a sua finalidade, quantidade e eficácia, possibilitando também subsidiar o preço do insumo ofertado (Milho em grãos) atendendo a uma estratégia de Governo que é fazer mais com menos, impactando no custo benefício do referido Programa. Atenciosamente, Alysson Pêgo Superintendente CONAB-PI

**de luiz.campos em 17/01/2012 como SOLUCIONADO**

Tendo em vista a manifestação conclusiva do auditado, consideramos o item SOLUCIONADO.

**Quadro CXXXV - Recomendações da Auditoria Interna Pendentes**  
(Quadro do item 11.3)

Relatório de Auditoria
14/2011 - (ACG) - SUREG PI/PI - SUARM/DF
Constatação:
1082 - Durante a fase de entrevistas, constatou-se que a UA/Florianópolis não está realizando a medição do teor de umidade dos grãos recebidos em depósito e oriundos de remoção para atendimento do Programa Vendas em Balcão, porque os determinadores de umidade estão com os prazos de aferição vencidos. A gerência da UA apresentou cópia da CI UA/Florianópolis n.º 097, de 16.7.2010, comprovando o encaminhamento de 1 (um) determinador de umidade de grãos, marca Motomko, patrimônio n.º 84670, para aferição na Sureg/PI. No entanto, em que pese o tempo decorrido de 12 meses da remessa do equipamento, até a data de realização desta auditoria, este não havia sido devolvido à UA. Por consequência, a UA vem operando o recebimento e expedição de grãos sem registrar o teor de umidade do produto. Este fato contraria as normas de armazenagem da Conab, NOC 30.101 capítulo III item VII – que diz: “A operação de determinação do teor de umidade deve ser procedida, obrigatoriamente, nas fases de recepção e expedição, bem como nas transferências de propriedade do produto armazenado, devendo ainda ser efetuada por ocasião das inspeções realizadas, com vistas à verificação de suas condições qualitativas.” No preenchimento da documentação de entrada da mercadoria, a UA vem se utilizando do teor de umidade registrado no Laudo de Classificação que acompanha o produto e que foi emitido no armazém de origem. A falta do equipamento para medição do teor de umidade do grão nas operações de entrada e saída do produto pode prejudicar a avaliação das perdas quantitativas ocorridas durante o processo de armazenagem, dificultando a comprovação de possíveis perdas que tenham como origem a redução do teor de umidade do grão. Por orientação desta equipe de auditores, a gerência da UA expediu à Sureg/PI a CI n.º 064, de 27.7.2011, cobrando daquela Regional o retorno do equipamento à UA/Florianópolis. Diante dos questionamentos efetuados pela equipe de auditores, das respostas oferecidas pelo auditado e do que foi constatado na documentação examinada, recomendamos:
Recomendação:
1082.1 - Que a Sureg/PI restitua à UA/Florianópolis, em caráter de urgência, o equipamento para a medição do teor de umidade dos grãos encaminhado conforme CI UA/Florianópolis n.º 097, de 16.7.2010, ou providencie equipamento similar para a substituição.
Tratamento das Recomendações:

**de luiz.campos em 28/09/2011 como Pendente**

Atribuímos neste item o "status" de PENDENTE em face da resposta oferecida pelo auditado não atender à recomendação deste Relatório. Pedimos manter esta Audin informada sobre o andamento do assunto.

**de francisco.mendes em 28/09/2011 como Pendente**

Solicitado informações até o dia 03/10/2011, sobre a situação do equipamento.

**de regina.franco em 13/10/2011 como Pendente**

O Determinador de Umidade encontra-se na Sede da Sureg, no Posto de Classificação, aguardando o envio para Goiás visando sua aferição. Quando do término da greve dos Correios, o equipamento será encaminhado.

**de luiz.campos em 13/10/2011 como Pendente**

informamos que a pendência será mantida em face do equipamento ainda não ter sido restituído à UA/Floriano.

**de luiz.campos em 16/11/2011 como Pendente**

Em face do tempo decorrido, atraso de 29 dias, solicitamos a manifestação dessa Sureg visando a solução da pendência relativa à esta Recomendação.

**Providências:** O Equipamento para a medição do teor de umidade dos grãos foi encaminhado para a Empresa MOTONCO na data de 01.11.2011 e devolvido à Conab no dia 14/02/2012, por meio da Nota Fiscal de Serviços – NFS-e 1160. A Unidade Armazenadora de Floriano recebeu o equipamento no dia 05.03.2012.

**Constatação:**

1087 - A UA/Teresina recebeu por meio do Documento Auxiliar da Nota Fiscal – DANFE n.º 049, de 4.1.2011, um pulverizador de carrinho chassi em aço, capacidade para 120 litros, para ser utilizado nos serviços de tratamento fitossanitário daquela unidade armazenadora. O equipamento foi adquirido da empresa Comersil Comércio e Serviços Ltda EPP, conforme atesto na documentação que acompanhou o produto enviado à UA/Teresina. A Sureg providenciou o registro patrimonial Nota de Ocorrência com Bens Patrimoniais – NOBP s/n de 15.4.2011, atribuindo ao patrimônio o número 95.931. Constatou-se que o equipamento não vem sendo utilizado por não possuir a mangueira e os engates, itens necessários para seu funcionamento. Segundo a gerência da UA, não acompanharam o patrimônio. Analisando a documentação de aquisição do equipamento, DANFE n.º 049, de 4.1.2011, consta no campo “dados do produto” a citação da mangueira de 30 metros como item que acompanha o aparelho. Por orientação desta equipe de auditores, a gerência da UA expediu a CI n.º 130, de 4.8.2011, em que solicita à Sureg/PI “...providências junto ao fornecedor no sentido de repor os acessórios que faltaram no ato do recebimento (mangueiras, engates) ou substituição do equipamento.”. Diante do que foi constatado na documentação examinada e das observações efetuadas “in loco”, recomendamos:

**Recomendação:**

1087.1 - À UA/Teresina adotar providências no sentido de obter do fornecedor Comersil Comércio e Serviços Ltda EPP a complementação dos itens “mangueira e engates” que não foram entregues com o aparelho “pulverizador de carrinho”, adquirido conforme DANFE n.º 049, emitido pela empresa fornecedora em 4.1.2011.

**Tratamento das Recomendações:****de luiz.campos em 28/09/2011 como Pendente**

Atribuímos neste item o "status" de PENDENTE em face da resposta oferecida pelo auditado não atender à recomendação deste Relatório. Pedimos manter esta Audin informada sobre o andamento do assunto.

**de francisco.mendes em 28/09/2011 como Pendente**

Solicita à unidade, informar situação dos materiais, até o dia 03/10/2011

**de luiz.campos em 03/10/2011 como Pendente**

Em que pese a resposta do auditado, postado em 3.10.2011, manteremos o "status" pendente até que seja dado solução para esta pendência.

**de regina.franco em 03/10/2011 como Pendente**

A Unidade Armazenadora de Teresina recebeu o Equipamento Pulverizador Móvel, objeto do Contrato Nº 031/2010, Processo Administrativo Nº 921/2010, na data de 04.01.2011. Informou à Regional, por meio de CI 130/2011, a ausência de acessórios no Equipamento, solicitando providências. Ocorre que a Aquisição foi centralizada na Matriz. Encaminhamos o pleito na data de 03.10.2011, para a DIRAD/SUPAD, para conhecimento e manifestação.

**de luiz.campos em 16/11/2011 como Pendente**

Em face do tempo decorrido, atraso de 29 dias, solicitamos a manifestação dessa Sureg visando a solução da pendência relativa à esta Recomendação.

**Providências:** A Matriz/DF, por meio de sua Gerência de Armazenagem, informou ao fornecedor Comersil Comércio e Serviços Ltda a ausência dos referidos equipamentos. A complementação dos itens foram encaminhados à Regional,

estando os equipamentos sob a responsabilidade do Responsável Técnico.

#### **Constatação:**

1089 - As cadeiras utilizadas no escritório da UA/Teresina, ergonomicamente, são inadequadas para o uso, conforme imagens a seguir. Por meio da Comunicação Interna - CI n.º 051, de 1.3.2011, e CI n.º 113, de 14.7.2011, a UA/Teresina solicitou à Sureg/PI a aquisição de mobiliário e equipamentos de escritório para reposição dos móveis e equipamentos existentes.

#### **Recomendação:**

1089.1 - Recomendamos à Sureg/PI providenciar a substituição dos móveis e demais equipamentos de escritório da UA/Teresina no que couber, consoante solicitação apresentada pela CI UA/Teresina n.º 051/2011 e n.º 113/2011, de 1.3.2011 e 14.7.2011 respectivamente.

#### **Tratamento das Recomendações:**

##### **de luiz.campos em 28/09/2011 como Pendente**

Atribuímos neste item o "status" de PENDENTE em face da resposta oferecida pelo auditado não atender à recomendação deste Relatório, posto que as alterações recomendadas ainda não foram de fato efetivadas. Orientamos manter a Audin informada quanto ao resultado da realização do próximo Pregão Eletrônico.

##### **de em 28/09/2011 como Pendente**

A Sureg PI instaurou Processo Administrativo visando Aquisição de Móveis, Processo Nº 21220.0352/2010-21, contemplando a Sede da Superintendência e as quatro Unidades Armazenadoras. No entanto, com a edição do Decreto Nº 7446/11 e limite no orçamento, o processo encontra-se sobrestado. A SUREG PI realizou Pregão Eletrônico para Aquisição de Mesas e Cadeiras, no mês de setembro/2011, no entanto não logrou êxito. O Pregão será repetido. Serão disponibilizados alguns itens para a Unidade de Teresina.

##### **de luiz.campos em 16/11/2011 como Pendente**

Em face do tempo decorrido, atraso de 29 dias, solicitamos a manifestação dessa Sureg visando a solução da pendência relativa à esta Recomendação.

**Providências:** Por meio da Cotação Eletrônica 02008/2011 foram adquiridos móveis da Empresa Vencedora GUSA COMÉRCIO REPRESENTAÇÕES E SERVIÇOS LTDA, sendo encaminhado na data de 21/12/2011, os equipamentos adquiridos à Unidade Armazenador de Teresina.

#### **Constatação:**

1090 - Em resposta à SA n.º 002/2011, de 25.7.2011, a Sureg/PI emitiu a CI n.º 1836, de 26.7.2011, informando sobre a CI Suarm n.º 294, de 4.5.2011, que trata da suspensão das atividades de supervisão técnica das Unidades Armazenadoras Próprias, exercício 2011. No documento, a Suarm esclareceu que a suspensão dessas atividades se deu por motivo de restrição orçamentária e consoante determinação da Diretoria de Operações e Abastecimento - Dirab. Da análise da CI n.º 294 e seus anexos, constatou-se que a Dirab refere-se a um despacho emitido pela Diretoria Financeira – Difin, em 12.4.2011, a respeito da liberação de recursos para supervisão das UAs. Nesse despacho, a Difin solicita que o pleito da Suarm "... seja reavaliado por essa Dirab, observando o atual saldo disponível de limite concedido a essa Diretoria para a realização de despesas com viagens a serviços (diárias, passagens e locomoções) neste primeiro semestre, e, se for o caso, retornar para a liberação dos recursos.". Não foi apresentado pela Sureg/PI documento comprovando as ações da Dirab/Suarm no sentido de atender ao que foi solicitado pela Difin. Encontrou-se em cada uma das UAs auditadas Relatório de Supervisão assinado pelo Engº Agrônomo Rodrigo Roriz Pereira, lotado na Sureg/GO, o qual se refere à supervisão técnica realizada entre os dias 26 a 29.4.2010 para avaliar as condições das UAs visando a certificação. Trata-se do único documento de campo emitido com abordagem sobre a certificação das UAs, que foi apresentado à equipe de auditores internos. A Instrução Normativa MAPA n.º 29, de 8.6.2011, que estabelece os procedimentos para a certificação das UAs, prevê a emissão de relatórios de acompanhamento, no mínimo, trimestrais das supervisões realizadas pelo responsável técnico, para controle das condições quantitativas e qualitativas dos produtos armazenados. A não realização das supervisões nas UAs pelos responsáveis técnicos, nos moldes defendidos na IN n.º 29, configura risco que pode acarretar prejuízo para a Conab no que concerne à perda de produtos armazenados, contaminação de empregados por uso inadequado de agentes tóxicos ou procedimentos errôneos por falta de orientação do responsável técnico.

#### **Recomendação:**

1090.1 - Recomendamos à Dirab/Suarm envidar esforços no sentido de viabilizar a liberação de recursos para custear as despesas com a supervisão técnica das UAs, retomando as atividades suspensas a partir da CI Suarm n.º 294, de

4.5.2011.

**Tratamento das Recomendações:****de francisco.mendes em 03/10/2011 como Pendente**

Solicitado através do FAX SUREG/PI nº 2474, esforços no sentido de viabilizar a supervisão técnica das UA's.

**de luiz.campos em 04/10/2011 como Pendente**

Solicitamos anexar o Fax Sureg/PI n.º 2474, citado na resposta do auditado.

**de luiz.campos em 13/10/2011 como Pendente**

Ciente. Ficamos no aguardo das providências para a solução da pendência.

**de regina.franco em 13/10/2011 como Pendente**

Em anexo, Fax SUREG/PI 2474/2011, encaminhado à SUARM. Ainda permanecemos no aguardo de resposta.

**de luiz.campos em 16/11/2011 como Pendente**

Em face do tempo decorrido, atraso de 29 dias, solicitamos a manifestação dessa Sureg visando a solução da pendência relativa à esta Recomendação.

**Providências:** As atividades de supervisão técnica das Unidades Armazenadoras da Conab no Piauí foram retomadas, tendo havido a supervisão de Responsável Técnico na data de 16 a 24.11.2011.

**Constatação:**

1092 - Constatou-se que as UAs de Floriano e Parnaíba não possuem Responsável Técnico em Agronomia - RTA para supervisionar e orientar as atividades técnicas relacionadas às operações rotineiras nas referidas unidades. A Portaria n.º 083, de 24.1.2011, que constitui o quadro de RTAs no âmbito da Sureg/PI está desatualizada, em razão de que parte dos RTAs não estão exercendo a atividade. O RTA designado para a UA/Floriano foi transferido para a Sureg/RN; o RTA designado para a UA/Parnaíba foi nomeado gerente da UA/Floriano. Essas alterações vieram desfalar o quadro de RTAs das unidades de Floriano e Parnaíba. Considerando que a atuação do RTA é imprescindível para o bom funcionamento das UAs, a ausência desse profissional orientando, receitando e fazendo cumprir os normativos da Conab pode acarretar em prejuízos para a Companhia:

**Recomendação:**

1092.1 - Recomendamos à Sureg/PI providenciar a designação de novos Responsáveis Técnicos para as unidades armazenadoras de Floriano e Parnaíba, visando a recompor o quadro de RTAs da referida Regional.

**Tratamento das Recomendações:****de em 28/09/2011 como Pendente**

Solicitado à SUARM, designação de Funcionário para ser o responsável Técnico das Unidades de Picos e Floriano, quanto à Unidade de Parnaíba, já há designação do RTA - JORGE RIBAMAR DOS SANTOS OLIVEIRA

**de luiz.campos em 28/09/2011 como Pendente**

Atribuímos neste item o "status" de PENDENTE em face da resposta oferecida pelo auditado não atender a recomendação deste Relatório, posto que as ações recomendadas ainda não foram de fato efetivadas.

**de em 16/11/2011 como Pendente**

Em face do tempo decorrido, atraso de 29 dias, solicitamos a manifestação dessa Sureg visando a solução da pendência relativa à esta Recomendação.

**Providências:** Por meio da Portaria 1.230, de 09 de novembro de 2011, foram designados empregados para atuarem como Responsáveis Técnicos das Unidades de Teresina, Picos, Parnaíba e Floriano.

**Constatação:**

1094 - Por meio da SA n.º 07/2011, de 3.8.2011, solicitamos à gerência da UA/Teresina a apresentação da cópia do contrato de depósito pactuado com os depositantes de produtos não governamentais. A requisição foi em função da UA possuir produtos de propriedade do Ministério da Integração Nacional - MIN/Secretaria da Defesa Civil, que foram recebidos para depósito em 26.5.2008, conforme Nota Fiscal de Entrada n.º 5903 e permanecem no armazém daquela UA, conforme atestado nos documentos de controle Demonstrativo de Estoque e Faturamento – DEF e Posição Cliente/Lote, emitidos pela UA no período de janeiro a julho/2011. Igualmente, a UA/Floriano possui produtos em depósito pertencentes à Prefeitura Municipal de Floriano, máquinas e equipamentos que se destinam à construção da usina de beneficiamento de leite mantida pela Prefeitura. Referidas mercadorias deram entrada no único armazém da UA em 26.2.2008, e permanecem em depósito conforme atestado no Demonstrativo de Estoque e Faturamento – DEF emitidos pela UA no período de janeiro a julho/2011. Ambas as UAs não possuem o contrato de depósito formalizado com os referidos clientes, fato que contraria as instruções emanadas da Diretoria de Gestão de Estoques – DIGES, que mediante a emissão da CI DIGES n.º 689, de 03.12.02, determinou a todas as Suregs que

providenciassem a elaboração dos Contratos de Depósito em seus armazéns a partir daquela data, quando a Conab exercer a figura de depositária, em cumprimento à Lei n.º 9.973/2000 e o Decreto n.º 3.855/2001.

#### **Recomendação:**

1094.1 - Recomendamos à UA/Floriano providenciar, de imediato, a formalização dos Contratos de Depósito de todos os clientes depositantes, cumprindo o que determina a CI Diges n.º 689, de 03.12.2002.

#### **Tratamento das Recomendações:**

##### **de luiz.campos em 28/09/2011 como Pendente**

Atribuímos neste item o "status" de PENDENTE em face da resposta oferecida pelo auditado não atender à recomendação deste Relatório. Pedimos manter esta Audin informada sobre o andamento do assunto.

##### **de francisco.mendes em 28/09/2011 como Pendente**

Solicitado posicionamento até o dia 03/10/2011, em cumprimento à CI Diges 689.

##### **de luiz.campos em 13/10/2011 como Pendente**

ficamos no aguardo das providências do auditado para sanar a pendência deste item.

##### **de regina.franco em 13/10/2011 como Pendente**

Em anexo, resposta da Unidade de Floriano, acerca da elaboração do Contrato de Depósito.

##### **de luiz.campos em 16/11/2011 como Pendente**

Em face do tempo decorrido, atraso de 29 dias, solicitamos a manifestação dessa Sureg visando a solução da pendência relativa à esta Recomendação.

**Providências:** A Sureg/PI, por meio de sua Unidade Armazenadora, está elaborando minuta do contrato de depósito a ser formalizado em abril/2012.

#### **Recomendação:**

1094.2 - Recomendamos à UA/Teresina providenciar, de imediato, a formalização dos Contratos de Depósito de todos os clientes depositantes, cumprindo o que determina a CI Diges n.º 689, de 03.12.2002.

#### **Tratamento das Recomendações:**

##### **de luiz.campos em 28/09/2011 como Pendente**

Atribuímos neste item o "status" de PENDENTE em face da resposta oferecida pelo auditado não atender à recomendação deste Relatório. Pedimos manter esta Audin informada sobre o andamento do assunto.

##### **de francisco.mendes em 28/09/2011 como Pendente**

Solicitado posição até o dia 03/10/2011.

##### **de em 13/10/2011 como Pendente**

Em anexo, resposta da Unidade de Teresina, acerca da elaboração do Contrato de Depósito. Informamos que esta Regional não possui produtos de terceiros em seus armazéns e que necessite a formalização de Contrato de Depósito.

##### **de em 13/10/2011 como Pendente**

A determinação da Diges na CI n.º 689 é no sentido da Sureg providenciar a formalização dos contratos de depósito dos produtos que se encontram em seus armazéns por delegação de competência às Unidades Armazenadoras. Assim manteremos a pendência deste item até que as providências solicitadas sejam tomadas.

##### **de luiz.campos em 16/11/2011 como Pendente**

Em face do tempo decorrido, atraso de 29 dias, solicitamos a manifestação dessa Sureg visando a solução da pendência relativa à esta Recomendação.

**Providências:** A Unidade Armazenadora de Teresina não possui produtos de terceiros. Os Estoques são públicos, do Governo Federal. Não há necessidade de formalização de Contrato de Depósito, como sugeriu a Audin.

#### **Constatação:**

1096 - As UAs da Sureg/PI utilizam os equipamentos “esteira de carga” na movimentação de produtos que entram e saem dos armazéns, os quais são imprescindíveis nas operações rotineiras dessas unidades. Analisando a Nota Técnica Seopi-PI n.º 006/2011, de 20.6.2011, assinada pelo RTA das UAs de Teresina e Picos, extraímos as seguintes informações: - Tratam-se dos principais equipamentos de movimentação de carga, os quais já estão com tempo de uso de aproximadamente 20 anos e se apresentam em estado precário nas UAs de Teresina, Parnaíba, Floriano e Picos. - Os motores elétricos desses equipamentos já passaram por várias revisões, o que acarreta perda de potência mecânica e aumento da perda de corrente elétrica pelas bobinas e fiações. A capacidade de carga fica reduzida por ser diretamente relacionada à força de tração gerada pelo motor elétrico. - Em face do tempo de uso, a manutenção dos equipamentos fica seriamente prejudicada devido às dificuldades na aquisição de peças de reposição. A Nota Técnica



conclui com a sugestão de aquisição de novos equipamentos para a substituição dos antigos. A Sureg/PI encaminhou o documento à Suarm, por meio da CI n.º 1.508 de 30.6.2011, visando a aquisição de novos equipamentos. Em resposta, informou-se que está prevista a elaboração de Edital de compra de novas esteiras transportadoras para as UAs não contempladas no último processo de compra.

#### **Recomendação:**

1096.2 - Recomendamos à Suarm adotar as providências de sua alçada no sentido de atender as necessidades operacionais da Sureg/PI quanto a aquisição de novos equipamentos “esteira de carga” para uso das UAs de Teresina, Parnaíba, Floriano e Picos ou oferecer alternativas no sentido de evitar que as UAs tenham de paralisar suas atividades por problemas nos equipamentos de carga.

#### **Tratamento das Recomendações:**

##### **de francisco.mendes em 03/10/2011 como Pendente**

Solicitado através do FAX 2473, o atendimento na aquisição dos equipamentos.

##### **de em 04/10/2011 como Pendente**

Manteremos o "status" pendente para este item até manifestação da Suarm, objeto da recomendação.

##### **de regina.franco em 13/10/2011 como Pendente**

Em anexo, Fax Sureg PI 2473/2011.

##### **de luiz.campos em 13/10/2011 como Pendente**

estamos no aguardo da manifestação da Suarm, a quem foi dirigida a recomendação aqui tratada.

##### **de luiz.campos em 16/11/2011 como Pendente**

Em face do tempo decorrido, atraso de 29 dias, solicitamos a manifestação dessa Sureg visando a solução da pendência relativa à esta Recomendação.

**Providências:** O procedimento licitatório para aquisição de equipamentos é de responsabilidade da Matriz. A Sureg já solicitou a referida demanda. Estamos no aguardo.

#### **Relatório de Auditoria**

#### **15/2011 - (ACG) - SUPAD/DF - SUREG PI/PI - SUARM/DF - SUPAB/DF**

#### **Constatação:**

1101 – EXECUÇÃO DO PROGRAMA ABASTECIMENTO SOCIAL – PROGRAMA VENDA EM BALCÃO NA UA/TERESINA - Observou-se que os controles são realizados por mais de um técnico. As checagens iniciais são feitas a mão e servem para conferir os dados do adquirente e gerar a Autorização de Compra e a GRU. Notou-se, também, nessa unidade, o uso do formulário AUTORIZAÇÃO DE COMPRA. Somente depois do pagamento da GRU e geração da nota fiscal eletrônica, estes dados são repassados para o computador, utilizando-se uma planilha para registrar e controlar cota, as vendas e o quantitativo disponível. Constatou-se, ainda, a inexistência de controle específico de vendas efetuadas por municípios atendidos. Os técnicos foram orientados a implantar esse tipo de controle.

#### **Recomendação:**

1101.3 - Recomendamos à Supab/Dirab, promover a unificação/padronização dos controles relativos ao Programa de Abastecimento Social/Vendas em Balcão, definindo um modelo de controle das operações a ser utilizado por todas as Unidades Armazenadoras que operacionalizam o referido Programa.

#### **Tratamento das Recomendações:**

##### **de francisco.mendes em 03/10/2011 como Pendente**

Solicitado através do FAX 2469, o atendimento à recomendação.

##### **de renato.falleiros em 04/10/2011 como Pendente**

Apesar da preocupação dessa Sureg/PI quanto a solução da recomendação em epígrafe, ficaremos no aguardo de um posicionamento da Supab/Dirab. Sendo assim, o status desta recomendação continuará como "Pendente".

##### **de regina.franco em 13/10/2011 como Pendente**

Anexo, Fax 2469/2011, encaminhado à DIRAB/SUPAB.

##### **de luiz.campos em 18/11/2011 como Pendente**

Em face do tempo decorrido, atraso de 30 dias, solicitamos a manifestação dessa Sureg visando a solução da pendência relativa à esta Recomendação.

##### **de alysson.pegó em 05/01/2012 como Pendente**

De alysson Pego -05.01.2012 Fax 2469/2011 encaminhado a DIRAB/SUPAB EM 03.10.2011, estamos aguardando resposta.

**de luiz.campos em 05/01/2012 como Pendente**

Sugerimos a essa Sureg cobrar da Dirab/Supad uma posição em relação ao assunto tratado no Fax/Sureg/PI n.º 2469/2011.

**de alysson.pegno em 10/01/2012 como Pendente**

Segue em anexo folha de despacho, digitalizada, onde a SUPAB/GEPAB em 09/11/2011 se manifestam com relação ao ponto de auditoria ora recomentado. O cadastro técnico citado no despacho da SUPAB/GEPAB, é sim um formulário padronizado e normatizado pela Companhia, e nós da SUREG/PI afirmamos e confirmamos a sua utilização, assim como a atualização de seus dados frequentemente, além de inserirmos como item a ser checado pela nossa equipe de fiscalização do referido programa Venda em Balcão (MOC – Título 22 – Documento 1). Estamos à disposição para maiores esclarecimentos. Atenciosamente, Alysson Pêgo Superintendente CONAB/PI

**de luiz.campos em 17/01/2012 como Pendente**

Este item de recomendação não se refere ao formulário de cadastro do produtor, mas sim aos formulários adotados por cada UA no controle da cota, das vendas e quantitativo disponível que não são padronizados. em face do não atendimento do que foi recomendado manteremos, por ora, a pendência deste item.

**Providências:** A Sureg PI, por meio da Assistência, elaborou um **Programa de Computador** chamado “**Acompanhamento e Controle de Venda Balcão**”. O referido Programa foi apresentado e disponibilizado à Unidade Armazenadora de Teresina no mês de março de 2012. Este Programa também estar sendo utilizado pelas demais unidades armazenadoras.